

---

**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

Dissertação

**As políticas públicas e os antigos combatentes: A proteção social dos militares e família em Portugal**

Raquel Filipa da Silva Cetra

Orientador(es) | Maria da Saudade Baltazar  
Paulo Alexandre Neto

Évora 2021

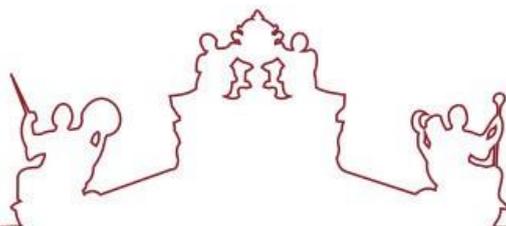
---

---

---

---

---



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Políticas Públicas e Projectos

Dissertação

**As políticas públicas e os antigos combatentes: A proteção social dos militares e família em Portugal**

Raquel Filipa da Silva Cetra

Orientador(es) | Maria da Saudade Baltazar  
Paulo Alexandre Neto

Évora 2021

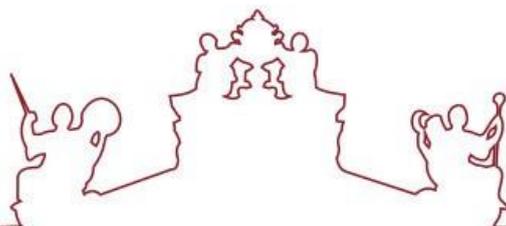
---

---

---

---

---

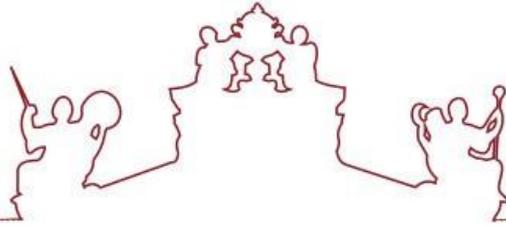


A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Adão António Carvalho (Universidade de Évora)

Vogais | Dinis Manuel Victória da Fonseca () (Arguente)

Maria da Saudade Baltazar (Universidade de Évora) (Orientador)



Évora 2021



“Se as armas queres ver, como tens dito, / Cumprindo esse desejo te seria, / Como amigo as  
verás, porque eu me obrigo, /Que nunca as queiras ver como inimigo.”

Luís Vaz de Camões

“Afinal, as únicas coisas que valem a pena fazer-se são aquelas que te podem partir o  
coração.”

Colum McCann

Aos meus pais e avós, aqueles que serão sempre os meus pilares e os meus maiores exemplos, com todo o meu amor e eterna gratidão por serem eternos propulsores na realização dos meus sonhos.

A todos os militares portugueses e suas famílias, verdadeiros exemplos de determinação, coragem e abnegação.

À memória de todos os militares portugueses que tombaram no cumprimento das suas funções.

## **Agradecimentos**

Este trabalho não poderia ter sido concretizado sem o auxílio de todas as pessoas que, incansavelmente, me ajudaram a concretizá-lo.

Em primeiro lugar, endereço um agradecimento eterno e muito especial aos meus orientadores, a Professora Doutora Saudade Baltazar e ao Professor Doutor Paulo Neto, com quem pude partilhar horas e horas, receios e pequenas vitórias. Senti-me a crescer, neste percurso, com os seus maravilhosos e riquíssimos conhecimentos, tendo sempre aquela palavra “certa” acompanhada de muita amizade e força, capaz de vencer todos os desafios.

À minha família, em especial ao meu avô Avelino que sempre, pacientemente, me deixou ver através dos seus olhos a Guerra Colonial e que muito me delicia com as suas histórias de uma vida repleta de muitas lutas, mas também de muita coragem.

Aos meus amigos de todas as horas, de quem sempre tive a amizade, mas também o apoio, muito suporte, interesse e compreensão por todas as horas de convívio que lhes foram roubadas.

Ao Coronel João Andrade da Silva, por todos os seus ensinamentos, por todo o seu apoio, a partilha de tantas histórias, pelo seu incentivo constante, a partilha do seu diário de guerra e, igualmente, pela liberdade de cada palavra aqui escrita.

A todos os companheiros capitães da ASM, pelo seu companheirismo e carinho neste percurso e toda a sua inesgotável disponibilidade em auxiliarem, mas também pelas horas que lhes foram roubadas em muitos momentos cruciais. A todos os companheiros do Manifesto 2020, com quem tenho aprendido e crescido com os seus conhecimentos, partilhas e muito carinho, incentivando sempre a olhar para um futuro com esperança e sempre com confiança em mim.

À Liga dos Combatentes, por todas as informações disponibilizadas, por todo o material facultado, simpatia e toda a luta diária pelos direitos dos nossos combatentes e famílias.

Ao Núcleo de Évora da Liga dos Combatentes, por todo o seu auxílio e temperança para comigo, sempre com um sorriso nos lábios.

Ao Núcleo de Estremoz da Liga dos Combatentes, pela sua receptividade, auxílio e amizade preciosos para a execução deste trabalho.

Ao Major Velez Correia, pelo seu testemunho escrito e incrível dedicação aos antigos combatentes e suas famílias.

À Associação dos Deficientes das Forças Armadas, com um especial agradecimento à senhora Paula Afonso que foi o meu primeiro contacto neste tema e me disponibilizou toda a legislação para os Antigos Combatentes, bem como toda a disponibilidade e simpatia que sempre encontrei.

À senhora Catarina Costa e à senhora Patrícia Carvalho da Biblioteca do Colégio do Espírito Santo que sempre me auxiliaram com a pesquisa bibliográfica e me foram acompanhando nas leituras e igualmente à equipa da Biblioteca Municipal de Portel, em especial à Francisca Naito e à Maria José Alvorado que me foram auxiliando na pesquisa bibliográfica e nas minhas leituras, encontrando até recursos dos quais nem sabia sempre com inesgotável amizade e simpatia.

A todos a quem tive o prazer de chamar colegas da DDES do Município de Portel em especial aos colegas do setor do turismo e orientadora do estágio, Dra. Eugénia Alinho que me permitiram crescer no seu seio e sempre me transmitiram um forte incentivo a continuar, com todo o carinho, simpatia e conhecimentos.

A todos os meus colegas, chefe e todos os meus alunos na Explicolândia, com quem pude crescer enquanto profissional, mas também enquanto pessoa e que nunca me deixaram descurar a minha dissertação, tendo sempre o abraço, o carinho e o incentivo, mesmo nas horas mais difíceis. Aos meus alunos, dos quais tanto me orgulho, que sempre se interessaram pelos livros e que queriam saber mais, espero que esta finalização também lhes permita acreditarem com coragem em todos os voos que fizerem pela sua vida fora, tendo sempre o meu apoio e o mesmo abraço e amor que sempre me deram a sorrir.

A todos os professores e colegas do mestrado de Políticas Públicas e Projetos, dos quais levo o conhecimento, mas também profundos laços de amizade e companheirismo eternos.

Foram muitos os militares e civis que me acompanharam neste percurso e que guardo num sítio bem especial no meu coração. São tantos os nomes que jamais as páginas desta dissertação chegariam para lhes agradecer. Deixo um agradecimento coletivo a todos, porque esta dissertação é sobretudo de todos vocês.

## Resumo

É a visão do Estado e da sociedade face à mobilização dos seus homens para a guerra que irá equacionar os mecanismos de auxílio, aos mesmos.

O Código do Inválido (1927 – revisto em 1929) foi um dos primeiros marcos legislativos em Portugal destinados ao apoio de militares em combate. Com o fim da Guerra Colonial e a instauração da democracia, o Estado viria a repensar o auxílio e as compensações atribuídas aos que prestaram serviço militar e se acidentaram, com destaque para as políticas públicas que reconheceram o direito à reparação material e moral dos Deficientes das Forças Armadas. Na transição para o século XXI, a deficiência resultante das perturbações de stress pós-traumático foi integrada em medidas de apoio. E já em 2020, é aprovado o Estatuto do Antigo Combatente que atualizou e sistematizou o ordenamento jurídico português para os veteranos de guerra.

Partindo de uma revisão da literatura pretende-se analisar a evolução das políticas públicas destinadas aos antigos combatentes, e numa perspetiva de política internacional comparada, estudar outros modelos e medidas de apoios. Pretende-se ainda identificar as estratégias positivas de *coping*, com práticas desportivas e de assistência religiosa, no combate ao stress pós-traumático, aspirando a servir de contributo para uma discussão no modelo de proteção social para os antigos combatentes bem como aos militares das Forças Nacionais Destacadas e suas famílias.

**Palavras-Chave:** Antigos Combatentes; Guerra; Política Pública; Proteção Social; Stress Pós-Traumático.

# Public Policies and former combatants: The social protection of the military and family in Portugal

## Abstract

It is the vision of the state and of society towards the mobilization of their men for war that will equate the aid mechanisms for them.

The Invalid Code (1927 - revised in 1929) was one of the first pieces of legislation in Portugal aimed at supporting soldiers in combat. With the end of the Colonial War and the establishment of democracy, the State came to rethink the aid and compensation given to those who served in the military and were injured, with emphasis on public policies that recognized the right to material and moral reparation of the Armed Forces Disabled. In the transition to the 21st century, disability resulting from post-traumatic stress disorders was integrated in support measures. And already in 2020, the Statute of the Former Combatant is approved, which updated and systematized the Portuguese legal framework for war veterans.

Based on a literature review, the aim is to analyse the evolution of public policies aimed at former combatants, and from a comparative international policy perspective, to study other models and support measures. We also intend to identify positive coping strategies, with sports practices and religious assistance, to combat post-traumatic stress, in order to contribute to a discussion on the model of social protection for former combatants as well as the military of the Deployed National Forces and their families.

**Key-Words:** Former Combatants; War; Public Policy; Social Protection; Post-Traumatic Stress

## Índice

<b>Resumo</b> .....	ix
<b>Abstract</b> .....	x
<b>Índice</b> .....	xi
<b>Lista de figuras</b> .....	xiii
<b>Lista de tabelas</b> .....	xiv
<b>Lista de abreviaturas</b> .....	xv
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1. Contextualização da temática</b> .....	1
<b>2. A problemática em estudo</b> .....	3
<b>3. Motivações, questão de partida e objetivos</b> .....	4
<b>4. Metodologia</b> .....	5
<b>5. Estrutura da dissertação</b> .....	5
<b>Capítulo 1 – As Políticas Públicas</b> .....	9
<b>1.1 Definição de Políticas Públicas</b> .....	9
<b>1.2 O papel do Estado nas Políticas Públicas</b> .....	17
<b>1.3 A importância/ necessidade de políticas públicas</b> .....	22
<b>1.4 O ciclo das políticas públicas</b> .....	23
<b>1.5 A Defesa em Portugal</b> .....	25
<b>1.5.1 Lei de Defesa Nacional</b> .....	31
<b>1.5.2 Defesa 2020</b> .....	32
<b>Capítulo 2 – O papel das armas</b> .....	35
<b>2.1 Necessidade e importância das Forças Armadas</b> .....	35
<b>2.2 Enquadramento histórico das Forças Armadas em Portugal</b> .....	45
<b>2.3 A participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial</b> .....	61
<b>2.4 A Guerra Colonial</b> .....	67
<b>Capítulo 3 – A memória da guerra no quadro das políticas públicas</b> .....	79
<b>3.1 As consequências da guerra</b> .....	79

3.1.1 Stress Pós-Traumático: a doença incapacitante e invisível das guerras .....	83
3.1.2 Stress Pós-Traumático Secundário .....	92
3.2 Políticas Públicas em Portugal de apoio aos antigos combatentes .....	98
3.2.1 Evolução histórica da proteção social .....	98
3.2.2 Critérios de avaliação da Tabela Nacional de Incapacidades.....	112
3.2.3 Apoio específico a vítimas de Stress Pós-Traumático.....	115
3.3 Políticas pelo Mundo .....	117
3.3.1 Rússia .....	120
3.3.2 Reino Unido .....	122
3.3.3 Dinamarca .....	125
3.3.4 Croácia .....	129
3.3.5 Suécia .....	131
3.3.6 Noruega.....	132
Capítulo 4 – Particulares dimensões positivas no combate ao Stress Pós-Traumático/ Estratégias de <i>Coping</i> .....	135
4.1 A atividade física.....	135
4.1.1 O que é a saúde?.....	141
4.1.2 Contributos para o bem-estar físico, psíquico, mental e social.....	142
4.1.3 A resistência psicológica e o desporto .....	143
4.2 Sistema de crenças e oração.....	145
4.2.1 Contextualização da assistência religiosa .....	148
4.2.2 A importância da espiritualidade e religião na gestão do stress nos militares	151
4.2.3 A perceção do poder divino e/ou superior na superação do trauma.....	153
4.2.4 Importância do suporte aos militares e suas famílias na reintegração dos combatentes .....	155
Conclusões.....	158
Bibliografia .....	163

## **Lista de figuras**

Figura 1 – Modelo Integrador da PTSD de Vaz Serra

Figura 2 – Qualidades e Fatores na Dimensão do Ser

Figura 3 – Qualidades e Fatores na Dimensão do Saber

Figura 4 – Qualidades e Fatores na Dimensão dos Fazeres

Figura 5 – Qualidades e Fatores na Dimensão das Aptidões

## **Lista de tabelas**

Tabela 1 – Proibições e Obrigações do Combatente

Tabela 2 – Fatores de Risco

Tabela 3 – Fatores de Risco Militares

Tabela 4 – Indutores de Stress na Fase do Pré-Deslocamento

Tabela 5 – Indutores de Stress na Fase de Deslocamento

Tabela 6 – Indutores de Stress na Fase Pós – Deslocamento

Tabela 7 – Alterações nos indivíduos familiares com STSD

Tabela 8 – Critérios de Avaliação das Incapacidades na Tabela Nacional de Incapacidades

Tabela 9 - Breve síntese das principais recomendações da World Veteran Federation de 2010 e 2019

## **Lista de abreviaturas**

1GM - Primeira Guerra Mundial

2GM - Segunda Guerra Mundial

ADFA - Associação dos Deficientes das Forças Armadas

CEDN - Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEE - Comunidade Económica Europeia

CEM - Conceito Estratégico Militar

CEP - Corpo Expedicionário Português

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CRP - Constituição da República Portuguesa

DIF - Dispositivo de Forças

DFA - Deficientes das Forças Armadas

DSM-V - 5ª edição do Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-V) da Associação Psiquiátrica Americana

EUA - Estados Unidos da América

EU Battlegroups - European Union Battlegroups

EUTM MALI - European Union Training Mission Mali

EU NAVFOR MED - European Union Naval Force Mediterranean

EU NAVFOR SOMALIA - European Union Naval Force Somalia

EUTM RCA - European Union Training Mission in the Central African Republic

FA - Forças Armadas

FND - Forças Nacionais Destacadas

FPLN - Frente Patriótica de Libertação Nacional

FRR - Força de Reação Rápida

FS - Forças de Segurança

GDFAS - Grande Deficiente das Forças Armadas

GDSEN - Grande Deficiente do Serviço Efetivo Normal

GNR - Guarda Nacional Republicana

IM - Instituição Militar

INTERFET - Força Internacional para o Timor-Leste

MFA - Movimento das Forças Armadas

MIFA - Missões das Forças Armadas

MINUSCA - Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana

MINUSMA - Missão Multidimensional Integrada para Estabilização das Nações Unidas do Mali

MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola

NATO - Organização do Tratado Atlântico Norte

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG - Organização Não-Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PSP - Polícia de Segurança Pública

PTSD - Stress Pós-Traumático

RAME - Regimento de Apoio Militar de Emergência

RC3 - Regimento de Cavalaria Nº3

RI19 - Regimento de Infantaria N° 19

SF - Sistema de Forças

SMO - Serviço Militar Obrigatório

SNMCMG1 - Standing NATO Mine Counter Measures Group One

SNMG1 - Standing NATO Maritime Group One

STSD - Stress Pós-Traumático Secundário

SNS - Serviço Nacional de Saúde

TO - Teatro de Operações

U/E/O - Unidades, Estabelecimentos e Órgãos

UE - União Europeia

UNAVEM I - Primeira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola

UNAVEM II - Segunda Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola

UNAMET - United Nations Mission in East Timor

UNTAET - United Nations Transitional Administration in East Timor

UNOGIL - United Nations Observation Group in Lebanon

UPA - União dos Povos de Angola

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE - Zona Económica Exclusiva

## **Introdução**

### **1. Contextualização da temática**

A definição de Antigo Combatente, de acordo com a Lei nº 46/2020, de 20 de agosto com o título de Estatuto do Antigo Combatente, prende-se com o universo de todos os militares que combateram nos territórios de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau no período de 1961 a 1975; Em Goa, Damão, Diu, Dadra e Nagar-Aveli até à invasão desses territórios; Em Timor-Leste de 1974 até recentemente, bem como todos os militares que tenham participado nas missões de carácter humanitário de apoio à paz ou à manutenção da ordem pública decorrentes do quadro de alianças a que o nosso país se encontra vinculado. Tanto ontem como hoje, pensar o combatente assume-se de particular relevância e, igualmente, pensar nas famílias dos mesmos.

No decorrer da sua história, Portugal tem demonstrado um particular interesse nas questões de defesa, quer logo nos momentos iniciais da sua formação e alargamento das suas fronteiras e defesa dos seus territórios, quer mais recentemente na assunção dos seus compromissos internacionais sem descurar o seu papel fundamental nas missões de paz e humanitárias. Tendo em conta que a formação de Portugal enquanto reino independente da coroa de Leão e Castela teve um dos seus momentos decisivos na batalha de Ourique podemos encontrar no imaginário histórico-militar português uma variedade de batalhas e guerras decisivas que marcaram a história do nosso país e das nossas gentes.

Dadas as particularidades da natureza do Homem e as transformações políticas e sociais no decorrer do caminho da humanidade é de destacar a formação e a concetualização do Estado como um fator importante para as políticas públicas. Indo ao encontro da essência da guerra de Clausewitz, encontramos Raymond Aron que viria a simbolizar as relações “inter-estatais” através de duas figuras: A figura do diplomata e a figura do soldado, demonstrando a importância e necessidade das Forças Armadas, que são inerentes à formação estatal, atuando quando a diplomacia não conseguia atingir os fins políticos pretendidos.

As Forças Armadas Portuguesas, uma instituição cuja história muitas vezes se confunde com a história do próprio Estado Português possuem como primordial função a defesa militar da República (Assembleia Constituinte, 1976). Sempre imprescindíveis à República Portuguesa viriam a ser fundamentais em vários momentos no século XX em cuja história militar e

memória portuguesa ficariam marcados: Na implantação da República em outubro de 1910, na participação na 1ª Guerra Mundial, o golpe de Estado de maio de 1926, a participação na Guerra Colonial e a revolução de abril de 1974. De todos esses momentos, no âmbito do estudo desta dissertação de mestrado, os dois momentos escolhidos para uma maior análise são a participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial e na Guerra Colonial.

No decurso da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) viriam a ser mobilizados “mais de 75 000 portugueses para a Flandres integrando o Corpo Expedicionário Português até à assinatura do Armistício” (Azevedo et al. 2014). As consequências diretas desta guerra, nos seus recursos vivos passariam pelo número elevado de mortos, feridos e mutilados. Desde a Batalha de Solferino, momento chave, para o surgimento do que mais tarde conheceríamos como Direito Internacional Humanitário, que existiu uma mutabilidade na perceção do combatente ferido bem como uma maior atenção para com os mesmos e, com estas consequências. Tal como outros países, Portugal deparou-se com o desafio da reinserção social dos seus combatentes e a tentativa de lhes dar condições de vida dignas, promovendo-se a medicina reconstrutiva e a própria produção de próteses, entre outros. O Estado português levaria a cabo “O Código do Inválido” com os direitos dos combatentes e alguns destinados, igualmente, às suas famílias. Apesar de ser uma política pública inovadora, foi descontinuada com o Estado Novo e com esta descontinuidade, as carências dos antigos combatentes e das suas famílias viriam a aumentar de forma significativa.

A preocupação com as condições de vida e situações de carência dos combatentes voltou a surgir e algumas das suas necessidades e carências foram algo atenuadas com o decorrer da Guerra Colonial (1961-1974) que levou à mobilização de “cerca de 1 300 000 efetivos para as suas três frentes de combate e em que muitos deles regressaram feridos, mutilados e com sequelas que viriam a afetar, igualmente, o seu núcleo familiar” (Rosas et al., 2014). Foi também com esta guerra que se viria a ter em atenção não apenas às sequelas físicas, mas também às sequelas psicológicas, neste caso ao Stress Pós-Traumático e, até das famílias dos mesmos com o Stress Pós-Traumático Secundário. Ainda que fossem tidas em conta algumas políticas para com os combatentes, foi com a Revolução dos Cravos a 25 de abril de 1974 que os combatentes viriam a conseguir mais direitos com novas políticas tentando responder não apenas ao universo de combatentes, mas também de uma forma expressiva para com os combatentes que regressaram feridos no corpo e na alma. Volvidos quarenta e sete anos dessa data são verificáveis as oscilações, os avanços e recuos nas políticas de proteção social aos

mesmos e às suas famílias, com destaque para as políticas, a partir dos anos 90, destinadas a apoiar em relação ao stress pós-traumático e num quadro mais recente com a aprovação do Estatuto do Antigo Combatente que reúne um conjunto de benefícios a todos os combatentes, mas com particular destaque para as famílias, valorizando o papel fundamental da mulher que mais os acompanha, a sua esposa ou viúva.

## **2. A problemática em estudo**

Com o estudo levado a cabo por Silva, et al. (2010) uma das suas conclusões é a estimativa de que os custos do Estado português referentes à Guerra Colonial, tendo em conformidade o cálculo da esperança média de vida de 80 anos, finalizarão no ano de 2035. Acresce, porém, a mobilização das Forças Nacionais Destacadas, desde a década de 90 do século passado, para missões cujas condições são bastante diferentes e vão em muitas das vezes obrigar a um processo de tomada de decisão mais individual por parte do combatente, pois pode encontrar-se de certa forma, mais “isolado” dos seus companheiros: “Nos atuais teatros de operações, porém, dado que o combatente se encontra frequentemente em situação de isolamento, a decisão quanto à melhor forma de atuar é delegada nos soldados das mais pequenas subunidades de manobra, quando não mesmo, em situações-limite, nos combatentes isolados” (Vaz, 2003, p. 83). Essa situação pode traduzir-se numa grande pressão e dar origem a um aumento dos seus níveis de stress, onde até mesmo a duração e perigosidade das missões poderão gerar um elevado desgaste psicológico que não só afeta o militar, mas também as suas famílias. Tendo todas estas variáveis em análise, demonstra-se a necessidade de não se descurem as políticas públicas referentes à proteção dos combatentes e das suas famílias.

Procurando compreender a importância das políticas públicas enquanto uma tentativa de resposta a um problema público, analisar-se-ão as políticas públicas em relação aos antigos combatentes e suas famílias bem como todos os militares que participaram e participam em missões de paz. Possibilitando assim, uma melhor compreensão do seu estado de arte, pois estes cidadãos no cumprimento das suas funções poderão desenvolver ou ter desenvolvido défices biopsicossociais e/ou profissionais, onde se incluem problemáticas como o stress pós-traumático e o stress pós-traumático secundário, ou seja, a forma secundária de se manifestar, sobretudo nas pessoas que mais consigo convivem.

Permitiu-se assim, a génese deste trabalho, procurando, igualmente, não descurar a importância das estratégias de *coping* nas quais se destacam com especial relevância a atividade física e o sistema de crenças e orações.

### **3. Motivações, questão de partida e objetivos**

As principais motivações que originaram este trabalho decorrem não apenas de memórias de infância provenientes da convivência com o meu avô materno, ex-combatente da Guerra Colonial, como nos vários testemunhos que os portugueses foram deixando escritos e escrevem acerca da sua relação íntima com a 1ª Guerra Mundial e a Guerra Colonial. Por um lado, a tristeza da partida: “Mais lágrimas; mais abraços; mais promessas e as 48 horas voaram parecendo ao António cinco minutos! Vergada ao peso da dor, sua mulher entre soluços, jurava-lhe fidelidade pela saúde do seu ente pequenino. Pobre gente!” (Ornellas, 1932, p. 21). Ou até mesmo as preces dos seus familiares, buscando na fé, um suporte: “Salvai Portugal e os soldados que dão a vida pela pátria.” (Marujo, 2020, p. 140). Para além disto, a aprovação do Estatuto do Antigo Combatente no ano de 2020 depois de muita discussão e a possibilidade de a partir do ano de 2027, com a chegada de vários combatentes das FND à faixa etária dos 50 anos, poderão dar-se início às queixas em torno do desgaste psicológico, constituíram-se importantes motivações.

Em conformidade com as motivações, surgiu a questão central deste estudo: Qual a tangibilidade do atual modelo de proteção social para os antigos combatentes nas respostas às suas necessidades e direitos, bem como aos de suas famílias?

De forma a procurar-se responder a esta questão, os objetivos passaram por:

- Contextualizar nos domínios histórico, social e económico de forma minuciosa, de forma a identificar e compreender o universo de políticas públicas de proteção social para os antigos combatentes e suas famílias.
- Identificar as políticas públicas em perspetiva comparada partindo de uma análise *benchmarking*, em diversos países europeus, de forma a verificar as boas práticas no âmbito da proteção social de combatentes e suas famílias.
- Sinalizar estratégias de *coping*/dimensões positivas para lidar e enfrentar o stress pós-traumático com particular foco na prática de atividade física e o sistema de crenças e orações.

#### **4. Metodologia**

De forma a ir ao encontro destes objetivos, a metodologia selecionada para trilhar o caminho deste trabalho partiu da seleção de técnicas de recolha de dados, recorrendo à pesquisa bibliográfica e documental. Para o efeito foram consultados livros e artigos científicos sobre o tema em análise, complementados com a consulta de publicações em imprensa escrita a cargo de associações de antigos combatentes, nomeadamente a Liga dos Combatentes e Associação dos Deficientes das Forças Armadas, assim como de relatórios e outros documentos facultados pelas associações. Para este fim, a consulta dos arquivos documentais/bibliotecas das associações de antigos combatentes assim como a pesquisa dos sites oficiais destas organizações revelaram-se da maior importância. A pesquisa sobre o acervo legislativo referente às políticas públicas destinadas aos antigos combatentes foi uma outra prioridade no decorrer deste trabalho, dada a natureza diacrónica assumida na presente abordagem. Por seu turno, para responder ao estudo das políticas comparadas sobre os veteranos no plano internacional, foi efetuada uma pesquisa extensiva com vista à seleção dos países, e correspondentes políticas de apoio a militares que prestaram serviço em combate, de acordo com as similitudes ao caso português. A utilização de recursos de informação eletrónicos, nomeadamente a biblioteca de conhecimento online, revelou-se de maior importância para complemento da pesquisa bibliográfica e documental em arquivos documentais. Por se tratar de um estudo qualitativo o recurso às técnicas de recolha de dados, tal como antes enunciado, permitiu recolher a informação tida como adequada aos objetivos que se traçaram para a presente investigação. A natureza extensiva e intensiva da pesquisa empreendida resultaram na seleção de uma expressiva diversidade de recursos bibliográficos e documentais, os quais exigiram um criterioso tratamento, análise e de interpretação das mesmas. Assim, após uma extensa pesquisa e revisão de literatura permitiu-se o levantamento de diversas políticas nacionais tendo como foco uma análise diacrónica e histórica das diferentes políticas públicas de proteção social até aos dias de hoje. Para além do levantamento da situação portuguesa, foi também possível auferir através da revisão de literatura o levantamento de um conjunto de políticas levadas a cabo nos países para o efeito selecionado, sendo eles a Rússia, o Reino Unido, a Dinamarca, a Croácia, a Suécia e a Noruega.

#### **5. Estrutura da dissertação**

Tendo em conta todos estes elementos o trabalho foi estruturado por um conjunto de grandes capítulos subdivididos em subcapítulos.

No primeiro capítulo com o título de “As Políticas Públicas” procura-se através de uma contextualização histórica dos conceitos de Política, Estado e Política Pública demonstrando as especificidades e particularidades dos mesmos. Através da seleção de um conjunto de autores, evidenciando o contributo de Aristóteles que dissertou acerca da natureza do Homem e a sua superioridade face às outras espécies animais e sua necessidade de viver com os outros, vamos encontrando o conceito de política pública, a importância do papel estatal nas mesmas, dado que o Estado tem como obrigação a defesa e proteção da sua comunidade, a necessidade da existência das políticas públicas e o ciclo das mesmas, demonstrando o seu ciclo de vida. Para além disso, neste capítulo podemos compreender a reconfiguração do papel estatal com a globalização e a sua necessidade enquanto organismo vivo de se proteger e manter a ordem, a paz e fomentar uma imagem externa e tendo isso em conta chegamos à defesa em Portugal, onde é possível auferir a importância que a mesma tem tido e as condições que afetam o modo como é pensada e neste âmbito destacam-se a Lei da Defesa Nacional para que possamos ter o enquadramento das missões e algumas das especificidades da instituição militar, bem como a Defesa 2020 que é a estratégia governativa que contém as aspirações em relação à prossecução dos objetivos na estrutura da Defesa Nacional.

No segundo capítulo com o título de “O papel das armas” inicia-se com uma citação de Mouzinho de Albuquerque visa tentar demonstrar a necessidade e importância das Forças Armadas, que tal como nos outros Estados, são inerentes à sua formação e, que no caso português, enquanto uma sociedade demoliberal, se encontram subjugadas ao poder político. Nesse sentido e apoiando-se na Teoria da Diversificação e Articulação das Fronteiras, as missões das forças armadas não se esgotam na fronteira da soberania, dissertando-se acerca das dimensões das mesmas e das particularidades das suas funções, destacando uma dimensão que se tem vindo a acentuar nos últimos anos, onde conseguimos ver um maior estreitamento nas relações entre a instituição militar e a sociedade, através de tarefas no âmbito da proteção civil. Procurando dar a conhecer um pouco o que são as forças armadas, faz-se um enquadramento histórico das mesmas, sem descurar de todos os outros momentos, são sinalizados três momentos fulcrais da sua história: a participação na 1ª Guerra Mundial, a Guerra Colonial e mais próximo em termos temporais a participação nas missões de paz e de cooperação técnico-militar.

O terceiro capítulo intitulando-se “A memória da guerra” pretende entrar com mais profundidade naquelas que são as consequências e faces da guerra, utilizando os exemplos da

1ª Guerra Mundial e da Guerra Colonial, verificando-se sobretudo uma mutação no modo de olhar as mazelas psicológicas, com ênfase na problemática do stress pós-traumático e também na sua manifestação secundária, que afetam as famílias dos combatentes, tendo o cuidado de tentar chegar perto da visão feminina da guerra. Para além disso, neste capítulo encontra-se toda a contextualização histórica das políticas públicas em Portugal de apoio aos antigos combatentes, uma breve síntese referente aos critérios de avaliação da Tabela Nacional de Incapacidades e uma explanação acerca do apoio específico em casos de stress pós-traumático, verificando-se a mutação na atenção às consequências psicológicas das guerras. Paralelamente, é levada a cabo uma análise de *benchmarking* de modo a auferir um conjunto de políticas levadas a cabo por vários países e como são as boas práticas dos mesmos para com os seus combatentes. Sendo todos europeus e integrantes da World Veterans Federation, onde conseguimos encontrar no decorrer dos anos um aprofundamento e melhoria no quadro das suas políticas públicas e na própria perceção e visão dos seus combatentes, o que tende não só a uma melhoria substancial na qualidade de vida dos combatentes como, igualmente, na sua integração pós-deslocamento, muitas delas tendo em conformidade as recomendações da World Veterans Federation no decorrer dos anos.

No quarto capítulo deste trabalho, intitulado como “Particulares dimensões positivas no combate ao Stress Pós-Traumático/ Estratégias de *Coping*” encontram-se o estudo de duas estratégias que se podem utilizar e que de certa forma já se vão utilizando de forma a combater o stress pós-traumático do combatente, bem como de certa forma das suas famílias. Com a crença de que a atividade física é de suma importância em todas as fases de vida do Homem e encontrando-se desde cedo ligada à instituição militar, faz-se uma apologia para que a prática regular da mesma possa dotar o indivíduo de um incremento no seu bem-estar e uma franca melhoria na gestão do stress, assegurando a importância da saúde e demonstrando como a resistência psicológica e o desporto se encontram interligados.

Para além da atividade física como potenciadora da melhoria na gestão do stress, destaca-se, igualmente, o sistema de crenças e oração, dando conta que tendo Portugal sido e ainda hoje é um país maioritariamente católico, a fé e religião conseguiram por diversas vezes ser o conforto dos combatentes, dando-se como exemplos a presença do Cristo das Trincheiras junto dos túmulos dos soldados desconhecidos, a correspondência para Nossa Senhora de Fátima ou até mesmo todos os ex-votos militares presentes em diversos santuários pelo país. Assumindo como importante a assistência religiosa aos combatentes, é feita uma

contextualização da mesma, permitindo após isso demonstrar-se como o impacto positivo na qualidade de vida das pessoas e daquele que é o seu bem-estar se pode associar à importância da espiritualidade e religião na gestão do stress e em como os mesmos conseguem perceber o poder divino na superação do trauma.

A finalizar encontramos as conclusões onde se podem encontrar aqueles que são os principais contributos que este trabalho pode deixar nesta temática, tendo em conformidade toda a pesquisa e análise no decorrer do mesmo.

## Capítulo 1 – As Políticas Públicas

Este primeiro capítulo tem em vista uma definição e entendimento do conceito de política pública, explanando as suas especificidades e possíveis abordagens. Partindo do conceito de política, onde são escolhidos três autores, com perspectivas e abordagens diferentes: Platão, Aristóteles e Carl Schmitt. Não obstante é feita uma contextualização do Estado, por ser o ator comum nas diversas abordagens ao conceito de política pública. Para além disso, é demonstrada a importância e a necessidade das políticas públicas na sociedade e o seu ciclo de vida. Para além disto, neste primeiro capítulo introduz-se a importância da defesa em Portugal ao longo dos séculos, afunilando numa análise à lei da Defesa Nacional e à reforma Defesa 2020.

### 1.1 Definição de Políticas Públicas

Para uma compreensão daquilo que poderá ser classificado como o que é uma política pública, é importante e reveste-se com especial relevância uma análise e compreensão do conceito, que lhe dá origem – a Política. Este conceito, no decorrer da história dominou e ainda hoje domina o ideário de vastíssimos autores, visto que todas as relações do Homem são políticas quer sejam por ação ou por omissão. Fruto do próprio processo evolutivo das sociedades, tem sofrido algumas mutações e, nos dias de hoje, possui uma panóplia de sentidos cuja definição difere consoante a utilização que lhe é dada, entre as quais podemos encontrar a política pública. Para além disso, a política reveste-se de especial importância para as políticas públicas, tal como o oposto dado que entre estas duas palavras se estabelece uma certa relação de interdependência que poderá ser teorizada como a política dependente e com os seus rumos orientada pela política pública ou precisamente o oposto.

No conjunto de variadíssimos autores que sobre a política dissertaram muitos se destacaram tanto na Antiguidade Clássica como na modernidade e na contemporaneidade. Neste âmbito, destacar-se-ão três: Platão, Aristóteles e Carl Schmitt.

Para alguns autores como Platão o conceito de Política possuía um sentido muito prático, permitindo que esta se traduzisse na capacidade de se conseguirem tomar decisões naquilo que seria a gestão pública. (Bobbio, Matteuci, & Pasquino, 1998, pp. 958-959). Já para Carl Schmitt o conceito era um balanço entre o binómio: amigo-inimigo. (Bobbio, Matteuci, & Pasquino, 1998, pp. 959-960). Nesse sentido, os amigos procuravam uma união e

colaboravam mutuamente em diversos aspetos, incluindo questões referentes à sua defesa e, acontecia exatamente o oposto no caso dos inimigos. Porém, o autor que marcou a história do conceito foi Aristóteles, um dos pensadores mais proeminentes da Antiguidade Clássica que, através da sua obra *Política* teorizou a sua génese através da relação que é estabelecida entre o Homem e a *Pólis*.

“Há uma hierarquia dos seres desde a matéria indiferenciada e incognoscível, porque informal a Deus, forma pura; esta hierarquia corresponde aos diferentes graus da inteligibilidade (...)” (Auroux & Weil, 1997, p. 20) É através da ideia de uma hierarquia de espécies ou da *scala naturae*<sup>1</sup> que a conceção aristotélica vai pensar e justificar aquela que é a organização da sociedade. Nesse tipo de organização hierarquizada da sociedade a espécie humana, devido a todas as suas características distintas de todas as outras espécies animais, às quais acresce a utilização da faculdade da razão, permite-lhe possuir uma posição de superioridade na hierarquia em relação a todas as outras espécies animais.

Na perspetiva de Aristóteles o mundo é construído com base no pressuposto da superioridade da espécie humana em relação a todas as outras espécies animais, abaixo de Deus, visto possuir na sua conceção esse conjunto de características distintas que se baseiam na sua sociabilidade, comunicação e “(...) enquanto a voz indica prazer ou sofrimento, e nesse sentido é também atributo de outros animais o discurso, por outro lado, serve para tornar claro o útil e prejudicial e, por conseguinte, o justo e o injusto”. (Aristóteles, 1998, p. 55). A partir disto, consegue-se verificar que para Aristóteles este Homem é um animal político que possui a necessidade inerente de viver em sociedade com os outros.

Para além do pressuposto em relação à natureza do Homem existe um outro pressuposto de que este mundo se baseia, que é a presença de um Deus, que comporta as características de perfeição, eternidade e imutabilidade, devendo este servir como um modelo ou um exemplo para aquele que é o Homem efémero, imperfeito e possuidor de uma latente necessidade, não só da sociabilidade, mas, igualmente, uma necessidade de procurar ser semelhante a Deus, de forma a prosseguir e alcançar o seu fim que, será a felicidade, procurando sempre viver bem.

---

<sup>1</sup> A ideia desta hierarquia de seres teve a sua génese no pensamento grego tendo, depois, exercido uma forte influência na religião cristã. Esta dividia-se em diferentes patamares onde a figura primordial era Deus. Um dos seus pressupostos é que todas as espécies deveriam procurar atingir a sua inteligibilidade, tendo em conformidade aquela que é a sua forma e matéria.

Essa ideia em torno da espécie humana apesar de ser um ponto de partida na concepção aristotélica para o que viria a ser o fomento da política, exerceu uma grande influência no pensamento político pelo decorrer dos séculos. A ideia da *scala naturae* bem como a ideia de que o mundo é composto por seres efêmeros e por um Deus imóvel e eterno não se esgotaram com Aristóteles, dado que foram igualmente preconizadas pela religião Cristã, uma religião fundamental na construção civilizacional ocidental, visto que, no decurso da Idade Média os poderes políticos e espirituais possuíam fronteiras muito ténues, encontrando-se, ambos, dependentes da figura máxima da Igreja Católica – o Papa.

Nas Sagradas Escrituras, documentos que os fiéis acreditam ser a palavra de Deus aos homens, consegue-se, igualmente, encontrar a ideia de que a espécie humana foi dotada de razão para que pudesse transformar o mundo, ainda que, submetida às leis de Deus, um ser que em oposição a ela continua a comportar as características da eternidade e da imobilidade. Logo no Pentateuco, no livro dos Génesis, onde se dão a conhecer as origens da Humanidade é possível verificar-se logo ao início essa ideia de semelhança a Deus e por conseguinte a superioridade face às outras espécies: “Depois, Deus disse: Façamos o ser humano à nossa imagem, à nossa semelhança, para que domine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre todos os répteis que rastejam pela terra.”<sup>2</sup> Ou, ainda no Livro da Sabedoria onde para além dessa ideia, se encontra também a questão da consecução daquele que é o seu fim último, ainda que continue submetido às leis de Deus. Para esse efeito, utiliza-se o exemplo do povo judeu que se encontrava fixado na Alexandria que era tentado e perseguido pela cultura grega. Com este livro é afirmado que era Deus quem oferecia a sabedoria aos Homens, não bastando por isso apenas o seu esforço como a cultura grega preconizava. E, apenas os que professavam a sua palavra é que poderiam ser felizes, apelando assim ao fim último da sua existência, que era idêntico à concepção aristotélica, a felicidade: “Com efeito, Deus criou o homem para a incorruptibilidade e fê-lo à imagem do seu próprio ser.”<sup>3</sup>

Em suma, encontramos, pois, o Homem como um ser que para além de compartilhar o seu espaço com todas as outras espécies animais, destaca-se dessas por ter o dom da comunicação. E que, apesar de ser parte da natureza, é um animal político e o único capaz de criar cultura e, por isso, de se impor face às outras espécies animais. É a sua necessidade de

---

<sup>2</sup> Gn 1, 26.

<sup>3</sup> Sb 2, 23.

sobrevivência que impele o Homem primitivo à organização social devido à escassez de bens, obrigando-o, pois, com a sedentariedade a uma coexistência com os outros numa sociedade e comunidade organizadas, hierarquizadas e integradoras, fomentando-se assim, a criação daquilo que será um sistema político, tendo este processo como início na célula mais pequena da sociedade: a família.

Com a criação de um sistema político advêm então um conjunto de normas que se encontrarão instituídas e a que todos devem obedecer, pois a sua natureza, no pensamento de Aristóteles, como já foi referido, permite-lhe identificar o que é justo do que é injusto e entre essas normas constará, igualmente, a participação na vida política, a sua participação na tomada de decisões da vida em comum. Com as fronteiras traçadas e os pressupostos ordenados e conhecidos, a organização dos homens forma aquilo que é um sistema de poder, permitindo então, o surgimento da “política”, que, através da qual se realizarão. O homem grego só se realiza através da sua participação na vida política, na administração política da *pólis*, ou seja, o seu valor reside precisamente naquilo que é a causa pública, conseguindo apenas deste modo, atingir o seu fim de felicidade. (Aristóteles, 2020, p. 23). Na Antiga Grécia encontramos um indivíduo que se subordina à coletividade e à causa pública, daí que o conceito original de “Política” surja tendo como fundamento aquela que é a relação entre o homem e a *pólis* remetendo-se então o conceito supracitado, em Aristóteles, ao conjunto de atividades humanas que versam sobre as coisas do Estado, tendo-se reformulado um pouco no decorrer da época moderna.

Com as mutações políticas e sociais ocorridas na época moderna e o advento do Renascimento, o conceito de “política” passou a estar mais remetido para a aceção de *práxis* onde começou a despoletar-se a ideia do poder do homem sobre os outros. Assim, procurava-se conquistar o poder, manter e executá-lo de forma a obter-se um conjunto de determinados objetivos desejados e pretendidos. Essa ideia foi permanecendo e, até aos dias de hoje, a ideia de poder não descolou do seu significado dando assim, origem ao conceito atual que mais comumente se utiliza baseado na relação entre aquela que é a atividade humana e a gestão dos recursos necessários ao exercício de poder, a fim de se alcançar um conjunto de objetivos que se pretendam:

“(…) A definição do poder como tipo de relação entre sujeitos tem de ser completada com a definição do poder como posse dos meios (entre os quais se contam como

principais o domínio sobre os outros e sobre a natureza) que permitem alcançar justamente uma "vantagem qualquer" ou os "efeitos desejados"" (Bobbio, Matteuci, & Pasquino, 1998, pp. 954-955).

De uma forma bastante simples pode-se dizer que nos dias de hoje a "política" é a gestão equilibrada dos recursos, encontrando-se igualmente norteada para os mesmos, tendo em vista alcançar um determinado conjunto de resultados decorrentes do exercício de poder.

No caso das políticas públicas o conceito de "política" tem um outro sentido, conforme foi dito anteriormente. E, tal como no caso isolado de "política" também é um conceito que não possui uma definição que seja amplamente aceite por todos os autores, tornando-a um pouco arbitrária, fruto de algumas especificidades que a mesma comporta. No caso deste conceito, poder-se-á retomar um pouco a ideia que Platão enunciara acerca da capacidade de efetivamente se tomarem decisões, demonstrando então possuir um sentido mais concreto e pragmático do que o conceito inerente à política e, com uma estreita ligação a cenários de tomada de decisões, que, tenderão a gerar um determinado impacto aquando da sua implementação. Encontramos então aqui a política como um processo de elaboração de um conjunto de ações, tendo em vista a resolução de problemas. Não obstante, contém ainda todas as consequências e todos os impactos que decorrem de uma tomada de decisão para a resolução de um problema: "A policy entails the broad statement of future goals and actions, and expresses the ways and means of attaining them" (Khan, 2016, p. 3).

Para que surja uma Política Pública, a mesma, tem de comportar necessariamente duas características em simultâneo: A intencionalidade e a resolução de um problema, possuindo sempre um carácter público. Esse carácter apenas acontece quando a relevância do problema a que se pretenda dar resposta seja de âmbito coletivo, ou afete um número significativo de pessoas: "Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público."<sup>4</sup> (Secchi, 2012, p. 3).

São duas características em simultâneo, que apesar de serem um ponto de concórdia entre os diversos autores, geram definições que são marcadas pela arbitrariedade. Num primeiro lugar as políticas públicas poderão ser olhadas através de duas grandes perspetivas que são a estatal e a policêntrica. Conforme o nome indica, no caso da primeira perspetiva a abordagem leva-

---

<sup>4</sup> É um conceito com distintas interpretações de como é visto, porém pode-se caracterizar como uma divergência entre o *status quo* que para uma determinada realidade seja inadequado e aquela que poderá ser a situação ideal. Recordando que deverá afetar uma quantidade considerável de pessoas. (Secchi, 2012).

nos a auferir que as políticas públicas apenas o são quando emanadas pelo ator estatal, neste caso, o Estado. Apesar disso, não invalida a influência de outros atores, mas estes não assumirão uma posição de liderança nem tomarão decisões, o que tornará a política pública numa política pública quando é emanada pelo Estado e não por qualquer outro ator.

No caso da segunda perspectiva, múltiplos atores de diferentes tipologias como são o caso de organizações ou organismos multilaterais, entre outros que, em conjunto com o Estado encontrar-se-ão presentes no processo de elaboração da política pública bem como no processo da tomada de decisão. Neste sentido, com esta abordagem permite-se então uma multiplicidade de centros de tomada de decisão sempre com uma certa regulação, mas onde as iniciativas e as tomadas de decisões possuem diferentes origens, para além da origem estatal. Neste último caso as políticas públicas possuem esse carácter não por serem emanadas pelo ator estatal, mas sim, pela sua pretensão em resolver problemas públicos.

Para além dessa especificidade que leva a divergências entre autores, uma outra especificidade que causa discussão é a escolha de se atuar ou não atuar perante um determinado problema público. Ou seja, se a decisão passar pela inação, é uma forma de política pública. Esta opinião é vista por outros autores como sendo contraditória à necessidade de uma tomada de decisão, por entre um conjunto de soluções pensadas para o problema público, ou seja, acaba por carecer da componente resolutive do problema.

Uma última especificidade que contribui para a arbitrariedade no conceito reside naquele que será o nível onde a política pública será operacionalizada, dado que para alguns autores as mesmas apenas o poderão ser consideradas quando temos um grande objetivo ou um conjunto de grandes objetivos para que seja possível formular-se uma agenda, ou para outros autores, se poderão existir noutros níveis mais operacionais e adotadas em âmbitos mais pequenos como municípios e regiões específicas: “Se fosse adotada essa delimitação, excluiria da análise as políticas municipais, regionais, estaduais e aquelas intra organizacionais que também se configuram como respostas a problemas públicos” (Secchi, 2012, p. 8).

Em suma, para este trabalho assumir-se-á como definição de política pública o conjunto de diretrizes e orientações tendo em vista a procura de resolução de um problema público, agindo em conformidade com as características do mesmo, através de uma abordagem policêntrica e onde coexistem os vários níveis de atuação: desde os grandes objetivos até às políticas de tipologia mais operacional.

A partir da sua definição é possível, igualmente, proceder-se a uma classificação das tipologias das mesmas para uma facilitação da sua análise e na forma como poderão as mesmas serem implementadas e possíveis impactos que advirão dessa tomada de decisão. Na temática da tipificação das políticas públicas existem vários modelos e cada analista de políticas públicas poderá criar a sua própria tipificação através da abordagem que pretenda e/ou que considere mais correta, tendo sempre em conformidade os objetivos que com as mesmas se pretendam alcançar.

Com base de que são as políticas públicas a determinarem a política, Theodore J. Lowi foi um destes autores, que, tendo como base o impacto das políticas públicas na sociedade, tipificou-as em quatro tipos:

1. Políticas regulatórias (*Regulatory policies*) – São políticas que regulamentam modos de ação e de funcionamento de instituições e pessoas: “estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados” (Secchi, 2012, p. 20).
2. Políticas distributivas (*Distributive policies*) – São políticas que se baseiam sobretudo numa relação custo-benefício, onde o custo é suportado pelo coletivo e os benefícios são para determinados atores públicos e/ou privados: “geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade/contribuintes” (Secchi, 2012, p. 20).
3. Políticas redistributivas (*Redistributive policies*) – Tal como no caso das políticas distributivas aqui temos um custo que apenas alguns suportam e os benefícios são igualmente apenas para alguns: “concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outra categoria de atores” (Secchi, 2012, p. 20).
4. Políticas constitutivas (*Constituent policies*) – É através desta tipologia de políticas que se definem quais as competências, as regras e permitem a elaboração de todas as outras políticas, dado que as permitem criar e regular: “são regras sobre os poderes e regras sobre as regras” (Secchi, 2012, p. 21).

Para além desta tipificação por parte de Theodore Lowi surgiram outras, algumas possuíam como critérios a concentração dos custos e dos benefícios da mesma, ou a atratividade e importância para o público e o seu nível de complexidade técnico.

Gunnel Gustafsson com o seu artigo *Symbolic and pseudo policies as responses to diffusion of Power* (1983) foi um autor que também contribuiu para a tipificação das políticas públicas observando-as e delimitando-as através da relação entre aquele que é o conhecimento necessário para a sua elaboração e implementação e olhou para a intenção do decisor na sua implementação. Novamente divididas em quatro tipos, podemos encontrar:

1. “Actual policies” – São políticas em que existe realmente por parte do *policymaker* uma intenção de as implementar bem como a disponibilidade do conhecimento para as elaborar.
2. “Pseudo policies” – São políticas onde existe interesse para a sua implementação, mas não possui qualquer conhecimento de forma a elaborá-las corretamente.
3. “Symbolic policies” – Nesta tipologia o *policymaker* possui os conhecimentos para as elaborar, porém não tem pretensão de as implementar.
4. “Nonsensical policies” – Estas políticas traduzem-se então num conhecimento fraco ou nulo por parte do *policymaker* e sem qualquer intenção por parte do mesmo, na sua implementação.

Uma outra curiosa tipificação é a de Bozeman e Pandey (2014) onde se aborda a diferença entre aquilo que são os aspetos técnicos da política e os aspetos políticos da mesma: “(...) possui apenas uma variável, que é a categorização do conteúdo em técnico ou político, polarizando o olhar do analista para esse binómio” (Muzzi, 2014, p. 16). Podem-se então determinar políticas com aspetos mais técnicos, onde estes muitas vezes prevalecem face aos aspetos políticos ou o seu oposto, contudo, nesta diferenciação existe sempre a possibilidade de alterar a tipificação, possuindo esse carácter de mutabilidade.

Mas, apesar de qualquer que seja a tipologia de escolha por parte do analista na caracterização de cada tipo de políticas públicas as fronteiras da sua delimitação são um pouco difusas, o que torna um pouco difícil ter uma tipificação absoluta.

## 1.2 O papel do Estado nas Políticas Públicas

Tendo em conformidade as duas grandes abordagens para uma elucidação daquele que poderá ser um conceito de política pública existe em ambas um ator comum que poderá ser o ator principal (perspetiva estatista) ou apenas mais um entre todos os outros atores (perspetiva policêntrica). Porém, independentemente daquela que poderá servir de perspetiva e, conseqüentemente, a posição da relevância do seu papel no processo de decisão, será sempre um ator de extrema importância: o Estado.

O conceito de Estado, tal como, o de política ou o de política pública é algo que não tem uma definição que seja universalmente aceite por toda a literatura, pois poderá ser analisado através de diversos pontos de vista, como acontece com as outras definições. É um conceito que tem algumas especificidades e que difere segundo a abordagem científica com que se pretenda olhar. Tendo como abordagem científica a da ciência política o conceito de Estado fomenta-se a partir da tríade: comunidade, território e poder político.

Em conformidade com a Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow<sup>5</sup> o homem primitivo é forçado a sedentarizar-se devido a um conjunto de razões de distintas ordens, leia-se necessidades, com uma especial relevância para a questão da sua sobrevivência.<sup>6</sup> Sem que as necessidades de segurança e fisiológicas se encontrem asseguradas o ser humano não conseguirá ascender a outros patamares de necessidades dessa hierarquia e procurar assegurar outras necessidades que o permitam alcançar a felicidade ou o seu fim, pois as necessidades fisiológicas e de segurança são a base. Sendo, pois, a necessidade de sobrevivência que obrigou a que as tribos se fixassem num determinado território, um espaço que escolheram igualmente por diferentes motivos atrativos, tendo em conformidade, se a seleção do mesmo serviria para encontrar as respostas mais favoráveis aos seus estímulos, tanto de ordem vital como de outras ordens, como é o caso, por exemplo, da própria espiritualidade. É nesse sentido que um conjunto de indivíduos estabelece entre si relações, fixando-se num determinado território e tendo em vista gerir a escassez de bens e a manutenção da sua

---

<sup>5</sup> No ponto de vista de Abraham Maslow o ser humano é motivado a satisfazer cinco ordens de necessidades que, desde a base até ao topo, todas deverão ser satisfeitas em jeito de continuidade. São elas as fisiológicas, de segurança, sociais, autoestima e autorrealização.

<sup>6</sup> Existem, ainda diversos vestígios dos povos primitivos e da sua passagem pelos territórios. Um desses exemplos são os “Castros” que incentivavam à fixação dos núcleos populacionais: “... base histórica renovada e futura de uma povoação, de uma igreja ou paróquia motivando de novo à sua volta, possivelmente, os mesmos incentivos para a fixação de um aglomerado populacional, como os que teriam estado na origem da sua primitiva fundação” (Machado, 2006, p. 17).

sobrevivência que se cria o sistema político, tal como Aristóteles pensou na explicação do surgimento da política, permitindo-se assim, o fomento da figura do Estado.

A primeira vez que a palavra Estado surgiu foi na Época Moderna por via de Maquiavel e este Estado Moderno é um pouco diferente daquilo que era a *Pólis* grega que inspirou Aristóteles. A *pólis* é, regularmente, denominada de cidade-Estado, mas estas unidades territoriais em relação ao Estado que surgiu na Época Moderna possuem uma extensão territorial muito inferior. Porém, apesar da sua pequena expressão territorial, igualmente, nas cidades-Estado gregas existia um ordenamento e uma organização a que os cidadãos deveriam obedecer, contendo o monopólio da justiça, o militar e o de tributação, o que irá, igualmente, suceder no Estado Moderno.

O estado moderno surge a partir da formação de Estados nacionais na égide das monarquias absolutas. A crise que se instaurara do feudalismo e o seu subsequente fim permitiu a criação desse Estado nacional numa tentativa de acalmar os conflitos internos. Na época moderna a preocupação fulcral da política é procurar a paz interna dos Estados para que os mesmos pudessem usufruir de estabilidade política e, para isso, a organização política deveria possuir o domínio territorial e o monopólio da força legítima. Forçou-se, pois, o abandono da sociedade feudal<sup>7</sup>, procurando assegurar as necessidades da nova classe que emergiu através do mercantilismo – a Burguesia. A burguesia necessitava de um Estado forte e centralizado que contivesse o monopólio da lei, da segurança e da tributação, direitos que estavam dispersos pelos senhores feudais e mutáveis pelas suas vontades. Com o surgimento do estado moderno todos esses monopólios concentravam-se, agora, no Estado. Tendo este processo sido acompanhado pela secularização, onde o primado espiritual foi substituído pelo primado político e o indivíduo separou-se do poder eclesiástico colocando-se livre no centro do mundo.

Dois grandes nomes que dissertaram acerca do Estado Moderno são Hobbes e Maquiavel. Para ambos é a natureza humana e, igualmente, a sua procura incessante pela sobrevivência que irá originar a procura do fomento da entidade estatal.

---

<sup>7</sup> A sociedade feudal caracterizava-se por uma economia de subsistência e maioritariamente agrária com uma estrutura social hierarquizada e de pouca mobilidade social, onde os senhores com os feudos administravam a justiça, regulavam a tributação, possuíam um exército e definiam direitos e deveres. O rei possui neste tipo de sociedade apenas um carácter simbólico.

Para Maquiavel o indivíduo possui uma espécie de duplicidade na sua natureza, dado que na sua primeira natureza este é regido e motivado por aqueles que são os seus desejos e as suas ambições, procurando alimentá-los, acabando assim por entrar em conflito com todos os outros, dado que também todos os outros pretendem satisfazer as suas próprias paixões e desejos, pois a sua própria natureza os impele a isso. Porém, essa procura pela satisfação da sua natureza acaba por determinar neles uma trajetória de descontentamento, dado que a vivência entre todos será marcada por um constante conflito, pois, seja por eles próprios ou pelos outros não conseguirão satisfazer todos os seus desejos e paixões. Não conseguindo viver em descontentamento e sem qualquer sinal de paz ou de estabilidade surge então a necessidade de regular essa primeira natureza conflituosa, permitindo-se, dessa forma, surgir uma segunda natureza no Homem. Com a criação de leis e métodos cooperativos, pelos quais se deverão reger, “educa-se” essa primeira natureza nesses bons hábitos o que, consequentemente, permite gerar-se a paz e a estabilidade, que eles tanto anseiam. Igualmente, em Hobbes temos a concepção de que o Homem antes de se tornar um cidadão possui características que geram uma vivência em constante conflito e descontentamento, necessitando de ser regulado por uma outra figura que procure a estabilidade e a paz, como nos diz Pereira e Gonçalves (2016).

Contrariamente ao que Aristóteles defendia, tanto para Hobbes como para Maquiavel o indivíduo na sua natureza não sentia qualquer necessidade latente de viver em sociedade. Essa necessidade apenas surge como um resultado da inevitável procura pela ordem e paz, celebrando-se voluntariamente por parte dos homens, um contrato. Para Hobbes o estado que vigorava antes da figura do Estado e, apesar da racionalidade dos homens era um estado pleno de caos, dado que todos os Homens eram livres de fazerem o que quisessem e, viveriam assim, em constante conflito. Nesse *status naturalis* ou “estado de natureza” reinavam a insegurança, a guerra, os medos e a desconfiança, mas, dado que o poder da razão se fez valer, utilizando um dos pressupostos de Aristóteles, no uso da Razão, os Homens decidiram que deveriam limitar esse caos através da eleição de um soberano que os governasse para que conseguissem, então, encontrar na sua governação um garante de ordem social, consentindo assim, através de um contrato, a sua passagem ao estado de sociedade. Para este autor é esse contrato de paz que torna o Homem do estado de natureza um cidadão.

Em Maquiavel podemos encontrar um foco especial no governante e, não tanto na comunidade humana que governa, residindo nele essa principal função da procura pela

manutenção da estabilidade política através das suas ações, devendo este procurar sempre a paz interna daquela que é a sua República e, contrariamente a Hobbes, é dele e não dos indivíduos que governa, a escolha de paz, executando todos os mecanismos e procurando sempre mantê-la, ainda que tenha de recorrer, por vezes, a mecanismos ou métodos que são contra a moral.

Quer se explique o surgimento do Estado por uma via natural ou contratual em ambas continuamos a encontrar a tríade: comunidade, território e poder político. O conceito de Estado tem de conter estes três elementos essenciais bem como todas as relações que se estabelecem entre os mesmos. O primeiro elemento – a comunidade humana – visa o conjunto de indivíduos que se encontram ligados entre eles por terem em comum a sua pertença ao mesmo Estado e ligados ao próprio Estado através do exercício da sua cidadania. O segundo elemento – o território – é um elemento muito importante pois sem que a comunidade se fixe num determinado território não existe nele qualquer Estado. O território constitui uma condição inequívoca dado que é com o traçado das suas fronteiras que, é verificável o exercício da sua soberania em termos espaciais, sendo este inalienável. O terceiro elemento – o poder político – podemos encontrar o exercício de poder pelo povo na eleição do seu representante e a criação de leis que regulam a sua vida tendo em vista a prossecução dos seus fins.

A definição de Estado que ainda hoje conhecemos é a expressão que o estado moderno nos legou. Detém as especificidades de uma concentração de poderes no Estado, a limitação e definição clara e precisa dos limites do território e uma regulação e controlo efetivo por parte do Estado dentro desses mesmos limites territoriais, exercendo o seu poder político, que provém da comunidade humana que nele habita. Para além desses elementos essenciais os seus fins continuam igualmente inalterados, procura-se com o Estado o fim da segurança, da justiça e do bem-estar, podendo então dizer-se do Estado:

“(…) é a comunidade constituída por um povo que, a fim de realizar os seus ideais de segurança, justiça e bem-estar, se assenhoreia de um território e nele institui, por autoridade própria, o poder de dirigir os destinos nacionais e impor as normas necessárias à vida coletiva” (Amaral, 1984, p. 1128).

Importa referir que nas últimas décadas temos assistido a uma reconfiguração do papel do Estado naquele que é o sistema internacional perante os novos desafios que advieram com a

nova ordem mundial, acompanhando as ideias de uma partilha de interesses, bem como de valores no sistema político internacional.

“In the past three decades transnational interactions have intensified dramatically, from the production systems and financial transfers to the worldwide dissemination of information and images through the media, or the mass movements of people, whether as tourists or migrant workers or refugees” (Santos, 2006, p. 393).

Estas interações referidas por Boaventura Sousa Santos referem-se ao fenómeno da globalização. Foi através da globalização que se permitiu que se começasse a falar a partir de então numa *aldeia global* onde o Estado deixou de ter um papel predominante e único nas relações internacionais e passou a ser um dos vários atores desse sistema, podendo estabelecer relações com todos os outros atores, não tendo de ser necessariamente outros Estados. Neste novo sistema, todos os atores se encontram mais interdependentes em múltiplas dimensões e, essa interdependência acarreta novos desafios e ameaças, que, passam a ter um carácter igualmente global, tornando-se assim desafios que vão além-fronteiras, o que remete para a definição que Anthony Giddens enunciou nos anos noventa: “the intensification of worldwide social relations which link distant localities in such a way that local happenings are shaped by events occurring miles away and vice versa.” (como citado por Maltez, 2011, p. 106). Ou seja, todos os desafios, riscos e possíveis ameaças, independentemente do local onde aconteçam, deixam de possuir aquele que é o seu carácter local, passando a ter um carácter global, não afetando apenas um, mas todos. Este carácter global compreende para os Estados uma certa insegurança, dado que poderão não conseguir garantir, como outrora na época moderna, a prossecução dos seus fins e garantir as necessidades de segurança, de ordem e de paz dentro das suas fronteiras físicas e, igualmente das suas populações o que leva a falar-se numa crise nas soberanias estatais. Dado que com esta nova ordem internacional emergiram ou reforçaram os seus poderes várias organizações internacionais onde os Estados se agregam em torno de ideais e fins comuns como é o caso da União Europeia, a estas cedem-lhe o poder de decisão em algumas das suas competências, encontrando-se um pouco limitados em certas áreas, o que serve, igualmente, como um contributo relevante para aquele que será o prestígio e a própria imagem do Estado. Neste sentido, com esta alteração dos relacionamentos entre os atores, a soberania dos Estados não é exercida da mesma forma como era exercida na época moderna, dado que existem diversificadas áreas de competências que delegaram e são decididas por essas organizações a um nível supranacional, das quais fazem parte:

“Com efeito, os governos dos estados-membros – confrontados com dinâmicas e constrangimentos suscitados pela globalização, expressos numa imparável liberalização económica mundial e numa concorrência internacional desenfreada -colocavam-se perante desafios a que a atuação individual, ao nível do Estado-nação, não estava em condições de dar resposta eficaz” (Silva, 2013, p. 423).

Portanto, é a necessidade de proteger a sua segurança, uma das suas principais necessidades que o Estado, tal como o comportamento de qualquer organismo vivo, procura salvaguardar-se bem como ao seu território e fronteiras e dar segurança às pessoas que nele habitam mantendo a ordem e a paz, bem como fomentar uma boa imagem externa, participa nas organizações supranacionais e transnacionais, porém existem áreas como a defesa que ainda não se encontram muito vinculadas à soberania estatal. No caso da justiça, o Estado deverá arbitrar e regular as relações entre os homens que dele fazem parte bem como o próprio desenho das funções e poderes das suas instituições de forma que satisfaçam a necessidade do sentimento de justiça nos homens e por fim o bem-estar que não deve ser apenas material, mas contendo outras dimensões de forma a permitir que o coletivo que em si habita, viva bem. São estas as três grandes finalidades que originam a necessidade e o motivo da manutenção de um Estado que jamais poderão ser olhadas de uma forma individual, devendo todas serem prosseguidas simultaneamente. Através destas finalidades consegue-se verificar a importância para o Estado de um conjunto de características estruturais e funcionais que passam pela estrutura de poder organizado e permanente, a necessidade de ser soberano. A importância de ter o monopólio da força legítima, ou seja, a capacidade de mobilizar a força militar e policial para a garantia da ordem e da segurança e a necessidade de com as suas instituições e políticas garantir o bem-estar coletivo.

Tendo cada uma dessas finalidades como imperativos para a sua sobrevivência e delineando através delas um conjunto de objetivos pede-se que procure criar e utilizar as políticas públicas para que possa conseguir oferecer à sua comunidade, de uma forma simultânea, os fins para os quais se propôs quer a sua origem possa ser explicada pela origem contratual ou natural e garantir a sua própria manutenção.

### **1.3 A importância/ necessidade de políticas públicas**

As políticas públicas revelam-se de extrema importância em qualquer sociedade dado que as mesmas poderão atuar nos diversos setores da mesma e através dessa mesma atuação afetar as

diferentes dimensões na vida das populações, tendo em vista sempre o grande objetivo de uma melhoria na vida das populações com um conjunto de objetivos específicos como a inclusão social, o desenvolvimento, etc. Quando uma política pública é elaborada tende a servir para colmatar um problema que está presente ou que surgiu, eventualmente. Quando esta situação acontece é porque existe uma diferença que precisa de ser colmatada entre aquela que é a situação presente e aquela que poderá ser a situação ideal, daí que ao olhar-se para essa diferença possa ser encontrado um problema público ao qual terá de se dar uma resposta eficaz.

Ao alcançar-se a situação ideal através da implementação dessa política pública permitirá não só resolver o problema público como influencia de uma forma positiva a vida das populações, bem como a sua própria visão para com o Estado e para com as suas funções de salvaguarda na prossecução e manutenção das necessidades básicas para que possam preocupar-se com outras necessidades que precisam para que possam viver bem.

No caso do Estado as políticas públicas servem sobretudo para atingir os seus objetivos e, tal como em relação à sua população, com a mesma intenção de sobreviver e de garantir o seu próprio bem-estar e ordem, não apenas internamente, mas igualmente em termos externos.

No âmbito deste trabalho a importância das políticas públicas visa ser uma tentativa de resposta a um problema público relacionado com os antigos combatentes e suas famílias bem como todos os militares que participaram e participam em missões de paz, dado que esses cidadãos no cumprimento das suas funções poderão desenvolver ou ter desenvolvido défices biopsicossociais e/ou profissionais, onde se incluem as problemáticas do stress pós – traumático e o stress pós – traumático secundário, ou seja, a sua forma secundária de se manifestar, sobretudo nas pessoas que mais consigo vivem, na primeira célula de sociabilidade, que é o núcleo familiar.

#### **1.4 O ciclo das políticas públicas**

Atribui-se o nome de ciclo das políticas públicas ao processo que permite através de um conjunto de etapas que são sequenciais, possuindo entre elas relações de interdependência, que no seu conjunto permitem a elaboração e o conseqüente processo evolutivo das Políticas Públicas: “At present, there is a consensus in the research community that the model should

be divided into five major stages: agenda-setting, policy formulation, public policy decision-making, policy implementation and policy evaluation” (Savard, 2012, p. 1).

Tendo como referência a proposta de (Secchi, 2012) a divisão desse processo, é feito em sete etapas com as designações de: identificação do problema, formação da agenda, formulação das alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e, este autor ainda acrescenta um que é a extinção.

Considera-se que a identificação do problema, conforme já foi referido anteriormente passa pela análise daquela que é a situação que se vive e qual poderia ser a situação ideal, quando existe essa diferença, encontra-se então o problema público que deve ser respondido, seja um problema já existente e que se vá agravando com o passar do tempo bem como um problema que surja de forma extraordinária. Esta etapa é muito importante e deverá ser uma das etapas onde a delimitação do problema deve ser apurada e o mais detalhadamente possível, dado que determinará o resto do processo. É nesse momento que se permitirá auferir quais as melhores alternativas para resolvê-lo e se este possui capacidade de resolução ou pelo menos uma mitigação dos seus efeitos.

A formulação da agenda é a súmula de todos os problemas públicos identificados com especial relevância que necessitam de ser resolvidos, não tendo esta um carácter totalmente fechado e imóvel, dado que poderão surgir outros problemas e desaparecer outros. Depois disso, formulam-se as alternativas para a resolução do problema onde para além de se ponderar o universo de políticas possíveis para colmatar esse problema irá também ser equacionado em cada uma delas, as possíveis consequências que irão advir das mesmas, sendo importante ter em conta que os objetivos das mesmas deverão ir afunilando aos poucos e procurarem ser o mais concreto possível, o que irá ter bastante influência pouco depois, na etapa referente à avaliação da política. Numa forma contínua depois destas etapas, é chegado o momento de se tomar uma decisão, aqui depois da formulação do universo das políticas que poderão resolver o problema, selecionar-se-á uma que vá de encontro à resposta do problema, tendo a capacidade de o resolver através de uma solução ou ir ajustando aos poucos os problemas e as soluções ou procurar problemas para resolver através das soluções que já possui.

O processo seguinte é o da implementação da Política Pública onde a Política deixa de ser uma ideia e passa a ser uma ação que produz determinados efeitos e consequências. É a partir

deste momento com esse conjunto de *outputs* produzidos pela ação da Política Pública que servirá para se verificar e analisar a eficácia da mesma e, avaliá-la. É neste momento que se poderá verificar se a Política Pública realmente irá corresponder às expectativas criadas nas etapas anteriores.

Esta etapa poderá ser implementada de duas formas distintas designadas como modelo *top – down* ou *bottom-up*. No caso do primeiro modelo, tal como, o nome indica é um modelo onde a Política Pública é implementada a partir das esferas inferiores da administração e pensada pela esfera política, sem que participe nesse processo de implementação. O segundo modelo permite que a Política Pública seja modificada no decurso da sua implementação de forma a garantir dar resposta às necessidades constantes colocadas por esse mesmo processo.

Na etapa de avaliação onde se auferirá os benefícios da implementação de uma determinada política e se avaliará a resposta dada ao problema público e o seu desempenho, através de um conjunto de critérios e indicadores. Esta etapa poderá ser feita em dois momentos, através da avaliação *ex ante* ou através da avaliação *ex post*. No caso da primeira, a mesma é anterior à sua implementação e a segunda é depois da sua implementação, eventualmente, também poderá acontecer durante a sua implementação a monitorização da mesma a que se dá o nome de avaliação *in itinere*. Depois desta etapa surge então o fim do ciclo através da extinção da Política Pública, seja porque o problema que originou a mesma tenha encontrado a sua resolução, ou se a mesma teve um desempenho ineficiente ou ainda, se o problema público que lhe dá origem se extingue ou perde importância. Apesar deste fim antever uma extinção da Política Pública não implica que a mesma desapareça totalmente, dado que poderá continuar viva mesmo quando o problema público, que lhe deu origem esteja já resolvido ou, simplesmente, é substituída por outra.

### **1.5 A Defesa em Portugal**

Levando em conta a perspectiva de Friedrich Ratzel o Estado ao comportar as mesmas características e necessidades que qualquer ser vivo, faz com que este se transforme num organismo: “O Estado sofre as mesmas influências que qualquer vida. As leis de extensão dos homens sobre a terra determinam a extensão dos seus Estados” (Ratzel, 2011, p. 51).

Para este autor, o solo é determinante para diversificadas características estatais, tanto em termos da sua dimensão ou forma, como também influencia as relações do aglomerado, sejam

elas estabelecidas entre si ou com os outros Estados. Aliás, existe um verdadeiro consenso de que essa porção de solo que origina o Estado é de extrema importância, dado que o Homem, conforme já foi referido, não consegue sobreviver sem um território que dê resposta às suas pulsões e, sem o mesmo, não é igualmente possível existir o Estado, daí que quando se pensa no território do Estado, se pense em algo com um carácter permanente e inalienável. A questão territorial sempre se mostrou ser de extrema importância bem como a delimitação de fronteiras, que com a globalização se veio a alterar um pouco. Apesar das fronteiras se mostrarem ser sempre uma questão de grande veemência por parte dos Estados, pois, através da delimitação das mesmas permite-se a consolidação do território estatal, onde se exerceria a soberania e permitiria a existência estatal enquanto uma unidade política e física. No caso português apesar das suas fronteiras, ao longo da história, terem sofrido muito poucas alterações e terem uma certa estabilidade existem ainda questões “pendentes” nas mesmas, o que poderá levar a uma falta de delimitação de fronteiras nessas áreas como é o caso de Olivença, onde as autoridades espanholas baseiam a sua posse no Tratado da Convenção de Badajoz de 1801<sup>8</sup> e as autoridades portuguesas admitem que a mesma faz parte da República Portuguesa. No entanto, não existem quaisquer diretrizes de política externa para que o território regresse à soberania portuguesa, apesar das autoridades portuguesas afirmarem e recordarem que Olivença é portuguesa sob tutela da administração espanhola.<sup>9</sup>

Portugal define na sua constituição, sua lei fundamental, no artigo 5º o seu território e a delimitação do mesmo, onde se poderá encontrar o princípio de que o “Estado não aliena qualquer parte do território português ou dos direitos de soberania que sobre ele exerce, sem prejuízo da retificação de fronteiras” (Assembleia da República, 2016, p. 10). A questão territorial demonstrou sempre ser de suma importância para o país e seus governantes dado que desde o primeiro texto constitucional português no ano de 1822 que é referenciado o território português e ainda se faz uma espécie de adenda no artigo que se lhe segue dando conta de que o país não renunciará ao direito de ter outro território que não se encontrasse detalhado, encontrando-se repetido nos seguintes textos constitucionais de 1826, 1838 e 1933, dado que as fronteiras da generalidade dos países, onde se inclui Portugal, foram traçadas depois de lutas e guerras onde se perderam muitas vidas humanas, sendo a partir daí

---

<sup>8</sup> Tratado da Convenção de Badajoz ou Paz de Badajoz foi celebrado a 6 de junho de 1801 entre Portugal e uma coligação franco-espanhola colocando fim à Guerra das Laranjas.

<sup>9</sup> Para além de Olivença existem ainda mais três terras com quase idêntica situação. São elas São Félix dos Galegos ou San Felices de los Gallegos, Salvaterra do Minho ou Salvatierra de Miño e Ermesinde ou Hermesinde.

construídas. Daí decorre, igualmente, a ideia proferida por Amaral (1984) que enuncia para além dessa ideia de permanência e inalienabilidade, um carácter sagrado, demonstrado, por exemplo no caso do Papa João Paulo II através do ato de beijar o solo do país que o recebia ou a oferenda de uma arca de ferro com terra do castelo de Guimarães aos chefes de Estado que visitavam Portugal.

Se o Estado é um organismo vivo idêntico ao Homem e, tal como já foi referido, a sobrevivência é igualmente a sua principal preocupação e para que este possa sobreviver, deverá proteger-se e defender-se, procurando não só fornecer segurança à comunidade, mas, igualmente, procurar a sua própria segurança e defesa e só assim poderá cumprir a sua função. Desde o início da fundação daquele que viria a ser o futuro Reino de Portugal que os governantes se têm vindo a preocupar com o território e a sua defesa, aliás um dos fins das organizações políticas é a segurança. Se a segurança é um dos seus fins que se propõe alcançar, então a defesa acaba por ser a forma como se irá atingir esse objetivo, ou seja, é a operacionalização de um conjunto de normas, atuações, etc. Cujo fim último é alcançar a segurança. Como Couto (1982) referiu, o ordenamento do território português esteve e ainda hoje se encontra dependente, no decorrer dos séculos na história do país, daquelas que serão as necessidades de defesa e os seus interesses, podendo em alguns casos dizer-se que acaba mesmo por ser um instrumento à mercê da defesa face às possíveis ameaças ou ataques ou um condicionante à mesma. O mesmo autor destaca três grandes períodos que demonstram o ordenamento do território para servir de instrumento à defesa do país, marcantes na nossa história.

Foi com a preocupação da independência do Reino de Portugal que os reis portugueses, no decorrer dos seus reinados, ordenaram o território com a principal preocupação da defesa do mesmo recorrendo à construção de uma rede de castelos no Alentejo, sobretudo no reinado de D. Afonso III, sendo disso exemplos os castelos de Portel, Estremoz e Arronches:

“Nesta altura, a organização do espaço obedecia à matriz das *civitates*, grandes unidades territoriais comandadas a partir de um lugar central fortificado, tendo-se registado muita construção de castelos na fachada noroeste” (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 20).

Para além do conjunto das fortificações no Alentejo, houve uma clara aposta nas fortificações ou reconstruções das mesmas e povoamentos junto às terras raianas, o que permitiu a uma definição, cada vez mais clara e estável das fronteiras do território de Portugal e Espanha:

“Para além dos importantes ganhos territoriais, a campanha de 1296 definiu para sempre a fronteira luso-castelhana – uma das mais antigas e estáveis da Europa. Este facto permitiu a D. Dinis reforçar o povoamento raiano e investir na construção ou restauro de castelos fronteiriços. Mas o dinamismo do monarca materializou-se ainda no estímulo à economia, através do apoio à realização de feiras francas (...)”  
“(Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 85).

Mais tarde, já em tempos da Restauração apostar-se-ia num repovoamento das regiões mais degradadas no interior e na reconstrução das fortificações aí presentes, de forma a criar, igualmente, a ideia da necessidade de um exército que fosse permanente, apostando sobretudo nas praças de fronteira: “(...) e, quanto às fortificações, foram mandadas reparar ou reconstruir castelos, fortalezas e muralhas de fronteira” (Centeno, 2008, p. 29). Dessas fortificações são exemplos: Elvas, Olivença, Almeida e Moura. Mas foi igualmente nesse período que se deu especial atenção a outros elementos importantes no ordenamento do território que tendem a condicionar a defesa como é o caso da localização de fontes de energia ou a existência de reservas e, nesse sentido, durante o reinado de D. João IV foram criadas em Tomar e em Figueiró fábricas de ferro e, em vários pontos do país, foram, igualmente, criadas fábricas para fornecimento de salitre e pólvora. Para além disso, no Alentejo e Ribatejo foram criadas reservas para criação de cavalos e, sentindo a necessidade de apostar na técnica e conhecimento, criou-se uma Aula de Fortificação e Arquitetura Militar na Ribeira das Naus, em Lisboa que, mais tarde, em 1701 originou uma outra em Viana do Castelo e, foi exportada, igualmente, para o Brasil que, à época era território português, em distintos pontos como na Baía, Rio de Janeiro, Pernambuco e Maranhão.<sup>10</sup> Num período mais recente, a construção de linhas de comunicação, por exemplo, é igualmente vista por Couto (1982) como uma forma de ordenar o território, estrategicamente, para a defesa. Denotando-se, assim, que para Portugal tal como outros Estados, a área da defesa sempre foi de extrema importância.

Tal como é preconizado na Constituição da República Portuguesa em que se afirma como uma obrigação do Estado assegurar a defesa nacional que lhe permita assegurar e manter

---

<sup>10</sup> (Centeno, 2008, p. 30).

aquela que é a sua soberania, segurança e até mesmo o seu território utilizando para esse efeito as Forças Armadas, cuja primeira obrigação trata-se de defender a Pátria. Porém nos dias de hoje conforme Adriano Moreira exemplifica, se durante anos a fronteira de Portugal foi a fronteira delimitada pelos seus territórios ou seja uma fronteira em termos geográficos, com a integração do país em organismos coletivos supra-estatais tendo em vista a cooperação em diferentes áreas como o caso da Organização do Tratado Atlântico Norte com a sigla de NATO logo no ano de 1949 e mais tarde na Comunidade Económica Europeia ou CEE, que mais tarde viria a ser União Europeia, a fronteira geográfica deixou de coincidir com a fronteira de segurança, ou seja, existem múltiplas fronteiras e “o antigo dever de defesa aparece transferido para a fronteira de segurança coletivo (...)” (Moreira, 2000, p. 319). Conforme já foi referido, a partir da última vaga que nos é conhecida da globalização estamos perante uma nova ordem internacional que, nela coabitam todos os atores, possuindo entre eles relações de interdependência por um conjunto diverso de razões que se baseiam na sua própria sobrevivência. Dada a relação de interdependência não existe qualquer ator que não seja afetado por aquilo que se passa ao seu redor, ou seja estes desafios e ameaças vão muito além das fronteiras físicas que o estado moderno preconizado por Hobbes nos habituou. Para além da ideia de Moreira (2000) em relação a uma multiplicidade de fronteiras que coabitam, é através da Teoria da Diversificação e Articulação das Fronteiras que conseguimos explanar o modo como a componente da defesa de um país já não se traduz unicamente na Fronteira de Soberania do mesmo, dado que vivemos num mundo complexo com bastantes relações de interdependência e com ameaças cada vez maiores e mais maciças. De acordo com Leandro (1992) a integração dos Estados no conjunto de sistemas coletivos de segurança é inerente à preocupação com a defesa do país, que já não se encontra dependente apenas daquelas que são as suas fronteiras de soberania, que no estado moderno eram os seus limites territoriais e/ou as suas possessões coloniais. É, através destes sistemas coletivos de segurança que se irá desenvolver a Fronteira de Segurança, que será mantida através de alianças, como é o caso da NATO, demonstrando-se assim que a defesa de qualquer Estado possui tanto uma componente nacional como uma componente internacional. Os sistemas coletivos de segurança baseados nas alianças entre os diferentes Estados resultam pois, no leque dos seus interesses nacionais,<sup>11</sup> a que a componente militar tenderá a surgir associada, a existência de

---

<sup>11</sup> Todos os Estados possuem um conjunto de Interesses Nacionais que exercerão um impacto nas relações estabelecidas com outros.

estabilidade e paz em níveis internacionais são relevantes para si, para a sua própria estabilidade e até imagem, daí que seja tão necessária a cooperação nesta matéria.

Já na constituição de 1933 encontra-se descrita a ideia de uma cooperação do Estado Português com outros tendo em vista a paz entre os povos e o progresso<sup>12</sup> e, pós-25 de abril até aos dias de hoje a questão da defesa não tem sido esquecida, quer em contexto nacional ou quer internacional. Pois, o programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) após a revolução de 1974 firmou as intenções daquele que viria a ser o novo regime democrático. Veio logo afirmar que o Governo Provisório que decorresse da mudança de regime, reger-se-ia pelos “princípios da independência e da igualdade entre Estados da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz (...)” (Movimento das Forças Armadas, 2020). Para além disso, é logo dito que irá respeitar os compromissos internacionais que tenha e dos tratados em vigor, ou seja, a sua presença em organizações como a NATO e a Organização das Nações Unidas ou ONU, o que serviria não apenas para dar conta das suas intenções em matéria de política externa, mas, igualmente, com o fim do novo regime ser reconhecido pelos outros Estados e afirmar o seu estatuto internacional. É, nesse sentido, que os programas de governo têm dedicado linhas programáticas onde se poderão encontrar, cada vez mais explícitas as ambições de paz e estabilidade internacionais com reflexos importantes na componente nacional da defesa. No programa do atual governo (XXII Governo Constitucional) afirma-se a intenção de cooperar ativamente nos domínios da defesa e segurança e permanecer em conformidade com os seus compromissos internacionais:

“As Forças Armadas continuarão a estar onde o país e os seus compromissos internacionais o determinem, cumprindo, com o já habitual sucesso, complexas missões que se considerem proporcionais e compatíveis com o interesse nacional e com o papel que Portugal soube consolidar.” (XXII Governo Constitucional, 2020, p. 43).

Para a concretização desse objetivo, Portugal empenha as suas FA em missões de paz e humanitárias, o que já acontece desde o ano de 1958 com a participação portuguesa na United Nations Observation Group in Lebanon (UNOGIL), o que só se viria a repetir cerca de vinte anos depois em 1978 com a deslocação até África para prestar apoio técnico-militar nas antigas províncias ultramarinas, países com quem Portugal tem laços históricos e promove,

---

<sup>12</sup> Art. 4º (Presidência do Ministério, 1933)

tanto no passado como no presente, relações bilaterais. Este apoio, técnico-militar é considerado um instrumento da política externa do país com os objetivos de assegurar a paz e o desenvolvimento:

“Para Portugal, a cooperação técnico-militar constitui um importante fator de afirmação no mundo. Para os países seus beneficiários, constitui-se como um vetor de desenvolvimento, criando polos de incremento económico e social, através da formação, especialização e qualificação do pessoal militar.” (Conselho de Ministros, 1996).

A defesa em Portugal para além de ser uma área que comporta vários setores sem se encontrar apenas restrita à componente militar é uma área que comporta bastante legislação que vai muito para além de definir regras sobre as FA, Sistema de Informações da República Portuguesa e o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, Polícia Judiciária Militar, a Autoridade Aeronáutica Nacional, Polícia Marítima ou das missões de paz. A legislação na área da defesa divide-se em diferentes áreas, possuindo vários enquadramentos que vão desde o militar como a sua organização e a das FA, as missões internacionais e de cooperação técnico-militar ou a sua participação no dispositivo de proteção civil, o serviço militar, direitos inerentes às carreiras militares bem como os seus deveres, aos de enquadramento económico como o investimento no armamento e no equipamento. De enquadramento jurídico em termos de procedimentos na justiça e a regulação da conduta militar, a forma como se procede a requisição no interesse da defesa nacional os de enquadramento social como os direitos inerentes aos antigos combatentes e aos deficientes das forças armadas.

### **1.5.1 Lei de Defesa Nacional**

A Lei da Defesa Nacional é o documento legislativo por excelência na área da defesa nacional. Aprovada como Lei Orgânica<sup>13</sup> com o título de Lei Orgânica n.º 3/2021 de 9 de agosto. Advém da necessidade de regular a componente militar no país e definir de uma forma clara e objetiva os objetivos e as grandes opções estratégicas da mesma a nível interno bem como afirmar os seus compromissos internacionais, quer sejam no âmbito das regras do direito internacional e da Declaração Universal dos Direitos Humanos quer de todos os

---

<sup>13</sup> As leis orgânicas são leis que deverão ser respeitadas por outras leis, dado que servem de complemento à Constituição.

tratados subscritos pelo Estado português decorrentes da sua participação nas organizações internacionais.

Com esta lei, faz-se uma alusão clara àquilo que Portugal afirma como objetivos no âmbito da defesa nacional e internacional, desde que os mesmos sejam de acordo com o interesse nacional. É também neste documento que se encontram espelhados os objetivos permanentes da política de defesa nacional que poderemos traduzir como a defesa da soberania, da independência, da integridade territorial, da liberdade, segurança, desenvolvimento, paz e ordem, nacionais e internacionais. Neste sentido afirma que só recorrerá à guerra após a ameaça ser realmente consumada ou se encontrar na iminência do mesmo.

Para além disso, a Lei de Defesa Nacional reparte as diferentes responsabilidades nesta matéria pelos diferentes órgãos de poder e do Estado, bem como traça os direitos militares e fundamenta todos os preceitos relacionados com o emprego das Forças Armadas e do serviço militar em Portugal. É na figura do Ministro da Defesa Nacional, seu responsável político pela componente militar da defesa nacional que reside a competência de elaborar e executar a política de defesa e das FA, porém não é o seu único responsável. São responsáveis pela Defesa Nacional o Presidente da República, sendo por inerência o Comandante Supremo das FA; A Assembleia da República; O Governo, dado que a Defesa Nacional não reside apenas na componente militar, todos os outros ministros do governo deverão assegurar em conjunto com o Ministro da Defesa Nacional uma boa prossecução das componentes não militares da política de Defesa Nacional; O Conselho Superior de Defesa Nacional e o Conselho Superior Militar. A componente militar das FA é também responsabilidade do Conselho de Chefes de Estado-Maior; Chefe do Estado-Maior-General das FA e os diferentes Chefes de Estado-Maior da Armada, Exército e Força Aérea.

Também, através deste documento se incumbem as FA da segurança e defesa militar da República Portuguesa e são colocadas sob as ordens dos órgãos de soberania e ao serviço dos Portugueses executando todas as missões explanadas no seu artigo 24º.

### **1.5.2 Defesa 2020**

A Defesa 2020 é uma estratégia definida pelo XX Governo Constitucional que foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 26/2013, de 11 de abril. Através desta estratégia procura-se definir as linhas de orientação para a Defesa Nacional, existindo uma clara aposta

na modernidade e na sustentabilidade das Forças Armadas Portuguesas. Importa referir que tal como é preconizado no art 6º da Lei de Defesa Nacional. Este documento nasce de um programa de governo e pretende servir como linha estratégica de execução da política de defesa nacional: “As orientações fundamentais da política de defesa nacional são definidas no programa do Governo, em obediência aos princípios fundamentais e aos objetivos permanentes definidos na Constituição e na presente lei” (Assembleia da República, 2009, p. 4542). Esta estratégia veio proceder a algumas alterações em matéria legislativa tanto no documento legislativo que é a base: a Lei da Defesa Nacional como a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas e até no próprio Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

A Defesa 2020 é a súpula de aspirações em relação a um novo período estratégico e a uma reorganização na estrutura da defesa nacional e das FA, dado que é através da mesma que as competências do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas ficam reforçadas em matéria de direção e execução da mesma e, se procede a uma alteração na articulação e coordenação dos atores Estado Maior General das Forças Armadas, os ramos das FA e o Ministério da Defesa Nacional. Nesse sentido, com esta reforma o sistema de forças nacional alterou-se em conformidade com as necessidades e possibilidades definindo-se então uma força de reação imediata, que procederá a missões de carácter público complexas como a evacuação de cidadãos em áreas de conflito ou de crise e responder a emergências em termos nacionais.

Para a defesa aérea, vigilância, fiscalização, patrulhamento, entre outros terá de existir um conjunto de Forças Permanentes em Ação de Soberania. Vocacionada para dar uma resposta eficaz a todos os compromissos internacionais, até ao número de três operações simultâneas com uma pequena dimensão ou de uma única de grande dimensão, por períodos de seis meses é definido um conjunto modular de forças.

Tendo isto definido, são igualmente definidos para cada ramo das FA pressupostos específicos em relação a cada uma das tipologias de forças integrantes do sistema nacional de forças que os abrangem. Nesse sentido, em termos das duas tipologias a Marinha tem como orientações a capacidade de ter duas unidades navais – fragata – a operar em simultâneo. Para além das fragatas mune-se de meios anfíbios, submarinos, navios para efetuar patrulhas oceânicas, fiscalização na costa e todas as outras missões que sejam consideradas de interesse público. No caso do Exército, em simultâneo poderão operar três unidades de combate,

unidades de apoio ao combate ou de serviços. Poderá exercer o comando de uma operação em qualquer cenário de combate e, em qualquer grau de intensidade, desde que, possua um escalão de brigada e seja por tempo limitado. Para além disso, encontra-se habilitado para reforçar o quadro das alianças, utilizar a capacidade de dissuasão e auxiliar em missões no âmbito da segurança e defesa do território e sua população bem como apoiar em casos de emergência.

O ramo da Força Aérea possui a capacidade de ter até três destacamentos com pequenas dimensões em períodos de curta duração ou um destacamento no caso de ser um período alargado. Para além disso, contribui para a segurança e vigilância do espaço aéreo e outras missões que sejam de carácter público.

A reforma visa também procurar alterações estruturais e de âmbito mais económico a fim de alcançar uma rentabilização de recursos, uma preocupação com o ciberespaço nacional e um empenhamento mais direto e concentrado do dispositivo das FA.

Uma das coisas que esta estratégia possui é a tentativa de uma preparação das FA atuais mas, igualmente, uma vontade de serem atrativas para os militares e para os cidadãos que queiram ou que se sintam motivados a pertencer às mesmas e é no sentido não só de tentar regular as carreiras militares com as necessidades do efetivo, mas também como um sinal de atratividade a criação de postos “intermédios” na escala da hierarquia militar como comodoro, subsargento e cabo-mor e ainda uma clara aposta na modernização e formação contínua no âmbito do ensino superior militar, que ganhou particular destaque.

Na Defesa 2020 pode encontrar-se uma referência no âmbito das políticas sociais e é precisamente nesse âmbito que se fala nos Deficientes das Forças Armadas, doravante denominados como DFA e o apoio a ex-combatentes com um conjunto de medidas nos planos económico, de saúde, sociais como aquisição de próteses bem como uma aposta numa redução do processo do pedido de qualificação de deficiente militar.

Estas têm sido as linhas pelas quais a ação política se guiou e ainda hoje se guia, até nova revisão e/ou reforma, criando mecanismos e métodos para alcançar os objetivos traçados.

## Capítulo 2 – O papel das armas

Neste segundo capítulo da dissertação é realizada uma contextualização histórica das FA portuguesas, bem como se demonstra a necessidade e importância do poder militar para o país, dando conta das suas dimensões de atuação e a forma como se tem relacionado com a sociedade portuguesa ao longo dos séculos, com particular foco na participação portuguesa na 1ª Guerra Mundial e a Guerra Colonial.

### 2.1 Necessidade e importância das Forças Armadas

“Ser soldado é dedicar-se por completo à causa pública, trabalhar sempre para os outros. (...) Porventura vê-o só a marchar e a combater? Cava trincheiras, levanta parapeitos, barracas e quartéis, atrela-se às viaturas, remenda a farda, cozinha o rancho e o que tem de seu trá-lo às costas, na mochila.” (Albuquerque, 2020)

As palavras de Mouzinho de Albuquerque<sup>14</sup> fazem apologia à necessidade fundamental da componente militar, com especial foco na figura do soldado e suas funções, para a vitalidade de qualquer Estado que se aproxima um pouco da ideia de Raymond Aron (2002) que traduziu as relações entre Estados em duas figuras: o diplomata e o militar. Nesse sentido, o militar assegurava a prossecução dos objetivos da política quando a diplomacia se tornava insuficiente. Desde os escritores clássicos que se destaca a importância da existência das FA, sendo algo inerente à formação do próprio Estado e até como legitimador do próprio poder político. Embebido dos conhecimentos clássicos, com a sua *Arte da Guerra*, Maquiavel salientou a ideia de que o apoio militar era necessário, sendo de extrema importância a sua vinculação ao poder político tendo em vista a procura de uma boa prossecução dos fins do Estado e, com esse intuito, a promoção de uma organização autêntica entre os homens e mostrar-se como um Estado forte. Isso fica bem patente quando Fabrizio diz que os integrantes da milícia deverão ser escolhidos entre os súbditos e, não de outras províncias pois, assim, sendo uma parte do Estado não se virarão contra ele: “(...) aqueles que não são teus súbditos e que voluntariamente combatem não são os melhores, ao contrário (...)” Maquiavel (2008). Para além disso, indo ao encontro ao exemplo romano, essas forças

---

<sup>14</sup> Nascido a 11 de novembro de 1855 e falecido a 8 de janeiro de 1902 foi um oficial de cavalaria português que conduziu a campanha de pacificação das populações locais no território que viríamos a conhecer como Moçambique e foi tutor do Príncipe Real D. Luís Filipe de Bragança. Atualmente, é patrono da arma de cavalaria portuguesa.

militares deveriam fazer exercícios e ter práticas militares, não apenas em período de guerra, mas também em tempo de paz.

O poder militar desde o início da organização das sociedades foi sempre de suma importância, sobretudo em termos de carácter funcional, já que a sobrevivência dos Estados e das suas instituições tende a depender das suas FA. É um dos fundamentos do Estado, o controlo das FA pelo poder político, como herança do estado moderno, portanto poder-se-á dizer que é nas FA que reside o suporte do poder político. Pois, qualquer Estado se baseia na utilização da força legítima, disseminada pelo mesmo através daquelas que são as suas FA e Forças de Segurança (doravante denominadas como FS) com intuito de uma regulamentação das relações, da melhor forma possível, o que vem a acontecer desde a Revolução Francesa pois foi a partir daí que a função militar se tornou uma função estatal. Há que ter em mente que coexistindo desigualdades no Estado, perante as mesmas, este na presença de conflito e em caso de necessidade poderá mobilizar o aparelho militar tendo em vista a imposição da ordem.

A partir da caracterização da sociedade portuguesa como demoliberal, um dos seus pressupostos é a obediência do poder militar ao poder político e não o seu inverso, ainda que nem sempre fora assim, no período que antecedeu ao golpe militar de 25 de abril de 1974 existia um modelo de controlo misto:

“A ditadura civil-policial, derrubada pelo golpe militar de 25 de Abril de 1974, assegurava a subordinação das Forças Armadas através de um modelo de controlo que poderíamos classificar de misto: por um lado, o pequeno núcleo da elite profissional era escolhido de modo a oferecer garantias de adesão subjetiva ao regime; por outro lado, sobre o corpo de oficiais em geral e sobre as Forças Armadas, no seu conjunto, exercia-se um controlo de tipo objetivo” (Carrilho, 1981).

Conforme tem vindo a ser referido, as FA mostram-se imprescindíveis para afirmarem aquela que é a soberania estatal. O seu papel jamais poderá deixar de estar intrinsecamente ligado com aqueles que são os conceitos de democracia, paz ou os interesses vitais. “(...) é necessário e imperioso que o cidadão compreenda a função do Exército, tanto no contexto nacional e internacional” (República Portuguesa, 2020). O debate e discussão em torno da necessidade e importância das FA, de tempos a tempos, surge, sendo de extrema importância a visão que a opinião pública possui das mesmas e das suas funções, daí que exista um enorme cuidado e é atribuída uma certa importância dada àquela que é a mensagem/imagem

institucional que as mesmas passam nos media conforme é referido por Barreira *et al.* (2014) acerca da importância e do cuidado que as FA colocam nas suas políticas de comunicação institucionais. De forma que essa política se encontre vocacionada para os objetivos, tendo em vista oferecer a perceção que se deseja à sociedade, tendo como cerne a modernização e o profissionalismo das mesmas. É importante referir que esta mesma política de comunicação e a utilização alargada das redes sociais apesar dos possíveis constrangimentos que poderão demonstrar para as operações e informações mostram-se como uma mais valia para as forças que se encontram em teatro de guerra, na sua moral, onde se aposta na comunicação estratégica que a NATO tem, também, vindo a desenvolver: “(...) visa a utilização adequada e coordenada de todas as capacidades e atividades de comunicação no apoio às políticas, operações e atividades da organização (...)” (Barreira *et al.*, 2014, p. 343).

Na Constituição da República Portuguesa, no art.º 275 encontram-se definidas as competências das FA que se poderão resumir naquilo que é a defesa militar da República, zelo e cumprimento dos compromissos internacionais de Portugal, tarefas no âmbito da proteção civil, tarefas que remetem para suprimento das necessidades básicas e a cooperação técnico-militar. Posto isto, podemos dividir todas estas funções, transformando-se, então, em três grandes dimensões, denominadas como a dimensão militar, a dimensão diplomática e a dimensão pública de acordo com Neves (2007).

A dimensão militar das FA conforme o nome indica é a dimensão que deriva daquela que é a sua primeira e principal missão: a missão militar. São as FA que possuem a legitimidade de usar a força, neste caso através do uso de armas. Ao serem o braço armado do Estado, são uma força legítima, dado que é o Estado quem lhes atribui a missão de proteger e salvaguardar a sua soberania, bem como o tratamento da segurança do mesmo. A dimensão diplomática advém da cooperação técnico-militar, e também se traduz na participação de Portugal em missões humanitárias e de paz no quadro das alianças que possui nos sistemas de segurança coletivos dado que através dessa participação a política externa portuguesa sairá beneficiada bem como as suas relações com os restantes Estados e a sua própria imagem externa. Tendo isso em conformidade, a credibilidade das FA reflete-se na credibilidade do próprio país e da sua imagem perante os outros e perante os seus compromissos internacionais, sem esquecer que sob os preceitos do direito internacional, preceitos pelos

quais o Estado Português se rege<sup>15</sup> que, para que um Estado seja considerado soberano, não basta possuir apenas aquela que é a sua soberania mas a mesma tem de ser reconhecida pelos seus pares e, é através desta dimensão diplomática, que, demonstra ter algum peso nesse aspeto. Por sua vez, a dimensão pública é toda a sua atuação em missões de interesse público como são o exemplo de auxílio na construção de infraestruturas como pontes<sup>16</sup>. Para além disso, a sua participação em tarefas de prevenção e vigilância nas épocas de maior risco de incêndio, bem como no próprio combate aos incêndios, nos últimos tempos tem, também, vindo a aumentar a sua relevância.

No relatório da Comissão Técnica Independente que visava a “Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã entre 17 e 24 de junho de 2017” foi dada como recomendação o reforço do papel das FA no sistema de proteção civil. Nesse mesmo relatório fez-se um reforço da importância e necessidade no reforço das funções e capacidades daquele que é o Regimento de Apoio Militar de Emergência (RAME), criado pela Defesa 2020. Propôs-se, então, que se aumentasse o apoio logístico no âmbito das refeições, tanto na sua confeção como na sua distribuição, na elaboração de locais destinados ao descanso e à higiene, fornecimento de energia, iluminação, captação de água e torná-la bebível, na aplicação de bombas de drenagem de alto débito, no apoio às comunicações, construções verticais, tarefas de reconhecimento e no âmbito sanitário. Para além desse auxílio logístico apelava-se à necessidade da sua participação no rescaldo e na vigilância e patrulhamento bem como nas situações onde seja necessária a evacuação (Comissão Técnica Independente, 2017). Só nesse ano, o balanço dessa cooperação, com incidência no exército, nas três modalidades instituídas através dessa cooperação pelo território continental, os planos Lira e Faunos, ao qual se juntam todas as parcerias com os municípios. No seu total estiveram empenhados 14 234 militares com 86 teatros de operações divididos pelos dezoito distritos de Portugal continental, contabilizando-se:

---

<sup>15</sup> Tal como é preconizado na CRP no seu artigo 8º o direito português integra as normas e princípios do direito internacional, público e privado. Este baseia-se num conjunto de normas que são incluídas nos acordos entre Estados ou decorre de acordos entre os mesmos, cujo reconhecimento por parte dos Estados ou das Nações possui um carácter vinculativo nos seus relacionamentos, onde acrescem para além dos Estados as organizações internacionais.

<sup>16</sup> Renovação do protocolo entre o Exército e Montalegre para criar acesso à ponte da Assureira *in* <https://www.diariodetrasmontes.com/noticia/montalegre-e-exercito-renovam-protocolo-para-criar-acesso-ponte>

- ✓ 269 pelotões de rescaldo e vigilância pós-incêndio;
- ✓ 5 módulos de apoio sanitário;
- ✓ 79 destacamentos de engenharia;
- ✓ 10 módulos de evacuação de desalojados;
- ✓ 6 módulos de alojamento;
- ✓ 2802 patrulhas de vigilância e dissuasão (diárias);
- ✓ 9 módulos de apoio de serviços;
- ✓ 17 módulos de vigilância e deteção de vítimas;
- ✓ 11 módulos de refeição com uma distribuição de 9342 refeições;
- ✓ 2 módulos de apoio psicológico;
- ✓ 26 módulos de recuperação de viaturas.<sup>17</sup>

Esta dimensão pública que as FA portuguesas possuem não é recente no seu imaginário dado que no decorrer da 1ª GM o auxílio à população civil em tarefas rurais ou na reconstrução daquelas casas que haviam sido arruinadas pelos bombardeamentos foi bastante significativo e o próprio comando português incentivava esse tipo de ajuda nos tempos livres, dado que era visto como uma forma dos militares se abstraírem um pouco do teatro de guerra e permitia o fomento dos laços de amizade e familiaridade com as populações locais, traduzindo-se num bom relacionamento e estreitamento das relações. Todas as três dimensões das FA marcaram e ainda hoje marcam a sociedade portuguesa que em algumas dimensões como o caso da dimensão pública permitem um maior estreitamento no seu relacionamento, do que outras, porém todas elas influenciam a forma e o modo como a sociedade as percebe em termos de importância e necessidade.

Tal como Samuel Huntington preconizou:

“As Instituições Militares são moldadas por duas forças: uma consiste no imperativo funcional de combater as ameaças à da segurança da sociedade; a outra é um

---

<sup>17</sup> Estado-Maior do Exército (2017).

imperativo societal que brota das forças, ideologias e instituições dominantes na sociedade” (citado por Vaz, 2003, p. 79).

Como se pode verificar a Instituição Militar (IM) e a forma como a mesma é percecionada tende também a depender daquele que é o seu próprio enquadramento na sociedade que a envolve. Depois do fim do Serviço Militar Obrigatório (SMO), o surgimento do Dia da Defesa Nacional como uma forma de aproximação dos jovens às FA e daquele que é o quadro de defesa nacional pode ser visto como uma forma de apurar a perceção e a visão dos jovens acerca das FA. mas também de auferir se os mesmos têm conhecimento ou gostaram de adquirir conhecimento acerca do mesmo, sendo pedido aos jovens a sua avaliação no fim daquele que é o seu dia de defesa nacional, que visa “sensibilizar os jovens para a temática da defesa nacional e divulgar o papel das Forças Armadas, a quem incumbe a defesa militar da República” (Assembleia da República, 1999, p. 6542). Ao qual todos os jovens portugueses com dezoito anos deverão comparecer, a fim de exercerem o seu dever militar dado que o serviço militar deixou de ser obrigatório, a partir de 2004. Nesse dia, procede-se a uma análise sobre diversas matérias onde se auferem a sua opinião e conhecimento em torno das FA. No último relatório conhecido datado do ano de 2018 a opinião que os jovens demonstram ter acerca do dia da Defesa Nacional com um valor de 80,1% é de que “gostaram ou gostaram muito”, existindo um valor bastante residual de jovens, na ordem dos 1,3% que não concorda com a existência deste ou qualquer outro mecanismo de transmissão de conhecimento e informações sobre as FA e defesa nacional. Pode-se auferir que este dia possui uma validação e é visto como um dia de aprendizagem, dado que os jovens fazem referência a que este tipo de informações estivesse igualmente ligado à rede escolar e que é uma instituição de confiança, dado que, de todas as instituições exemplificadas, as FA ficaram na opinião dos jovens como a segunda instituição em que mais confiam. Uma outra leitura que se pode fazer tendo por base esse relatório é a imagem que os jovens possuem das FA que demonstram a sua importância e necessidade como instituição, dado que valores de 45,8% de jovens demonstram uma certa intenção para ingressar num dos ramos das FA, com particular destaque para o Exército e um dos motivos justificativos com maior relevância para essa eventual escolha é a possibilidade de participação em missões de carácter humanitário e de apoio à paz com 55,7% das respostas.

Num estudo mais recente, levado a cabo pelo Instituto de Defesa Nacional, onde se inquiriu a população portuguesa acerca da Defesa Nacional e das FA (Tinoco, Reis, Capela, & Silva,

2021) foi possível auferir que a opinião acerca da necessidade das FA é bastante positiva, visto que mais de metade da população da amostra (69,7%) consideram necessárias e com uma confiança na IM bastante elevada (73,4%).

Como Boaventura de Sousa Santos demonstrou poder-se-ão considerar três tempos simbólicos da relação estabelecida entre as FA e a sociedade portuguesa, que determinam a perspetiva da importância e necessidade das mesmas para a sociedade, onde é possível compreender-se esta validação por parte dos jovens. Tem sido com estes três tempos simbólicos, por vezes contraditórios, que a sociedade portuguesa ainda possui no seu imaginário em relação às FA e que lhe permite perceber a força ou impacto da necessidade das mesmas nas suas vidas. Para além disso, é com base na sua perspetiva que as relações que se produzirão entre ambas se fundamenta e, devido a algumas diferenças entre elas, são passíveis de produzir visões, por vezes contraditórias, pois:

“(…) por muito ativo e determinante que seja o papel dos militares, deles se apresenta a imagem de Épinal do salvador isento e abnegado só intervindo nas querelas civis, qual arcanjo da pátria, para defender os supremos interesses da Nação, ou a de ator sobredeterminado que age linearmente em função de fações, partidos ou grupos sociais.” (Marques, 1981, p. 15).

O primeiro tempo simbólico que Boaventura Sousa Santos denomina como “tempo das FA” incide sobre a importância do SMO na sociedade rural, possui a maior duração e com uma grande importância para a sociedade, balançando entre o binómio de atrair os jovens como de os afastar. Por um lado, a incorporação dos jovens causava uma quebra no rendimento da sua família e constituía uma perda afetiva, mas constituía também a sua independência e liberdade para conhecer um mundo mais urbano, maior e diferente o que lhes permitia adquirir uma maior experiência de vida, alargar a sua mentalidade e, até mesmo as suas oportunidades.

Portugal, como já verificámos, sempre foi um país onde a forte componente militar se associou à história e não é de estranhar que até mesmo na literatura portuguesa existam referências, desde muito cedo, às partidas dos homens para combater ou para os mares. Logo, na lírica trovadoresca possuímos como exemplo as cantigas de amigo presentes nos diferentes cancioneiros<sup>18</sup> onde conseguimos encontrar a donzela que nos confia os dramas da sua vida

---

<sup>18</sup> Cancioneiro da Ajuda; Cancioneiro da Vaticana; Cancioneiro da Biblioteca Nacional e o Livro das cantigas de Santa Maria.

amorosa: “Ondas do mar de Vigo, / se vistes meu amigo! /E ai Deus, se verrá cedo!” (Guerra & Vieira, 2011, p. 57). Dado que este período denominado de primeiro tempo simbólico pelo autor é marcado por duas guerras: A Primeira Guerra Mundial e a Guerra Colonial: “Desta última o ciclo simbólico está ainda por fechar” (Santos, 1985, p. 22). Essa falta de fecho, dá-se devido ao próprio universo de militares que participaram na mesma (1961-1975) ser ainda bastante vasto e, estima-se que apenas no ano de 2035 cessem os custos decorrentes da mesma, com a consideração de uma esperança de vida na ordem dos oitenta anos (Silva, *et al.*, 2010). Tendo isso em conformidade, não é de estranhar nos cancioneiros populares e também nos regionais a presença de muitas músicas que exaltam a figura do militar, a sua partida ou as agruras dos teatros de guerra ou até mesmo da sua chegada a Portugal de que forma seja, dado que a sua vida militar obriga-o a suspender a sua vida na sua terra de origem até ao seu regresso. É disso exemplo o caso dos Cantes Populares de Portel recolhidos por José António Pombinho, onde uma das modas com o título de “Se eu não fosse militar” onde se canta: “Se eu não fosse militar/ Namorava-te, ó menina;/ Sou soldado, vou prá guerra, / Vou correr a minha sina.” (Júnior, 2005, p. 24) E em muitas outras músicas, onde se poderão destacar as músicas criadas no período da guerra colonial que se encontram muito presentes na cultura musical do país. São disso exemplo a música de Zeca Afonso, “Menina dos Olhos Tristes” onde se canta a dor da partida e do regresso tardio, mas também da própria efemeridade da sua vida: “O soldadinho já volta/ Está quase mesmo a chegar. / Vem numa caixa de pinho. / Desta vez o soldadinho / Nunca mais se faz ao mar.” (Ferreira, 1969). Ou no fado cantado por Ada de Castro com o título de “Na Hora da Despedida” onde se canta também a despedida: “E ao dizer Adeus eu penso/ Que as lágrimas deste meu lenço/ feitas de fel amargura, Meus Deus. / São saudades, são iguais à água do mar imenso / que me leva o meu amor.” (Paixão & Nascimento, 1966). E, ainda a de Paco Bandeira com o título “Lá onde o sol castiga mais” que já nos canta acerca daquelas que seriam as condições dos soldados na guerra: “Quem nunca viu, quem nunca andou a combater/ Não dá valor, nem faz ideia o que é sofrer/ Ter de matar p’ra não morrer / Saber sofrer sem chorar/ Saber chorar e sorrir” (Bandeira, 1967). A última guerra, de certa forma dá impulso àquele que irá ser o tempo segundo simbólico que o autor denomina como “A aliança Povo/MFA” que, apesar de ser muito mais breve que o anterior, é marcado de grande intensidade e incute uma nova simbologia no imaginário dos portugueses dado que, neste tempo segundo os militares mostram-se como libertadores do povo português e, também, como uma figura a permitir que

o mesmo se desenvolva, aproximando-se então do mesmo com a finalidade de melhorar o seu modo de vida, daí a particularização do organismo MFA na Constituição da República Portuguesa (CRP) aprovada em 1976 no seu artigo 3.º: “O Movimento das Forças Armadas, como garante das conquistas democráticas e do processo revolucionário, participa, em aliança com o povo, no exercício da soberania, nos termos da Constituição” (Assembleia Constituinte, 2020, p. 1). Isto modificou a visão de que a função das FA era apenas para a guerra, dado que passou a estar mais vinculada a sua função no âmbito da paz e do desenvolvimento, com a capacidade de influenciar a política. O terceiro que o supracitado autor refere é um tempo que denomina como “As Forças Armadas modernas e profissionais segundo o modelo ocidental” que se baseia na modernização e profissionalização das mesmas. Se procurarmos inspiração em Alain Montech e pensarmos nas mutações também existentes em termos das FA podemos identificá-las com aquelas que são as quatro revoluções clássicas. Com a revolução organizacional deu-se a ideia de uma permanência do exército, gerido a partir de leis e com um conjunto de regulamentos, no caso da revolução profissional que veio destacar a qualidade e impor a figura do militar profissional. E com as revoluções tecnológica e estratégica passámos a ter com a modernização do armamento que envolve a figura do militar como um gestor ou um líder tecnológico que, através da última atingiu o estatuto de chefe “heroico” como nos transmite Vaz (2003).

No caso deste último tempo, iniciado depois do 25 de novembro de 1975 com a democracia mais ou menos estabilizada, dá conta da existência de uma mutação no entendimento das FA, dado que as suas funções deixaram de servir apenas para as tarefas bélicas, mas passaram também a servir em funções de paz e de interesse público, com uma natureza muito menos intervencionista na política aproximando-se talvez mais da ideia do profissionalismo pragmático<sup>19</sup> preconizado por Janowitz. O terceiro tempo pode ser caracterizado como um tempo em que a instituição militar, face àquilo que aconteceu no segundo, voltou a olhar um pouco mais para dentro da instituição. No século XXI o sistema era caracterizado como "semiprofissional" e mais tarde com o fim do SMO chegou-se então à profissionalização apoiada na modernização: “Mais recentemente, as transformações em curso nas Forças Armadas foram reinterpretadas como indiciando um movimento de formas ‘modernas’ para formas ‘pós-modernas’ de organização, tendo sido proposto um novo modelo, que, no

---

<sup>19</sup> O profissionalismo pragmático defende a neutralidade política dos militares, mas sem que estes sejam alheios às possíveis consequências políticas das suas escolhas.

entanto, se revela mais complementar que antagónico” (Carreiras, 2004, p. 65). Verifica-se uma clara aposta no regime de voluntariado, existindo também uma relação mais estreita com a sociedade civil em termos de pontos de vista, ainda que mais fechados na sua instituição.

Tal como Vaz (2003) recorda, atualmente o militar é um agente do Estado que presta um serviço público, porém com diferentes especificidades daquilo que é um funcionário público do Estado, o que influencia, igualmente, o tipo de relações que o militar possui com a sociedade civil. É importante também evidenciar que o militar é proibido pelo seu estatuto de estar inscrito em qualquer partido, devendo cumprir um conjunto de deveres que em suma culminam com o seu compromisso de defender a Pátria mesmo que implique o sacrifício da própria vida.<sup>20</sup>

Conforme já foi referido, a IM tem significativa importância na sociedade civil e é também por si moldada, dado que no decorrer dos anos se tem vindo a verificar o incremento dessas relações. É de notar que em muitos casos a sociedade civil é “chamada” a celebrar factos como as comemorações dos aniversários dos regimentos presentes nas suas localidades ou perto, cerimónias de juramento de bandeira, que marcam o início da vida militar, ou até mesmo as cerimónias de entrega do estandarte nacional às Forças Nacionais Destacadas (FND). Para além disso, pode ser passível de análise a especial entoação da importância da população civil e do aprofundamento desses laços nos discursos dos comandantes de algumas U/E/O distribuídos pelos vários distritos. É disso exemplo, na tomada de posse daquele que fora o anterior comandante do Regimento de Infantaria 19 (RI19), o coronel João Caldeira quando referiu como sua vontade nesta missão: “ No fundo, pretendo dar continuidade às necessidades não só da população como também às missões que forem atribuídas pelo exército a este regimento (...) e eu tenho a certeza que o RI19 também irá acompanhar a cidade.”<sup>21</sup> Assim, como, na tomada de posse do anterior comandante do Regimento Cavalaria 3 (RC3), o coronel Jorge Pedro referiu no seu discurso e sucedaneamente em entrevista que para si uma das tarefas imperiosas era o cimentar dos laços entre o regimento e a população civil:

“Um dos desígnios que trago na minha cabeça é cimentarmos mais os laços entre a população civil e a população militar deste quartel (...) abrir as portas do regimento e

---

<sup>20</sup> Art.11º e Art.12º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

<sup>21</sup> Tomada de posse do novo comandante do RI19 in <https://diarioatual.com/novo-comandante-do-ri19-tomou-posse/>

continuar a prestar esse tipo de apoio e dentro das nossas possibilidades, alargá-lo às gentes que aqui vivem em Estremoz.”<sup>22</sup>

Em conformidade com estas palavras é de ressaltar que o RC3 no decorrer dos anos e sendo, atualmente, a unidade mais antiga do Exército Português tem demonstrado um enorme contributo para o concelho de Estremoz, onde atualmente se encontra sediado, bem como para todos os concelhos que se encontram no seu raio de ação<sup>23</sup>. Conforme já foi referido o relacionamento civil-militar ao longo dos períodos da história foi sofrendo modificações. Foi no período a partir das revoluções liberais que se começou um aprofundamento das relações entre a arma militar e a sociedade e, no caso do relacionamento entre a população civil de Estremoz, a título de exemplo, e o RC3 possuindo também uma área de responsabilidade que comporta todo o distrito de Portalegre e a quase totalidade ou totalidade do distrito de Évora:

“A notória influência do RC3, desde o momento da sua instalação, no crescimento da povoação, pode ser evidenciada mediante uma diversidade de aspectos: aumento do parque habitacional, do comércio local e de outros serviços prestados à colectividade, como sejam as actuações de auxílio humanitário levados a cabo pelo RC3 a favor da comunidade envolvente. (...) Em suma, esta influência foi decisiva e continua a ser para o desenvolvimento global da área geográfica em causa e até da sua ascensão a cidade.” (Parreiras, 2008, p. 47).

Como é bem verificável as relações que são estabelecidas entre os cidadãos e a IM são de extrema importância, demonstrando que a sua necessidade e importância na sociedade civil possui um carácter marcante, derivado também das suas próprias funções, seja em qualquer um dos três ramos que as compõem, ainda que, sejam mais profissionais encontram-se bastante implementadas na consciência cívica.

## **2.2 Enquadramento histórico das Forças Armadas em Portugal**

Desde o início da fundação do Reino de Portugal até aos dias de hoje a arte militar tem tido um papel preponderante nos desígnios da história portuguesa: “Um reino esculpido pela

---

<sup>22</sup> Novo Comandante do RC3 quer cimentar “os laços entre a população civil e a população militar deste quartel” (c/som e fotos) in <https://www.radiocampanario.com/ultimas/reportagens/novo-comandante-do-rc3-quer-cimentar-os-lacos-entre-a-populacao-civil-e-a-populacao-militar-deste-quartel-c-som-e-fotos>

<sup>23</sup> Entrevista do Coronel Jorge Pedro na Rádio Elvas no dia 12/09/2019: “Uma relação muito próxima em Estremoz e nos vinte e dois municípios à responsabilidade do RC3” (Com supressões) in <https://radioelvas.com/2019/09/12/coronel-jorge-pedro-e-rc3-de-estremoz-na-radio-elvas/>

guerra e em tempo de guerra. Um país que se firmou a pulso em jornadas de sangue, suor e lágrimas” (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 17). Ainda que entre os anos de 1096 e 1249 não existisse um exército como aquele que hoje conhecemos ou possuindo um carácter permanente já se mostrava inerente e era compreendida a importância e necessidade da utilização das armas, não só para a fundação do reino como para a expansão das suas fronteiras e a manutenção da sua independência.

Entre os anos de 1096 e 1249 o exército constituía-se por aquela que era a guarda do rei<sup>24</sup> e os nobres com as suas mesnadas<sup>25</sup>. Através da influência europeia, Portugal começou a utilizar um modelo de defesa baseado nas terras, entregando-as a um conjunto de nobres emergentes<sup>26</sup>, onde, a partir de um castelo, o nobre as viria a administrar judicialmente, militarmente e fiscalmente. Neste modelo de sociedade feudal os senhores para além da defesa das suas terras tinham o dever de auxiliar o rei, sempre que fosse necessário, sobretudo nas práticas militares. Nesse sentido possuíam um dever de fidelidade que ia para além de eles próprios o auxiliarem, mas, igualmente, de recrutarem pessoas para efeitos defensivos ou ofensivos, nas terras que administravam. Este modelo revelar-se-ia em Portugal, como na Europa um fracasso já que os senhores deixariam de cumprir com os seus deveres para com o rei. Nesse sentido, D. Dinis fez uma clara aposta nos mecanismos remuneratórios, tendo terminado, conseqüentemente, com as tenências.

É neste período que se dá a génese da figura do “cavaleiro-vilão”. Surgindo nos vários concelhos do território português, esses cavaleiros beneficiavam da possibilidade de ascenderem a cargos públicos e a um conjunto de benefícios extensíveis igualmente às suas famílias, no caso da sua morte em combate. No âmbito dos deveres, estes deveriam possuir uma fortuna que lhes permitisse adquirir e manter um cavalo e armas. Nos diferentes forais outorgados estes deveres traduziram-se na posse de um casal<sup>27</sup> que deveria conter uma junta de bois, umas dezenas de ovelhas, um jumento e duas camas que depois viria a ser substituído por uma monetária mínima. Para além destes deveres, depois de alcançarem a posição de cavaleiros-vilões deveriam ir ao fossado, no mínimo, uma vez por ano e cumprir com tarefas

---

<sup>24</sup> A guarda do rei era composta por cavaleiros, peões e homens armados com besta, uma técnica importante e eficaz a longas distâncias.

<sup>25</sup> Conjunto de soldados pagos, mercenários.

<sup>26</sup> De acordo com o Código Afonsino a nobreza dividia-se em três partes: Ricos – Homens, Infanções e Cavaleiros.

<sup>27</sup> Pequena unidade territorial com uma casa e terrenos para exploração agrícola.

defensivas, sempre que fosse necessário, porém, convinha que um a dois terços permanecesse no seu concelho, para a defesa do mesmo.

Para além destes, existiam ainda os peões, em maior número, dotados de lanças, bestas e virotões, com um particular destaque para os peões armados com bestas. O exército português nestes séculos para além destes contingentes, contava ainda com as Ordens Militares que vieram a ser de suma importância, sobretudo depois do Cerco de Badajoz em 1169. A estas, juntavam-se, para além do recrutamento local nas terras de sua posse, os cruzados.

A Hoste Real era liderada pelo rei e, na sua ausência, era o alferes-mor que, para além da sua tarefa de comando na ausência do rei, transportava o estandarte real, auxiliando a movimentação das tropas da mesma. Para além destes eram ainda de extrema importância os alcaides, os adais, os almogavares e os almocadéns, possuíam, igualmente, um papel de extrema importância neste período, dado que era nestas figuras que residia a defesa das fortificações, a exploração do terreno antes de qualquer ofensiva ou avanço e que asseguravam a segurança das tropas nas suas movimentações. Para além da preocupação com os meios terrestres, Portugal começou também a voltar-se para o mar, possuindo uma perspectiva defensiva através da influência dos cruzados com as suas frotas marítimas, que demonstraram ter suma importância nas conquistas de Lisboa e Silves. Já no século XIII mostrou-se existir uma clara aposta no mar com a existência de tripulações regulares protegidas pela coroa e através das oportunidades oferecidas ao reino português de combater os mouros por terra e por mar, oferecida através de uma bula papal atribuída por Gregório IX.

No reinado de D. Afonso III procedeu-se a uma reorganização militar, primeiro em termos de recrutamento militar que se tornou mais aliciante com a troca de serviço militar por uma determinada quantia, fixado pelo rei. Assim, a nobreza encontrar-se-ia com uma maior facilidade em auxiliar o rei, sendo depois este método remuneratório estendido aos ricos-homens. Com a ascensão ao trono de D. Dinis essa quantia passou a denominar-se “contia” e especificava, com base no rendimento, a quantidade de cavaleiros com que o nobre se deveria apresentar ao serviço da defesa do reino e, a própria duração do serviço militar, começando-se a configurar a existência de um contingente militar fixo. D. Dinis apostou na criação da milícia dado que reconheceu o papel fundamental dos besteiros do conto, pioneiro na Europa. Aliás, esta milícia mostrou-se ser de especial relevância, dado que lhe foram oferecidos um conjunto de benefícios judiciais e económicos.

Conforme já foi referido, as Ordens Militares no decorrer da história e dada a sua implementação ao longo do território nacional mostraram ser de grande importância. Os Templários, que, mais tarde viriam a ser substituídos pela Ordem de Cristo, tendo a sua implementação entre os territórios de Soure e o Rio Tejo e a zona beirã que fazia fronteira com Leão. Os Hospitalários que se implementaram na região de Belver e na margem esquerda do rio Guadiana, a Ordem de Avis com especial implementação na zona do Ribatejo e Estremadura, a Ordem de Santiago que ocupava uma parte do Alentejo e o sotavento algarvio. A sua importância na defesa das fronteiras mostrava-se de grande relevância dado que estes cavaleiros possuíam uma formação superior, disciplinada e sempre em regime de prontidão. Mais tarde, entre o período compreendido de 1367 e 1495 o panorama veio alterar-se um pouco dado que no reinado de D. Fernando tentou-se uma melhoria no processo de sistematização das contias dos fidalgos, aos quais, encontrando-se documentado, um determinado rendimento lhe criava deveres específicos. Na crise dinástica entre 1383 -1385 este sistema acabou por se desorganizar dado que o Mestre de Avis aumentou as recompensas, os soldos, etc. Tendo chegado ao poder os vassallos passaram a ser apenas da Coroa, o sistema de contias foi regularizado e os pagamentos passaram a ser trimestrais. No entanto, seria neste período que se iria dar aquele que viria a ser um dos primeiros passos para a constituição de um exército permanente, dado que, o conselho régio estipulou que o rei deveria ter à sua disposição aquilo a que chamariam de “ordenança certa” com 3200 lanças sempre em regime de prontidão para o que o mesmo necessitasse onde 500 seriam fornecidos pela grande nobreza, 2360 pela pequena nobreza e 340 pelas ordens militares. Para além dessa “ordenança fixa” uma outra medida para o efeito passou pelo estabelecimento das guarnições africanas, na conquista de Ceuta, de uma forma permanente um conjunto de 2500 homens que foram aumentando e encontrando-se sempre em permanência.

Nos reinados de D. Manuel até D. João III a organização militar portuguesa foi alvo de várias reformas, com a chegada da figura do império ao reino português e a chegada ao Oriente tentou-se modernizar o sistema de ordenanças. As ordenanças manuelinas vieram reorganizar a guarda do rei, definição de treino, o soldo e a definição das armas a utilizar. Em Marrocos as ordenanças passaram a organizar-se em companhias lideradas por oficiais. Com D. João III o foco foi mais direcionado para o recrutamento e adestramento, de forma que o Estado controlasse e organizasse os soldados em companhias comandadas por oficiais, mas sem grande controlo por parte do rei. No ano de 1569, em Lisboa, viriam a ser constituídas as

companhias de ordenança e foi publicada a Lei das Armas e no ano seguinte passou a ter expressão nacional com a implementação do Regimento de Capitães-mores. Para além disso, passaram a ser feitos exercícios militares de forma periódica e foram enquadrados oficiais, primeiro do ducado de Sabóia e depois vários veteranos portugueses regressaram. Foi, então, com D. Sebastião que as companhias de ordenanças se modernizaram e se implementaram de uma forma mais ou menos eficiente ao longo do território, encontrando-se dependente do poder central. A ordenança constituía três linhas: a primeira linha seriam as tropas para a guerra, a segunda seriam os terços auxiliares e a terceira as ordenanças no território com vista a uma permanência na defesa local.

Depois do período filipino, é com a Restauração que irá surgir um novo ímpeto para a constituição de um exército permanente:

“Quanto ao exército do Rei perece em Alcácer-Quibir e com ele a nossa independência, o que é igualmente de considerar. A sua ressurreição é mútua, na aparência, em 1640. Na verdade, é já um embrião de Exército como nação em armas quem verdadeiramente sustenta essa ressurreição, não só em Portugal como em Angola e sobretudo no Brasil” (Marques, 1981, p. 14).

Foi com a restauração da independência a 1 de dezembro de 1640 que o país se voltaria a preocupar com a força armada, tendo-se criado ainda nesse ano o Conselho de Guerra e é através do *Regimento do Conselho de Guerra* que é utilizado pela primeira vez o termo exército. Com esta legislação a permanência do exército consistia nas guarnições, com especial relevância para as das fortificações junto à linha costeira, dado o perigo de ataque por via marítima. A criação do Conselho de Guerra em 1641 surgiu para gerir as questões militares no reino português, através do mesmo foram criadas as Juntas das Fronteiras que geria a artilharia e o armamento; a Junta dos Três Estados que controlava as provisões do exército e das praças; A criação da figura do Governador de Armas da Província, que era como um comandante da presença militar na mesma e dos recursos que a província possuía, tendo assim seis governadores, divididos pelas províncias: Entre Douro e Minho; Trás-os-Montes; Beira; Estremadura; Alentejo e o Reino do Algarve. Portanto, como é possível verificar-se com D. João IV a defesa foi uma área estratégica em que investiu, onde a reorganização das forças militares se tornou de grande relevância, uma organização que se fez por Distritos de Recrutamento e Unidades Territoriais, dividindo, novamente, as tropas em

três linhas, conforme a “herança” deixada pelo reinado sebástico, denominando-as, então, como: exército de linha, onde se encontravam os soldados pagos com cerca de 20 000 infantes e 4000 cavaleiros; as tropas auxiliares que eram sobretudo constituídas por milícias e tropas auxiliares, sendo os seus homens recrutados a nível local; as tropas territoriais suportadas por todos os homens do reino português válidos com idades compreendidas entre os 16 e os 70 anos para defesa local. Mas, na verdade, esta realidade só existia em algumas ocasiões. Para além destas tropas ainda existiam um conjunto de tropas especiais ao serviço de D. João IV que passavam não só pela sua Guarda Real de Arqueiros, mas também pela sua Guarda Real de Ginestas, pelo Corpo Académico de Coimbra e os Quatro Terços da Nobreza, para além de um vasto conjunto de mercenários de várias nacionalidades. No ano de 1660 o número de efetivos militares não ultrapassava os 14000 homens, sendo que apenas metade eram válidos, dado que os outros não possuíam a condição física para o serviço militar. Na perspetiva de uma melhoria das forças e da organização com a implementação de uma maior modernização e aumento da sua força e prestígio em termos nacionais, dado que a ameaça espanhola se fazia sentir, novamente, o embaixador português da época, o conde de Soure, conseguiu contratar o conde de Schomberg com outros 600 oficiais franceses de cavalaria e engenharia. Com a sua vinda e tornado Mestre-de-Campo-General da Província do Alentejo e, mais tarde, a sua promoção a Mestre-de-Campo-General do Exército acabou por auxiliar na reorganização do exército português com especial ênfase na cavalaria, sendo através da sua reforma que surgiram os regimentos, a divisão da primeira linha em dez fações, a constituição de piqueiros e arcabuzeiros e as comarcas passaram a estar divididas em capitánias sob a autoridade de um capitão-mor como referido por Teixeira, Domingues e Monteiro (2017).

Com D. Pedro II a aposta no exército português viria a ser uma aposta clara no seu profissionalismo e para além da exigência de ter 20.000 homens na arma de infantaria, 4000 cavaleiros com 400 dragões ou vulgo cavalaria pesada, procedeu-se à introdução de companhias de granadeiros por cada unidade de infantaria introduziram-se também quatro escolas práticas para a arma de artilharia, instituindo-se, então, um corpo de artilharia permanente em cada província. Outras medidas no seu reinado em termos de defesa nacional passaram pelo pagamento a todos soldados auxiliares que deixassem as fileiras para trabalharem nas fortificações. Em termos de aprovisionamento o monarca procedeu à criação de um serviço de superintendência de transportes militares com a obrigatoriedade de alistamento das carruagens. Na marinha renovou-se a frota com vista a zelar pela costa

portuguesa e das colónias portuguesas, combater a pirataria no mar e em termos da marinha mercante, os navios eram bastante bem-dotados em termos de artilharia e outros meios de defesa. A influência francesa chegou junto do exército português pelas mãos de D. João V que estabeleceu o exército português pelas Novas Ordenanças em 1707 com a presença de um capitão-general do exército com um efetivo de 34 regimentos de infantaria, 20 regimentos de cavalaria e a artilharia. O terço é substituído pelo regimento e, no caso dos regimentos de infantaria, estes dividiam-se em 12 companhias, com uma de granadeiros e 11 de linha com 50 praças e um Estado-Maior composto por uma hierarquia de um tenente-coronel, um sargento-mor, dois ajudantes e um cirurgião. As brigadas de então eram constituídas por dois regimentos com o comando de brigadeiros, uma outra inovação mais tardia foi o surgimento de uma outra unidade tática denominada como Batalhão com um total de 600 homens. Surgindo na mesma altura a figura do Provedor do Exército e a ascendência hierárquica dos oficiais era dependente da sua integração nos regimentos e na existência de vagas disponíveis, mas uma das reformas que viria a ter importantes repercussões no futuro com a criação da Secretaria de Estado dos Negócios de Guerra e Estrangeiros e a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Conquistas que viriam mais tarde a dar origem aos Ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros.

Com a morte do rei D. João V e a ascensão ao trono de D. José I e com ela o surgimento na vida política do reino português do Marquês de Pombal as reformas que se levaram a cabo vieram aproximar o exército daquilo que conhecemos hoje. A sua preocupação em termos militares ficou bastante evidente conforme nos transmite Centeno (2008) permitindo, então, que nascesse aquela que viria a ser a primeira polícia política portuguesa denominada como Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Reino em 1760. O que permitiu uma maior possibilidade de manobra em termos de aceitabilidade das suas reformas, dado que era permitida a detenção daqueles que fossem os seus adversários. Na mesma ótica de D. Pedro II com a preocupação diplomática e a efetivação de exercer essa diplomacia através da existência de um exército encontramos as posições do Marquês de Pombal com idêntico cerne, tendo especial atenção a questão do poder. A vertente do ensino ou da procura de uma aprendizagem foi uma das suas primeiras reformas possibilitando com a criação do Real Colégio dos Nobres o ensino da arquitetura militar e civil com outras disciplinas militares. Se com D. João V as influências foram francesas, com o Marquês de Pombal as influências eram prussianas, tendo para o efeito contratado o prussiano conde Guilherme de Lippe que viria

assumir posição de marechal-general do exército. Os efetivos aumentaram, tendo sido feito um reforço com tropas inglesas. E com a criação do Estado-Maior muitos oficiais estrangeiros vieram auxiliar o conde de Lippe nas suas funções. Os primeiros regulamentos surgiram em 1763 estabelecendo o número de efetivos de cada uma das armas e os capitães por regimento e a criação do Regimento de Artilharia da Corte e o Regimento de Artilharia do Porto. Os estudos continuaram sem ser descurados, fomentando-se um plano de estudos para os corpos de artilharia de carácter obrigatório sob pena de expulsão, para além de que através deste estudo era dada a possibilidade de promoção até à patente de capitão de soldados e sargentos que fossem aplicados nos seus estudos: “ a guerra não é para os oficiais um ofício, mas sim uma ciência, de que cada ramo pede a seu estudo, e que a mesma experiência não é mais do que uma prática vaga, que não instrui verdadeiramente o oficial na sua profissão, se ele não tiver o espírito preparado para dela se aproveitar” (Centeno, 2008, p. 43). E criou o Arsenal do Exército para além de fazer topografias dos terrenos e uma aposta clara na melhoria das fortificações e sua conservação. Depois da saída de Lippe a gestão do exército é atribuída ao Conselho de Guerra que, no reinado de D. Maria I sob o comando de Luís Pinto de Sousa Coutinho enquanto Secretário de Estado da Guerra, viria a revolucionar um pouco mais os assuntos referentes ao exército com o auxílio de alguns oficiais estrangeiros, entre os quais, se poderá destacar o papel de John Forbes Skellater. Através das suas reformas o recrutamento passou a ter um maior controlo, tentando-se aquilo que hoje se denomina como um regime de voluntariado em 1779 e 1791 com o benefício de uma diminuição para seis anos de serviço militar se os mesmos fossem voluntários e com um aumento dos soldos dos oficiais e vantagens na reforma, aumentando a atratividade pela carreira de armas em Portugal. Aquela que é a Escola Naval viria a ver nascer: a Academia Real da Marinha em 1779 e a Companhia Real de Guardas-Marinha em 1782.

Por sua vez, com o auxílio do duque de Lafões na Junta Militar de Revisão, foi revista e melhorada toda a legislação militar tendo por base a ideia de uma modernização, tentando retornar ao modelo aristocrático. Com as invasões francesas o exército português e o seu envolvimento nas guerras napoleónicas ficaram em evidência as suas fragilidades, mas serviram também para o reformar e torná-lo mais capaz. Primeiro com a Batalha do Rossilhão possibilitou o surgimento daquilo que viria a ser a Legião de Tropas Ligeiras e os Batalhões de Caçadores bem como possibilitou uma melhoria e maior direcionamento do ensino para a arte militar com as extinções da Aula de Fortificações e Arquitetura Militar e da Academia

Militar da Corte e o surgimento da Academia Real de Fortificação, Artilharia e desenho que originou no ano de 1837 a Escola do Exército, assim designada pelo Marquês Sá da Bandeira. Nesta, os oficiais de artilharia e os engenheiros estudaram durante quatro anos, as armas de infantaria e cavalaria tinham uma duração de três anos de estudos. Foi assim, finda a campanha do Rossilhão que se procedeu a uma nova reorganização do exército, apostando-se na segunda linha e com a passagem dos 43 Terços Auxiliares a Regimentos de Milícias.

Entre os anos de 1801 e 1806 tentou-se melhorar o exército e modernizá-lo, após as campanhas e consequentes derrotas militares no Alentejo e as perdas de praças estratégicas como Valença de Alcântara, Olivença, Juromenha, Portalegre, Castelo de Vide, Monforte, Arronches, Barbacena, Ouguela e Campo Maior, que se verificará ineficiente. Depois da saída do duque de Lafões, o general Karl-Alexander von der Goltz veio substituí-lo e organizou aqueles que seriam os primeiros batalhões de caçadores na Beira e em Trás-os-Montes de forma a tentar suprimir a falta de tropas ligeiras. É logo em 1801 que nasceria a Guarda Real da Polícia que se encontra subordinada ao Intendente-Geral da Polícia da Corte e do Reino sob a direção de Pina Manique até 1803. Esta serviria não apenas para assegurar a ordem pública da cidade de Lisboa, mas também de assegurar a tranquilidade pública obedecendo ao General das Armas da Província e a unidade viria a procurar os melhores soldados do Exército até aos 30 anos com boa conduta para nela pertencerem. Tendo sido nomeado em 1801 para o cargo de Marechal do Exército, o conde Goltz veio dar início a um conjunto de circulares no ano de 1802 onde determinava o retorno o cumprimento dos deveres e ensinamentos deixados pelo conde Lippe aos militares portugueses, estabelecendo desse modo uma série de regras que viriam a ser bastante benéficas como as marchas, as manobras de instrução e as mudanças de quartel.

O ano de 1806 mostrou-se como fundamental para uma reorganização da defesa militar em Portugal dado que, por fim, se introduziram reais e fundamentais alterações, adotando-se o plano proposto pela comissão de generais com influência de Skellater. Originou-se então aquele que seria o primeiro Plano para os Uniformes do Exército, o exército foi reorganizado em divisões e brigadas com a numeração de cada corpo de cada uma das suas armas. Assim o exército regular estava dividido em três grandes divisões Norte, Centro e Sul, cada uma com um comando regional e possuindo cada uma oito regimentos de infantaria, quatro de cavalaria e um de artilharia, com exceção ao Sul que possuía dois. Aqui também já é contemplada a Legião de Tropas Ligeiras com tropas de caçadores. Foram limitados os sete Governos

Militares do Reino com uma divisão de 24 brigadas de ordenanças, contendo cada uma duas milícias e um regimento de linha. Procedeu-se também à reorganização dos regimentos de milícias passando a articular-se em quatro capitânias-mor, constituindo-se também mais dois regimentos de milícias com as denominações de Regimento de Milícias de Lisboa Oriental e Regimento de Milícias de Lisboa Ocidental que passaram a ser mais tarde denominados como Regimento de Voluntários Reais de Milícias a Pé de Lisboa Ocidental e Regimento de Voluntários Reais de Milícias a Pé de Lisboa Oriental, respetivamente. Sendo também de particular relevância falar-se da constituição do Corpo de Voluntários Reais de Milícias a Cavallo destinando-se a um aquartelamento em Lisboa, tendo como base a reorganização dos regimentos de cavalaria. Com a invasão de Junot e a fuga estratégica da família real portuguesa para o Brasil e subsequente transferência da sede de poder para outro ponto de Portugal, sem ser a sua capital, Portugal enquanto reino continuou na medida do possível, independente do poder de Napoleão, porém a ocupação francesa do território onde o seu exército também se encontraria e instalado, trazendo consigo o prenúncio da aniquilação do exército português. Depois de uma redução dos regimentos decidiu-se então que fosse através do exército português criada a Legião Portuguesa com destino à França. Porém, o descontentamento da Europa perante o poder de Napoleão não demorou muito a fazer-se sentir, preservando a aliança com Portugal, a Inglaterra surge para auxiliar Portugal e com as poucas células que ainda restavam do exército português criando-se um exército anglo-português. Contra o poder napoleónico, criaram-se vários batalhões de infantaria ligeira. Apenas no Alentejo foram criados vários corpos de voluntários como a Junta de Campo Maior, mas também se procedeu à revitalização das milícias de Portalegre e do Regimento de Infantaria 20 com uma companhia de éguas, igualmente dando depois origem a um regimento de cavalaria. Ergueu-se também a Legião Transtagana que, mais tarde, viria a dar origem aos Batalhões de Caçadores 2 e 5 e, tal como em Portalegre, em Estremoz é criado um batalhão de voluntários que possibilitará o ressurgimento dos Regimentos de Infantaria 13 e 15 e tantas outras companhias de cavalaria e em Vila Viçosa uma companhia de miqueletes. O ensino retomou com o surgimento do Corpo Académico Militar de Coimbra, mas o exército português, oficialmente, só ressurgiu a 30 de setembro de 1808.

Com a nomeação de marechal do exército português, Beresford em 1809 a reorganização do exército passou a assentar na disciplina, organização e coesão, sendo uma das suas principais estratégias para o conhecimento dos soldados a publicação das Ordens de Dia onde as

primeiras prometiam punição severa a qualquer tipo de insubordinação e se focaram no quadro de oficiais, a sua reconfiguração em tempos de paz, a obrigatoriedade do serviço militar por entre os homens entre os 17 e os 30 anos. Com a derrota de Napoleão Bonaparte e a consagração da paz pelo Congresso de Viena em 1815 foi restabelecido o equilíbrio na Europa, porém, a autoridade inglesa só deixou de estar tutelada em Portugal com a revolução liberal de 1820, que apenas depois da guerra civil se verdadeiramente se afirmou, em 1834 mantendo as relações externas e a aliança com Inglaterra no quadro de relações diplomáticas. O vintismo demonstrou ter um enorme impacto numa reorganização do exército português, pois foi definido o tempo de serviço militar, ao contrário do que acontecia antes, determinando nove anos para as tropas de infantaria e sete para cavalaria e artilharia e, se fossem voluntários, beneficiariam de uma redução de dois anos. Para além disso, regressou a velha organização superior da armada à marinha portuguesa. Mas o vintismo foi derrotado pela Vilafrancada e o absolutismo pela Abrilada. Com D. Miguel no poder o exército foi reduzido a dezasseis regimentos de infantaria, quatro batalhões de caçadores. Mantendo-se os números da artilharia, de engenharia e procedeu-se a uma redução nas milícias. Durante este período as FA não encontraram qualquer estabilidade. Na marinha, cujos oficiais tomaram o lado de D. Miguel existiu um saneamento dando-se a criação de uma força permanente no mar e para além disso a dívida e a quebra de pagamentos fariam a instituição militar ressentir-se, como é indicado por Teixeira, Domingues e Monteiro (2017).

A estabilidade começou a retornar, pouco a pouco, e foi com os governos setembristas que o exército viria a ter as suas principais reformas liberais através do comando militar de Sá da Bandeira que em 1836 definiu logo que o contingente militar deveria recrutar 8700 mancebos, divididos proporcionalmente pelo território nacional, continuando o seu carácter misto entre os 18 e os 25 anos, porém, sem conseguir ter esses números alterou-se a lei do recrutamento. As divisões militares foram tornadas em dez a partir de 1836, considerando que a nona e a décima eram as dos Açores e da Madeira. A constituição do contingente passou a ser de trinta batalhões compostos por oito companhias de infantaria, vinte batalhões de linha e dez de caçadores, oito regimentos de cavalaria divididos em duas partes iguais de lanceiros e de caçadores, a artilharia mantinha os seus quatro regimentos, mas com três baterias nos arquipélagos portugueses. Para além disso, o ensino voltou a ser repensado com a criação da Escola Politécnica e a Escola do Exército, tendo também o Colégio Militar sido alvo de reforma. Com uma nova guerra civil na qual também o exército se encontrava dividido só em

1849 se voltou a pensar com Costa Cabral numa nova reforma para o mesmo. Assim, através de Costa Cabral o país ficou dividido em três divisões militares: Lisboa, Évora e Porto. Possuindo em cada uma outras oito divisões. Nos arquipélagos passaram a constituir-se comandos autónomos e depois de reorganizada cada uma das armas por diferentes regimentos é anexo ainda um corpo telegráfico, um serviço de saúde e um corpo de estado maior com uma fixação do contingente militar em tempo de guerra de 53 000 militares e em tempos de paz de 29 000 militares, mas a estabilidade nas FA só viria a ser encontrada com a entrada em cena do marechal Saldanha.

Durante a Regeneração as FA, no ano de 1884 sofreram um aumento no número de efetivos e o recrutamento um pouco alterado, dado que a partir dos 50 anos poderiam passar à reserva territorial, no continente criou-se uma quarta divisão militar, tendo sido anexa a região de Viseu e, com o avanço tecnológico em 1885 o exército passou a estar dotado de armamento mais eficiente tal como na marinha de guerra. A grande prioridade a partir de 1875 passou a ser de âmbito ultramarino onde África era uma prioridade e assim para além das campanhas de pacificação onde o exército viria a testar as suas capacidades a marinha fez também as suas primeiras manobras em teatro de guerra e passou a transportar os soldados entre a metrópole e as colónias, permitindo-se assim a existência de um exército colonial e um exército metropolitano, onde são destacadas as campanhas de pacificação em Moçambique e em Angola, que granjearam fama a muitos militares portugueses e às próprias FA portuguesas.

Em 1910 com a implantação da República viriam a ser levadas a cabo novas reformas nas FA portuguesas, tentando a sua maior modernização e implementação da ideia de “Nação em Armas” apostando-se na criação de um exército miliciano. Foi aprovada uma nova Lei de Recrutamento Militar, que fora buscar inspiração ao modelo suíço, tentando passar-se de um exército permanente para um miliciano, o serviço militar predominava como universal e obrigatório e foi criado um sistema de oficiais milicianos. A instrução seria logo aos 17 anos e a incorporação nas fileiras passaria a ser logo aos 20 anos, ficando aí aquele que fosse o tempo mínimo possível e depois de desmobilizado durante sete a nove anos esse cidadão frequentaria a “escola de repetição” durante duas semanas em tempo de paz. O exército metropolitano veio, novamente, a ser reconfigurado na sua distribuição geográfica passando a existir oito divisões militares com os comandos autónomos dos Açores e da Madeira. Cada uma destas divisões possuía quatro regimentos de três batalhões das várias armas e serem enquadrados por oficiais milicianos. Para além disso, e de carácter significativo foi a

separação das questões de defesa nacional e as funções de manter a ordem pública, permitindo assim a criação da Guarda Nacional Republicana. Estas reformas foram levadas a cabo até à eclosão da guerra, onde com essa agravante o serviço militar voltaria às suas velhas práticas e os quadros milicianos perderam destaque, sobretudo perdendo também a sua função cívica de formação de um cidadão-soldado. Tal como no exército também na marinha surgiram reformas pensadas por Pereira da Silva nunca se viriam a concretizar por falta de fundos e a guerra viria a impedir a continuidade das reformas possíveis pensadas em 1911.

Depois da participação na 1ª Guerra Mundial a instabilidade e a crise no país intensificaram-se bem como o descontentamento, deu-se então um golpe militar a 28 de maio de 1926 que viria a derrubar a República e a instituir uma ditadura militar e novas reformas militares foram levadas a cabo de modo que servissem para: “(...) dotar o país de um instrumento militar tecnicamente eficaz, mas ao mesmo tempo, politicamente fiel ao regime” (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 481). Nesse sentido, reorganizou-se o exército eliminando a ideia de um sistema miliciano como o suíço, mas instituiu-se um sistema misto, com uma redução nos militares milicianos e um reforço na profissionalização. O serviço militar obrigatório de carácter universal sofria no seu contingente devido à possibilidade de não o prestar em troca de pagamento, a redução do tempo de serviço militar que se fixou, definitivamente, no ano de 1929 com uma duração de 15 meses. Em termos de organização, o país foi dividido em quatro regiões militares, com a junção dos Governos Militares de Lisboa, Açores e Madeira. Deu-se a criação da Aeronáutica Militar, como uma arma autónoma, dado o seu impacto na 1ª GM. Em termos das armas tradicionais, cada uma viria a ter uma direcção própria tendo sido criados na infantaria os batalhões de caçadores e metralhadoras e baterias de morteiros, unidades de artilharia pesada e de campanha na artilharia com vários depósitos de material e as brigadas de cavalaria, na cavalaria. Foi também nesta altura que se deu particular atenção às relações e esfera de influência dos militares na política, tendo sido extintas todas as unidades militares que não se mostraram fiéis ao regime. Com a chegada de António de Oliveira Salazar ao poder as reformas na marinha, dado o carácter de urgência na defesa colonial. Para além disso, promoveu-se uma nova reorganização do exército onde o recrutamento passará a ter a ideia de massas, permanecendo com o princípio da isenção legal, sendo este de seis anos, onde a recruta militar era de quatro meses e de serviço efetivo de um ano, findo o qual o militar passaria à disponibilidade até aos seis anos e se apostou significativamente na Força Aérea com a criação do Comando-Geral da Aeronáutica na

dependência do ministério da Defesa. No ano de 1937 viria a ser implementada uma reforma que viria a causar a separação no Exército de um corpo de Estado-Maior. Durante a 2ª Guerra Mundial, na qual Portugal manteve uma política de neutralidade, possibilitou que fossem aplicadas novas reformas tendo em vista a sua modernização e reorganização nos quadros e modernização do armamento utilizado, contudo conseguiu chegar ao fim do conflito sem qualquer intervenção militar.

O início do conflito entre os dois blocos ideológicos liderados pelos EUA e pela URSS e a agudização do seu relacionamento veio mostrar o quão fundamental seria a criação de um quadro de alianças e nos primórdios a NATO era apenas uma associação política de Estados, com a evolução desse conflito e o surgimento do Pacto de Varsóvia em 1955 passou a ter uma componente militar e de defesa mais acirrada. A NATO na qual Portugal seria membro fundador com a assinatura do Tratado de Washington a 4 de abril de 1949 viria a alterar a política de defesa do país, o que ainda hoje acontece. Com esse acordo, no decorrer dos anos 50 os EUA beneficiaram o nosso país contribuindo significativamente para a melhoria e qualidades de modernização e profissionalização das FA portuguesas, que acabou por fechar a instituição em si própria, como já foi referido nos tempos simbólicos, diminuindo e eliminando a sua influência na esfera política. A entrada na NATO, conforme poderemos verificar, trouxe bastantes vantagens para Portugal em termos militares dado que modificou toda a forma de pensar a política de defesa em diversos aspetos. Foi através desta que surgiu o conceito de defesa nacional permitindo até a criação do Ministério da Defesa Nacional, ainda que integrado na Presidência do Conselho com vista a decidir a natureza e os rumos dos três ramos das FA, de uma forma coesa e coordenada, continuando a existir o Ministério da Marinha e a permuta do Ministério de Guerra pelo Ministério do Exército, criando-se, igualmente, o Subsecretariado de Estado da Aeronáutica bem como o Secretariado-Geral da Defesa Nacional. Um conjunto de leis foi aprovado em 1952 como a Lei de Bases da Defesa Nacional e, em 1956, a Organização Geral da Nação para Tempo de Guerra, permitindo a instituição de organismos como o Estado-Maior-General das FA e o Conselho Superior Militar. Seria através destas reformas que Portugal poderia cumprir os seus compromissos com a NATO, dado que estes se poderiam traduzir em duas coisas:

“(…) no que respeita ao Exército, a criação de uma divisão independente com a função de vir a ser afetada a missões da NATO no continente europeu; no que respeita à Marinha e à Força Aérea, o seu empenhamento em missões de luta antissubmarina e

patrulhamento, no Atlântico norte dentro dos comandos da NATO” (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 519).

Nos anos 50 as reformas, como se verifica, foram significativas e alteraram até a reorganização do exército no território com três divisões e a criação daquelas que viriam a ser o Grupo Divisionário de Carros de Combate e a Companhia Divisionário de Manutenção de Material e a 3ª Divisão viria a instalar-se em Santa Margarida. Extinguiu-se a divisão entre o exército colonial e o metropolitano, alterando-se as regiões militares do país. Assim, passaram a existir cinco regiões militares e sete comandos territoriais independentes. Nessa divisão conta-se com o Governo Militar de Lisboa e no Porto e Évora as primeira e segunda Regiões Militares, nos Açores e na Madeira foram tornados comandos territoriais e as restantes regiões e comandos territoriais divididos pelas possessões coloniais. Em 1962 acrescentou-se a região militar em Tomar e uma outra em Coimbra em 1970. Na marinha, a grande aposta, tendo em conta as pretensões das missões da NATO, foi no desenvolvimento de sistemas de luta antissubmarina, anti minas e de comando de radares, aumentando aos poucos a sua capacidade em termos de navios perdendo apenas a parte da aeronáutica naval, dada a crescente importância e preponderância da Força Aérea. Esta arma, mais recente, tendo tido a sua autonomização em 1952 direcionou o seu foco para as esquadrilhas de aviões a jato e o controlo aéreo, porém as relações com a NATO e o acordo bilateral com os EUA resfriaram com a tomada de posição da política intervencionista da administração Kennedy e a defesa da política colonialista por parte de Salazar confrontando os movimentos de libertação, à qual se anexava a questão da Índia e o início dos conflitos nas colónias, Portugal suspendeu na sua maioria os seus compromissos de carácter militar com a NATO e, com o avanço da guerra e a sua duração dos compromissos ficaram ainda mais reduzidos, sobretudo em termos do exército, considerando que no caso da marinha Portugal continuou o patrulhamento e com uma participação de quatro a cinco vezes por ano de uma fragata portuguesa, a partir de 1967, na Stanavforland. Com a retirada da França da estrutura militar do comando do Iberland, decidiu-se que este ficaria em território português, primeiro em Sintra, depois Oeiras.

No período de 1961 até 1974, os esforços e as mudanças nas FA são vocacionados para a guerra colonial o que origina alterações no recrutamento que passou a ter, verdadeiramente, um carácter universal e obrigatório, dado que era quase impossível uma isenção, com uma efetiva mobilização de milicianos que não só se viria a traduzir nos praças, mas também no quadro de oficiais. A duração do SMO foi também repensada, dada a necessidade de recursos

humanos, passando a ser de seis meses a instrução e dois anos de mobilização, que poderiam prolongar-se. Para além disso, foram convocados todos os milicianos que já haviam passado à reserva de disponibilidade, a criação de um quadro especial de oficiais de onde seriam selecionados como cadetes para que tivessem formação de regime intensivo e ascender ao posto de capitão e alterações legislativas referentes às antiguidades de oficiais do quadro permanente, provenientes da Academia Militar, milicianos. Criaram-se também novas unidades como a arma de transmissões, o Batalhão de Serviço Material, o Batalhão de Reconhecimento das Transmissões, o Regimento do Serviço de Saúde, o Serviço Militar Postal, porém a criação que viria a ter um grande relevo foi a instalação em Lamego do Centro de Operações Especiais que seria empregue logo em 1962 em Angola. Dá-se também a entrada em guerra dos paraquedistas e dos fuzileiros bem como de unidades compostas maioritariamente ou completamente por africanos. Em 1974 findou a guerra colonial e também se iniciou um novo regime democrático, pelas mãos do MFA, um conjunto de militares que através da revolução de 25 de abril de 1974 permitiu o fim do Estado Novo e o início da democracia. Porém, as mudanças levadas a cabo jamais teriam apenas a componente interna o que levou a uma “redefinição profunda da inserção internacional do país e da política externa portuguesa” (Teixeira, Domingues, & Monteiro, 2017, p. 564). E para além disso veio trazer novas alterações à reorganização das FA e suas missões.

Com a democracia estabelecida, a defesa e a prossecução da descolonização e a entrada de Portugal na CEE em 1986 as prioridades desse organismo ficaram inscritas na política externa nacional de uma forma preponderante, anexando-se as suas relações com a NATO e, ainda, com todas as comunidades que anteriormente haviam sido suas possessões coloniais. É nesse sentido que as FA portuguesas encontram uma reconfiguração das suas missões e dos seus quadros, até para cumprir as prioridades estratégicas a que o país se compromete. Já não é apenas a NATO, mas com a assinatura do Tratado de Maastricht e o “surgimento” da Política Externa e de Segurança Comum, Portugal participou ativamente na sua construção, aprofundando ainda mais a sua integração europeia. Uma das primeiras medidas em termos militares da União Europeia foi a criação da Força de Reação Rápida ou FRR, à qual Portugal colocou à disposição um efetivo de 1000 militares. Com o Tratado de Lisboa consolidou-se esta dimensão, que foi muito para além da alteração do nome para Política Comum de Segurança e Defesa, mas onde entraram duas cláusulas importantes de solidariedade para todos os Estados nela presentes, bem como a clarificação daquelas que seriam as missões às

quais deveriam ser empenhados os seus militares bem como a introdução de mecanismos de cooperação. Portugal nesse contexto participou em todas as missões militares da União Europeia bem como tentou sempre dar resposta às problemáticas da sua capacidade e desenvolvimento, sem nunca esquecer os seus compromissos com a NATO. As missões levadas a cabo pela União Europeia têm uma forte componente humanitária e de manutenção da paz tal como a própria gestão de crises.

Nos anos 90 com a globalização e todas as especificidades e mudanças que se têm vindo a verificar nas relações internacionais e as mutações na própria ordem internacional, com um aumento do poderio das organizações internacionais com o bastião da defesa e da segurança comum, bem como do surgimento de novas ameaças como é exemplo o terrorismo e o ciberterrorismo ou com o surgimento das novas formas de guerra intituladas de novas guerras e novíssimas guerras. Assim, obrigaram que estas organizações reformulassem as suas missões e reconfiguram-se o seu empenho bem como as suas próprias agendas. Ao longo desse tempo as FA têm demonstrado a importância das mesmas nesse tipo de missões. Essas missões para serem bem-sucedidas até atualmente, para que o seu empenho seja bem conseguido têm-se introduzido uma série de reformas com vista não apenas à modernização, dadas as novas ameaças, mas também uma profissionalização crescente e uma democratização. Um dos exemplos é o SMO que deixou ao longo dos anos o seu carácter de obrigatoriedade, a entrada das mulheres nas FA foi bastante significativa, apesar da redução do efetivo militar apostou-se na sua especialização e o seu foco passou a ser um pouco mais alargado em termos geográficos. O planeamento dos seus fundos passou a ter um carácter de longo prazo com uma programação do seu financiamento através das Leis de Programação Militar e a sua subordinação ao poder político, ao longo dos anos tendo descontinuado a sua presença na esfera da política até ao seu fim, no ano de 1982 e nos dias de hoje se encontra claramente interiorizado na “cultura institucional” da instituição militar.

### **2.3 A participação de Portugal na 1ª Guerra Mundial**

Retomando a ideia que Raymond Aron nos deixou de que as relações entre os diferentes Estados se poderão traduzir nas figuras do militar e do diplomata, importa também referir que era através da guerra que os Estados regulavam as suas relações e era esta que resolvia os problemas internacionais, o que era uma realidade nas relações internacionais até à segunda guerra mundial, sensivelmente.

A 1ª Guerra Mundial, que no seu tempo foi denominada como Grande Guerra, dado que mobilizou cerca de 70 milhões de homens, surgiu no contexto de uma Europa que dominava o Mundo através das suas possessões coloniais e eclodiu numa tentativa de equilibrar ou manter um equilíbrio de poderes na Europa, com uma Inglaterra e uma Alemanha como duas grandes potências hegemónicas. Dessas possessões coloniais surgiam rivalidades entre os diferentes países do continente europeu, obrigando-os a criar alianças que mais tarde originariam a Tríplice Entente e a Tríplice Aliança, que acabaram por se alargar a mais Estados. Com o assassinato do Arquiduque Francisco Fernando a 28 de junho de 1914 e a subsequente invasão por parte do Império Austro-Húngaro, um mês depois, à Sérvia eclodiu o conflito.

Portugal, privilegiando as suas antigas relações com a Inglaterra participa no conflito tomando o lado da mesma, junto dos restantes aliados. Nessa altura, Portugal há pouco mudara de regime político, a monarquia cessou e instaurou-se a república, através da proclamação da República Portuguesa a 5 de outubro de 1910. O anúncio da guerra germinou no seio do recém governo por parte do Partido Republicano Português uma oportunidade para reforçar os laços com a sua já muito antiga aliada e surgiu de forma a assegurar a neutralidade espanhola: “A intervenção militar na Europa, ao lado da Inglaterra, pareceu-lhes o meio de confirmar a aliança – ou, como disse Afonso Costa num Conselho de Ministros, de forçar a Inglaterra a dar testemunhos públicos de consideração para Portugal” (Ramos, Sousa, & Monteiro, 2010, p. 606).

O enquadramento de Portugal nesta Europa é de um país com possessões coloniais que, até ao ano de 1889 outras potências europeias não colocaram em causa, porém, ainda recordando essa conjuntura no ano de 1890 foi feito um ultimato inglês ao país, uma das causas para o derrube da monarquia, que veio exigir que Portugal retirasse os seus militares do território entre Moçambique e Angola, uma zona que reclamava no mapa cor-de-rosa, pouco tempo antes, na Conferência de Berlim, encontrando-se assim um dos grandes motivos para a sua entrada em guerra a que denominaram como tese colonial.

Logo no início da Grande Guerra a beligerância portuguesa traduziu-se sobretudo em concessões e auxílio a Inglaterra, permitindo coisas como as referidas por Silva (2015) que passam pela aceitação da circulação de militares ingleses por Lourenço Marques, a exportação para Gibraltar de vários produtos, a utilização dos portos nacionais como ponto de abastecimento aos navios ingleses de carvão e a venda de espingardas Mauser- Vergueiro à

África do Sul. Mais tarde, a França, a seu pedido, foi também auxiliada com trinta e seis baterias de peças de 75mm. Depois de Inglaterra pedir a Portugal que os navios alemães que estivessem nos seus portos fossem requisitados e da Alemanha não respeitar os limites dos territórios portugueses em África, Portugal envolveu-se ainda mais na guerra, preparando-se para enviar homens para Moçambique e para a França, conforme Silva (2015).

Em Angola e Moçambique a presença militar foi logo reforçada a partir de agosto de 1914 tendo sido mobilizados dois destacamentos mistos com 1525 homens e auxiliados por 1000 praças e, ainda, tropas coloniais das respetivas possessões coloniais possuindo como missão a manutenção da obediência da população à autoridade portuguesa e a vigilância das fronteiras. Mais tarde, em novembro desse mesmo ano é enviado outro destacamento misto para reforçar o primeiro, depois da Alemanha ter incentivado a sublevação da população colonial contra as forças portuguesas. Neste teatro de guerra durante os quatro anos de guerra constata-se que desde a metrópole foram enviados 387 oficiais e 12 043 praças, recebendo ainda também tropas vindas de Moçambique com 5 oficiais e 200 praças (Silva, 2015, pp. 134-187).

No caso de Moçambique foram enviadas quatro expedições com um total de 20 423 militares e 19 278 moçambicanos perfazendo um total de 39 701 militares e, foi o mesmo teatro de guerra o mais mortífero dado que apenas nele o número de mortos total foi de 4 811 militares e o número de feridos e doentes foi igualmente muito elevado devido às más condições de higiene e o conjunto de doenças tropicais que os militares sofrem, aliás inclusive o número de mortes era superior no caso das doenças do que propriamente em combate.

Depois da marinha portuguesa ocupar os navios alemães que se encontravam nos seus portos nacionais e hastear em cada um deles a bandeira republicana e a subsequente requisição por parte do governo português, a Alemanha declara oficialmente guerra a Portugal a nove de março de 1916: “de agora em diante como achando-se em estado de guerra “(Silva, 2015, p. 207). Desde finais de 1915 que uma divisão de instrução se preparava em Tancos, onde já se encontrava a Escola de Aplicação de Engenharia e após a declaração de guerra foi importante pensar-se e planear-se a mobilização das forças portuguesas para a guerra e a sua própria capacidade. Nesse sentido, com a necessidade de ter o maior número de homens ao serviço de Portugal na guerra, a tabela de limitações físicas para ser considerado inapto ao serviço militar foi revista e diminuída, sobretudo com foco na arma de infantaria, que viria a consumir mais militares. Para além disso, foi decretado que os médicos auxiliares do Serviço de Saúde do

Exército constituir-se-iam dos médicos diplomados das escolas Médica de Lisboa e da Faculdade de Medicina do Porto que não exercessem a sua atividade profissional ou todos os outros diplomados em escolas estrangeiras que não possuíam um diploma reconhecido.

Em julho de 1916 foi dada como concluída a instrução em Tancos e os efetivos da divisão de instrução no mês seguinte regressaram aos seus quartéis para se prepararem para a sua ida para a França e, assim, em outubro desse ano formar-se-ia o Corpo Expedicionário Português (CEP). Os primeiros barcos com os militares integrantes do CEP partiram em janeiro de 1917 com destino à França, desembarcando em Brest, depois disso o CEP foi dividido nas várias povoações em torno de Aire-sur-la-Lys tendo como principal objetivo a sua instrução, dado que a sua instrução era insuficiente para o teatro de guerra. Terminada a instrução as tropas portuguesas iriam fazer uma espécie de estágio junto das tropas inglesas para tomarem conta dos processos nas trincheiras. Em novembro de 1917 é que Portugal conseguiu assumir, de forma independente, o seu setor no troço médio do rio Lis, entre os vales dos rios Aire e Lis, de Armentieres a La Basse de Merville à Béthune e quando isto aconteceu o número de efetivos já havia diminuído.

No setor que calhava a Portugal o plano de defesa passava por três linhas, dado que a 1ª GM era uma guerra em trincheiras: numa primeira linha ou linha da frente, um conjunto de três linhas coexistiam entre si, divididas por trincheiras em formato de zigzag. A primeira linha era a linha que fazia fronteira com aquela porção de terra que denominaram como “terra de ninguém”<sup>28</sup> possuindo postos de observação e de defesa e com arame farpado com altura de três metros; uma segunda linha ou linha de apoio encontrava-se à retaguarda da primeira e possuía abrigos e nichos de metralhadoras pesadas, onde o estado de alerta imperava nos militares; numa terceira linha ou de reservas do setor era a mais longínqua da primeira e onde a segunda linha procurava apoio.

Depois da distinção de cada uma das linhas que coexiste na primeira linha, numa segunda linha ou linha das aldeias encontra-se uma segunda zona de defesa onde aproveitando-se as ruínas de muitas aldeias se criaram postos. E, numa terceira linha ou linha do corpo, era onde se situava o quartel-general da divisão.

---

<sup>28</sup> “Entre a nossa linha e a sua (do inimigo, do boche) um terreno vago, cavado de crateras, nesta altura do ano cheio de ervas e onde teimam em medrar alguns arbustos. É a terra que nem é nossa, nem do inimigo, o *no man’s land* dos ingleses, a terra-de-ninguém. “(citado por Silva, 2015, p. 266).

Nesta guerra de trincheiras as condições a que os militares integrantes do CEP se encontravam sujeitos eram caracterizadas por um incrível perigo o que levou a muitas mortes, a muitas sequelas físicas, mas também a muitas sequelas psicológicas, dada a sua intensidade e a temporalidade da mesma, a ameaça constante e a linha sempre muito ténue entre a vida e a morte mutavam os homens que aí resistiam.

As más condições de salubridade devido à convivência constante com a lama nos seus pés e corpos que tornava os seus membros inferiores pouco funcionais à medida que gelavam, contribuindo também para isto as baixas temperaturas e as quedas de neve bastante intensas. Não obstante, os soldados portugueses nas suas trincheiras conviviam com ratos, pulgas, piolhos e larvas, para além das péssimas condições nas instalações de acantonamento. O repouso muitas vezes era de apenas quatro horas e meia desde a hora do “a postos” à tarde até ao “a postos” da manhã seguinte, repouso esse que se encontrava também condicionado pela regra de fazer seis dias na primeira linha, seis dias na segunda linha e, novamente, outros seis na primeira, onde apenas ao fim desses dezoito dias teriam direito a ficarem seis dias na terceira linha ou na linha do corpo para que pudessem descansar, o que não acontecia, já que: “as tropas do *front* do CEP viam as suas obrigações reduzidas às atividades rotineiras e indispensáveis à vida de um acantonamento.” (Silva, 2015, p. 273). Para além disso, a alimentação a que os nossos militares estavam sujeitos era algo parca e bastante diferente daquilo a que eles estavam habituados, distribuída pelos ingleses. E o fardamento era também de precária qualidade, porém dado que era da responsabilidade de Portugal e existindo necessidade de fazer face às diferentes condições atmosféricas, ainda que em termos de qualidade continuasse bastante abaixo do desejado e em termos de quantidade. Mas, aproveitando as inspirações de trajes alentejanos, os nossos militares começaram a utilizar os pelicos e os safões feitos em pele de carneiro para fazer face ao frio. Há uma problemática que importa referir ainda no contexto da 1ª GM que é a questão vinculada com a saúde dos militares portugueses. Através das condições precárias de que já possuímos conhecimento consegue-se levantar um pouco o véu daquilo que seria a saúde física e mental dos combatentes e até mesmo aferir as suas respostas nos momentos de combate e de espera na frente das trincheiras. A boa saúde física e mental evidencia-se naquela que é a moral das tropas, que, no decorrer do tempo com as condições climatéricas adversas e muito diferentes daquelas a que os portugueses estavam habituados, a própria estrutura da guerra e os fracos períodos de descanso bem como as carências materiais provocaram um descontentamento

generalizado e acarretaram não só problemas de saúde físicos. Há que ter em atenção o número bastante elevado de mortos nas campanhas africanas, ou seja, no teatro de guerra em África, por doença, mas também problemas de saúde mental, aos quais não era dada muita importância, mas que viriam a ter repercussões para a vida dos soldados no decorrer das suas vidas.

A pouca estabilidade de saúde que afetaria os portugueses de acordo com o que Silva (2015) nos mostra poderão provir do combate ou mesmo das doenças que se poderão distinguir em quatro tipos: doenças pulmonares com especial relevância para a tuberculose; as doenças de pele e as doenças venéreas e, apenas numa posição muito inferior da hierarquia vinham as doenças mentais que, os nossos médicos portugueses caracterizavam como “melancolia”, “confusão” ou “emocionado de guerra” demonstrando que, nem todos os médicos conseguiriam distinguir estes casos, por entre muitos sinais:

“(…) como o emagrecimento repentino, o envelhecimento da pele e do cabelo, o choro repentino e descontrolado, a indiferença e a apatia para as tarefas obrigatórias, a perda de apetite ou a ingestão incessante de alimentos, o excesso de álcool ou tabaco, não se valorizava tais comportamentos” (Silva, 2015, p. 322).

O número de mortes em Flandres foi superior no caso das mortes em situação de combate e não por doenças como acontecia na campanha de Moçambique, sendo o ano mais mortífero o de 1918, talvez devido às baixas ocorridas na Batalha de La Lys. As mortes eram causadas pelas armas utilizadas como o gás. Do total de 2 288 mortes<sup>29</sup> é importante referir que 406 mortes foram causadas por doenças, principalmente a tuberculose e a pneumonia, constando ainda 33 vítimas de homicídio e 10 suicídios.

O armistício aconteceu a 11 de novembro de 1918 e a 27 de dezembro iniciou-se, por fim, o repatriamento dos militares. Com o repatriamento importava agora cuidar dos feridos e reintegrar esses homens na sociedade.

---

<sup>29</sup> Silva (2015).

## 2.4 A Guerra Colonial

“Doeu ver-me pela primeira vez, fardado. Mais um feijão-verde entre centenas. Vestir a farda era, naquele momento, entrar no sujo mundo da guerra. Com um cano de metralhadora colado às costas. (...) Ali estava. De verde vestido. E o verde não era só a cor da esperança. Mas também” (Mendes, 1998, p. 14).

A guerra colonial iniciou-se em Angola, o seu primeiro de três teatros de operações no ano de 1961 com a declaração do Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar a 13 de abril de 1961, ficando célebres as palavras: “Para Angola, rapidamente e em força”, situação essa que viria a alterar as relações de política externa portuguesa e deixar mazelas no país. De novo, tal como acontecera na participação portuguesa na IGM, o motivo baseava-se sobretudo na manutenção do império colonial português, aquele que viria a ser o último da Europa, ainda que Portugal através da sua constituição de 1933 e do Ato Colonial, separasse o estatuto português das colónias, afirmando-as não como colónias, mas apenas como províncias ultramarinas.

Antes da Guerra Colonial ter início importa referir que depois da IGM o mundo voltaria a conhecer uma segunda Guerra Mundial que viria a alterar de uma forma radical os poderes mundiais. A Europa deixou de ter a sua importância, prevalecendo um mundo no rescaldo da guerra separado em dois e guiado por dois grandes blocos ideológicos: os EUA e a URSS. Ainda que a Sociedade das Nações no fim da IGM se mostrasse ineficiente é criado um organismo inovador, com o nome de ONU que, com mais poder do que a sua antecessora irá conseguir canalizar os seus esforços para a paz e defender um conjunto de valores importantes para a nova reconfiguração do mundo e das lutas que se viriam a travar, onde os ideais da paz e da igualdade entre povos viriam a despoletar um sentimento anticolonial. Surgindo, assim, o movimento descolonizador com grande impetuosidade aproveitando e debatendo-se ao abrigo do enquadramento jurídico do artigo 73 da Carta das Nações Unidas e é nesta questão colonial que o governo de António de Oliveira Salazar entra em conflito aberto com os movimentos de libertação de cada uma das colónias e que origina a marca do “orgulhosamente sós” no âmbito internacional. A entrada na ONU em 1955 veio a determinar alterações significativas em termos de política externa, dado que as possessões coloniais de Portugal eram alvo de escrutínio e de contestação em termos internacionais, sendo por isso em alguns momentos nesse período sofreu sanções por parte dos seus pares ou parceiros estratégicos como os EUA.

A quatro de fevereiro de 1961 o Movimento Popular e Libertação de Angola (MPLA), apoiado pela União Soviética e por Cuba, atacou a prisão, em Luanda, onde soltaram alguns presos, e uma esquadra da polícia onde feriram sete polícias. No norte do território de Angola, a UPA (União das Populações de Angola), dedicava-se sobretudo à guerrilha rural, provocando vários ataques contra a população branca. No mês seguinte em Luanda, Uíge e no norte de Kwanza existiram sucessivos massacres com valores na ordem das 7200 mortes entre população branca e negra provocados pela UPA, para além da destruição de várias fazendas, postos administrativos e destacamentos da polícia, aqui as operações do Exército português duraram cerca de oito meses.

Seria em agosto desse mesmo ano que Portugal perderia a Fortaleza de São João Batista de Ajudá, tendo sido o primeiro território ultramarino que o país perdeu e ainda no fim desse ano as tropas indianas invadiram Goa, Damão e Diu sem qualquer resistência por parte dos soldados portugueses.

O MPLA implantou-se militarmente nos vários territórios angolanos no decorrer do tempo e se em 1961 se implantou em Dembos, em 64 implementou-se em Cabinda, em 66 em Moxico e Cuando-Cubango, em 68/69 em Lunda e Bié e já na década de 70 em Kwanza.

Em Angola é também importante referir que com a criação da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), obrigará os portugueses à construção dos primeiros aldeamentos estratégicos tendo em vista o controlo da população indígena e dois anos depois disso, em outubro de 1964 é aberta pelo MPLA a Frente de Leste, que abandonará em 1973 devido aos problemas de abastecimento. A FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) é outro movimento independentista, e tinha a sua área de atuação no norte de Angola, junto à fronteira com o Zaire (atual República Democrática do Congo). Em termos internacionais, Portugal “sofrerá” também um dos mais duros golpes quando em 65 a ONU decreta a proibição do fornecimento do armamento a Portugal enquanto este mantivesse a sua política colonial, retirando dessa forma força à política colonialista do governo e reconhecendo o direito da libertação dos territórios sob o domínio português. O primeiro encontro direto entre os guerrilheiros do MPLA e as forças militares portuguesas viria a acontecer em 1966, que, para além disso, tentou muitas vezes mecanismos de coação psicológica como por exemplo a distribuição do jornal “Passa Palavra” de forma a atingir psicologicamente os soldados portugueses e a diminuir a sua moral em teatro de guerra.

A guerra colonial em Moçambique opôs duas forças: Portugal e FRELIMO. A FRELIMO era a Frente de Libertação de Moçambique. Iniciou-se a 25 de setembro de 1964 através do ataque ao posto administrativo de Chai. Não é a primeira incursão militar portuguesa em território africano, pois em Angola a guerra começara em 1961. Pode-se aqui dizer que estes sentimentos surgiram num contexto marcado pelos movimentos de autodeterminação que tinha apoios internacionais. Apoios como a União Soviética, China e Cuba. Certo é que durante a maior parte do conflito apesar dos apoios Portugal esteve em superioridade numérica.

Portugal conquistou Moçambique em 1498, mas só lhe atribui importância após a perda do Brasil a partir desse instante Portugal concentrou-se na expansão em África, cultivando até um conflito com a sua velha aliada, Inglaterra. Dá-se o episódio do Mapa Cor-de-Rosa que esteve na origem do ultimato inglês que foi nada mais, nada menos que um dos mais importantes estandartes para o Partido Republicano. Após a 2ª Guerra Mundial, existe uma vaga de descolonizações, mas não aconteceu com Moçambique porque o regime vigente tinha um programa colonial.

Uma das primeiras manifestações contra o colonialismo foi o “16 de junho”, muito devido ao descontentamento dos agricultores, com fundamentos nos baixos salários, nas más condições de vida e no autoritarismo do governo português. Essa suposta “reunião” para as reivindicações serem ouvidas, acabaria por terminar com presos e até mortos, sem um número relativamente certo.

Moçambique tinha imensos problemas sociais e económicos, com desigualdade social e com uma cultura ocidental muito forte, que os locais apelidaram de opressora. Quem fazia soar a sua voz, levantando-se contra a política colonial, acontecendo o mesmo na metrópole, eram acusados e exilados. Numa conferência desses políticos exilados, foi criada a FRELIMO, no dia 25 de junho de 1962, sendo a fusão de várias organizações como a União Nacional Africana de Moçambique, União Nacional Africana de Moçambique Independente e da União Democrática Nacional de Moçambique com vista à saída da presença portuguesa de carácter imperial com vista à independência, sendo o líder Eduardo Mondlane. A custo, durante cerca de dois anos tentou-se encontrar uma solução pela via diplomática, para concretizar esse objetivo, porém a falta de concordância, fez dar início à campanha de guerrilha.

No início dos movimentos independentistas é de referir o apoio dos EUA: “Let every nation know, whether it wishes us well or ill, that we shall pay any price, bear any burden, meet any

hardship, support any friend, oppose any foe to assure the survival and the success of liberty.” (Kennedy, 2020).<sup>30</sup> Através dos princípios da liberdade e autodeterminação dos povos, que estiveram na base da Sociedade das Nações e mais tarde das Nações Unidas, que acabariam por pressionar Portugal, porém a sua ameaça de saída da NATO força o movimento da FRELIMO, entre outros a procurarem o auxílio em países de regimes comunistas, como a União Soviética. Para os soviéticos, África era uma oportunidade para retirar poder às potências colonizadoras, devido à insurreição dos colonizados e ao auxiliarem-nos, estes tornar-se-iam pró-comunistas, para no futuro estabelecerem relações, assim a URSS atribuiu-lhes treino e equipamento, sem esquecer países nórdicos. Do ano de 1964 até 1969, temos a FRELIMO com 250 combatentes, que mais tarde aumentaria substancialmente para 8.000, liderados por Filipe Samuel Magaia, com treinos na Argélia. Já Portugal, sendo liderado pelo General António Augusto dos Santos, inicia a guerrilha com 10000 passando após para 23000 até 24000. Os ataques iniciaram-se tendo como alvos a região norte de Moçambique, postos administrativos e com uma ausência permanente nos centros urbanos. As primeiras vítimas dos portugueses, no terreno, datam apenas de novembro.

Portugal, para demonstrar que ainda tem controlo sobre Moçambique, decide expandir e criar infraestruturas como caminho-de-ferro, pontes, barragens, sendo a mais conhecida a de Cahora Bassa, que as tropas da FRELIMO durante 7 anos tentaram impedir, escolas, hospitais e sistemas de irrigação. A guerra continuava e de forma a tentar solucionar o problema, a PIDE assassinou a 3 de fevereiro de 1969 Eduardo Mondlane através de uma bomba que colocou numa encomenda, porém não se sabe ao certo pois outras fontes dizem ter sido colocada debaixo da cadeira e por pessoas ligadas à FRELIMO, que supostamente trabalhariam em conjunto com a PIDE. De 1969 a 1974 o general português é retirado do comando e passa a liderar o general Kaúlza de Arriaga com uma força mais direta de atuação. Em 1972 é de referir que está criada uma enorme tensão, em especial entre oficiais, na patente de generais, como com o general Francisco da Costa Gomes que defendia a utilização de forças especiais da PIDE, especialistas em seguir o rasto, reconhecimento local e operações antiterroristas, contra a ideia de Kaúlza. De 1974 a 1975 é de referir o início das organizações de contestação à Guerra Colonial, com a moral dos militares em baixo e insurreições militares, face a isto o MFA reúne

---

<sup>30</sup> “Que cada nação, queira-nos bem ou mal, saiba que pagaremos qualquer preço, suportaremos qualquer fardo, enfrentaremos qualquer dificuldade, apoiaremos qualquer companheiro, confrontaremos qualquer adversário para garantir a perpetuação e o êxito da liberdade.”

e expõe as suas ideias ao general António de Spínola. O general Costa Gomes demite o comandante da Região Militar de Moçambique. Tanto Costa Gomes como Spínola são demitidos e dá-se o fim das operações militares. Antes da guerra despoletar na Guiné, tal como nos outros países africanos há muito que se faziam sentir insurreições a contestar o poder colonial. Destacar-se-ia, a revolta dos marinheiros indígenas, fortemente reprimida pela PSP, ou através do Movimento de Libertação da Guiné o corte da linha telefónica entre S. Domingos e Beguine. No entanto, com o ataque ao aquartelamento português em Tite no ano de 1963 viria a dar-se início à luta armada. O Partido Africano para a Independência da Guiné, doravante denominado como PAIGC. Há que recordar que, nessa altura, Portugal possuía só nesse território cerca de nove centenas de militares recrutados em contexto local, liderados por oficiais europeus, em dois quartéis: Guiné e Bolama.

A Guiné foi um cenário de guerra, vulgarmente, caracterizada pelo esforço de contrassubversão por parte dos militares portugueses. Com o assassinato de Amílcar Cabral<sup>31</sup> em 1973 o movimento introduziu na sua luta o míssil antiaéreo Strela, o que acabou por retirar o poder aéreo às forças portuguesas, pois o ataque resultou no abate dos dois aviões Fiat G-91, DO27 e um T-6. Depois, com a operação a que denominaram “Amílcar Cabral” procederam a um ataque com carácter quase simultâneo aos quartéis portugueses de Guidaje e Guileje em que o primeiro conseguiu resistir a muito custo ao contrário de Guileje que levou a muitas baixas. Na zona sul, na fronteira da Guiné-Conacri as forças do PAIGC atacaram de uma forma bastante significativa o quartel de Guileje, o que levou à sua ocupação depois da retirada das forças portuguesas, o que nos leva a auferir que apenas no ano de 1973 o PAIGC consolidou 166 ataques a quaisquer posições portuguesas, 36 emboscadas, 12 ataques contra aeronaves e um contra embarcações, Para além disso, acredita-se que tenham implantado 105 minas em que a maior parte fora acionada por militares portugueses. Apesar da tentativa de mudança do dispositivo das forças portuguesas, tendo-se apostado numa ação retardadora em tempo e profundidade, porém, no ano seguinte os ataques preconizados pelo PAIGC estenderam-se às guarnições da fronteira de leste e, pouco depois, foram desencadeados uma série de ataques aos quartéis portugueses na região do Cantanhez, onde na cidade de Bissau são lançados explosivos contra autocarros da Força Aérea, cafés frequentados por militares portugueses e a duas lanças no rio Cacheu. Para além dessa tipologia de ataque, o PAIGC passou a investir em combates de

---

<sup>31</sup> Amílcar Cabral foi um dos fundadores do PAIGC, tendo planeado a mobilização e o esforço de guerra da Guiné-Bissau na sua luta pela independência.

posição, ou seja, passou a apostar em emboscadas, o esforço de guerra era já tão grande que entre os dias 26 e 27 de março uma delegação do governo português e uma delegação do PAIGC se reuniram com intuito de encontrarem uma resolução para o problema da Guiné.

Em suma, o efetivo máximo de uma forma aproximada das três modalidades das FA nos teatros de operações foi de 70 000 militares em Angola, 42 000 militares na Guiné e 57 000 militares em Moçambique. Nos doze anos que a guerra durou o número de efetivos triplicou dado que no início da mesma, em 1961 com um total de 40 422 militares metropolitanos e em 1973 um total de 87 274 militares, aos quais, nesse ano se juntariam como efetivos locais 79 000 militares.

## **2.5 O Conceito Estratégico de Defesa Nacional: A participação portuguesa nas Missões de Paz e de Cooperação Técnico-Militar**

O último Conceito Estratégico de Defesa Nacional ou CEDN aprovado em 2014. veio dar resposta às novas particularidades do sistema internacional, determinando uma série de pressupostos depois de uma reflexão na área da defesa nacional. Nesta última década temos vindo a assistir a uma aposta constante na cooperação, no diálogo e na procura de consensos por via do diálogo e da diplomacia (Conselho de Ministros, 2013, pp. 1981-1995).

Conforme já foi referido em termos de política externa e de alianças estratégicas, Portugal tem relações importantes e compromissos com a NATO, a ONU e a UE. Todas as organizações foram no decorrer dos anos alterando os seus conceitos estratégicos e adaptando-os às suas novas realidades estratégicas e dar respostas aos eventuais problemas da defesa em Portugal sendo integrante das mesmas também reconfigurou o seu Conceito Estratégico Militar ou CEM. Nos últimos anos o aumento da participação das FND nas operações militares de âmbito internacional tem sido uma das provas mais visíveis de afirmação para com esses compromissos. Este documento acaba por ser um guia orientador do instrumento militar: “Para o efeito, o CEM estabelece o Conceito de Ação Militar e as orientações específicas atinentes ao trabalho subsequente, de definição das Missões das Forças Armadas (MIFA), do Sistema de Forças (SF) e do Dispositivo de Forças (DIF), constituindo, ainda, a base para o planeamento da estratégia operacional” (Ministério da Defesa Nacional, 2014, p.2).

O CEDN não é apenas pensado em termos externos, mas também em termos internos sobretudo tendo em conformidade todas as eventuais e possíveis potencialidades que o país possui, tendo em conformidade um conjunto de características como fundamento como a história, a

identidade nacional, a cultura e com isso a própria língua, as suas alianças estratégicas internacionais, a democracia e a sua ZEE bem como a sua própria posição central no espaço euro-atlântico. Para além de ser um documento que visa identificar as potencialidades do território também enquadra as suas vulnerabilidades onde se encontram destacadas a descontinuidade territorial, a dependência do exterior, a proximidade a regiões que possuem uma forte instabilidade política e onde de quando em vez encontramos bastante contestação em termos de território, querendo a fragmentação e as própria dependência com o exterior bem como a própria estrutura demográfica da população, que tenderá a condicionar a componente militar do país.

O CEDN ao fazer o levantamento de todas as ameaças e riscos considera que algumas das vulnerabilidades inerentes ao país consistem em ameaças e riscos dado que poderão influenciar a segurança e o bem-estar da população e exercer pressão em termos de defesa nacional. Para além daquelas que são consideradas as ameaças tradicionais, encontra-se também destacado um quadro de novas ameaças dado que “Os novos grupos de atores se caracterizam por serem autónomos e descentralizados, públicos e privados, estatais e não estatais (ou ainda, mistura de ambos)” (Duarte, 2014, p. 87). O CEDN especifica o crime organizado possuindo múltiplas dimensões desde o tráfico de armamento e de diferentes tipos de tecnologia, o narcotráfico, a imigração ilegal e o ciberterrorismo ou qualquer ataque às informações e comunicações de um país. Todas estas ameaças são destacadas, mas também são destacados todos os riscos de catástrofes que poderão ocorrer em termos naturais.

Tendo em conta que é na CRP que se encontram definidas as missões das FA é no CEM que são tipificadas e enquadradas as suas ações nos diferentes cenários, respeitando todas aquelas que são as prioridades CEDN. Nesse sentido, as FA são empregues tendo em conta a possibilidade de o território nacional sofrer um ataque militar do tipo convencional, a possibilidade das ameaças emergentes se materializar dentro das fronteiras do país, zelar pelo interesse nacional, a manutenção da imagem do país em termos externos como “coprodutor de segurança” e assegurando a atenção da defesa coletiva participando na aliança da NATO. Assim, as FA terão de ter um conjunto de capacidades e fomentar as mesmas como: “Comando e Controlo; Emprego da Força; Proteção e Sobrevivência; Mobilidade e Projeção; Conhecimento Situacional; Sustentação; Autoridade, Responsabilidade, Apoio e Cooperação.” (Ministério da Defesa Nacional, 2014, p. 23).

A empregabilidade das FA far-se-á de acordo com os cenários de segurança e defesa em termos de território nacional e dos cidadãos, de defesa coletiva, em termos de exercício de soberania, segurança cooperativa, apoio ao bem-estar das populações e do desenvolvimento e cooperação e assistência. Dentro destes cenários existirão um conjunto de sub-cenários com palavras-chave como a prontidão, credibilidade, presença, interoperabilidade, projeção e disponibilidade. Em termos de defesa coletiva, a palavra-chave, de todas estas, é a credibilidade onde as FA portuguesas deverão agir em conformidade com o conceito de Defesa Coletiva que o artigo 5º do Tratado Atlântico Norte e a cláusula de solidariedade do Tratado de Lisboa com uma participação ativa. Nesse sentido, a participação das FA portuguesas em termos internacionais é feita com os pressupostos de através da sua participação se promover a paz e a estabilidade da comunidade internacional, intervir em desastres humanitários e a defesa do Direito Internacional. É nesse sentido que Portugal empenha as suas forças em diferentes operações de respostas a crises por parte da NATO ou em operações em missões de paz, igualmente, com tarefas que passem por exemplo pelo policiamento aéreo. Para além das missões da NATO, a participação portuguesa estende-se para as operações da UE, com o mesmo intuito da procura da paz e da segurança em termos nacionais; as operações de paz enquadradas pela ONU, bem como no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, ainda em termos de missões onde se procuram soluções para uma melhor segurança e maior estabilidade no âmbito de acordos bilaterais e multilaterais.

Portugal enquanto um dos países precursores da paz, é ideia subjacente neste CEDN que em tempo de paz as FA deverão respeitar a ideia de prontidão e disponibilização dos seus meios de forma que os compromissos a que se propõe, consigam responder às necessidades. É importante que as forças estejam preparadas para a *NATO Response Force* e em termos da União Europeia para as *Battlegroups, Air e e Maritime Rapid Response Forces*. Para além, de que a participação militar deverá sê-lo de forma permanente. Mas, é no quadro da Segurança Coletiva que entram as missões das FND, de agora em diante denominadas como FND em termos da cooperação estratégico-militar. Nestes casos, estas missões terão a duração de seis meses e deverão prezar pela prontidão e pela sustentabilidade, optando-se por uma gestão de forças de forma combinada, adquirindo, então, o nome de Conjunto Modular de Forças que visará constituí-las de forma a responder aos compromissos internacionais do Estado Português.

Apenas no ano de 2020, as FND em missões da NATO em cinco cenários diferentes (SecGeoInt CISMIL, 2021):

- Standing NATO Maritime Group One: Uma fragata com um contingente de 201 militares a operar no Atlântico e Mediterrâneo;
- Enhanced Air Policing: Quatro aeronaves F-16M com um contingente de 95 militares a operar na Polónia;
- Sea Guardian: Uma aeronave P-3C Cup+, um submarino com um contingente de 46 militares a operar no Mediterrâneo;
- NATO Mission – Iraq: Um militar a operar no Iraque;
- Resolute Support Mission: Um contingente de 187 militares a operar no Afeganistão.

No ano de 2019 as missões em que as nossas FA se encontraram no âmbito dos seus compromissos internacionais foram (República Portuguesa, 2020):

No âmbito da ONU:

- Minusca
- MINUSMA
- Missão das Nações Unidas na Colômbia

No âmbito da UE:

- EU NAVFOR MED
- EUTM SOMALIA
- EUTM RCA
- EUTM MALI
- EU NAVFOR SOMÁLIA
- EU Battlegroups

No âmbito da NATO:

- Focused Collection Activity
- NATO Assurance Measures

- Tailored Forward Presence
- Resolute Support Mission
- NATO Mission Iraq
- Kosovo Force
- Operation Sea Guardian
- SNMCMG1
- SNMG1
- Enhanced Air Policing

No âmbito dos acordos bilaterais e multilaterais:

- Operation Inherent Resolve
- Operation Gallant Phoenix
- Fiscalização conjunta e capacitação operacional e marítima de São Tomé e Príncipe
- Iniciativa Mar Aberto 19.1
- Iniciativa Mar Aberto 19.2
- Africa Maritime Law Enforcement Partnership
- Obangame Express
- Mission Corymbe
- Euromarfor European Maritime Force

Tanto a cooperação técnico-militar tal como as missões de paz que, se encontram consagradas na Constituição, na Lei da Defesa Nacional, na reforma Defesa 2020 e nos vários programas governativos possuíram e ainda possuem, nos dias de hoje, uma extrema importância não só para Portugal, mas também para os países com que Portugal tem esse tipo de relações, maioritariamente, são os países que em tempos foram antigas colónias portuguesas. Um caso particular tanto de cooperação técnico-militar como em termos de missões de paz é o caso de Timor-Leste em que esta participação só foi possível após a queda do regime soviético, no

período de 1989 e 1991, onde o país procurou, ainda que de uma forma lenta, um estreitamento de laços dadas todas as suas particularidades culturais e históricas. No caso de Timor-Leste, desde 1999 que a presença de forças portuguesas nas Missões de Paz se tem mostrado determinante, com a participação em missões como a INTERFET, a UNAMET e a UNTAET.

No período pós-Guerra Colonial deu-se a descolonização e depois disso viveram-se períodos de instabilidade e de guerras civis nesses territórios o que acabou por dificultar qualquer aproximação. Fazendo uma outra particularização, no caso de Angola a primeira Missão de Paz que foi levada a cabo foi a retirada das tropas cubanas (operação UNAVEM I) em que Portugal participou ativamente permitindo que as partes em conflito se reconciliassem, tendo em si um papel de mediador que viria a culminar com a assinatura dos Acordos de Bicesse. Depois da assinatura destes acordos, Portugal viria a desempenhar papéis de liderança em várias missões, como foi o caso da UNAVEM II. Mais tarde, e já no âmbito da cooperação técnico-militar, viria a ser a instrução uma área clara de cooperação e na reorganização das FA de Angola.

No caso de Moçambique existia a problemática de ser um país que para além da guerra acarretava as problemáticas de ter um solo repleto de mina e a seca que vieram agravar a condição das populações locais com os flagelos da fome, da miséria e da doença. Um dos primeiros contactos no âmbito das missões de paz que Portugal viria a ter seria na Comissão Militar de Verificação para averiguar qualquer incidente que pudesse ser uma violação para os acordos de cessar-fogo parcial nos corredores da Beira e do Limpopo. Mais tarde, já num processo de garantir a implementação da paz viria a intervir auxiliando no regresso dos refugiados, na retirada das minas nos itinerários e na reintegração dos militares desmobilizados. Nesse sentido, Portugal viria a integrar essas forças com o Batalhão de Transmissões 4 e, para além disso, nas Comissões de Cessar-Fogo, de Formação das Forças Armadas e na de reintegração dos militares desmobilizados. Mais tarde aprofundou-se mais e tal como aconteceu em Angola a aposta passou a ser no âmbito da instrução através da criação do Centro de Instrução de Comandos e Operações Especiais, a Escola Prática de Administração Militar.

Cabo Verde foi o primeiro país a assinar um acordo de cooperação técnico-militar com Portugal, logo em junho de 1988, com uma aposta no Centro de Instrução do Morro Branco

na Ilha de São Vicente, organização do serviço de saúde, o suporte legal das FA, o sistema logístico, hidrografia e segurança da navegação, atualização das cartas topográficas.

A cooperação na Guiné-Bissau foi ligeiramente diferente, dado que apesar do território ter ganho a independência as ligações entre o país e Portugal nunca foram totalmente interrompidas, dado que ainda se procederam a evacuações e uma carreira regular entre as capitais em termos de transportes aéreos, depois disso e mais aprofundada, a cooperação baseou-se nas engenharias, serviços e da reestruturação da marinha nacional.

Em São Tomé e Príncipe a cooperação teve por base a instrução, tendo sido criado o Centro de Instrução Militar e uma clara aposta em termos de engenharia para construções. Para além disso, existiu um apoio de âmbito jurídico relativamente às áreas da defesa e das FA e o planeamento das mesmas.

### **Capítulo 3 – A memória da guerra no quadro das políticas públicas**

Neste terceiro capítulo tratar-se-á o fenómeno da guerra, evidenciando as suas principais consequências: as mortes e as mazelas físicas e psicológicas que acarreta. É especialmente identificada a Batalha de Solferino que permitiu a modificação na atenção aos feridos de guerra e que viria a ser o embrião da Cruz Vermelha. Neste capítulo, a análise focará a sua atenção nas mazelas psicológicas da guerra: o stress pós-traumático e o stress pós-traumático secundário referindo os fatores de risco e os indutores de stress.

É também neste capítulo que dá conta da evolução histórica da proteção social aos antigos combatentes em Portugal no decorrer dos séculos e as políticas de proteção social pelo mundo, comparando as políticas da Rússia, do Reino Unido, da Dinamarca, da Croácia, da Suécia e da Noruega.

#### **3.1 As consequências da guerra**

O fenómeno da guerra acompanha-nos desde o início da humanidade e desde a antiguidade chegou-nos aos dias de hoje o lema “Qui desiderat pacem, praeparet bellum” recordando que quem ambiciona a paz, deve preparar-se para a guerra. Tal como Clausewitz nos propôs nas suas teses, a guerra é a continuação da política por outros meios e esta deverá ter em conformidade que todos os recursos utilizados na mesma são finitos, daí sendo necessário procurar a sua boa organização no espaço e no tempo, não só dos materiais, mas também dos humanos: “(...) o propósito de qualquer guerra específica, que deve orientar a ação militar para que atenda adequadamente ao propósito político, veremos que o propósito de qualquer guerra pode variar tanto quanto o seu propósito político e as suas reais circunstâncias” (Clausewitz, 2019, p. 94). Ainda que para o mesmo autor a natureza da guerra não seja a partir dos danos ou sofrimento que os beligerantes sofram a verdade é que todas as guerras possuem consequências danosas dado que uma guerra se traduz sempre num elevado número de mortes, uma face da guerra que em tempos foi muito esquecida ou até uma realidade um pouco distorcida por parte dos poderes políticos, por vezes um pouco diferente da realidade experienciada pelos militares em cenário de guerra: “A ocultação da morte esteve no centro das preocupações políticas e sociais dos governos intervenientes, com a criação de leis para a projeção de cemitérios militares” (Correia, 2010, p. 307). Que tenderá a pesar não apenas nas forças militares, mas também nos civis, bem como a grande probabilidade de existir para além de uma instabilidade económica, uma instabilidade política e social.

São assim todas as guerras, dado que acarretam uma panóplia de consequências que atingem diversificadas áreas do Estado, independentemente de este sair da mesma com um estatuto de “vencedor” ou de “vencido” ainda que antes do século XVII não se pensasse assim. As consequências das guerras ao atingirem várias áreas estatais traduzir-se-ão em repercussões na sociedade em termos económicos, políticos, sociais e ainda na dimensão da própria saúde. Tal como é dito por Clausewitz: “Os recursos em questão são as forças combatentes propriamente ditas, o país, com suas características físicas e a sua população e os seus aliados.” (Clausewitz, 2019, p. 80). Quer isto, então, dizer que é na sociedade que as FA irão procurar os seus combatentes e é nas sociedades que a guerra procura os seus recursos não só físicos, mas também materiais, já que a partir do momento em que o Estado entre em guerra, irá modificar a sua conduta e vocaciona-se para a guerra, dando ênfase ao conceito de Nação em Armas, onde toda a economia e outras áreas do Estado serão vocacionados para a guerra.<sup>32</sup> Falamos muitas vezes de combatentes jovens que, ao serem incorporados nas fileiras das FA e de seguida encaminhados para os teatros de guerra, consoante seja seu desejo ou a obrigatoriedade da sua frequência, no decorrer da história possuíram e, ainda hoje possuem uma grande probabilidade de ficarem com marcas visíveis no corpo e, muitas vezes também invisíveis e silenciosas na alma.

Os problemas que advêm da participação em teatros de guerra são inúmeros e são os combatentes que de uma forma direta mais os sofrem, mas, na verdade, não são as únicas vítimas da guerra. Em cada um dos combatentes em que os problemas se refletem, recordando que todo o ambiente que o envolve tende a ser influenciado pois, não é apenas o ambiente que influencia a humanidade, mas, igualmente, o seu inverso. Nesse ambiente envolvente, encontramos tal como Aristóteles nos ensinou, aquela que é primeira célula onde o indivíduo se insere e, a partir da qual, o mesmo exponencia a sociabilidade – a família. Esta primeira célula de sociabilidade é também uma grande “sofredora” das consequências da guerra, ainda que de uma forma mais indireta do que os combatentes:

“A guerra foi particularmente sentida pelas mulheres, como mães, irmãs, esposas ou namoradas. Pela dor da despedida; pelo sobressalto perante más notícias; pelo sofrimento face a essas más notícias; pela difícil decisão de aceitar ou não o marido ou

---

<sup>32</sup> Santos L. d., (2010).

o namorado regressado diferente; pela morte ou pelos verdadeiros destroços humanos que receberam nos seus braços (...)” (Armadas, 2017, p. 26).

Acresce aqui a importância de se destacar a Revolução Francesa não apenas no aspeto da alteração da visão do aparelho militar, dado que os aparelhos militares nos quais as monarquias absolutas se sustentavam passaram a colocar de parte os mercenários e tornaram-no geral e obrigatório para a nação. No entanto, para além deste aspeto importa referir que esta revolução liberal para além de todas estas alterações em contexto militar trouxe também significativas mutações políticas e sociais, sem esquecer a importância e a ênfase atribuída à dignidade humana. A nova perspetiva em relação ao indivíduo e a assunção dos direitos humanos foi permitindo que a condição humana fosse vista numa outra ótica, na qual a ótica com que se observa a figura do combatente também se começou a alterar de forma significativa. Apesar de tempos a tempos se ter tentado regular as relações entre Estados, como o Código de Hammurabi, a verdade é que foi com Solferino que se deu a principal alteração. Consta-se que apenas num único dia nessa mesma batalha cerca de 40000 militares morreram e mais de metade dessas mortes foram causadas pelos seus ferimentos, dado que muitos foram deixados feridos no campo de batalha (Cruz Vermelha Brasileira, 2021). A *Lembrança de Solferino* que nos chegou até aos dias de hoje e que fora o embrião da Cruz Vermelha veio apelar a que se desse atenção aos feridos de guerra:

“Um pouco mais adiante, o cenário era o mesmo, só mais horripilante pela aproximação de um esquadrão de cavalaria em galope, cujas patas pisotearam sobre os mortos e agonizantes que encontrava pelo caminho. Um pobre ferido teve o queixo levado embora; a cabeça de outro foi estilhaçada; um terceiro, que poderia ter sido salvo, teve o tórax perfurado. Juramentos e guinchos de raiva, gemidos de angústia e desespero se misturavam aos relinchos dos cavalos” (Dunant, 2016, p. 17).

O autor, Dunant, permitiu, em conjunto com outras pessoas que se entusiasmaram com a sua causa e a apoiaram. Os seus esforços viriam a culminar na convocação de uma Conferência Diplomática, que permitiu a assinatura da primeira Convenção em Genebra, tendo como propósito “melhorar a situação dos militares feridos nas forças armadas em campanha” (Deyra, 2001, pp. 13-14).

Recordando, então, de acordo com as teses de Clausewitz de que a guerra é a continuação da política por outros meios, tenta-se também deixar a ideia de que apesar de serem pessoas a

combater, são meramente instrumentos dos Estados, que são as forças que se enfrentam, em combate. Porém, com o esforço de Dunant surgiria, então, uma noção diferente do que é o combatente, do qual se excluem os espíões e os mercenários. E, onde também se enquadraram explanados aqueles que são os seus direitos e as suas obrigações. Para além disso, o direito internacional humanitário viria a regulamentar, igualmente, não só as proibições do atacante como as obrigações da vítima de ataque, dispostos na tabela 1.

Tabela 1 - Proibições e Obrigações do Combatente

Proibições do atacante	Obrigações da vítima de ataque
<p>Ataques a quem não se encontra a combater (população civil que não se encontre diretamente ligada ao conflito; pessoas que prestam assistência médica, sanitária, proteção civil e religiosa).</p> <p>Ataques a quem já não combate (feridos de guerra, doentes, náufragos e prisioneiros de guerra).</p>	<p>Não utilizar os não combatentes para os fins militares (por exemplo civis como escudo de proteção).</p> <p>Tomar as devidas precauções contra os efeitos dos ataques seja a infraestruturas de apoio à população, seja à própria população civil não envolvida no conflito.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Deyra (2001).

O combatente que regressou de qualquer um dos teatros de guerra na 1GM ou na Guerra Colonial não regressou completamente igual ao homem que fora incorporado o que nos leva à problemática da reintegração do mesmo na sociedade, sobretudo daquele que fica inválido fisicamente ou diminuído mentalmente, que poderá estender-se à própria família. Esta problemática não se mostra esgotada apenas no passado histórico português com a participação no teatro da 1GM ou da Guerra Colonial, dado que se encontra previsto que com as novas missões em que as FA se encontram envolvidas, neste caso as FND apesar de serem missões caracterizadas por um baixo risco físico, médico e sanitário e com uma duração variável, dado que podem ser de seis meses com oportunidade de uma repetição voluntária, demonstra-se ser de um elevado desgaste psicológico. De acordo com o estudo realizado por Silva, *et al* (2010), estima-se que a partir de 2027, quando os militares estiverem na faixa

etária dos 50 anos, se deem início às queixas dos mesmos e que para os primeiros teatros de operações, onde as FND se encontraram, falamos portanto do Afeganistão, Iraque, as primeira e segunda missões na Bósnia, Kosovo e Timor-Leste com uma forte probabilidade na ordem de 20% a 25% de queixas de stress pós-traumático e/ou qualquer psicopatologia associada, com efeito retardado, conforme demonstrado por Silva, *et al*, (2010).

### **3.1.1 Stress Pós-Traumático: a doença incapacitante e invisível das guerras**

As guerras têm deixado sequelas nos seus combatentes, que não são apenas de teor físico que se podem aglomerar nos ganhos positivos ou patogenias, dado que o militar em pleno teatro de operações ou TO tende a ter uma maior exposição a experienciar eventos ou acontecimentos potencialmente traumáticos e pode responder de duas formas diferentes: a resposta pode ter um grande impacto no aumento da sua vulnerabilidade, acabando por agravar o seu estado emocional e os sintomas de stress pós-traumático ou em contrapartida poderá torná-lo mais resiliente. Porém, ainda que seja uma doença incapacitante é algo “invisível” que afeta a saúde e o bem-estar do combatente e a própria profissão militar tem inerente a si um conjunto de desafios que, face a todos os seus fatores inerentes geram elevados níveis de stress. Sendo uma profissão cujo principal foco é o combate exige que os seus profissionais se encontrem na plenitude das suas capacidades e exige-lhes uma constante preparação ajustada às suas funções, o stress pós-traumático pode afetar o seu desempenho e pode colocar em causa o desempenho dos seus companheiros em combate e até influenciar o próprio resultado do combate, tal como as suas próprias vivências familiares.

Já na IGM se falava de "fadiga de guerra" ou de "neurose de guerra" dado que só a partir da guerra do Vietname (1955-1975) é que se estudou e se encontrou uma definição psicológica para as perturbações mentais que os combatentes adquiriram na sequência da sua participação na guerra. No entanto, apesar disso, foi apenas em 1980 que esta doença ganhou destaque no Manual de Diagnóstico e Estatística de Perturbações Mentais considerando os seus critérios de diagnóstico e, apenas nos anos 90, mais precisamente, no ano de 1992 a OMS veio incluir o stress pós-traumático na Classificação Internacional das Doenças, bem como os seus critérios.

Em Portugal, os estudos realizados tendo como foco nesta doença são escassos, porém, conforme nos revela Anunciação (2010), estima-se que, decorrentes dos três TO da Guerra Colonial ao longo dos seus treze anos, o número de militares que sofrem desta tipologia de doença é de cerca de 66 475 casos, na sua totalidade. Nesse total onde as famílias, também

possíveis vítimas de uma traumatização secundária, não se encontram contempladas.

De acordo com a quinta edição do Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-V) da Associação Psiquiátrica Americana com o código de F43.1 podemos encontrar o transtorno pós-traumático com os seus subtipos através daqueles que são os sintomas dissociativos, bem como uma especificação da sua expressão tardia.

Para além disso, é feita referência ao transtorno de stress agudo bem como a transtornos de adaptação com os seus diferentes subtipos. Esta doença demonstra possuir diferentes processos e mecanismos que tendencialmente afetarão a vida dos indivíduos que sofrem a perturbação através de: “alterações nos processos neurobiológicos, a aquisição de respostas condicionadas de medo relacionadas com estímulos traumáticos, a alteração de esquemas cognitivos e a apreensão social...” (Silva, *et al*, 2010, p. 70). Existe ainda a referência a outros transtornos relacionados a traumas e a *stressores* especificados ou não especificados.

De acordo com o DSM-V o stress pós-traumático poderá ter vários critérios de diagnóstico que são agrupados nas exposições a episódios concretos ou em que a vida esteja ameaçada, lesões graves ou violência sexual, à presença de um ou vários sintomas intrusivos associados ao evento, depois do mesmo acontecer como é o caso das lembranças recorrentes e intrusivas de forma involuntária. Quando existe uma fuga de forma persistente a qualquer estímulo que se encontre relacionado com o evento traumático e existem alterações negativas em cognições e no humor que poderão estar associadas ao evento traumático e a alterações na reação ao evento traumático, iniciando-se ou piorando-as após a ocorrência do evento. Alguns dos estudos levados a cabo nessa temática demonstram que a dissociação possui uma correlação direta como preditor do desenvolvimento de stress pós-traumático.

Em termos de como esta se manifesta em três tipologias: o stress pós-traumático crónico, grave e permanente, o stress pós-traumático em remissão e o de aparecimento tardio. A diferença que subsiste nestas três manifestações é a forma como se manifesta no decurso da vida dos pacientes. A título de exemplo, como o nome da primeira manifestação indica este tipo de stress pós-traumático tenderá a ser a tipologia onde será mais difícil o paciente recuperar.

Conforme o próprio nome indica, encontra-se associado a um determinado evento em que acaso a resposta do indivíduo seja de medo, terror ou desamparo torna-se, então, um evento traumático. O trauma aqui reveste-se na forma como o indivíduo vai responder emocionalmente ao acontecimento que presenciou, indo ao encontro à definição deixada por

Laplanche e Pontalis:

“Acontecimento da vida do indivíduo que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que se acha o indivíduo de lhe responder de forma adequada, pelo transtorno e pelos efeitos patogénicos duradouros que provoca na organização psíquica” (Anúnciação, 2010, p. 37).

Apesar de ser uma condição que se pode revelar em qualquer idade a partir do primeiro ano de vida, os sintomas que lhe estão associados poderão levar meses ou anos a manifestarem-se. No entanto, conforme já foi referido nem todas as pessoas que passam por um evento traumático desenvolvem a perturbação, devido àquilo que se denomina como fatores de risco, que, por conseguinte, se encontram divididos entre pré-traumáticos, peritraumáticos e pós-traumáticos, visíveis na tabela 2.

Tabela 2 - Fatores de risco

Fatores pré-traumáticos	Fatores peritraumáticos	Fatores pós-traumáticos
Variáveis sócio-demográficas; Ambiente familiar; Traumas de infância; Acontecimentos; Personalidade; Psicopatologia anterior; Estilo de Coping; Funcionamento social; Funcionamento psicológico.	Dissociação peritraumática; Interpretações cognitivas daquilo que aconteceu; Avaliação da ameaça; Distress no acontecimento.	Suporte social; Estratégias de Coping utilizadas; Atribuição de significado.

Fonte: Elaboração própria a partir de Silva, *et al.*, (2010).

Os primeiros fatores ou os pré-traumáticos, tal como o nome indica antecedem o acontecimento traumático. Variáveis como a idade, o género e o ambiente que rodeia

conseguem tornar o indivíduo exposto ao trauma mais ou menos vulnerável a sofrer de stress pós-traumático. Por exemplo, vários estudos afirmam que são as idades mais jovens que se encontram mais predispostas e no caso dos combatentes os casos revelam uma predominância daqueles que estiveram em situações de combate, mais novos. Em suma, todas as variáveis presentes visam compreender se já existiam transtornos mentais prévios, o ambiente que envolve o indivíduo, a sua idade ou género, de forma a determinar a sua predisposição a sofrer de stress pós-traumático conforme demonstrado por Silva, *et al*, (2010).

Os fatores peritraumáticos consideram-se ocorrer durante a exposição do indivíduo ao trauma e de uma forma imediata à exposição do mesmo. Nestes fatores, por exemplo o caso da dissociação é a forma como o acontecimento é vivido, ou seja, se existe uma fuga da realidade experimentando a perda da noção do tempo, amnésia, sentimentos de quem está a viver apenas num sonho e isso é verificável a partir de um conjunto de comportamentos que o indivíduo adota. E é na seleção, digamos assim, das defesas para lidar com o evento traumático que poderão predispor o indivíduo a sofrer com stress pós-traumático, dado que a dissociação é um dos fatores de risco mais preditores de stress pós-traumático. Outros fatores como a ameaça à vida e a própria perceção do perigo também poderão predispor o indivíduo a sofrer mais ou menos de stress pós-traumático, dado que é a forma como este percebe o acontecimento que tenderá a influenciar (Silva, et al., 2010, p. 81).

Os fatores pós-traumáticos são depois do evento traumático. Estes fatores acabam por ter impacto, dado que são estes que farão com que o indivíduo que sofreu a exposição ao evento agrave a sua condição, ou seja, este tipo de fatores irá influenciar o ajustamento à realidade quotidiana, digamos normal, depois daquilo que presenciou. Esse ajustamento, se for pior tenderá a aumentar a incidência, neste caso, fatores como o suporte social revela-se importante pois existe uma possibilidade de confidenciar a outros o que viveu e o que sente depois de o ter vivido, sendo escutado de uma forma empática, podendo ser de quatro tipos: informação, suporte físico, suporte instrumental e suporte emocional. Este último tipo de suporte por alguns autores é considerado como uma estratégia de *coping* dado que o indivíduo acaba por procurar ajuda para lidar com a problemática (Silva, et al., 2010, p. 83).

O *coping* em si é um fator de risco pós-traumático dado que é nas estratégias adotadas com vista à forma de resolução e gestão dos problemas, as escolhas feitas nas estratégias poderão ser as mais eficazes ou ineficazes para resolver o problema, o último caso tenderá a

desenvolver os sintomas psicológicos que tenderão a desenvolver ainda mais a perturbação. O *coping* poderá ser comportamental e emocional, no caso do primeiro é todo o conjunto de ações que o indivíduo toma a fim de responder ao trauma e o emocional é a forma como o indivíduo regula os seus afetos. No caso do *coping* centrado no problema ou ativo encontramos um indivíduo que inclui comportamentos com a finalidade de resolver o problema, podemos encontrar o *coping* como suporte emocional e o *coping* religioso.

Entre os militares os fatores de risco, tendo sido estudados após a Guerra do Vietname, encontram-se não apenas alguns daqueles que já foram referidos, na generalidade, mas também outros característicos da condição militar, os fatores de risco militar (tabela 3).

Tabela 3 - Fatores de risco militares

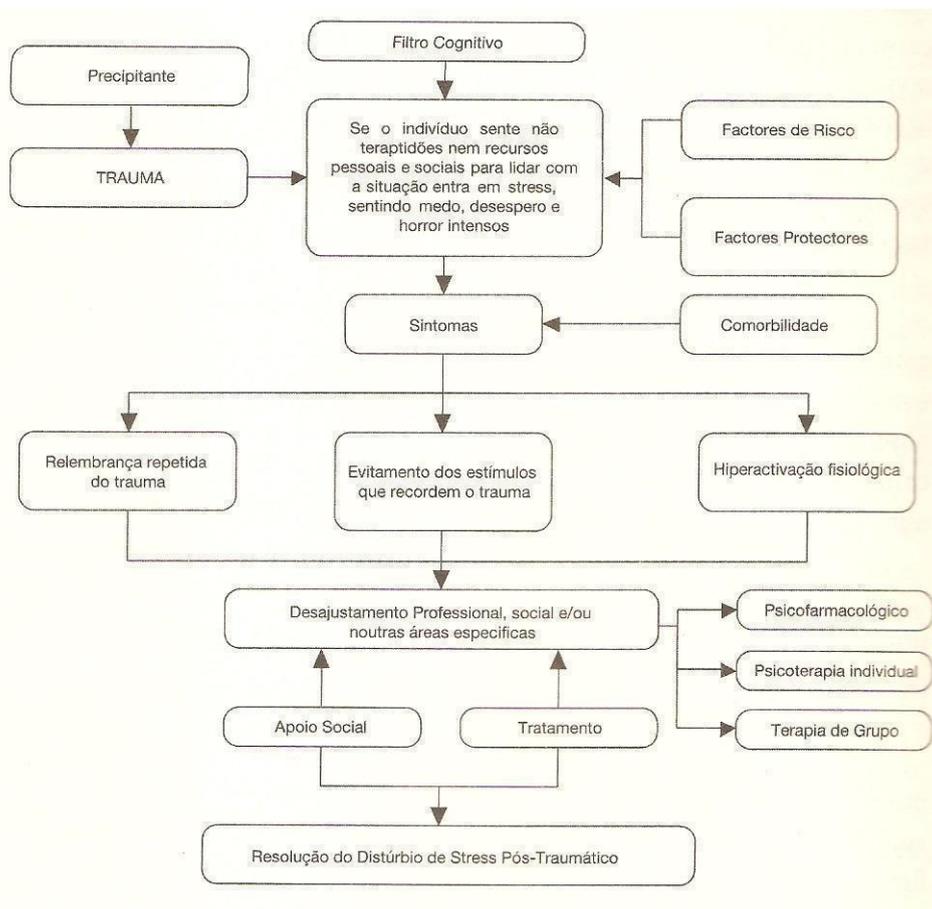
Fatores de risco pré-militares	Fatores de risco militares	Fatores de risco pós-militares
<ul style="list-style-type: none"> <li>Antecedentes de perturbações psiquiátricas familiares;</li> <li>Perturbações psicológicas;</li> <li>Perturbações emocionais;</li> <li>Comportamento delinquente;</li> <li>Traumatas de abuso físico;</li> <li>Traumatas de abuso sexual;</li> <li>Imaturidade no alistamento militar.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Posto militar;</li> <li>Forma de recrutamento;</li> <li>Ferimentos em combate;</li> <li>Participação e/ou testemunho em atos de violência e de atrocidades;</li> <li>Perceção de ameaça à integridade física;</li> <li>Desconforto diário em cenário de guerra;</li> <li>Participação em atividades de combate.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Perceção de controlo;</li> <li>Estilos atribucionais;</li> <li>Estilos de coping;</li> <li>Apoios sociais;</li> <li>Acontecimentos de vida que causem stress.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria a partir de Anunciação (2010).

Vários modelos explicam o stress pós-traumático onde não se pode deixar de referir o Modelo Integrador, presente na figura 1, concebido por Vaz Serra (2003) onde a partir de um acontecimento traumático que o indivíduo presencie/sofra irá ser filtrado por uma espécie de “filtro” cognitivo que o lê e interpreta de forma a conseguir compreender como lhe fará frente e até mesmo se o conseguirá. No caso de o indivíduo não possuir aptidões suficientes na altura da interpretação do evento traumático, passará a sofrer de stress agudo. Depois disso, surgirão um conjunto de sentimentos negativos como é o caso do medo, porém, neste modelo

também não é esquecido o papel dos fatores de risco e dos fatores protetores no agravamento da doença ou na resistência à mesma.

Figura 1 - Modelo integrador da PTSD de Vaz Serra



Fonte: Anunciação, 2010, p. 48.

Importa referir que alguns dos militares da Guerra Colonial desenvolveram grandes níveis de ansiedade devido às próprias condições em que o combate se desenvolvia. Falamos de longos meses com condições bastante parcas, das quais podemos enunciar a humidade nos subterrâneos, as refeições de arroz com salsichas, horas e dias em terrenos de progressão difícil, o sol abrasador ou as fortes chuvadas, muitas vezes sem redes mosquiteiras e com capacidades logísticas igualmente parcas em que a própria assistência médica não se encontrava muitas vezes em regime de prontidão (Armadas, 2017, pp. 41-44).

“Eles viviam meses seguidos em permanente ansiedade, longe de tudo e de todos, em muitos casos dormindo em subterrâneos húmidos, envoltos em panos mosquiteiros,

com as suas únicas companheiras, a espingarda G3 e algumas granadas de mão, à cabeça, e comendo o pão que o diabo amassou” (Armadas, 2017, p. 42).

Em Portugal o primeiro esforço realizado no sentido de se auxiliarem os combatentes com possíveis sequelas psicológicas foi na década de 90 com um empenhamento vital da Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA) através do particular contributo do psiquiatra Gustavo Wallenstein acabando por dar início ao processo de consagrar esses militares como deficientes das FA. Aquela que viria a ser a primeira reunião com carácter científico na área seria em 1985 com a organização da ADFA e dez anos depois seria o Primeiro Encontro Nacional sobre o Stress Traumático com a organização da Associação de Língua Portuguesa para o Estudo de Stress Traumático. Este fenómeno clínico manifesta-se sobretudo de forma muito mais tardia, devido aos sintomas, igualmente, tardios onde o envelhecimento dos militares tem um papel preponderante, ao qual se junta também a maior facilidade no enquadramento legislativo no acesso aos benefícios, bem como uma maior atenção médica para este quadro de doenças do foro emocional.

É com o estudo realizado por Silva *et al.*, (2010) que é possível verificar-se essa modificação em termos de importância, pois é confirmada que numa primeira triagem, ainda em tempo de guerra, que essa tipologia de doenças surgia com uma percentagem na ordem dos 5% que, apenas, na amostra do estudo subiu para os 29%. Tendo como causas uma exaustão psicológica nos TO e a própria atividade profissional com uma particular e inesperada incidência nos graduados (oficiais, sargentos e furriéis). Olhando para o TO é possível identificar-se de que esta tipologia de doença possui particular destaque em TO com menores dimensões, no caso português sobretudo a Guiné, o que irá contribuir para que o combatente se encontre num maior estado de alerta para o risco e com maior probabilidade de sofrer um *burnout*. No caso dos oficiais importa também referir que estes níveis estão relacionados com a própria ação de comando e com a preocupação do sucesso ou insucesso da missão. Para além disso, os números referem uma incidência para os combatentes sofrerem desta tipologia de doenças naturais de ambientes urbanos, logo com um acesso mais alargado à informação e até uma diferente perceção de ver a guerra bem como a própria perspectiva em relação à doença.

A situação de stress pós-traumático é passível de existir dado que o militar irá contactar com uma nova situação, para a qual muitas vezes não estará preparado ou devidamente preparado

ou não consiga dar uma resposta, o que acaba por constituir um problema, o que se denomina como indutor de stress. Em conformidade com a revisão da literatura existem três momentos com diferentes indutores de stress que são a fase do pré-deslocamento (neste momento ocorre a preparação para o deslocamento marcada pela preparação para o mesmo e com um elevado nível de trabalho) onde podem ser destacados de acordo com o estudo feito por Paulino (2008) os de natureza individual, os que estão associados à separação da família e os que são em termos militares, desenvolvidos na tabela 4.

Tabela 4 - Indutores de stress na fase do pré – deslocamento

Indutores de stress de natureza individual	Indutores de stress associadas à separação da família	Indutores de stress de natureza militar
Perceção da missão; Confiança em si e na unidade; Experiências anteriores; Instabilidade nas relações familiares; Problemas de saúde.	Ausência em acontecimentos familiares; Atitude da família perante a missão; Alterações recentes no seio familiar como casamentos, noivados e nascimentos; Confiança no apoio dado à família; Experiências anteriores; Preparação da família.	Questões relacionadas com a logística; Qualidade e abrangência da informação acerca da missão e suas tarefas; Condições de trabalho e de vida; Confiança na preparação; Confiança no Comando; Qualidade da comunicação com o território nacional; Duração da missão; Localização da missão; Medo ou desconhecimento da cultura local.

Fonte: Elaboração própria a partir de Paulino (2008).

De todos eles, aqueles que se encontram com maior incidência são sobretudo a solidão, as oscilações de humor, as oscilações energéticas, o medo, a depressão e outros sentimentos negativos. Na fase do deslocamento, o tempo que decorre entre a partida do militar até ao seu regresso da missão, desenvolvidos pela tabela 5.

Tabela 5 - Indutores de stress na fase do deslocamento

Indutores de stress na fase do deslocamento	Aborrecimento devido à monotonia;
	Surgimento de dúvidas em vários quadrantes como na cadeia de comando, a importância da missão.
	Eventuais dificuldades de comunicação quer seja com o comando quer seja com a família;
	As condições de vida oferecidas aos militares bem como ao meio ambiente da missão;
	O sentimento de incapacidade na transformação do curso dos acontecimentos;
	Isolamento;
	Perigos e ameaças;
	Inexistência do reconhecimento;
	O excesso de trabalho ou de tédio;
	Má ocupação dos tempos livres.

Fonte: Elaboração própria a partir de Paulino (2008).

Nestes indutores um bastante particular é o isolamento. Esse fenómeno pode ser experienciado pelo militar através do seu distanciamento que tende a surgir após vivenciar o sentimento de abandono que pode ocorrer não apenas no contexto do deslocamento, dado que pode ter uma má relação com a cadeia de comando ou em termos de camaradagem, mas também em termos do contexto familiar, dado que poderá receber notícias desagradáveis ou negativas que o prejudiquem, que lhe causem uma certa instabilidade emocional.

Findo o tempo do deslocamento chega-se à fase do pós-deslocamento que marca o regresso do militar à vida familiar, onde se deverá integrar e ter de gerir essa mudança com a exigência de novas formas comportamentais de forma a corresponder ao “novo” ambiente em que se insere, desenvolvidos na tabela 6.

Tabela 6 - Indutores de stress no pós-deslocamento

Fatores Indutores de stress na fase do Pós-Deslocamento	Readaptação à vida familiar;
	Dificuldade na compreensão das alterações em termos pessoais, familiares, sociais e profissionais;
	Sistemas reativos de stress onde, neste caso, os militares experimentaram situações particularmente traumáticas o que poderá originar sintomas como o ódio, a falta de concentração, a ansiedade, o vazio emocional, problemas de sono, irritabilidade, etc.

Fonte: Elaboração própria a partir de Paulino (2008).

As eventuais situações traumáticas que os militares experienciam causam uma série de mutações que irão interferir de uma forma significativa com as suas vidas, dado que produz “alterações nos processos neurobiológicos, a aquisição de respostas condicionadas de medo relacionadas com os estímulos traumáticos, a alteração de esquemas cognitivos e a apreensão social (...)” (Silva, *et al.*, 2010, p. 70).

Todos os eventuais sintomas desta condição deverão ser verificados num todo que deverá permitir o florescimento daquilo que é a memória traumática, que não se deve de nenhuma forma confundir com o que é a memória intrusiva<sup>33</sup>, pois pode nem sequer estar diretamente ligada. Esta memória não é apenas sentida no caso de quem experienciou o evento traumático, mas também de quem teve tomada de conhecimento de algum evento traumático, onde podemos colocar o núcleo familiar onde o combatente se insere ou todos aqueles com os quais possui ligações mais estreitas.

### 3.1.2 Stress Pós-Traumático Secundário

“Mais lágrimas; mais abraços; mais promessas e as 48 horas voaram parecendo ao António cinco minutos! Vergada ao peso da dor, sua mulher entre soluços, jurava-lhe fidelidade pela saúde do seu ente pequenino.

Pobre gente!” (Ornellas, 1932, p. 21).

<sup>33</sup> Esta memória caracteriza-se por recordações involuntárias e espontâneas de eventos.

A figura feminina no decorrer das guerras sempre teve um papel de grande dimensão, ficando em território nacional ou indo ao encontro dos militares. Aliás, as guerras mostraram-se sempre como grandes incentivos a verdadeiras revoluções sociais do papel feminino nas sociedades, dado que neste período com a nação em armas muitas iniciaram-se na sua vida profissional o que gerou uma espécie de independência da mulher. A mulher portuguesa, tal como a mulher em todas as sociedades, via recaído sobre si um sentimento de amargura com a partida do militar para a guerra, mas mostrava-se também como um reduto de esperança. O papel feminino na campanha do CEP foi de grande importância dado que a sua participação como enfermeiras no hospital de Ambleuse contribuiu para uma aproximação dos militares com a sua terra natal e, contribuiu, igualmente, para uma elevação da moral dos militares:

“A mera troca de palavras, em português, durante a toma de um medicamento; o pedido de escrita ou leitura de uma carta recebida da sua terra natal (...) tal como a alegria pela recuperação, com uma enfermeira que, simultaneamente, era mulher e portuguesa transformava atos banais em momentos muito especiais” (citado por Silva, 2015, p. 315).

Ainda que existisse a crença de que a guerra é apenas um fenómeno masculino, conforme pode ser verificado através da participação ativa das mulheres na prestação de cuidados de saúde na frente de batalha na França, verificamos que também a mulher possui uma visão da mesma, demonstrando-o como um fenómeno igualmente feminino. Embecendo conhecimentos na literatura portuguesa para além dos exemplos já falados da poesia trovadoresca temos outros exemplos, onde, de certa forma a obra *Costa dos Murmúrios* de Lídia Jorge traduz-se no seu maior expoente. Utilizando a voz de Eva ou Evita Lopo que vai ao longo da sua narração dialogando com o leitor acerca do seu casamento com um oficial português, indo residir com ele, encontrando-se perto dele no TO de Moçambique:

“Contrariamente, a mulher vê a guerra pelo seu envolvimento emocional, ligada à questão humana, na qual a compreensão do Outro é uma tentativa de libertação pessoal da autoridade e superioridade do poder masculino. Logo, a polarização masculino/feminino está presente na relação conjugal, numa certa (in) comunicabilidade (im) possível” (Carvalho, 2008, p. 112).

Apesar do romance retratar uma mulher que se encontra junto ao marido, muitas outras mulheres ficavam em Portugal, à espera dos seus maridos, noivos e filhos, comunicando-se com os mesmos através de cartas, aerogramas e telegramas.

Conforme já foi demonstrado, na 1GM o papel que a mulher “adquiriu” foi de extrema importância. A prestação de cuidados médicos fazia-se não apenas na França, mas também em Lisboa, Porto e Lourenço Marques e, para além disso, foram sempre parte fulcral na fundação de organismos de forma a assistirem não apenas os combatentes, mas as mulheres dos mesmos e os seus filhos.

Com o regresso do combatente esperava-se que o mesmo fosse reintegrado nas diferentes dimensões da sociedade, no trabalho e na própria família. A reintegração do combatente na família era uma tarefa que tendia a depender essencialmente dessa mesma mulher fosse no rescaldo da 1GM fosse no rescaldo da Guerra Colonial. As vivências de guerra que o combatente passou poderão vir a desenvolver um trauma que não será apenas vivido por ele, mas, também pela primeira célula onde ele se deverá reintegrar novamente que é a família, terá de conviver:

“Ele ia para todo o lado e fazia tudo. Agora é difícil. Tenho de andar sempre com ele. Agora depende muito de uma pessoa. Claro que estas pessoas são assim muito complicadas, tratava mal a filha, tratava-me mal a mim, chamando-me nomes... Pronto, era muito complicado.” (Armadas, 2017, p. 1022).

Com a partida do militar existe um reajustamento familiar. Como anteriormente já foi referido, o seio familiar é de extrema importância para o indivíduo, dado que é o seu primeiro e mais importante cenário de socialização e acaba por ser aí que o processo de crescimento do indivíduo ocorre, permitindo-lhe adquirir um conjunto de valores bem como a sua própria modelação que acabará depois por transpor para outras células sociais. Essa família, sem o militar, terá de necessariamente criar uma rotina e hábitos para que continuem a funcionar enquanto família, sem a presença do militar. Finda a sua deslocação, com o regresso do militar, essa família deverá reajustar-se de forma a integrar novamente o militar, tendo em conta as novas particularidades com que o mesmo regressou desse período. Quando estes membros da família ou qualquer pessoa que se relacione com o militar de forma mais direta convive com o trauma, estes poderão desenvolver stress pós-traumático secundário, tornando-se assim, vítimas secundárias, tal como o próprio manual DSM-V indica ser possível sofrer do

transtorno tendo conhecimento do evento traumático ocorrido com uma pessoa bastante próxima de si, sendo também verificável em crianças com uma idade igual ou inferior a seis anos de idade que isso possa ocorrer a partir do conhecimento da ocorrência do evento traumático ter ocorrido com um dos seus pais ou dos seus cuidadores.

Estas vítimas secundárias apesar de não terem experienciado uma situação potencialmente traumática, lidam e convivem com o trauma de um indivíduo com a vulnerabilidade de serem expostos a um conjunto de reações do indivíduo de vários âmbitos. Portanto, este contacto com alguém assim pode tornar-se um *stressor* crónico. Quando um indivíduo é diagnosticado com stress pós-traumático não só afeta a sua saúde como afeta a sua relação marital e familiar. Conforme já pode ser verificado, o stress pós-traumático desenvolve uma “anestesia emocional” que virá a traduzir-se numa não expressão ou uma incapacidade de o veterano vir a demonstrar afeto ou ser mais sensível para com os seus familiares diretos podendo chegar mesmo a ser abusivo fisicamente ou verbalmente. O ato de não conseguir expressar ou demonstrar os seus sentimentos irá causar um distanciamento emocional e dificuldades de comunicação que se traduzirão num distanciamento, primeiro de ordem emocional e depois de ordem física, dado que virão acompanhados de vários sentimentos como a rejeição, o isolamento e as perturbações na própria relação sexual conforme foi preconizado por Matsakis (Pereira & Ferreira, 2004, p. 38).

Um dos autores pioneiros a tratar este assunto foi Hill que viria a analisar as famílias de antigos combatentes da 2GM tendo formulado o modelo ABCX onde nos apresenta “um modelo heurístico para a investigação do stress na família. O autor focaliza-se nas variáveis pré-crise, definindo as seguintes variáveis: o acontecimento gerador de stress (fator A); os recursos da família (fator B); a definição que a família faz do acontecimento, individual e coletivamente (fator C); e a crise (fator X)” (Oliveira, 2008, p. 44).

Acresce o facto de extrema importância que a responsabilidade recaída nos ombros das mulheres da gestão da vida familiar, quando o militar regressa com esta doença, dado que nem sempre o militar estará em condições de o fazer, tenderá a influenciar na sintomatologia. Para além disso, existem casos onde a traumatização secundária adquire uma forma mais violenta dado que a gestão para lidar com o indivíduo decorre de uma resposta condicionada, a mulher consegue internalizar os aqueles que são os *stressores* do veterano e chegar a

experienciar tal como o seu marido *flashbacks* e sonhos com experiências de uma guerra que ela não experienciou de forma direta, mas indireta, dado que existe empatia para com o outro.

Em Portugal, com o estudo levado a cabo por Pereira e Ferreira (2004) numa amostra constituída por 58 esposas e 91 ex-combatentes da guerra colonial com predominância do ramo da marinha e das tropas especiais com uma representatividade da categoria de sargentos foi possível verificar que 78% das mulheres apresentava sintomas de stress pós-traumático secundário em que dessa percentagem ainda foi possível delimitar que 40% apresentava um índice geral de sintomas superiores a 1,7 que é o estabelecido na população portuguesa. A caracterização feita demonstrou ir ao encontro do esperado com uma maioria a caracterizar a família como disfuncional em termos de coesão ou problemática em termos de adaptabilidade. Em contrapartida, face aos seus maridos demonstraram possuir uma maior capacidade de *coping*, no entanto há que ter em conta que a estratégia de *coping* mais utilizada por estas era o *coping* suprimido. É certo que esta relação com o combatente a sofrer desta patologia poderá traduzir-se neste desenvolvimento, tal como no caso dos próprios militares, face a acontecimentos ou experiências passadas potencialmente traumatizantes.

No caso dos filhos, dado que as figuras parentais e a vinculação que as mesmas possuem com estes são bastante fundamentais para o desenvolvimento da criança existe uma atenção predominante para com essas pessoas. É estudado que a qualidade dessa relação vai influenciar significativamente o desenvolvimento da criança que poderá trazer consequências positivas como negativas, dadas as especificidades desses laços. Nas famílias em que o stress pós-traumático se encontra presente, o trauma tende a afetar a capacidade para se estabelecer o laço relacional de suma importância de pai com o filho. Aqui, ao contrário dos cônjuges a transmissão do trauma não ocorre através da empatia, mas através da exposição que os filhos possuem da forma como a sintomatologia afeta o seu pai/cuidador, o que afetará os seus comportamentos, podendo ter pesadelos acerca da guerra, entre outros e até desempenhar um papel de ajuda para com os seus pais:

“O meu sonho de menina era ter uma família e ser médica, para poder curar o mundo, mas sobretudo “curar” as dores do meu pai. Hoje sei que não posso curar as dores do meu pai, mas quero acreditar que as dores dele são menores quando o abraço forte e lhe digo que é o meu herói” (Armadas, 2017, p. 1030).

Falamos, então, de um stress de índole crónica que resulta da exposição de um familiar ou pessoa com uma relação afetiva e de grande convivência às experiências que afetaram o outro, no sentido empático, existindo quatro modelos que retratam o procedimento de transmissão do trauma

- a) Modelo psicodinâmico – Existe neste modelo uma projeção dos traumas que a primeira geração que não respondeu aos mesmos de uma forma consciente passou para a segunda geração, existindo uma internalização por parte da criança;
- b) Modelo sociocultural -Neste modelo dá-se ênfase àquilo que se transmite de geração em geração no âmbito do conjunto de crenças e de normas, sendo assim diretamente e de uma forma consciente;
- c) Modelo sistémico – O modelo sistémico é um modelo onde se acredita que o trauma se transmite através da relação e da comunicação estabelecida com os familiares;
- d) Modelo biológico – Neste modelo pensa-se que existe uma predisposição genética para a doença, transmitida pela organização neural.

Independentemente do modelo que seja considerado é importante referir que o impacto que o stress pós-traumático secundário terá na família terá as suas repercussões não apenas em termos pessoais, mas, tal como acontece no indivíduo que sofre de stress pós-traumático, com esta doença variadíssimas áreas serão afetadas. Alterações nos indivíduos conforme poderão ser verificadas na tabela 7.

Tabela 7 – Alterações nos indivíduos familiares com STSD

<b>Alterações</b>	Cognitivas - Fraca concentração, diminuição da auto-estima, apatia, desorientação, rigidez e preocupação com o trauma
	Emocionais - Culpa, ansiedade, zanga, tristeza, desamparo, depressão e instabilidade emocional
	Comportamentais - Irritabilidade, hipervigilância, isolamento, problemas de sono, alterações alimentares, perda de coisas e aumento da propensão de acidentes
	Espirituais - Afastamento religioso, falta de auto-satisfação, perda de esperança e perda de objetivos.
	Relações interpessoais - Desconfiança, sobreproteção do cônjuge e do filho, solidão, perda de interesse na intimidade e na vida sexual e conflitos frequentes.
	Físicas/Somáticas - Dificuldades respiratórias, problemas cardíacos, tonturas, dores no corpo, aumento da propensão a doenças e aumento da sudação.
	Profissionais - Baixas moral e motivação, evitamento de tarefas, negatividade, défice na comunicação, conflitos, absentismo e irritabilidade.

Fonte: Elaboração própria a partir de Oliveira (2008, p. 51).

Como é possível verificar-se o stress pós-traumático não tem apenas influência no indivíduo que regressa, mas também na sua família ou nas pessoas com quem o mesmo estabelece as mais próximas relações interpessoais. É verificável que o ex-combatente que regressa tem uma maior dificuldade em certas áreas da vida conjugal, portanto, no reajustamento que tenderá a afetar a dinâmica familiar que poderia existir outrora, antes da partida do mesmo.

## **3.2 Políticas Públicas em Portugal de apoio aos antigos combatentes**

### **3.2.1 Evolução histórica da proteção social**

“Já lá vão passados quatorze anos e o futuro dos combatentes apresenta-se-nos incerto e duvidoso. Uma grande parte dessa geração de sacrifício, à qual também poderemos chamar geração estragada ou arruinada, apodrece minada pela tuberculose e outras doenças arranjadas na frente de batalha, e por fim, como agradecimento – de tão ingrata, mas ditosa Pátria nossa amada – votada ao abandono” (Ornellas, 1932, p. 14).

Uma das principais consequências que advém da participação numa guerra é a morte. A morte, por si só, é uma experiência com um profundo impacto no indivíduo, porém, para o combatente, a experiência é ainda mais impactante dado que a morte se torna próxima pois veem “tombar” junto a si os seus companheiros mais do que os militares que defrontam em

qualquer guerra. A evocação da morte, tanto na 1GM como na Guerra Colonial foi um pouco ao encontro da abstração deixada por Antoine Prost (1984) tomando-a com o intuito de amenizar a dor, transformando-a num luto coletivo. Esse luto coletivo passa pela morte ser transformada em memoriais, cenotáfios, túmulos dos soldados desconhecidos, estátuas, etc.

“A extrema dificuldade em lidar com o luto e a morte de massa pelas sociedades de entre-guerras levou à projeção de fenómenos memoriais que serviram aos contemporâneos como forma de viver o luto coletivamente, aligeirando o seu peso” (Correia, 2010, p. 304).

Para além da morte, uma outra consequência são os inválidos físicos e mentais que as participações nas guerras originam. Nestes últimos casos tem-se demonstrado que tem sido uma luta esforçada sobretudo por parte das associações de antigos combatentes:

“Consideramos de mau gosto contestar os méritos dos defuntos, segundo a nossa bem arreigada tradição. A morte é a grande amnistiadora dos nossos defeitos.

Um deficiente é outra coisa. É alguém de carne (martirizada) e osso (fraturado), que vive, existe, constitui prova viva do que é a guerra; tem custos financeiros e sociais, e tem voz ativa na sociedade.” (Armadas, 2017, p. 21).

A primeira referência que se poderá fazer a qualquer tipo de proteção social a militares e seus familiares surgiu ainda em tempos de Reconquista quando no século XII pelo território português se foi dinamizando a figura do cavaleiro-vilão. Estes para além de todos os privilégios judiciais e políticos que possuíam, já que poderiam ascender a muitos cargos dentro dos seus territórios de origem, e dos vários privilégios económicos como a isenção de pagamentos de impostos, jugada, entre outros, constava neles, igualmente, a possibilidade de beneficiarem de proteção na sua velhice, quando já não pudessem combater e no caso da sua morte em combate as suas viúvas e os seus filhos auferiam de proteção, conforme nos conta Teixeira, Domingues e Monteiro (2017).

Depois disso, em Portugal foi publicada aquela que seria a primeira Tabela de Lesões tendo em vista a regulação da admissão ao serviço militar e do gerenciamento das incapacidades no ano de 1826. No ano seguinte foi criado o Hospital Real de Inválidos Militares em Runa que abriu as suas portas a 25 de julho de 1827 que seria integrado pouco tempo depois, no ano de

1831, no Ministério do Exército. Depois dessa integração o mesmo passou a denominar-se como Asilo dos Inválidos Militares, situação essa que iria permanecer até ao ano de 1965.

Um pouco mais tarde seria, igualmente, criado em 1844 o Asilo dos Inválidos da Marinha e ainda no ramo da marinha foi criado no seu hospital aquele que seria o primeiro serviço de psiquiatria de Portugal. Através da participação de Portugal na Conferência de Genebra em 1864 e com a assinatura daquela que viria a ser a I Convenção de Genebra foi dada especial relevância à problemática dos feridos em tempos de guerra, criando no ano subsequente a Comissão Portuguesa de Socorros a Feridos e Doentes Militares em Tempo de Guerra, que, mais tarde irá dar origem à Cruz Vermelha Portuguesa, fundada em 1877. No decorrer da participação portuguesa com o CEP na IGM a Cruz Vermelha Portuguesa montou um hospital em Ambleteuse com o desejo de apoiar a força expedicionária, contando com 54 damas enfermeiras com cursos de enfermagem ministrados pela Cruz Vermelha e um ano mais tarde com o Dec. Lei nº 3471, de 20 de outubro é criado no ramo do exército a Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos que, mais tarde no ano de 1928 passaria a chamar-se Comissão de Assistência aos Militares Tuberculoso de Terra e Mar.

Mais tarde a Portaria nº 13101 de 18 de maio, veio permitir a criação do Hospital Militar de Doenças Infecto-Contagiosas no Hospital Militar de Belém, entregando-o depois à Assistência aos Tuberculosos do Exército. No decorrer da I República foram criadas diferentes comissões que visavam não apenas os mobilizados, mas também as suas famílias, com um papel de destaque para as ações levadas a cabo pela Cruzada das Mulheres Portuguesas. Nesse sentido, foram criadas as comissões de assistência às mulheres dos mobilizados que gerou como *output* a casa do trabalho que visava formá-las para que tivessem acesso a um emprego e comissão de assistência aos filhos dos mobilizados que viria a gerar orfanatos e escolas profissionais, agrícolas ou de rendas. A Cruzada das Mulheres Portuguesas fazia, então, sentir-se através de nove comissões, com foco na assistência aos militares mobilizados e suas famílias, onde para além de angariar donativos, auxiliava na hospitalização do combatente e na assistência moral e psicológica do mesmo. Foi através desta assistência que se permitiu pensar-se numa forma de reintegrar e/ou cuidar do combatente inválido depois a guerra, promovendo o ensino do mesmo de novos ofícios, para que a sua nova “realidade” não impossibilite de voltarem a reintegrar-se na sociedade e a ter uma carreira profissional, sendo assim a célula embrionária do Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra de Arroios, constituindo-se através da reprodução de modelos de outros

países europeus que viria também a ser um ponto estratégico para a própria ciência e investigação. Como o país vivia dividido em duas fações, as mulheres monárquicas investiram igualmente em obras de beneficência permitindo a criação da casa maternal, de assistência e um dispensário para facultar e facilitar a assistência médica e alimentar às famílias dos mobilizados.

Apesar de tudo isto, os antigos combatentes, sobretudo os inválidos sentiam face às suas reivindicações e direitos um grande desfasamento, que se viria a intensificar com o fim da guerra. Imperava uma desorganização daqueles que eram os serviços de saúde do CEP em campanha, precariedade, a morosidade dos processos para se atestar a invalidez adquirida em serviço de campanha e a própria obtenção de pensões. Face a tudo isto, foi evidenciada a necessidade de se criar um conjunto de regulamentos que viriam a ser estratégicos, no decorrer dos tempos para culminar naquele que seria o Código do Inválido. Foi com a Lei nº 1:170 e o Decreto de Lei nº 10:099 que surgiram as primeiras definições para que se avaliasse a invalidez. No Decreto nº 4:868, de 5 de outubro, é finalmente consagrada a obtenção de uma pensão de caráter complementar à pensão normal, por um período de cinco anos, passível de renovação a todos os militares estropiados da guerra, independentemente de qualquer pensão normal. É neste período também regulamentada a utilização da insígnia indicativa de invalidez de guerra para todos os combatentes inválidos e em março de 1921 viria a ser regulamentada a sua inclusão, a garantia da sua colocação nos serviços públicos do Estado, independentemente das suas lesões físicas, constituindo as mesmas até uma certa prioridade face a outros candidatos aos mesmos cargos, de terra ou mar. Mais tarde, com o Decreto 10:099, de 17 de setembro de 1924, em conjunto com outros decretos e leis ao longo dos anos, com algumas alterações, criar-se uma espécie de súmula, onde importa referir, igualmente, a associação do termo “Inválido de Guerra” aos combatentes.

Por fim, surgiu através do Decreto nº 16443, de 6 de junho de 1929, a criação do Código dos Inválidos para que pudesse oferecer aos inválidos um estatuto digno que viria a ser revogado no ano de 1937. É de notar que a partida das primeiras tropas para a frente de guerra levou a que se discutisse noutros países e, igualmente, em Portugal a situação dos inválidos e foi nesse sentido que se adaptaram uma série de regulamentações instituídas internacionalmente, onde uma das soluções viria a ser a sua evacuação imediata para as suas unidades de origem.

O Código do Inválido auxiliando-se e baseando-se na legislação já aprovada, começa a ser demonstrada de forma mais proeminente a preocupação com a problemática dos antigos combatentes, sobretudo no que concerne aos inválidos. A promessa do decreto passava pela atribuição de um estatuto com o intuito de dignificar o combatente da 1GM. Encontrando-se inscrito no mesmo que o seu propósito seria o reconhecimento do “direito à reparação que assiste aos cidadãos portugueses que, no cumprimento do serviço militar, se invalidaram na defesa da Pátria (...)” (Ministério de Guerra, 1929, p. 314). Foi o intuito que levou a que as pensões pudessem vir acompanhadas de outro tipo de benefícios, contando, igualmente, que as mesmas eram baixas.

Este decreto teria como recetores todos os “inválidos de guerra” e os “militares incapacitados na manutenção da ordem pública ou voando em serviço”. Aqui, pode auferir-se um pouco daquilo que era considerado um combatente inválido, nesse sentido, um combatente inválido seria quem tivesse sofrido um conjunto de ferimentos, lesões ou acidentes ocorridos, naquilo que o mesmo denominava de “serviço de campanha”:

“ Considera-se serviço de campanha o prestado pelas forças combatentes em frente do inimigo e o desempenhado na zona de guerra pelo pessoal exigido pela mobilização, organização, transporte e funcionamento dessas tropas, incluindo o serviço desempenhado pelos capelães que por decreto especial lhe foram ou vieram a ser agregados; o prestado pelas guarnições dos postos militares das províncias ultramarinas, encarregados da polícia do território e manutenção da autonomia nacional, quando em zona de guerra ou em comprovado estado de sítio, e ainda o serviço de manutenção de ordem pública e todo o serviço aéreo da aviação militar” (Ministério de Guerra, 1929, p. 314).

Para além desta delimitação do que seria considerado o serviço de campanha, existe também uma explanação do que é considerado uma zona de guerra que abrange as áreas onde as tropas se movimentam, as áreas onde estão infraestruturas importantes como os hospitais, as bases, etc. Para além disto existe ainda a determinação de que as zonas de mar onde o navio inimigo navega com armamento e, ainda, as costas e rios da metrópole, as ilhas e as colónias portuguesas, considerando- se, igualmente, um TO.

Em todo o caso, importa também referir que este documento legislativo comporta não apenas as lesões físicas, mas, igualmente, as do foro psicológico: “(...) as lesões ou doenças são

consideradas adquiridas, ainda que para sua manifestação haja concorrido, além do serviço de campanha, a constituição do indivíduo ou as taras hereditárias ou contraídas” (Ministério de Guerra, 1929, p. 314).

Das regalias podem ser evidenciados, novamente, a preocupação com os órfãos e os filhos dos inválidos ou dos mortos seriam admitidos e instruídos de forma gratuita em todas as escolas, institutos, universidades, possuindo, igualmente, vantagem sobre outros candidatos a estabelecimentos de instrução da Obra Tutelar dos Exércitos de Terra e Mar, isentos também do pagamento de matrícula, de propinas de exame e de cartas de curso. Esta vantagem ou preferência viria também a ser atribuída aos próprios inválidos de guerra em empregos públicos, tendo, porém, de ter uma autorização do Ministério. Acresce ainda a ideia não apenas a chamada de atenção de Portugal para os seus combatentes inválidos, mas dos mesmos para com a Pátria depois do combate:

“As praças ou equiparados considerados grandes mutilados serão, com preferência, colocados em serviços do Estado nos quais, pela sua presença, possam incutir o respeito amor pelos que pela Pátria se bateram, e desde que as suas mutilações os não impossibilitem do exercício das suas funções” (Ministério de Guerra, 1929, p. 318).

Direcionando-se mais às famílias, no caso do falecimento do militar aquando do seu deslocamento e as famílias dos inválidos que venham a falecer mesmo posteriormente recebem uma pensão de sangue, a partir do primeiro dia após o falecimento do mesmo. Para além disso, neste mesmo código é consagrado o direito dos inválidos usarem o seu distintivo bem visível, indiferente para a patente hierárquica dos mesmos, seja em trajes civis ou militares para que Portugal os reconheça e eles se sintam acarinhados pelos seus concidadãos.

Mais tarde, no ano de 1955, construiu-se o primeiro sanatório militar na Serra do Caramulo e no ano seguinte criou-se o Serviço de Saúde da Força Aérea que viria a ser completado através do centro de medicina e psicologia da Força Aérea em 1959. Aquando do início da Guerra Colonial, em 1961, foi criada a assistência aos tuberculosos das FA onde se incluíam os familiares dos mesmos. Também as mulheres no decorrer desta guerra terão um papel fundamental no apoio e assistência aos militares em combate que viria a influenciar, tal como na IGM a sua moral. O Movimento Nacional Feminino surgiu com o intuito de assistir os militares em combate bem como as suas famílias. Foi através deste movimento que a figura das “madrinhas de guerra” surge e com grande impacto na moral dos militares dado que

fomentaram a comunicação dos mesmos, a criação dos aerogramas, formação aos militares e fomentaram, inclusivamente, a criação de um subsídio de isolamento para os militares na Guiné, para além da sua importância bastante importante no custeamento do Estado pelas transladações dos militares mortos que até ao ano de 1967 tanto do exército como da marinha eram custeadas pelas famílias que, muitas vezes ou na sua maioria das vezes, não conseguia custear a transladação dos corpos dos seus filhos, irmãos e pais em valores situados entre os 5500 e os 12 000 escudos. Ainda nos anos 60 é importante enunciar que a legislação vigente afastava do serviço ativo os militares que sofriam de ferimentos ou acidentes, pertencentes ao quadro permanente das FA, fosse em campanha ou fosse em termos de manutenção da ordem pública, que viria a ser revogada com o início da Guerra Colonial, permitindo a sua continuidade no serviço ativo, desde que dispusessem de capacidade suficiente no desempenho das suas funções tendo em conformidade o Decreto-Lei nº 44995/63, de 24 de abril. Um ano depois este mesmo decreto viria a ser modificado face à entrada em vigor dos Decreto-Lei nº 45684, de 27 de abril de 1964, e o Decreto-Lei nº 46046/64, de 27 de novembro que viria estabelecer o quadro legal e as diretrizes para a atribuição de uma reforma extraordinária aos militares que se incapacitaram em serviço a partir de 31 de dezembro de 1960. Face às sérias dificuldades dos inválidos e dos seus familiares, sobretudo filhos, o Decreto-Lei nº 358/70, de 29 de julho, viria alargar as regalias dos mesmos em termos educacionais, sobretudo em questões do ensino. O apoio para os militares em termos de empregabilidade só viria a ser regulado pelo Decreto-Lei nº 371/70, de 11 de agosto. Apenas no ano de 1972 viria a ser aprovado o Estatuto de Aposentação Pública através do Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de dezembro, permitindo aos deficientes do SMO a possibilidade de auferirem de uma reforma por invalidez. Apenas com o Decreto-Lei nº 210/73, de 9 de maio viriam a ser alargados os direitos a outros militares que não fossem pertencentes ao quadro permanente e se viria a falar de várias iniciativas no âmbito da reabilitação dos inválidos, mas sem grande implementação real. Uma medida que veio também a ser deveras impactante e um passo verdadeiramente significativo foi dado no início da década de 70 quando se alargou a assistência médica hospitalar às famílias dos militares. É de fácil verificação que com Marcelo Caetano no poder viria a existir uma tentativa de maior cuidado com os militares, ainda que existisse na mesma uma espécie de véu de ignorância acerca dos feridos e dos mortos da Guerra Colonial, sentimento que os mesmos conseguem sentir e constatar e a falta de preparação da própria família a este embate com a “nova” realidade:

“O Hospital Militar, para além de nos receber, de nos dar cuidados imediatos e de nos tratar os ferimentos, convertia-se depois num depósito de jovens militares, mais ou menos estropiados, com traumatismos físicos ou mentais, que declaradamente interessava manter ignorados da população e a quem não eram dadas respostas plausíveis para encarar o futuro” (Armadas, 2017, p. 102).

Após a revolução de 25 de abril iniciar-se-ia um novo ciclo político para Portugal onde seria restabelecido um sistema político democrático e com o findar do Estado Novo terminaria, igualmente, a guerra colonial e é com o advento de um novo regime que a situação dos antigos combatentes é revista tendo em conformidade uma reparação histórica aos mesmos no cumprimento do seu dever militar para com o seu país. No ano de 1976 seria publicado em janeiro o Decreto-Lei nº 43/76 que, ainda nos dias de hoje, é o diploma estrutural que regula os direitos dos deficientes das FA, já um pouco modificado. É neste documento legislativo que se encontra explícito e regulado o direito à reparação não apenas material, mas também moral dos deficientes das FA e impõe um conjunto de medidas e meios para que eles possam ter esse reconhecimento, mas também a sua integração na sociedade:

“O Estado Português considera justo o reconhecimento do direito à plena reparação de consequências sobrevindas no cumprimento do dever militar aos que foram chamados a servir em situação de perigo ou perigosidade e estabelece as novas disposições sobre a reabilitação e assistência devidas aos deficientes para a reabilitação e assistência devidas aos deficientes das forças armadas (...)” (Ministério da Defesa Nacional, 1976, p. 97).

Nesse mesmo Decreto-Lei, indo um pouco às raízes e resquícios da definição atribuída pelo Código do Inválido na delimitação do conceito de inválido, começa-se por delimitar o conceito de deficiente das FA logo no seu 1.º artigo, sendo assim considerado o militar que no cumprimento do seu serviço militar e na defesa dos interesses do país viria a ver a sua capacidade diminuída. E, tal como no Código do Inválido, são especificadas as condições em que o mesmo se verifique, onde existe um certo alargamento para o conceito de prisioneiro de guerra, ou o mesmo ocorrer na sequência da prática de um ato humanitário para além do serviço de campanha, que é decorrente do seu exercício profissional em TO ou mesmo se for *a posteriori* do mesmo, o que permitiu a sua extensão aos militares da Guarda Nacional Republicana ou GNR, da Guarda Fiscal, da Polícia de Segurança Pública ou PSP e de todos

os militares que participam em missões de paz e de cariz humanitário mediante cooperação internacional.

Sendo assim, o deficiente das FA só o poderia ser considerado desde que reunisse cumulativamente os requisitos e, para além disso, este diploma preconizava a qualificação da incapacidade ser um tanto arbitrária dado que dependeria dos critérios das Juntas de Saúde de cada ramo das FA, que deveriam estar em conformidade com a Tabela Nacional de Incapacidades. Este diploma apesar de uma regulamentação importante viria a ser apenas destinado àqueles que ficaram incapacitados em circunstâncias caracterizadas por um elevado grau de perigo e de traumatização.

Os direitos que lhe são reconhecidos passam então por:

- a) Cálculo de pensão de reforma extraordinária ou de invalidez por inteiro;
- b) Abono suplementar aos Deficientes das Forças Armadas (DFA) calculado de acordo com a sua percentagem de incapacidade;
- c) Com uma incapacidade igual ou superior a 90% os DFA têm direito ao pagamento de uma prestação suplementar de invalidez, atribuída consoante a sua incapacidade;
- d) Aumento das pensões;
- e) Acumulação de pensão de reforma extraordinária com outras remunerações, excetuando se for ao serviço das FA;
- f) Utilização do cartão de DFA;
- g) No caso das deslocações para tratamentos hospitalares ou adaptação de material de prótese o Estado pagará as despesas de alojamento e alimentação;
- h) Gratuitidade de todo o material de prótese ou qualquer equipamento de locomoção, auxiliar de visão ou quaisquer substitutos de funções ou de órgãos;
- i) Desconto nos transportes nacionais;
- j) Hospitalização e tratamento gratuitos em instituições estatais sempre que seja de uma forma direta relacionada com a lesão ou a doença que incapacitou o combatente;

- k) Prioridade no acesso a cargos públicos ou em empresas onde o Estado participe, maioritariamente, em igualdade de circunstâncias;
- l) Gratuitidade de livros e material escolar;
- m) Gratuitidade de selo e de propinas de frequência e exame nos diferentes estabelecimentos;
- n) Regime especial na aquisição de habitação própria;
- o) Possibilidade de pertença aos Serviços Sociais das FA;
- p) Todos os DFA com uma incapacidade igual ou superior a 60% usufruem de um conjunto de regalias acrescidas, em função do que mais necessitem<sup>34</sup>.

Todas estas regalias careciam de um processo bastante exigente de comprovação de que o deficiente possuía essa incapacidade em serviço militar e nas condições acima já evidenciadas, ou seja, em situações de extrema dificuldade e perigosidade para o mesmo. Para além disso, esse processo seria bastante moroso pois teria de se proceder à verificação desse facto e o nexo entre a situação e a incapacidade, adquirindo esse estatuto apenas com o mínimo de 30% de incapacidade, sendo qualificados em sede do Ministério da Defesa, o que mais tarde, em 1997 com a criação do Departamento de Assuntos Jurídicos viria a ser fundamental na sustentação da decisão do ministério depois de uma avaliação dos processos. Para além disso, encontramos um alargamento da mesma situação, através de uma equiparação do estatuto de DFA em que o Tribunal Constitucional viria a tornar inconstitucional essa limitação no acórdão

“Declarar, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma (...) na medida em que reserva a cidadãos portugueses, excluindo cidadãos estrangeiros residentes, o gozo dos direitos a que se referem os artigos 4.º, 5.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º (...) 15.º e 16.º do mesmo diploma, por violação do princípio constante do artigo 15.º, n.º 1, da Constituição;” (Tribunal Constitucional, 2001, p. 7089).

Tal como já foi enunciado, este Decreto-Lei viria a sofrer alterações até aos dias de hoje, a primeira aconteceu através do Decreto-Lei nº 93/83 que viria alterar o número 3 do artigo 13.º

---

<sup>34</sup> Isenção aquando da aquisição de automóveis ligeiros de passageiros, em termos de taxas, direitos e emolumentos a cada cinco anos bem como isenção do pagamento na adaptação do automóvel.

regulando a acumulação das pensões, instituindo que no caso de o valor exceder o vencimento de ministro, esse excedente reverteria para a Caixa Geral de Aposentações.

Dois anos depois viria a ser designado um modelo de cartão dos DFA que conferia um conjunto de benefícios, em função da sua percentagem de incapacidade, tendo dois modelos, destinando-se um deles a DFA que possuíssem entre 30% a 60% de incapacidade e o outro a DFA com uma incapacidade igual ou superior a 60% que viria depois a alterar-se com a Portaria nº 884/85 sendo atribuído o mesmo cartão a todos. Com o Decreto-Lei nº 203/87 viria a ser estabelecido um novo regime relativo às pensões, dado que passa a ser possível acumular todos os rendimentos auferidos desde que não sejam ao serviço das FA. Com o Decreto-Lei nº 224/90 de 10 de julho viria a ser dada a possibilidade aos DFA de pedirem a revisão do seu grau de incapacidade, estabelecendo o período de dez anos após a aquisição da pensão, devido à mesma, sempre que se verifique uma maior diminuição do estilo de vida com o agravamento da doença ou da lesão.

Um marco significativo da legislação portuguesa que viria a ter bastante influência e até um possível alargamento de um conjunto de benefícios a outros militares que sofreram uma diminuição das suas capacidades, que não se encontravam protegidos pelo Decreto-Lei nº43/76, mas cujas deficiências foram consideradas como um resultado dos seus serviços prestados ao Estado pelo cumprimento do seu serviço militar, considerando-se também o cumprimento do mesmo em tempos de paz. Determinou-se, assim, a figura do grande deficiente das FA:

“É considerado grande deficiente das forças armadas (GDFAS) o cidadão que, no cumprimento do dever militar e não abrangido pelo Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, adquiriu uma diminuição permanente na sua capacidade geral de ganho, da qual resulte passagem à situação de reforma extraordinária ou atribuição de pensão de invalidez nos termos do n.º 2 do artigo 118.º e dos artigos 127.º e seguintes do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, e cuja desvalorização seja igual ou superior a 80%” (Ministério da Defesa Nacional, 1990).

Neste caso, a incapacidade seria igual ou superior a 80% possuindo, então, como direitos auferir de um abono suplementar de invalidez, calculado de acordo com o que estava previsto no Decreto-Lei nº 43/76 e, se fosse considerada uma incapacidade igual a 90% ou superior a essa percentagem, estes receberiam ainda uma prestação suplementar de invalidez, para além

da atribuição de todos os direitos e benefícios que o supracitado decreto de 76 concedia nos seus artigos 13.º, 14.º e 16.º artigos. Para além disso, o seu cartão teria a designação própria de Grande Deficiente das Forças Armadas (GDFAS). Um dos pontos que várias alterações, sofreu no decurso dos anos foi em relação às pensões, maioritariamente na regulamentação das possíveis acumulações, assim sendo os Decretos-Lei nº 183/81 e nº 184/91 para que os DFA pudessem acumular na totalidade os subsídios de férias ou de Natal, ou o décimo quarto mês seja em funções públicas ou privadas ou de pensões de reforma extraordinárias ou de invalidez. Dada a insuficiência de um maior apoio por parte do Estado aos DFA, é instituído o alargamento da figura de GDFAS a todos os deficientes com uma incapacidade igual ou superior a 70%, para que possam ter os mesmos direitos e benefícios já instituídos aos GDFAS com uma incapacidade igual ou superior a 80%. Este estatuto de GDFAS viria depois a ser alterado através do Decreto-Lei nº 248/98 que viria a alterar o grau de incapacidade para o limite mínimo de 60% de forma a atribuir o estatuto de GDFAS.

Com estas alterações permitiu-se que pudessem ter uma vida mais autónoma e com menor dependência, tendo sido ainda complementado com a Portaria nº 60/2000 com a aprovação e execução do modelo do cartão para os grandes deficientes do serviço efetivo normal. Ainda em relação aos DFA pode falar-se do Decreto-Lei nº 134/97 que permitiu promoções ao posto a que teriam ascendido os militares do quadro permanente com um grau de incapacidade igual ou superior a 30% que optaram por não permanecer no serviço ativo, passando assim a ter direito à pensão devida pela posição hierárquica e o Decreto-Lei nº 250/99 que viria, novamente, focar-se nas medidas para a reintegração social dos DFA com uma incapacidade geral igual ou superior a 80%.

Na temática da reabilitação já podemos verificar um conjunto de legislação que viria a ser ainda complementada com a Portaria nº 564/99 que viria a marcar o início de um acordo de cooperação entre o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a ADFA e a Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Gaia a fim de regulamentar e aprofundar a reabilitação e a formação e consequente integração dos DFA no mercado de trabalho e na própria sociedade.

Uma medida de especial relevância e um pouco mais direcionada para as famílias que importa referir é a isenção do SMO dos filhos ou irmãos de militares que haviam falecido na Guerra Colonial ou de DFA através da Lei nº 36/95.

Em termos mais gerais e com um acréscimo da preocupação em dignificar a vida e o serviço prestado pelos antigos combatentes, em 2020 viria a ser aprovado depois de longa discussão o Estatuto do Antigo Combatente com a aprovação da Lei nº 46/2020, com uma atualização nos direitos e nos benefícios aos antigos combatentes que entrou em vigor no dia 1 de setembro de 2020, com exceção dos dois artigos referentes ao aumento dos valores dos complementos especiais de pensão que só entraram em vigor a partir de janeiro de 2021, com vista a reconhecer todos os jovens que prestaram serviços à Pátria, com um quadro legal que tem a pretensão de se alargar ao presente e ao futuro. Neste estatuto são considerados como antigos combatentes um conjunto mais vasto de cidadãos em oposição a muitos decretos-lei, pois aglomera os ex-militares que estiveram mobilizados entre os anos de 1961 e 1975 nos territórios de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, Goa, Damão, Diu, Dadra, Nagar-Aveli, Timor-Leste (desde 1974 até à saída das FA desse mesmo território), os oriundos do recrutamento local, o dos quadros permanentes, os militares e ex-militares que participaram em missões humanitárias, de apoio à paz ou em missão de manutenção da ordem pública. Acresce que neste estatuto a sua aplicação não é apenas aos antigos combatentes, mas também às suas viúvas e viúvos.

Dos direitos e benefícios atuais podemos considerar:

- a) Reconhecimento público em todas as cerimónias e atos oficiais na componente da defesa nacional;
- b) Atribuição de um complemento especial de pensão de 7% ao valor da pensão por cada ano de prestação de serviço militar ou duodécimo por cada mês de serviço;<sup>35</sup>
- c) Revisão dos processos dos militares abrangidos pelo Decreto-Lei nº 503/99, de 20 de novembro, no que se refere aos acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- d) Estabelecimento do dia do combatente a 9 de abril, podendo os mesmos serem evocados nas comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas a 10 de junho ou a 11 de novembro, marco do fim da 1GM;

---

<sup>35</sup> Importa realçar que através das Leis nº 9/2002, de 11 de fevereiro, nº 21/2004, de 5 de junho e a nº 3/2009, de 13 de janeiro os antigos combatentes possuíam como benefícios da prestação dos seus serviços militares em condições especiais e com características de perigosidade encontramos a contagem do tempo de serviço, a dispensa do pagamento de quotas, o Complemento Especial de Pensão, o Acréscimo Vitalício de Pensão e o Suplemento Especial de Pensão distribuídos por cada uma das situações das diferentes tipologias de pensões, não acumuláveis, entre si.

- e) Direito de usufruto do cartão de antigo combatente de carácter vitalício;
- f) Direito do usufruto da insígnia nacional de antigo combatente, em traje civil e até em uniforme (seja no ativo ou na reserva pelos militares que combateram em missões de paz ou de carácter humanitário ou de manutenção da ordem pública);
- g) Complemento ao Cartão de Cidadão do título de “Titular de reconhecimento da Nação”;
- h) Às viúvas e viúvos é-lhes dado o direito de possuírem um cartão com essa mesma designação, seja através do casamento ou através de uma união de facto, reconhecida legalmente, sendo também ele intransmissível e vitalício;
- i) É reconhecido o direito das viúvas e dos viúvos usufruírem do Complemento Especial de Pensão;
- j) Informação, identificação e encaminhamento de antigos combatentes que necessitem de usufruir da rede nacional de apoio seja em termos de serviços médicos, psicológicos ou sociais bem como aos familiares, com especial relevância para os filhos e órfãos ou viúvas e viúvos que sofram de Stress Pós-Traumático Secundário;
- k) Ativação do Centro de Recursos de Stress em Contexto Militar com o intuito de desenvolver estudos e recomendações e outros de forma a melhorar a qualidade de vida dos antigos combatentes que sofrem de Stress Pós-Traumático;
- l) Fomento do plano de ação para apoio aos deficientes militares;
- m) Fomento do plano de apoio social aos antigos combatentes em situação de sem-abrigo;
- n) Preferência na habitação social aos antigos combatentes e às viúvas ou viúvos dos mesmos em situação de sem-abrigo;
- o) Isenção de taxas moderadoras no SNS pelos antigos combatentes e as suas viúvas e viúvos;
- p) Direito à gratuidade dos transportes públicos nas áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais quer para antigos combatentes bem como para as viúvas e viúvos dos mesmos;
- q) Direito à gratuidade na entrada dos museus e monumentos nacionais;

- r) Direito de na sua morte serem velados com a bandeira nacional, mediante pedido do mesmo ou da viúva ou viúvo bem como de ascendentes ou descendentes diretos e a disponibilização de forma gratuita dessa mesma bandeira à família;
- s) A conservação e manutenção dos talhões dos antigos combatentes por parte da Liga dos Combatentes, em nome do Estado, quer em Portugal quer em território estrangeiro;
- t) Solicitação da família direta do repatriamento dos corpos dos antigos combatentes sepultados em território estrangeiro com auxílio estatal para o efeito;
- u) Benefícios em termos de bens e serviços mediante protocolo celebrado entre o Ministério da Defesa Nacional e as diferentes instituições de cariz público ou privado.

Todos estes benefícios são, portanto, complementares a muitos dos quais os antigos combatentes, DFA, GDFA, Grande Deficiente do Serviço Efetivo Normal (GDSEN) e outros deficientes militares sendo uma das suas particulares e principais inovações o alargamento de um conjunto de direitos e benefícios aos seus cônjuges sobreviventes e alguns aos seus descendentes diretos, como é o caso do apoio em diferentes áreas.

### **3.2.2 Critérios de avaliação da Tabela Nacional de Incapacidades**

A Tabela Nacional de Incapacidades em Portugal é regulada através do Decreto-Lei nº 352/2007, de 23 de outubro, com o intuito de firmar os critérios de avaliação de um quadro de incapacidades de trabalho resultantes de acidentes de trabalho ou doença profissional que irá fomentar essa perda de capacidade laboral. Nesse sentido, na mesma não se encontram apenas as bases para uma avaliação da incapacidade, mas também uma lista com possíveis sequelas e a cada uma dessas incapacidades em que se explicando de uma forma simplista é atribuído um determinado número em percentagem, que tem a pretensão de uma tradução na proporção da redução de capacidade.

Em termos gerais, aquando da determinação do valor a atribuir à incapacidade existem como normas a bonificação dos coeficientes de incapacidade, até ao limite da unidade. A incapacidade é vista em duas óticas, por um lado no âmbito do direito do trabalho e por outro através do direito civil procedendo-se, então, ao cálculo da mesma e de forma sucedânea regular, igualmente, as possíveis bonificações.

Em termos de sistema nervoso, as informações gerais a que estão associadas para se atribuírem as eventuais cotações podemos encontrar a síndrome pós-traumática com a condição de saúde afetada através das manifestações de cefaleias, sensação de peso na cabeça, falta de equilíbrio, de concentração ou a conexão de ideias, cansaço intelectual, perturbações no sono, modificações do humor e diferenças amnésicas com valores entre os 0,00 e os 0,19. Chegando à temática da psiquiatria surgem como referência à classificação e atribuição da escala não só o DSM ou Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais como também a Classificação das Perturbações Mentais e Comportamentais da OMS. Como é possível verificar-se um foco especial para as doenças do foro psíquico e nesse encontramos não apenas os parâmetros para que se determine a perturbação de stress pós-traumático, mas também os condicionantes que lhe diminuem a saúde e lhe causam incapacidade. Nestes termos, é preciso que o doente se mostre incapaz de fazer um exercício de rememoração, seja de uma forma total ou parcial, em relação a aspetos ligados ao acontecimento que se mostrou stressante para o doente e o surgimento ou aumento da sensibilidade e do próprio estado de alerta, considerando que anteriormente não os possuíam. Nesse quadro, há que ter em atenção se o estado de alerta se traduz em dificuldades para adormecer ou a dormir, num incremento da irritabilidade ou em acessos de raiva, na própria hiper vigilância e até em respostas a sustos de uma forma mais exagerada ou nas dificuldades de concentração.

E, é neste contexto que de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidades para se declarar um número no algoritmo, os critérios são distribuídos por cinco graus, sendo o último com a atribuição de um número superior, na escala de incapacidade, como demonstra a tabela 8.

Tabela 8 - Critérios de avaliação das incapacidades na Tabela Nacional de Incapacidades

Critérios de avaliação das incapacidades na Tabela Nacional de Incapacidades	Grau I - Perturbações funcionais ligeiras, com nula ou discreta diminuição em termos de eficiência pessoal ou profissional - 0,01% a 0,05%.
	Grau II - Perturbações funcionais moderadas, com ligeira a moderada diminuição em termos de eficiência pessoal ou profissional - 0,06% a 0,15%.
	Grau III - Perturbações funcionais importantes, com significativa diminuição em termos de eficiência pessoal ou profissional - 0,16% a 0,30%.
	Grau IV - Perturbações funcionais importantes, com uma bastante forte modificação dos padrões de atividades diárias - 0,26% a 0,60%.
	Grau V - Perturbações funcionais bastante graves, com uma existência de uma importante diminuição nas características pessoais de personalidade e alterações significativas nos padrões comportamentais - 0,61% a 0,95%.

Fonte: Elaboração própria a partir de Instituto da Segurança Social (2008).

Para além disto, há que ter em conta que a aplicabilidade destes critérios é feita após a realização de exames e testes. Importa recordar que para se alcançar o estatuto de DFA a incapacidade deverá ser de 30% e recordando que, sobretudo, nos dias de hoje é muito trabalhoso encontrar-se o nexo de causalidade entre o acontecimento traumático e o stress pós-traumático, por vezes, torna-se difícil a comprovação do mesmo e o não alcance dessa percentagem de incapacidade, o que lhes impede alcançar o estatuto de DFA. Importa também referir que em termos de doenças profissionais o stress pós-traumático, ainda hoje, não é considerado como uma doença profissional:

“Toda a doença contraída pelo trabalhador na sequência de uma exposição a um ou mais fatores de risco presentes na atividade profissional, nas condições de trabalho e/ou nas técnicas usadas durante o trabalho designa-se por doença profissional. (...) De salientar que qualquer lesão corporal, perturbação funcional ou doença não incluída na “Lista das Doenças Profissionais” em que se prove ser consequência, necessária e direta, da atividade profissional exercida pelo trabalhador e não represente normal desgaste do organismo (...) é também considerada doença profissional” (Direção Geral da Saúde, 2020).

### **3.2.3 Apoio específico a vítimas de Stress Pós-Traumático**

Num todo, os sintomas do PTSD podem basear-se em três grandes áreas que são o reviver do acontecimento, o evitamento a tudo aquilo que o possa fazer recordar o acontecimento e a hiper ativação fisiológica. Em verdade, esta sintomatologia irá conduzir a um desajustamento em vários níveis que não afeta unicamente o indivíduo, como já foi anteriormente explanado, mas também as suas famílias e os núcleos onde o mesmo se movimenta. Os sintomas de stress pós-traumático irão influenciar núcleos onde o indivíduo se movimenta, ou seja, não é apenas um desajustamento pessoal e/ou familiar, mas também profissional e até social.

Como é verificável este desajustamento carece de medidas interventivas a fim de uma melhoria na qualidade de vida dos indivíduos, tentando sempre reverter a situação a fim de prevenir que a mesma se torne crónica. Também já podemos verificar que o estado de alerta para esta doença é bastante recente, ainda que a mesma não o seja, acrescentando o facto de que existe uma particularidade que importa referir que é a própria atualidade da doença no combatente moderno, face aos desafios que enfrenta não apenas decorrentes da sua profissão, mas também dos desafios nos TO das FND.

Conforme já podemos verificar, o Código do Inválido preconizava já a referência e importância no auxílio aos militares que sofriam de doenças do foro psicológico, estimuladas ou adquiridas no serviço de campanha, porém com o passar dos anos e as várias alterações legislativas, é possível verificar, que anteriormente as doenças do foro psicológico foram deixadas para trás, surgindo apenas, novamente, no ano de 1999. Foi em 1999 que a entrada em vigor da Lei nº 46/99, de 16 de junho, viria a disponibilizar apoio às vítimas de stress pós-traumático.

Com esta lei viria a ser alterada a redação do Decreto-Lei nº 43/76, de 20 de janeiro, passou a ser considerado como DFA todo o militar e antigo militar que sofra de perturbações psicológicas de carácter crónico devido à sua exposição a um conjunto de fatores traumáticos de stress durante a prestação do seu serviço. Acrescendo-se à mesma a criação de uma rede nacional de apoio a todos os militares e antigos militares que sofram desta patologia de forma a informarem, identificarem e melhorarem com uma adequação de serviços médicos, psicológicos e sociais, encontrando uma cooperação estreita com o SNS, incorporando,

igualmente, todos os militares que estiveram presentes nas missões de paz e humanitárias, ou que nelas se encontrem.

Um ano depois, através do Decreto-Lei n.º 50/2000, de 7 de abril, viria a regulamentar a lei anterior, instituindo o regime de apoio às vítimas de stress pós-traumático de guerra, adquirido no cumprimento dos seus deveres militares, possibilitando-lhes terem a avaliação por parte de uma junta de saúde militar para receberem o devido tratamento e a serem considerados como DFA para além da proteção dos mesmos através da rede nacional de apoio, que, ao início seria composta pelas instituições e serviços integrados no SNS e no Sistema de Saúde Militar, baseando-se numa cooperação com os serviços públicos e as ONG's com a celebração de protocolos com a formulação dos compromissos a que se propõem.

O Despacho Conjunto n.º 363/2001, de 20 de abril, viria a aprovar e a executar o modelo do cartão que viria a ser utilizado por todos os militares e antigos militares que sofram de stress pós-traumático, de forma a proteger os mesmos. Já referente à rede nacional de apoio seria definida a sua admissão e o método de elaboração do processo clínico. Neste sentido, todos os militares que desejassem ser admitidos na rede de apoio não necessitariam de possuir o estatuto de DFA, mas existe a necessidade na eventualidade de procurar um reconhecimento, seguindo os trâmites do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de janeiro deverá existir a comprovação de que foram as experiências traumáticas em função do seu serviço militar que origina a procura e necessidade de apoio psicológico. O papel das Juntas de Saúde Militares é destacado como uma peça fundamental de forma que possa ser reconhecida a patologia, na fixação do grau de incapacidade e na afirmação do nexo de causalidade entre o serviço militar e o stress pós-traumático.

No âmbito mais institucional existem ainda dois diplomas legislativos que importam referir que são o Despacho Conjunto n.º 60/2004, de 5 de fevereiro e o Despacho Conjunto n.º 145/2005, de 21 de fevereiro, que permitiram a criação de grupos de trabalho para que se procedessem a alterações de forma a assegurar um funcionamento da rede de forma mais eficiente e adaptada às reais necessidades dos militares e antigos militares que a frequentam e acerca do regulamento para celebração de protocolos, respetivamente.

Em termos de prevenção há que destacar que viria a ser já com as FND, ou seja, a partir dos anos de 1997 e 1998 que viria a ser atribuída uma efetiva e particular importância à gestão do stress nos planos de formação do militar português.

### **3.3 Políticas pelo Mundo**

Os países selecionados para o efeito de uma análise *benchmarking* de forma que se possa fazer um estado da arte numa escala maior são na sua totalidade países europeus e integrantes da World Veterans Federation. É visível na história de todos estes países, em termos de proteção social aos antigos combatentes, uma evolução que pode ser caracterizada como benéfica, dado que todos eles têm vindo a evoluir de forma positiva. Alguns carecem ainda de algumas infraestruturas ou de alguns apoios, mas comprova-se que os mesmos com o aval e a discussão em sede mundial conseguem melhorar as suas práticas nacionais.

Cada um dos países reconheceu as guerras na sua “pele” e um dos grandes pilares é mesmo o reconhecimento dos seus combatentes e a preservação de memórias, diferenciando-se um pouco na execução dessas vivências, dadas também as especificidades de cada país.

Tomando como exemplo o período compreendido entre a penúltimo e o último encontro mundial da World Veterans Federation, verifica-se uma melhoria substancial na qualidade de vida dos combatentes, comprovado pelas associações dos países, logo em 2010, possuindo como ano de comparação o ano de 1994, porém denota-se, igualmente, que ainda existe um trabalho a fazer, sobretudo na questão do stress pós-traumático e na questão das famílias, igualmente, vítimas da guerra firmando-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas.

É verificável que países como a Dinamarca, a Holanda e a Alemanha são países que se encontram na vanguarda em termos de diagnóstico e tratamento do stress pós-traumático que é uma das quatro dimensões destacadas pelo comité de países Europeus da World Veterans Federation em conjunto com o envelhecimento saudável dos veteranos, o suporte dos mesmos e os sintomas físicos que não conseguem ser explicados, muitas vezes, através da medicina, como temáticas particularmente relevantes para assegurar a qualidade de vida e uma adaptabilidade da realidade às verdadeiras necessidades dos antigos combatentes.

Compreendendo as datas daquelas que podem ser consideradas como a penúltima e última grande assembleia reunindo todas as associações que promovem a melhoria na vida e a

qualidade de vida de antigos combatentes e atuais conseguimos verificar que as suas recomendações vão evidenciando uma evolução positiva, ainda que não seja idêntica em todos os países, dado que em alguns dos mesmos ainda existe uma carência em termos de legislação pois nem todos os veteranos ou vítimas de guerra têm acesso a benefícios. Ou até mesmo legislação que venha beneficiar as famílias ou cuidadores. Falamos em contextos em que as pensões são insuficientes e ainda existe uma certa carência em termos de transportes adaptados, técnicas mais modernas próstéticas ou de casas de acolhimento, hospitais e cuidados de saúde, sociais e médicos, onde acresce a eficiência da legislação, dado que a mesma muitas vezes não é cumprida por motivos económicos. Porém, em suma verifica-se não apenas o esforço coletivo como, igualmente, o individual de cada uma das associações nos seus países de origem, permitindo que os pilares que fundamentam a World Veteran Federation seja mais do que palavras e que os objetivos a que se têm vindo a propor sejam, eficientemente, prosseguidos como o reconhecimento, a preservação de memórias, a multidisciplinariedade, a transmissão de conhecimento e de uma forma inter-geracional e o aumento de direitos e benefícios para os antigos combatentes e suas famílias ou até mesmo cuidadores. É possível verificarem-se diversas melhorias e um maior aprofundamento quando comparadas as recomendações da World Veterans Federation de 2010 e as de 2019, como é possível verificar-se através da leitura da tabela 9.

Tabela 9 – Breve síntese das principais recomendações da World Veteran Federation de 2010 e 2019

Recomendações da World Veterans Federation - 2010	Recomendações da World Veterans Federation - 2019
<p>Esforço no trabalho coletivo para que a legislação seja realmente eficaz à melhoria da qualidade de vida dos combatentes;</p> <p>Estudo, atenção e planeamento face aos danos causados pelas novas armas e as novas formas de guerra;</p> <p>Apelo aos órgãos internacionais no auxílio aos países, sobretudo em termos monetários para que consigam cumprir a legislação referente às vítimas de guerra e combatentes</p> <p>Condenação e incentivo a medidas para combate e condenação o uso de armas químicas, bacteriológicas ou nucleares;</p> <p>Aposta na multidiscipliniedade no tratamento do stress pós-traumático.</p>	<p>Preservação e partilha de memórias com a transmissão de valores para as novas gerações do património histórico nacional e internacional;</p> <p>Cultura de memória numa ótica da multidiscipliniedade associando-se a escolas, entidades desportivas, academias, meios de comunicação, etc.</p> <p>Facilitação e difusão de património e acervos documentais;</p> <p>Cooperação entre todas as associações no seio e com outras entidades sob o lema de recordar os seus militares para a organização e comemoração de datas importantes;</p> <p>Apelo à cooperação e cooperação entre as associações e os diferentes organismos nacionais e internacionais de forma a assegurar eventos, a preservação de memória e boas relações;</p> <p>Continuação do trabalho cooperativo para que sejam identificados todos os militares da 2GM em campos desconhecidas;</p> <p>Auxílio e apoio aos países africanos no combate ao terrorismo;</p> <p>Luta pelo fim do conflito Israel-Palestina e por um fim às condições de vida das populações de cenários de guerra;</p> <p>Ter em atenção ao papel da mulher no mundo;</p> <p>Preservação da paz e segurança combatendo do terrorismo em todas as suas formas e manifestações;</p> <p>Assistência de veteranos depois de catástrofes naturais.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir dos relatórios europeus dos 23.º e 24.º encontros da World Veteran Federation

Em março de 2016 o Conselho Executivo do World Veteran Federation viria a adotar um plano de trabalho para implementação do plano estratégico 2015-2020. Um plano que possui como estratégia a defesa daqueles que são os interesses espirituais e materiais do universo de veteranos, vítimas de guerra e das famílias dos mesmos e a promoção da paz e segurança indo

de encontro aos princípios firmados nos tratados e acordos internacionais, dos quais fazem parte a Carta das Nações Unidas e a Carta dos Direitos Humanos.

### **3.3.1 Rússia**

Na Rússia em relação aos seus antigos combatentes e suas famílias importa referir que as diferentes associações que procuram responder por esses direitos uniram-se vindo a auxiliar e a propagar a legislação da federação russa em prol dos seus combatentes. Esta união potenciou que se assegurassem de uma forma mais organizada e facilitada a proteção em termos económicos, sociais e legais de todos os veteranos da Grande Guerra Patriótica, veteranos de guerras locais e de conflitos militares locais, das missões de paz, do serviço militar e os seus deficientes, bem como os membros das suas famílias, encontrando-se os combatentes vivos ou falecidos. Para além desta principal missão perante este universo populacional pretende ter uma participação ativa na implementação de programas que visem melhorias em termos psicológicos, morais, médicos, sociais e de reabilitação de diferentes ordens, sejam também eles com um carácter internacional. O reforço da cooperação e parceria entre as diferentes associações e os membros da união, uma perpetuação da memória, recordando todos os militares falecidos, veteranos falecidos e dos deficientes e a participação ativa no movimento veterano internacional.

Os objetivos desta união que auxilia o Estado na tomada de decisão para com os seus veteranos são de diversos âmbitos como o social, o legislativo, o cooperativo, o internacional e o de desenvolvimento, indo sempre ao encontro com as preocupações internacionais e nacionais, permitindo com a sua experiência não apenas auxiliar em termos nacionais, mas também internacionais, para que os veteranos possam ter melhores condições bem como as suas famílias. Em termos nacionais as iniciativas que se poderão destacar da parte destas associações nestes diferentes âmbitos são, conforme é demonstrado por Danilova (2007).

- a) Proteger os interesses dos veteranos e das suas famílias bem como assegurar as suas necessidades financeiras e o estudo constante das suas necessidades legais, de cuidados médicos, sociais e económicos;
- b) Desenvolvimento de propostas para dar mais significado social ao veterano e aumentar na sua sociedade, o seu papel e importância;

- c) Auxílio e desenvolvimento de legislação de forma a proteger os veteranos em diferentes áreas de forma a aumentar as suas condições de vida, tanto em termos nacionais como internos, dentro das organizações;
- d) Apoio moral e psicológico aos veteranos e suas famílias e programas de apoio, reabilitação e suporte aos mesmos;
- e) Eventos, programas, entre outros de forma a aumentar a qualidade de vida e a sociabilidade dos veteranos e dos deficientes onde para além da cooperação entre as associações de veteranos dentro da união e das outras nações, mas, igualmente, da participação ativa em eventos internacionais desportivos e culturais contando também com as escolas e as populações mais jovens;
- f) Cuidado com os restos mortais e sítios funerários ou de homenagem aos militares falecidos em conjunto com a população mais jovem;
- g) Criação e preservação da memória coletiva dos despojos das guerras e dos seus combatentes através de museus, atividades e outros monumentos históricos e culturais, com a restauração dos mesmos e manutenção por parte dos veteranos;
- h) Expansão das suas conexões com outras associações pelo mundo, com particular destaque na sua participação internacional em ações de carácter humanitário e de caridade e na atração de novas organizações que possam contribuir para os seus propósitos, cooperando.

Como se verifica, em traços gerais, esta união visa principalmente ir de encontro às recomendações que a própria World Federation of Veterans propõe, mas promove também com bastante ênfase a cooperação com a população mais jovem, não apenas na criação e preservação dessa memória através de idas às escolas ou de programas e atividades, mas, igualmente, de encorajar nos trabalhos referentes aos campos de batalhas, monumentos funerários, culturais e históricos.

Na Rússia, tal como na maioria dos países, as políticas referentes aos veteranos necessitaram de partir do momento em que se faz uma revisão da legislação referente às suas forças armadas. É nessa legislação que a Rússia iria determinar as condições para que se alcançasse o estatuto de veterano bem como em termos de deficiência causada pelo serviço militar. No caso russo, logo após a Grande Guerra Patriótica (1941 -1945) os veteranos passaram a usufruir de direitos em questões de educação e de empregabilidade, no caso dos feridos e incapacitados recebiam uma indenização e uma pensão, porém nos anos 60 essa política

viria a dar lugar a uma outra em que viam os seus privilégios sofrerem um aumento, pois os seus direitos alargaram-se em termos de saúde, habitação, transportes, impostos, serviços e assistência aos deficientes, mas existindo a diferenciação destes militares que participaram na Grande Guerra Patriótica e de todos os outros, que neste segundo caso, não eram considerado veteranos, que só viria a ser alterado com a participação na Guerra do Afeganistão.

Nos dias de hoje e com novas guerras e conflitos, a política russa que foi alargando o seu conjunto de benefícios focando-se no bem-estar dos seus combatentes auxiliados em grande medida pelas associações que hoje se encontram na União continuam a demonstrar que à medida do tempo e das necessidades foram alargados aos poucos, tentando responder às problemáticas socioeconómicas dos combatentes e das famílias, necessitando muitas vezes da reivindicação dos mesmos. Existe uma espécie de estratificação dos mesmos, dado que os veteranos daquela que foi a Grande Guerra Patriótica foram auxiliados pelo governo federal e os restantes são auxiliados pelas autoridades locais, a quem o Estado delegou essas funções.

### **3.3.2 Reino Unido**

O Reino Unido adotou uma estratégia para os seus antigos combatentes (HM Government, 2020). Referenciando o facto de que a guerra é para as mais recentes gerações um período algo longínquo na sua história, mas evidenciando que apesar de não existir essa “realidade” quem nelas combateu, existe e precisa de ser enaltecido pela sua coragem, sacrífico pelo seu serviço ao país e pelo período após, ou seja, pelo período de reintegração. O país ficou assim incumbido de lhe demonstrar gratidão, respeito e suporte. Sendo essas as grandes três palavras-chave da sua política face aos seus veteranos.

Em 2018, recordando que a estratégia se encontra na sua fase de implementação (2019 a 2021) existiram dois marcos significativos para que a mesma conseguisse ter uma implementação mais harmoniosa, sendo eles: A aprendizagem retirada de uma pré consulta pública e o estabelecimento do organismo Office for Veterans Affairs. Desta forma conseguir-se-ia uma aproximação às necessidades e carências do veterano de uma forma mais pessoal, considerando com a ressalva de que esta estratégia é apenas uma estratégia inicial daquilo que ainda poderão fazer, demonstrando, assim, uma necessidade de ir sempre de encontro à melhoria das condições e de uma aprendizagem com o passado para assegurar as novas gerações numa ótica de positividade perante essa figura, reconhecendo-a como parte integrante da sua sociedade, sem cisões entre os mesmos.

Uma das grandes diferenças face a outros países é o horizonte desta visão que iniciando-se a 2018 irá por um período de dez anos, ou seja até 2028 atender às necessidades dos veteranos e para ter em conta o alargamento à nova geração de veteranos, bem como da própria sociedade onde se inserem.

Os princípios são:

- a) Os veteranos são os primeiros e importantes cidadãos que beneficiam a amplitude da sociedade;
- b) Os veteranos são encorajados e habilitados a fim de se maximizarem e aumentarem o seu potencial;
- c) Os veteranos conseguem aceder ao apoio e auxílio das suas necessidades através de serviços de voluntariado e públicos.

Desde o ano de 2018 “The Government has committed in the Queen’s Speech and its manifesto to go further than the consultation responses and deliver even more for veterans” (HM Government, 2020, p. 7). Deste modo, o governo britânico adotou como linhas gerais uma redução das contribuições para aquele que é o seguro nacional para empregadores, caso empreguem veteranos, a introdução de um cartão denominado como Veteran’s Railcard, a garantia de que a todos os empregos que se candidatem no setor público irão a uma entrevista e nova legislação em relação às forças armadas. E, assim em conformidade com esses princípios gerais, o governo britânico veio, mesmo ainda antes do plano ser aprovado apostar na identificação da população que se encontra a servir ou já serviu nas suas forças armadas através dos Censos, consultas públicas para guia de um novo estatuto, um cartão para todos os veteranos que abandonaram as forças armadas desde 2018, suporte económico, a possibilidade de permanência dos veteranos no serviço de acomodação até doze meses depois da sua alta, atenção à instabilidade mental, apoio e suporte a todos os militares em operações fora do Reino Unido, investimento em estudo e análise acerca das taxas de mortalidade, causas dos suicídios para todos os militares que serviram durante o período de 2011 a 2014, aumento na colaboração solidária entre o governo e as forças armadas, intensificação da assistência médica em termos mentais, suporte e assistência mais amplos após o período da sua integração nas forças armadas e apuramento de questões legais.

Para além de todas estas ações levadas a cabo, o governo britânico previamente à implementação da estratégia anexou medidas como o estabelecimento do organismo Office

for Veteran's Affairs, medidas no âmbito da educação para combatentes quer em termos de prossecução dos estudos como estudos profissionalizantes ou vocacionais, o Veterans Bursary into Teaching, a ida de veteranos às escolas implementando uma ação de sensibilização pela paz e segurança, com uma aposta na partilha de experiências e na partilha da memória de guerra. Na área da saúde apostou-se na necessidade de tratar cada vez mais cedo e de identificar as doenças do foro mental com particular ênfase para o stress decorrido de um acontecimento traumático através dos serviços prestados pelos Veterans' Mental Health Transition, Intervention and Liaison Service, Veterans' Mental Health Complex Treatment Service, Veterans' Mental Health High Impact Service, Veterans Trauma Network e a Integrated Personal Commissioning for Veterans Framework (na fase de transição). Para além disto, existe um programa de cuidados personalizado para todos os veteranos que tenham as suas condições de saúde diminuídas e deficiências, um programa para que tenham acesso a próteses, melhores auxílios em termos de habitação, emprego e até mesmo o uso indevido de álcool. O convénio de cuidados de saúde e o "Veteran-friendly GP practice accreditation scheme", o "Step into Health" em relação à empregabilidade e os "Veterans ReGroup Pathfinder Service" que abrange todos os veteranos que estão a cumprir pena criminal, com comportamentos criminais e todos os que findaram de cumprir a sua pena, de modo a reintegrá-los de forma harmoniosa na sociedade.

Em termos de trabalho e pensões os avanços dados que podem ser destacados de forma positiva são iniciativas como as "Armed Forces Champions" que se encontra disponível a operar nos centros de emprego, para além disso apesar de auferirem de pensões não possuem valores reduzidos no crédito universal. Os veteranos têm ainda o mecanismo à sua disposição um pagamento a todos os que sofreram lesões graves como resultado do seu serviço militar entre abril de 2005 e abril de 2013 através do "Armed Forces Independence Payment" e para além disso, ainda existe o "Work and Health Programme" em que se incentiva à procura e oferta de empregos a antigos combatentes. No âmbito da defesa, propriamente dita pode-se evidenciar o "Integrated Personal Commissioning for Veterans Framework" que auxilia a reintegração dos mais feridos, o "Veterans Welfare Service" e os "Vets UK Helpline" que pretende auxiliar nos cuidados que os mesmos necessitem, para além disso existem a concessão de medalhas e serviços de forma a reintegrá-los na sociedade bem como as suas famílias denominadas como "MOD Medals Office", "Defence Transition Services" e a "Defence Holistic Transition Policy". A isto acresce uma cooperação entre diferentes

organismos e organizações de modo que os veteranos sejam compreendidos utilizando o “Defence Relationship Management”, “Employer Recognition Scheme” e o “Directorate of Defence Communications”. A par de tudo isto existe também o dia das Forças Armadas desde o ano de 2006, as estatísticas acerca de vários temas da defesa, permitindo um estudo da integração e reintegração dos militares na nova vida civil, a título de exemplo, entre outros. Conhecendo a realidade de muitos veteranos que se tornam sem abrigo, o governo britânico promove uma isenção por um período de cinco anos depois de terem cumprido o seu serviço na atribuição de um alojamento denotando a sua mobilidade através do “Local-connection exemption”. No caso de alojamento social, os mesmos também possuem particular preferência no seu acesso e o “Duty to Refer” veio tentar combater a problemática dos sem abrigo, agindo e determinando logo a partir do primeiro momento em que os veteranos saem do serviço, sendo os mesmos sinalizados com as condições mais precárias, pelo Ministério da Defesa. Em termos de justiça as necessidades dos veteranos continuam a ser atendidas através de serviços especializados mas também através de um treino específico para as prisões e para os seus funcionários, a existência de uma monitorização e acompanhamento com a finalidade de os reabilitar e posteriormente reintegrá-los na comunidade e com o “Veterans in Custody Support Officer” de forma a auxiliar os veteranos sob custódia judicial bem como as suas famílias, em termos de rendimentos, auxílio em caso de saúde e ainda importa referir a política de “Endeavour Unit” que aloja veteranos ao lado dos prisioneiros de forma a que estes possam ser encorajados através dos seus comportamentos em termos de autodisciplina, o apoio para retomar as suas vidas e a fomentar o respeito e colaboração.

Do plano de ação para os anos de 2019 a 2021 podem-se destacar um fomento de uma maior cooperação entre o governo e organizações de veteranos, um aumento de *jobcentres* de forma a responder ao problema da empregabilidade, a questão da habitação social e a melhoria ou melhor entendimento e divulgação das perceções da figura do veterano.

### **3.3.3 Dinamarca**

A definição que o país utiliza para classificar o seu veterano demonstra ser uma definição com uma clara perspetiva e visão bastante positiva da figura do veterano. Essa visão positiva, podendo até considerar-se bastante enaltecadora dos seus feitos traduz-se numa política levada a cabo pelo país, bastante positiva dado que se baseia no reconhecimento do veterano enquanto um indivíduo que presta um serviço à Pátria, tal como é demonstrado pela

importante ressalva: " Veterans deserve recognition for their extremely important service to Denmark." (Danish Ministry of Defence, 2016, p. 1)

Na política nacional dinamarquesa tendo essa visão, existe a clara pretensão de também se demonstrar ter uma atitude positiva em relação aos combatentes e aos antigos combatentes procurando um apoio não apenas ao nível estatal, mas também noutras escalas regionais, bem como em conjunto com diferentes tipologias de organizações diretamente ou indiretamente ligadas aos veteranos. Porém, não é apenas referido o indivíduo combatente, mas também as suas famílias, destacando-se o papel das mesmas não apenas em termos da integração do indivíduo no seu retorno do teatro de guerra, mas também da própria reestruturação familiar e integração na mesma.

Este tipo de política surgiu em 2010 depois de um debate alargado não apenas entre o governo, mas também, com as diferentes regiões administrativas do país, a comunidade empresarial, as organizações voluntárias, associações, veteranos e também as famílias dos veteranos. Sendo, assim possível verificar que existe não apenas uma tentativa clara de calibrar a implementação da política com a realidade que é própria dos combatentes, existindo uma avaliação constante dos resultados da mesma, na tentativa de se ligarem as experiências dos combatentes com a política. É importante recordar que tudo isto no seu conjunto tenderá a influenciar o desenvolvimento de estratégias de *coping* benéficas por parte do combatente.

Existe nesta redefinição da política de 2010 um esforço no âmbito do mercado de trabalho civil e na questão do reconhecimento, da apreciação que passa não apenas por ser nacional, mas também familiar, a questão do prestígio. De acordo, com os estudos realizados na Dinamarca, os combatentes dinamarqueses que experienciam o Stress Pós-Traumático são entre os 5% a 10%, necessitando de apoio dado que não se encontram mentalmente aptos para ingressarem no mercado de trabalho.

O primeiro grande pilar da política é o reconhecimento, não apenas em datas específicas, mas também de uma forma diária, conforme demonstrado no documento referente ao mesmo (Danish Ministry of Defence, 2016).

- a) O dia nacional de hastear a bandeira a 5 de setembro;
- b) Aproveitamento das competências dos veteranos e da sua experiência no sistema educativo;

- c) Apoio às organizações de voluntariado para que se consiga continuar a aumentar o conhecimento e a desenvolver uma rede de partilha com os veteranos, através de reuniões locais.

Existe uma particularidade nesta política que é a dimensão temporal, dado que não é uma política que se baseia apenas com o limite temporal do depois da guerra ou teatro de operações onde os militares estiveram destacados, mas também antes do seu destacamento e durante o mesmo. E, se no período anterior a essa deslocação o principal propósito será uma intervenção a fim de melhorar a sua capacidade psicológica com a finalidade de melhorar a sua capacidade de resiliência e de resistência psicológica, mas também com a finalidade de estarem preparados para o que irão enfrentar, tal como durante o processo. No período do retorno o processo de suporte psicológico tenderá a ser importante para que o militar regresse à sua vida civil e se volte a integrar na mesma, tentando que o regresso seja o mais harmonioso possível, considerando que este tipo de apoio psicológico é também oferecido aos familiares, nos mesmos limites temporais.

Existe uma noção de que os comandantes das forças possuam certas qualidades como a gestão de crises e a própria gestão do stress para que consigam auxiliar os seus colegas/subordinados.

A grande aposta desta política acaba por ser a procura disso mesmo, de uma transição o mais harmoniosa possível da vida do militar depois de destacado para a vida dita "normal".

Ações como:

- a) Disponibilização da informação de como aceder ao apoio psicológico quer ao militar quer à sua família;
- b) No caso de os militares permanecerem sob a alçada do Ministério da Defesa terão o suporte de colegas e a supervisão de comandantes para os auxiliar nesse processo, aos poucos, gerindo essa transformação consoante o próprio tempo em que ocorre a mesma e os inputs e outputs que a mesma gera;
- c) No caso dos militares que deixam o Ministério da Defesa, depois de um curto espaço de tempo devem ser informados do leque de opções que existe em termos

educacionais e em termos de auxílios em termos de sistema educacional civil bem como em termos de mercado de trabalho;

- d) Apoio contínuo psicológico aos militares que combateram, não tendo um carácter de obrigatoriedade;
- e) Apoio contínuo aos familiares dos militares que combatem.

O segundo grande pilar é dedicado às famílias considerando-se que estas sendo o núcleo com que o combatente lida mais, a primeira célula onde ele se insere. Existe a ideia e a preocupação de que a família deverá ser apoiada mesmo antes da partida do militar e deverá ser dada assistência à mesma durante a preparação, durante a missão do militar e no período após a sua missão. Às famílias deverá ser oferecido apoio psicológico e encorajado o diálogo entre a família, os militares e o apoio psicológico, com cinco grupos de suporte familiar estabelecidos com sucesso no ano de 2019.

Um terceiro pilar é o suporte aos feridos dado que é verificada a necessidade de apoiar os veteranos feridos primando pela eficácia e a adaptação e aproveitamento dos recursos próprios dos veteranos para que eles se possam adaptar mais facilmente à sua nova realidade.

Nesta política existe a ideia de que sobretudo os veteranos feridos, deverão ter um suporte que lhes permita ver para além das suas mazelas físicas e os esforços para além dos médicos, vão de encontro às necessidades sociais e as de emprego, que é uma particular preocupação. Importa referir que as mazelas físicas e psicológicas que adquiram com a sua participação nas missões militares são mazelas que poderão prejudicar gravemente a sua vida familiar, social, mas também profissional. Talvez, importe recordar que uma das causas mais preocupantes no âmbito das estratégias de *coping* é precisamente essa carência de emprego que leva a uma intensificação das estratégias de *coping* negativas.

Nesse sentido, o "Veteran Center" que o Ministério da Defesa Dinamarquês criou visa aproveitar a função de empregabilidade do próprio, mas dirigido para uma continuidade no desenvolvimento de novas formas e coordenando a integração dos combatentes em empregos que consigam, realmente, auferir das capacidades que eles possuem, ajudando-os no esforço da sua empregabilidade. Para além disso, este mesmo centro disponibiliza de forma gratuita a app PTSD para os veteranos, numa ótica de aprendizagem, dar informação e a gerir de forma pessoal e diária a sua condição e a verificar a sua própria perceção em relação à doença.

Para além disso, existe um fundo coordenado pelo Ministério da Defesa Dinamarquês que possui como principal objetivo compensar em termos monetários os militares que forem destacados para as missões. Esse valor é independente de outros que os militares possam usufruir e serve sobretudo como cobertura de quaisquer lesões ou ferimentos que os militares sofram durante a sua permanência nas missões, para onde são destacados.

Esta política é uma política como se pode verificar que possui na sua base uma responsabilidade partilhada entre um vasto conjunto de instituições a fim de assegurar que os veteranos e seus familiares tenham o apoio necessário e, que para além disso, sejam colmatadas todas as suas necessidades e de uma forma cada vez mais inicial e na ótica de uma prevenção. Portanto, utilizando toda a natureza de estruturas existentes é dada a oportunidade de se explorarem as capacidades e qualidades dos veteranos e de não apenas ser a comunidade a retribuir-lhes, mas, igualmente, cada um deles a retribuir à comunidade, em diversos níveis. Pois, mesmo que os veteranos não pretendam possuir um auxílio por parte do Estado, poderão contar com outras organizações, até mesmo as voluntárias, permitindo-se assim também o desenvolvimento de um papel do veterano perante a sociedade de uma forma mais integrada e, também de partilha e troca de experiências.

### **3.3.4 Croácia**

Tal como outros países pertencentes à Europa, a Croácia é um país que possui como parte da sua história diversos conflitos e participações, não só em conflitos nacionais como também em conflitos internacionais dos quais podemos destacar não apenas a 2ªGM como a guerra da independência (antiga Jugoslávia), o conflito na Bósnia, etc. Tal como em todos, uma parcela da população chamada a combater no seu regresso regressou com mazelas físicas e psicológicas advindas da participação nas guerras, para além do número de mortes. Existe uma frase que destaca a forma como a Croácia e as políticas levadas a cabo que é: “The soldier is the ideal citizen, and the veteran deserves special rights for making the state.” (Dolenec, 2018, p. 56) demonstrando que existe uma política de cultivo de memória e de enaltecimento do veterano. Foi em 1994 que o governo viria a legislar e a determinar os direitos dos veteranos e das suas famílias e viria a ser em 2004 que um conjunto de cerca de 37 iniciativas viriam a conjugar os seus esforços para responder às necessidades dos mesmos em termos de pensões, compensações em termos de deficiências, escolaridade, empregabilidade, garantia de entrada na universidade, etc. Estes benefícios viriam ao longo do

tempo a serem alargados, sendo que no ano de 2017 foi permitido um novo conjunto de direitos como: “the possibility to register as a war veteran, reduced the retirement age, extended the rights of family members to inherit veterans' pensions, introduced mandatory financing of veterans' associations, as well as a number of other social benefits.” (Dolenec, 2018, p. 63).

A Croácia possui uma fundação com foco nos veteranos e nas suas famílias com o objetivo de uma melhoria das suas vidas, com particular importância para os aspetos económicos e materiais dos mesmos, tendo em atenção as situações mais difíceis que impossibilitam as condições de vida dignas, apesar das medidas governativas. Esta fundação nasceu em 1992 com a denominação de Associação de Voluntário e Veteranos da Guerra Patriótica da República da Croácia, que nos dias de hoje possui bastante expressão com vinte e uma organizações membros e oitenta clubes sociais que têm vindo a assumir um papel de extrema importância como consultor e conselheiro dos governos para que as políticas sejam o mais eficaz possível não apenas para os veteranos e as suas famílias, mas, igualmente, para um desenvolvimento regional que permitirá intrinsecamente qualidade de vida aos veteranos e famílias.

De uma forma mais recente, a preocupação tem vindo a ser mais demonstrada com o stress pós-traumático e nesse sentido as políticas levadas a cabo na Croácia têm tido particular foco nessa mesma questão, procurando defender ao máximo os combatentes que sofram desta condição. Aqui, tal como já foi referido cabe um papel de extrema importância da fundação croata onde a sua participação na nova alteração ao plano estratégico que determina as políticas levadas a cabo bem como os seus limites temporais com a cedência de novos programas e benefícios, em que o presidente da mesma acabou por sugerir alterações nos protocolos para beneficiar e melhorar as condições de trabalho e a questão do ganho de deficiência decorrente do seu serviço militar, permitindo que se possam candidatar aos apoios e a esse mesmo estatuto, novamente. Das iniciativas levadas a cabo podem identificar-se o estudo realizado para determinar a qualidade de vida dos veteranos croatas que se encontram a ser tratados e acompanhados que sofrem de stress pós-traumático e, depois disso os resultados do mesmo foram divulgados perante a opinião pública demonstrando que ainda existe uma fraca capacidade de resposta a todos estes veteranos que possuem esta condição que os acaba por incapacitar, dado que os mesmos demonstraram sentimentos e emoções como o desconforto emocional, falta de comunicação, isolamento e outros sentimentos

negativos bem como eventuais estratégias negativas de combate ao *coping*. Nesse sentido, demonstra-se uma área que ainda terá de ser trabalhada com mais atividades e as mesmas organizadas e integradas, com grupos de terapia, workshops e divulgação de informações, no fundo a aposta na educação para a compreensão da problemática e no combate de uma forma positiva à mesma.

### **3.3.5 Suécia**

Na Suécia a figura do combatente sofre uma espécie de dicotomia: “Reflecting the marginal role of the SAF in society, Swedish soldiers have until recently been rather absent from the public domain – and rarely celebrated. While veteran bodies certainly have existed in Sweden for a long time, the term ‘veteran’ was hardly ever employed in Swedish defence discourses, and rarely associated with the military institution.” (Strand, 2018, p. 2).

Esta visão acaba por traduzir-se num conjunto de medidas tardias de forma a procurar responder a algumas das necessidades dos seus veteranos ou acreditar que os mesmos fossem celebrados, sendo que até o próprio termo só surgiu muito recentemente nos discursos no setor da defesa. O que originou essa mutação nas forças Armadas suecas, dada a transição para um corpo de forças armadas com foco no regime de voluntariado. Assim, com estas alterações era necessário promover interesse e dar resposta às necessidades dos seus combatentes e porventura, legitimar, igualmente, as missões internacionais onde os mesmos participam, assim a partir de 2010 instituiu-se o dia nacional do veterano, um monumento oficial, hoje contam com mais de 24 monumentos, ao veterano e novas medalhas para os mesmos.

O veterano sueco é distinguido pelas autoridades políticas mais importantes do país com um carácter altruísta, destacando-os assim de todos os outros cidadãos suecos. A imagem do veterano sueco vem, igualmente, acompanhada de um carácter valorativo para o mercado de trabalho civil e como recursos fundamentais da própria sociedade. Nesse sentido, tem-se fomentado seminários, workshops e alguns projetos onde a cooperação entre a indústria sueca e militares em regime de part-time se faz sentir, sendo o caso mais sonante, o caso da colaboração com a companhia privada Military Work que se foca em transformar os militares atraentes para o mercado de trabalho civil. Para além de benéfico em termos de empregabilidade fomenta-se, assim, então, o trabalho social e a responsabilidade social.

Tal como noutros países, a par desta iniciativa surge um cartão específico para veteranos que lhes oferece descontos e outras ofertas nas empresas.

Com esta nova política e esta nova visão, o número de associados nas associações de veteranos aumentou, com cerca de 700 membros logo nos primeiros meses de 2019 distribuídos em 29 associações. No dia do veterano foi para além do dia da bandeira nacional e das medalhas destinadas a todos os feridos em combate, é também selecionado o veterano do ano. Para além disso, são promovidos encontros entre os veteranos sendo o mais destacado o “Halmstad OS26” com a presença de outros países, a marca dos veteranos, o Dia da Família, o Tour para os veteranos nórdicos, o dia das Nações Unidas, o “Veteran Tattoo” e ainda um suporte quer em formato de reunião quer em formato individual, através do “Comrade Support” e “Support Reunion”, respetivamente.

### **3.3.6 Noruega**

Tal como noutros países nórdicos e europeus, o plano levado a cabo na Noruega é um plano que pretende assegurar as condições antes, durante e depois do serviço militar. Na ótica norueguesa, a figura do combatente e a importância deste plano advém das suas contribuições para assegurar a paz e a estabilidade, mas igualmente da prossecução dos seus interesses nacionais e da sua responsabilidade para assegurar essa mesma paz, segurança e estabilidade no plano internacional. Impõe-se, assim, portanto, a necessidade de reconhecer o esforço dos seus combatentes como uma forma de agradecimento e de incentivo a todos os que pretendem ou irão ingressar nesta carreira. Sendo assim, a par desta imagem positiva existe a responsabilidade que o Estado adquire na reintegração dos seus veteranos, não apenas nas suas famílias ou na sociedade, mas igualmente em contexto profissional, porém também em termos das suas doenças quer físicas quer psicológicas adquiridas no contexto de serviço militar, possuindo um total de 126 iniciativas.

Os objetivos primários podem traduzir-se em:

- a) Melhoria do reconhecimento social;
- b) Melhoria no acesso, qualidade e provisionamento de cuidados de saúde;
- c) Redução do risco de ferimentos, com especial atenção aos psicológicos;
- d) Reabilitação dos feridos e incapacitados;

- e) Melhoria na educação e transmissão de informação às famílias, na melhoria da sua reintegração;
- f) Estreitamento da cooperação internacional;
- g) Chamar a sociedade;
- h) Coordenação e cooperação de diferentes organismos, instituições e entre setores.

Em termos de medidas, temos logo a questão do reconhecimento não apenas em termos de veterano, mas também da família do mesmo e que o mesmo seja visível, por isso, dessa forma existem dias especiais com cerimónias e medalhas. É, portanto, de destacar o dia oito de maio como o Dia Nacional do Veterano, o primeiro domingo de Novembro o Dia da Memória das Forças Armadas com a apresentação de medalhas e sempre que os militares tombados regressam nos seus caixões á sua terra natal, neste caso, a Noruega os dirigentes do país, apresentam-se na cerimónia. Para além disso, em termos de iniciativas podemos ainda referir os memoriais, a existência de exposições de carácter permanente sobre as operações internacionais e os militares destacados, uma melhoria e compreensão do processo de morte e luto nos conflitos e o financiamento aos veteranos e às instituições que representam os mesmos. Importa referir a importância do centro de veteranos sediado em Baereia de forma a oferecer os cuidados de saúde e recreativos aos veteranos e suas famílias, em que se oferecem cursos, workshops e seminários para os veteranos e também de veteranos, de forma que possam também auxiliar outros veteranos e suas famílias que se encontram deslocados ou se irão deslocar para missões. Essas missões terão de ser cuidadosamente estudadas em diversos aspetos de forma que não só tenham cuidado e favoreçam os militares que irão ser destacados como também os mesmos sintam que as mesmas são legítimas e que o seu contributo é fundamental às mesmas com uma causa substancial para atingir o bem comum, sem de forma alguma invalidar a defesa nacional. Para além disso, as FA melhorarão e terão em conformidade as condições, qualidades e outros aspetos como os psicológicos na seleção dos seus recursos humanos para o conflito e o acompanhamento feito é um acompanhamento no período anterior, durante e após o seu deslocamento, sem esquecer os treinos de forma a que eles se consigam adaptar e melhor responder aos desafios que a missão lhes vai colocar, sobretudo, também, tendo em conta a prevenção ou a aferição dos sintomas, o mais previamente possível do stress pós-traumático. As famílias terão acesso a toda a informação possível acerca das missões, mas também de como proceder sem o seu membro familiar no decorrer das mesmas, os seus direitos, atividades, suporte e assistência com veteranos feridos,

bem como o fomento de encontros entre famílias, sobretudo esposas. Uma melhoria é estreitamento das relações com os media.

Outra medida que tem importância a ser evidenciada é a concessão de apoio psicológico e psiquiátrico a todos, independentemente dos anos passados, desde o seu deslocamento, para além disso, existe um programa com uma espécie de *follow-up* no decorrer de um ano após o seu regresso de forma a prevenir e a encontrar cada vez mais cedo possíveis condições físicas e psicológicas, cujo esforço está compartilhado com outras iniciativas e programas, de forma a oferecer-lhes apoio, aconselhamento e de uma forma personalizada. Em termos de compensações, afirmar-se um regime compensatório especial e tudo fazer e assegurar uma reintegração na empregabilidade civil satisfatória e com a cooperação e desenvolvimento com o auxílio das organizações e associações de antigos combatentes. E, além desta cooperação de nível nacional, existe também a preocupação e o fomento na cooperação internacional, melhorando assim com outros exemplos as suas próprias políticas e assegurar que todos os veteranos conseguem ver as suas necessidades estabelecendo, igualmente, um conjunto de parcerias com outros países como a Dinamarca de forma a melhorar o recrutamento de médicos especialistas para auxiliarem os veteranos e todos os combatentes em missões.

Existe ainda um particular interesse em garantir benefícios e direitos para os civis que se encontrem a trabalhar para as forças Armadas norueguesas e, nesse sentido podem ser evidenciados o “colleague support” de forma a ser um auxílio de primeira linha para todos atuando no impacto psicológico, traumático, “rest and recuperation” com atividades de forma a terem impacto numa maior motivação e performance, os check-ups médicos de uma forma regular e os seminários com a temática do stress. Uma grande particularidade no regresso é o cuidado e incentivo dos combatentes se reunirem com as suas crianças e as mesmas com os combatentes que regressam. Todas as medidas em termos de implementação e de avaliação e eventual calibragem são feitas por cada um dos setores individuais nas suas respetivas áreas, considerando que conjuga esforços com o grupo de trabalho interministerial e o grupo de avaliação é os grupos dos projetos pilotos, levados a cabo em relação às famílias e cuidados de saúde psicológica. Um destes projetos que pode ser destacado é o “Knut Ostboll” que opera em todo o país que oferece a possibilidade da partilha de experiências e contactos com outros veteranos, suas famílias e amigos acerca das suas experiências, desafios e tudo o que possa ser relacionado com os seus anseios e preocupações com o serviço em operações militares, sendo o mesmo operado por voluntários.

## **Capítulo 4 – Particulares dimensões positivas no combate ao Stress Pós-Traumático/ Estratégias de *Coping***

Neste quarto capítulo são exploradas duas dimensões positivas no combate ao stress pós-traumático: a atividade física e o sistema de crenças e orações. Nesse sentido é feita uma breve introdução à atividade física, com uma importância significativa para o conceito de saúde, mostrando-se importante a aptidão física para a seleção de oficiais e sargentos do quadro permanente. É feito um apanhado dos contributos para o bem-estar físico, psíquico, mental e social da atividade física e a demonstração da relação entre a resistência psicológica e o desporto.

No sistema de crenças e orações é feita uma contextualização histórica do papel da religião católica para Portugal, desde o início da sua fundação, bem como a caracterização enquanto uma fonte de coesão e integração social. Para além disso, é feita uma contextualização da assistência religiosa nos exércitos, com particular foco em Portugal. É assumida a importância da espiritualidade e religião na gestão do stress dos militares, partindo do exemplo da 1GM bem como a perceção do poder divino e a sua persuasão na superação do trauma e a importância no suporte à reintegração.

### **4.1 A atividade física**

De acordo com Anunciação (2010) a forma como os combatentes que sofrem de stress pós-traumático lidam com a doença varia em dois tipos de estratégia: As estratégias negativas e as estratégias positivas. Tal como o próprio nome indica: as estratégias negativas tenderão a conduzir os pacientes a consequências negativas, ao passo que as positivas conduzirão os pacientes a consequências positivas. É referido pelo mesmo autor que uma dessas estratégias positivas, auxiliando na redução da ansiedade é a prática de “atividades de distração positiva” onde poderemos encontrar a prática de desporto e todas as outras atividades recreativas, artísticas, de forma a melhorar o seu humor ou “(...) permitem que haja uma certa distração e temporariamente, desligue, de pensar nos seus problemas.” (Anunciação, 2010, p. 125).

É nesse sentido que a mudança no estilo de vida do combatente escolhendo praticar com alguma regularidade atividade física permite, no caso de sofrer da doença, melhorar o seu estilo de vida. Pois, possibilita a redução da sua tensão física, que, para além de o distrair dos

pensamentos negativos associados à sua condição e permitem que este aumente a sua autoestima e autoimagem bem como o fomento de um maior autocontrolo.

A OMS com o seu Plano de Ação Global para a atividade física 2018-2030 (Organização Mundial de Saúde, 2018) veio procurar intensificar e atribuir uma especial relevância à prática de atividade física considerando que o mundo, com o passar dos anos, se tem tornado mais inativo o que tem levado a um aumento de doenças crónicas cardíacas, acidentes vasculares cerebrais, diabetes, entre outros. Este plano que destaca a importância da atividade física pretende apoiar os países a reduzir a inatividade física até 2030 em 15%.

Uma das medidas é a criação de um programa de oportunidades para todas as pessoas e os seus diferentes contextos, onde poderão ser integradas todas as pessoas que sofram de stress pós-traumático dado que entre os seus benefícios poderemos encontrar um incremento do bem-estar e da qualidade de vida, da saúde mental e do funcionamento cognitivo. Mais recentemente foram feitas novas recomendações da OMS para a atividade física e o comportamento sedentário para diferentes faixas etárias. Virando o nosso foco para a população adulta e idosa, as recomendações passam pela prática de uma atividade física regular, com uma duração entre os 150 e 300 minutos de atividade aeróbia moderada ou 75 a 150 minutos de vigorosa, à qual acresce por dois dias da semana as atividades de fortalecimento muscular de intensidades moderadas ou superior. Para os idosos, as recomendações são idênticas, acrescentando à prática de atividades físicas multimodais e o treino de força por três dias durante a semana. No caso da existência de doenças crónicas, como poderá ser o caso do stress pós-traumático, quer para adultos quer para idosos as recomendações passam pelas mesmas que recomendam à faixa etária dos idosos.

A atividade física sempre se encontrou ligada à instituição militar, sendo de suma importância para o militar, pois até se encontra com especial evidência nas condições de promoção o particular destaque à aptidão física e psíquica adequadas no art.58.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas e o foco interessante nas Provas de Aptidão Física ou PAF que são uma componente a ser analisada na apreciação ao militar ou ao futuro militar.

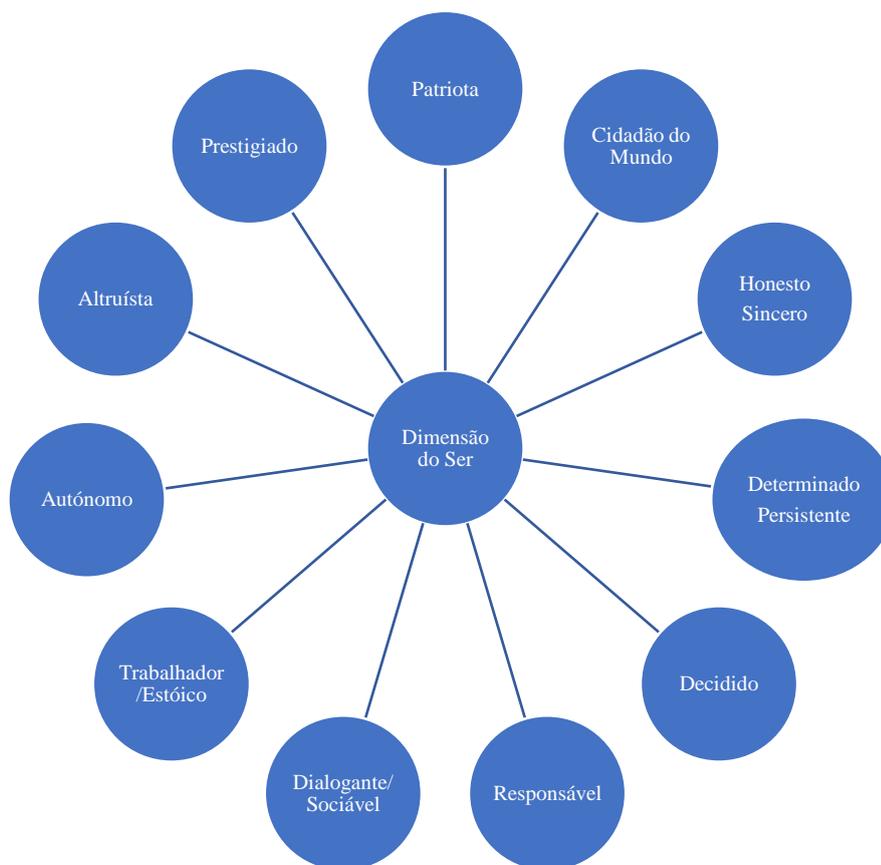
“O combatente assume um papel essencial no campo de batalha, sendo colocado em condições de grande insegurança e submetido a um stress extremo, continuando, no entanto, a exigir-se-lhe um empenhamento moral, físico e psíquico total; onde o erro

não é desculpável, tendo como preço a própria vida e/ou a vida de outros camaradas”  
(Pedro, 2004, p. 1).

Assim, podemos encontrar uma atividade física que não só proporciona ao indivíduo um incremento do seu bem-estar e uma melhoria em termos de gestão de stress, mas, igualmente, oferece um incremento no carácter e no conjunto de qualidades necessárias para se ser um militar, digamos. Dado que, de acordo com o Regulamento de Educação Física do Exército os objetivos da prática da educação física militar passam pela melhoria e manutenção da aptidão física dos militares para cumprirem as missões a si atribuídas, o desenvolvimento do espírito de equipa, do valor moral, da valorização da atividade física, da formação e a promoção à prática de atividade física.

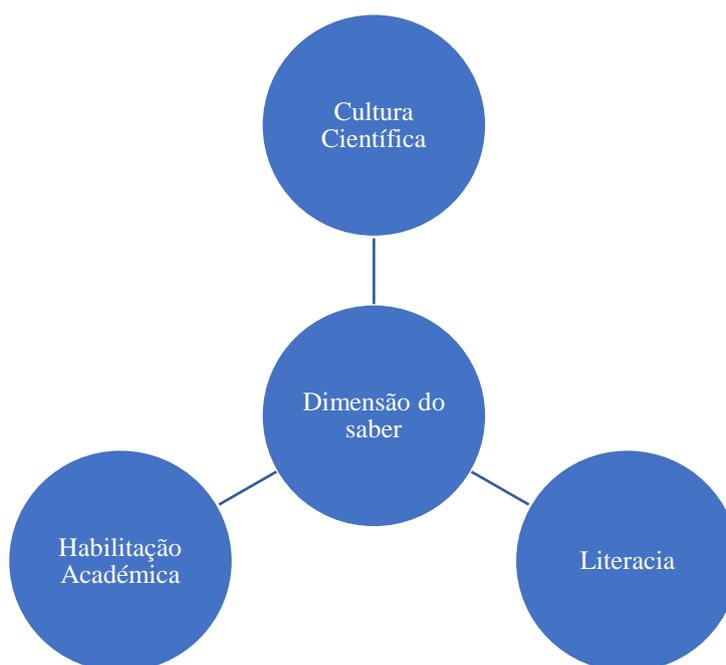
Existe um conjunto de fatores divididos por dimensões, entre as quais se encontra na dimensão das aptidões aquela que é a aptidão física que acabam por ajudar na seleção para oficiais e sargentos do quadro permanente e daquilo que será a imagem do cidadão militar, tendo em conformidade o quadro de novos desafios que enfrenta, bem como as mais recentes missões, como é possível verificar-se no conjunto de todas as dimensões do ser na figura 5. Para além dessa dimensão, existe a dimensão do saber, representado na figura 3, com a cultura científica, as habilitações académicas e a literacia dos militares. A dimensão dos fazeres, na figura 4 onde se encontra a sua ascendência, o seu comportamento ecológico, a sua excelência e o seu dinamismo/iniciativa.

Figura 2 - Qualidades e fatores na dimensão do ser



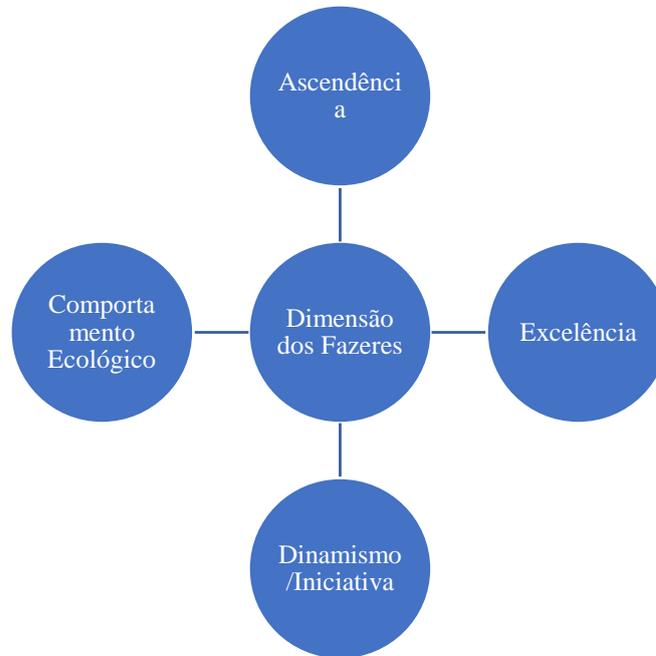
Fonte: Adaptado de CPAE (2005).

Figura 3 - Qualidades e fatores na dimensão do saber



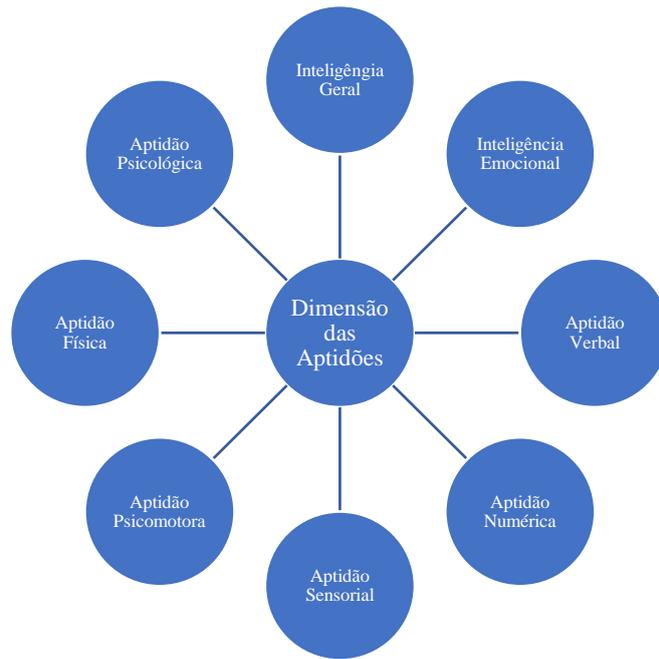
Fonte: Adaptado de CPAE (2005).

Figura 4 - Qualidades e fatores na Dimensão dos Fazeres



Fonte: Adaptado de CPAE, (2005).

Figura 5 - Qualidades e fatores na Dimensão das Aptidões



Fonte: Adaptado de CPAE (2005).

Na dimensão das aptidões, a aptidão física demonstrar-se-ia a partir das provas de aptidão física, da prática desportiva e do índice de massa corporal, sendo fundamental o desempenho de nível mediano ou superior.

No combate ao stress “é importante que todos reconheçam a sua existência e se desenvolvam programas de treino e gestão, orientados para o militar e para a Instituição como um todo, resultando em benefício máximo e produzindo uma combinação sinérgica desses dois elementos abordados” (Pedro, 2004, p. 22). O militar e por conseguinte os combatentes, face a todas as características e condições provenientes da sua carreira e especificidades das missões, onde se incluem a temporalidade das missões, com duração de meses e são confrontados com um combate por vezes mais isolado, a carreira militar pode vir a transformar-se numa das carreiras que mais causa stress aos seus trabalhadores dado que a própria vida militar e disciplina inerentes à profissão o obrigam a um elevado grau de compromisso para com os seus superiores, funções e colegas. Os principais geradores de stress nos militares são, de acordo com (Pedro, 2004):

- a) Adaptação a novas funções e alterações;
- b) Preocupações com a progressão nas carreiras e as transferências;
- c) Gestão financeira da família;
- d) Qualidade das relações com os colegas e os superiores;

- e) Adequação rápida a novas missões ou funções;
- f) Aptidão para novas missões.

Estes fatores vão atuar nos militares, alterando o rendimento dos mesmos a um nível individual que terá repercussões na instituição militar e, por conseguinte, também em todos os grupos onde os mesmos se integram, pois, o seu desempenho e a sua qualidade de vida torna-os extremamente vulneráveis, obrigando-os a ter estratégias de *coping*, que por vezes não são assim tão positivas, por serem por vezes meios mais fáceis de esquecer a dor, de uma forma momentânea. Nesse sentido, considerando que o stress obriga a que o indivíduo, reaja, é aí que entra a importância da atividade física para conseguir neutralizar essa reação ao stress.

#### **4.1.1 O que é a saúde?**

A saúde é um conceito que não se representa apenas pela ausência de doença mas identificando o corpo humano como uma verdadeira máquina, traduzindo-se numa situação de um completo bem-estar físico, psíquico e social, onde a atividade física se destaca, com clara evidência. A prática de atividade física é um comportamento benéfico e que ajuda à autorregulação do corpo humano, pois a saúde acaba também por se traduzir num processo contínuo com a necessidade individual evidenciada para evitar tudo o que sejam maus hábitos e procurem os bons hábitos, vigiando os seus níveis de saúde que estão de acordo com uma série de parâmetros.

Problemas como o stress pós-traumático e outros de âmbito psicológico como a ansiedade e a depressão causam danos à mente e levam a uma perda substancial da saúde do indivíduo, pois todas as instabilidades emocionais que o indivíduo vai sofrer irão interferir de forma significativa na sua qualidade de vida.

Necessitando-se, então, conforme tem sido levado a cabo para muitas doenças, a prevenção e a melhor avaliação dos casos e a preparação para o próprio futuro, tendo em atenção que estas doenças tenderão, por diversas características da sociedade e individuais, ver os seus números a crescerem.

#### **4.1.2 Contributos para o bem-estar físico, psíquico, mental e social**

Existem três níveis em que a atividade física se destaca, principalmente no controlo do stress que são, de acordo com (Pedro, 2004), o tratamento, a prevenção e o aumento do bem-estar.

No caso do tratamento ocorre a “queima os subprodutos da reacção ao stress que, de outra forma, poderiam ser prejudiciais. (...) Se não forem utilizados para a actividade física, para a qual foram destinados, os produtos da reacção ao stress, como a noradrenalina, tornam-nos muito vulneráveis às emoções nocivas, como o medo e a raiva;” (Pedro, 2004, p. 25) Já no caso da prevenção importa referir que “os sistemas corporais reagem à actividade física de forma similar, fortalecendo a habilidade para enfrentar, com eficácia, as exigências adicionais que surjam. O exercício físico, como medida profilática contra o stress, requer um padrão regular de exercícios” (Pedro, 2004, p. 25) O aumento do bem-estar dá-se através do fornecimento de “(...) benefícios psicológicos, porque unifica a mente e o corpo através de uma forma natural de expressão. (...) Os problemas do stress são, frequentemente, o resultado da ausência de equilíbrio entre a actividade física e a mental, devido ao sedentarismo, combinado com níveis elevados de stress acumulado” (Pedro, 2004, p. 25).

Tendo isto em atenção, podem-se destacar um vasto conjunto de contributos para o bem-estar físico, psicológico, mental e social que no geral permitem uma melhoria na qualidade de vida, dado que não só acresce a reserva de esteroides, alivia a tensão muscular, permite uma redução da dor, melhora o humor, dada a produção de endorfinas, ativa a possibilidade do indivíduo se sentir bem, ter maior controlo pessoal e eficácia, a distração do quotidiano e permite um maior companheirismo, dado que possibilita a criação de laços com outros em jeito de companhia, de reconhecimento, incentivo, entre outros.

Mais especificamente, em contexto militar o desporto prova ser um fator predominante na resiliência, que terá impacto não apenas na sua condição física e bem-estar mas no seu próprio desempenho, inclusivamente, conforme referido no processo de tomada de decisão, que poderá mostrar-se um processo mal sucedido que coloque em causa a missão e a própria vida e dos seus companheiros: “Os indivíduos mais aptos fisicamente possuem um aumento significativo de prontidão para a ação, maior resistência a doenças e maior capacidade de regeneração de lesões” (Parreira, 2020, p. 13). O facto de se praticar uma atividade física e de manter um bom nível de condição física permite ao militar ter uma maior consistência de resposta em momentos de maior stress, para além de que o facto de existir um treino físico

que promove uma determinada resistência, os soldados sobretudo em termos individuais irão possuir melhores resultados psicológicos e verem o seu stress reduzido, o que tenderá a influenciar a sua capacidade de ação nas novas missões a que se encontram sujeitos.

Tentando alargar esta prática aos antigos combatentes, sendo que a maioria dos mesmos se encontrou destacado na Guerra Colonial, a sua faixa etária é dos 60-69 para cima, sendo por isso uma população já envelhecida, a prática de atividade física mostra, também, um impacto bastante benéfico nas suas vidas, entre os quais podemos evidenciar o equilíbrio, a coordenação, o fortalecimento muscular e a melhoria da saúde geral, dado que com os níveis de resiliência também tenderão a reagir a eventos traumáticos de uma forma menos stressante, conforme nos demonstra Faustino e Neves (2020). É de notar que uma das medidas mais utilizadas para oferecer melhores condições de vida aos idosos é a prática de exercício físico e ao qual também se une o suporte social, mas que demonstra que os idosos, tal como já demonstrado noutras faixas etárias, quando possuem altos níveis de atividade física se mostram mais resilientes, dado que os mesmos acabam por utilizar outros mecanismos de resiliência para regularem a sua saúde mental, prevenindo uma maior incidência e uma melhor estratégia para lidar com eventuais doenças desse mesmo âmbito, das quais se pode falar do stress pós-traumático.

Através da prática de uma atividade física existe um foco especial na educação para todos os que a praticam compreenderem os processos de atribuição causal e, para além disso, no âmbito das emoções, são plausíveis de destacar, pois, o significado que se atribui a uma situação bem como a sua interpretação irá gerar e desenvolver as emoções que o mesmo viverá. A prática de uma atividade física regular permite que o indivíduo tenha, igualmente, contacto com aquela que é a sua zona individual ótima de funcionamento, onde encontramos o balanço que o mesmo faz das suas emoções, encontrando-se nesta zona, as pessoas acabarão por ter bons desempenhos e boas capacidades como nos diz Serpa (2021).

#### **4.1.3 A resistência psicológica e o desporto**

A resiliência é um conceito que surge muito associado aqueles que são os conceitos de ajustamento positivo e de *coping* pois estes acabam por ser o resultado da resiliência, ou seja, da resistência do indivíduo fazer face às situações de adversidade a que estará sujeito, entre os quais podemos identificar os eventos traumáticos.

“Pessoas resilientes distinguem-se de pessoas não resilientes, pela simples razão das primeiras desenvolverem capacidades de adaptação, que lhes possibilita lidar com as dificuldades, as adversidades ou os obstáculos passíveis de surgir na vida de qualquer pessoa, no núcleo social, familiar ou pessoal.” (Ferreira J. T., 2012, p. 6).

A resiliência possui uma estreita relação com o desporto, pois a resiliência desportiva traduz-se na capacidade que o atleta possui em superar os seus obstáculos pessoais e os obstáculos dados pelo meio que o envolve ou em competição, situações essas com que se depararão e terão de fazer uma boa gestão e ultrapassar, desenvolvendo, igualmente, todas aquelas características que são as psicossociais: “Estudos em 2018, definiram a resiliência como a capacidade de manter o funcionamento psicológico e fisiológico normal na presença de stress e ansiedade que um indivíduo possa vir a ter” (Parreira, 2020, pp. 8-9).

Apesar de tudo, a resiliência não é considerada por um conjunto de autores como inata, algo que nasce já com o indivíduo, mas que pode ser desenvolvida, sobretudo através daquilo que é a atividade física, ou desporto. É o desporto que tenderá a permitir ao indivíduo desenvolver um conjunto de características que vão promover a sua capacidade de resiliência, como:

- a) Controlo dos sentimentos;
- b) Disciplina;
- c) Comportamentos de forma a alcançar um conjunto de objetivos ou com foco nos objetivos;
- d) Reação ao sofrimento mais calma;
- e) Maior resistência à frustração.

Todas estas características que influenciarão o grau de resiliência permitem que o indivíduo se proteja e que vá procurar através desses comportamentos um conjunto de mecanismos, de forma mais positiva, que outros que não os contenham para lidar com todas as adversidades a que possam estar sujeitos: “A resiliência no desporto pode se transformar numa excelente ferramenta para superar com sucesso as dificuldades e os problemas da vida. Isso aplica-se a coisas que vão desde problemas quotidianos até problemas mais raros e aqueles que produzem o maior impacto emocional” (Gonçalves, 2021, p. 1)

Torna-se importante referir a resiliência neste contexto e associá-la à prática de atividade física e, por conseguinte, a uma estratégia de *coping* positiva, pois a adoção deste tipo de estratégia irá fazer com que o indivíduo se oriente para a resolução dos problemas ao invés do

evitamento, encontrando-se este tipo de estratégias benéficas para diminuídos níveis de stress pós-traumático, é de notar que de acordo com um estudo realizado em Portugal:

“(…) os militares envolvidos em missão de paz, que tinham estado sujeitos a níveis de estresse mais elevados, possuíam melhores indicadores de bem-estar geral, em comparação com os militares que não tinham estado em preparação, nem tinham expectativas de integrar uma Missão de Apoio à Paz” (Sales, Saraiva, & Faísca, 2017, p. 321).

É possível então associar-se a prática desportiva como gerador dos mecanismos para desenvolver uma maior resiliência e que esta acabará por ter um impacto, sobretudo em termos individuais, no decorrer do tempo nos níveis da autoestima e da ansiedade, no caso dos mesmos estarem no ativo, ainda se evidencia a superior coesão militar que sentem, face aos outros que não possuam os mesmos níveis de resiliência, tal como um outro estudo aponta a existência de uma “correlação moderada entre Resiliência e Autoestima, no sentido em que recrutas mais resilientes mostram níveis de Autoestima Positiva e de Autoestima Global mais elevados” (Sales, Saraiva, & Faísca, 2017, p. 333).

#### **4.2 Sistema de crenças e oração**

Portugal possui junto aos seus túmulos dos dois soldados desconhecidos portugueses no Mosteiro da Batalha a imagem do Cristo das Trincheiras trazido pelos soldados portugueses desde Neuve-Chapelle que permaneceu junto deles no campo de batalha, erguido e de braços abertos, ainda que de uma forma incompleta, a 9 de abril de 1918, data essa que ficou conhecida como o “desastre de La Lys”. Esta imagem, em pleno campo de batalha, atribuiu aos soldados portugueses um certo conforto, dado que se sentiam protegidos por este e, tal como aquela figura crucificada se encontrava em sofrimento naquela hora, também o sofrimento lhes era inerente e, também eles se estavam a sacrificar por sua Pátria, depositando nessa mesma imagem, a sua, encontrando-se compreendidos:

“(…) aquele Cristo do Calvário intacto, erguido no madeiro altíssimo, dominando toda aquela cena, ganha uma nova humanidade (...) Sofro e gemo a angústia do grande crucificado e soletro, para além do tempo, as palavras clamorosas do seu evangelho, galgando e redimindo a terra até aos confins, na boca de milhões dos mártires-apóstolos” (citado por Silva, 2015, p. 300).

No nosso país, um país cuja história o tem vindo a demonstrar e que em tempos foi um dos postulados da fé cristã, tendo sido a religião católica a sua religião oficial durante séculos, algo que só se viria a alterar com a queda da Monarquia e a conseguinte implantação da República, porém o Cristianismo permanece como a religião que é mais professada, com uma percentagem de 84,3%, sendo na sua maioria, a católica (CIA, 2021).

Conforme nos diz Anunciação (2010) um sistema de crenças e orações, que muitas vezes é atribuído a professar uma religião, na verdade traduz-se na procura de oferecer um suporte ao combatente, bem como às suas famílias, permitindo que os mesmos consigam responder à situação traumática, utilizando uma estratégia positiva, para diminuir os níveis de ansiedade e de stress, prevenindo, desta forma, o agravamento dos mesmos e melhorando a sua qualidade de vida.

“Qualquer que seja a sua religião ou a ausência dela, a implementação de um sistema em que se acredita no divino ou algo transcendente, será positivo, pois através da meditação e/ou oração, tende a diminuir a tensão e a ansiedade no combatente, ajudando a lidar com a doença crónica da PTSD” (Anunciação, 2010, p. 128).

A religião como Durkheim veio demonstrar, surge como fonte de uma coesão e de integração social. O seu objeto é a assistência e salvação daquela que é a parte invisível do Homem, a alma, que de uma forma ou outra tende a influenciar o mesmo. Os primeiros registos escritos a darem conta de manifestações religiosas foram encontrados na antiga Mesopotâmia, mas acredita-se que em períodos anteriores já existiriam manifestações religiosas. No período do Paleolítico, depois do *homo erectus* descobrir que poderia utilizar a pedra para variadíssimas funções, conseguimos encontrar também vestígios da sua utilização em busca ou honra do sagrado, em diferentes gravações em pedra com a utilização de machados biface para esculpir dedicatórias ou votos petróglifos litostísticos, seria dessa forma demonstrada a sua fé para com a natureza e outras divindades como conta Fontes (2020). O culto às divindades permaneceu nas civilizações grega e romana e, tal como antes, a religião foi sempre uma verdadeira modeladora da conduta do indivíduo, através da promoção de um conjunto de valores e de crenças que deveriam aceitar e converter nas suas práticas sociais. Esses atos individuais e sociais, depois traduzir-se-iam em preceitos culturais, sociais e económicos.

O mundo foi alterando os seus regimes e sofrendo muitas das suas transformações societárias, com o auxílio da religião, sobretudo da fé cristã, que viria a ser, ainda nos dias de hoje, uma

religião com um culto bastante predominância. Talvez importe referir que a Europa que chegou aos nossos dias é a Europa que herdou das civilizações que por ela passaram um conjunto de hábitos, crenças, regimes políticos, com um particular destaque para o império romano. A aglomeração do império e o conjunto de hábitos idênticos entre as diferentes regiões, entre os quais viria a ser mais tarde a religião, tornou-se um pilar fundamental para a Europa da cristandade, com a dominância da figura papal e das relações entre os diferentes reinos. Até a própria cisão que existiu no próprio império, entre o Império Romano Ocidental e o Império Romano Bizantino viria a possuir também um certo impacto nas crenças entre as duas partes, continuando a ser mantida, ainda que de uma forma menos evidente no decorrer da história, um dos melhores exemplos é a existência da democracia na Europa Ocidental, diferenciando-a de todos os outros blocos políticos, pois na Ásia temos regimes despóticos e firmes na transição, os próprios conflitos em tempos tiveram predominantemente um carácter religioso, as Cruzadas, utilizadas pelo Papa para assegurar as boas relações entre os diferentes Estados católicos uniam-se na defesa da fé, combatendo o inimigo comum que eram os infiéis- os muçulmanos.

Como se verifica, a religião possui um peso fundamental no indivíduo e na sociedade e, tal como a história tem vindo a demonstrar, tem particular influência positiva na qualidade de vida dos indivíduos:

”(...) uma correlação positiva entre esses, onde a religiosidade/espiritualidade aparece como uma das estratégias utilizadas para o enfrentamento de situações adversas, como doenças físicas, transtornos mentais ou o luto, mostra-se, portanto como um auxílio para o *coping*, de conforto e bem-estar, um mecanismo de defesa, ou até mesmo de resignação” (Melo, Sampaio, Souza, & Souza, 2015, p. 459).

Tal como a atividade física, a existência de uma crença e fé mostra-se ser um fator bastante positivo para a saúde e, por conseguinte, de qualidade de vida, desde que não se adote uma atitude de fanatismo para com a mesma e se possa viver a espiritualidade com serenidade na procura da felicidade, que acaba por ser o que todas as religiões propõem nas suas práticas para os crentes, ao segui-las, atingirem o fim último que é a felicidade, através da transcendência.

#### 4.2.1 Contextualização da assistência religiosa

Uma figura de extrema importância foi Alexandre, mais conhecido por Alexandre o Grande estabeleceu rituais e práticas religiosas nas suas campanhas militares, muito reconhecidas, pelas suas conquistas territoriais numa extensão que seria da Grécia à Índia: “Alexander took an active role in the religious life of his troops, performing sacrifices, leading prayers and officiating funerals” (Naiden, 2019, p. 41). Mais tarde, com o cristianismo em expansão e o Império Romano procurando mais conquistas e manter as suas possessões viriam a integrar-se no seu exército, militares cristãos fomentando, assim, a assistência religiosa aos militares, que apenas com a imagem do exército permanente viria a surgir uma figura de capelão militar e com o decorrer dos tempos e de novos desafios viria a tornar-se, cada vez mais fundamental a importância da existência de um sistema de crenças e oração para o indivíduo. Sendo fulcral no seu apoio moral, tarefa que tem vindo sempre a ser prossecutora no decorrer dos séculos e apesar de todas as mutações no sistema de apoio religioso aos exércitos

A hoste real que entrava em batalha era composta pelas Ordens Militares, corpos de extrema importância para a conquista e defesa dos territórios do reino de Portugal onde mais tarde, se acabariam por instalar procurando assegurar as esferas defensiva e do desenvolvimento, bem como nas práticas militares, não era algo completamente despropositado, já que desde muito cedo que as manifestações religiosas se associaram às batalhas que marcam a história de Portugal, onde se atribuí uma especial relevância à força da religião na moralidade dos soldados que os leva a vencer as batalhas, onde se encontram. No relato da Batalha do Salado que nos chegou através dos Livros de Linhagens do Conde D. Pedro constata-se a importância da Vera Cruz<sup>36</sup>, que acompanhou o contingente português e permitiu a vitória pelos cristãos na batalha, face aos mouros: “Mais todo esto nom lhes valia rem, ca os cristãos creciam-lhes mais e mais as forças, entendiam que andavam cobertos da graça da Vera Cruz, em que trariam os olhos (...)” (Guerra & Vieira, 2011, p. 113).

Mesmo a própria formação de Portugal que tem como figura relevante D. Afonso Henriques, o seu primeiro rei, tem uma outra figura relevante, o Sumo Pontífice. Sendo o Papa o detentor dos poderes político e espiritual, D. Afonso Henriques viria a prestar vassalagem ao Papa Inocêncio II propondo-lhe o pagamento de um censo de quatro onças de ouro anuais e afirmando-o como seu único Senhor, ainda que D. Afonso VII o reconhecesse como monarca

---

<sup>36</sup> Acredita-se que seja a parcela da cruz onde Cristo fora crucificado, que no episódio teria sido trazida da Palestina por D. Afonso Pires de Farinha para o Mosteiro de Vera Cruz de Marmelar no termo de Portel.

em Zamora, mas só viria a ser rei de Portugal com a bula *Manifestus Probatum* em 1179. Ao longo da nossa história as ordens religioso-militares viriam a ter importância na defesa das fronteiras, na marinha de guerra e outros quadrantes, de tal forma que em 1551 seriam incorporados na coroa portuguesa os mestres das três ordens militares que eram Avis, Cristo e Santiago. A coroa portuguesa e o Reino Português sempre com uma predominância da religião cristã viria a criar o Tribunal do Santo Ofício em 1534 fomentando um maior estreitamento no decorrer dos anos com o aparelho estatal, pois não só o Rei alcançou poder dentro da instituição eclesiástica como esta aumentou o seu poder: “A Igreja participava por direito próprio no Conselho de Estado e no governo, quer diretamente pelos seus membros quer pelos doutores, gerados nas suas universidades e colégios, quase todos clérigos de ordens maiores ou menores” (Coelho, 2018, p. 541).

Um outro período que é de especial relevância, no qual encontramos a religião de mãos dadas com as forças militares são as invasões francesas. A Igreja foi parte fulcral na resistência portuguesa “incitando as populações a combatê-las e pressionando os chefes militares a organizar a insurreição” (Ferreira, 2009, p. 6). Esta predominância da igreja em Portugal viria a esfriar-se com a extinção das ordens, o que não só vai diminuir a sua importância no reino português como, igualmente, nas próprias Forças Armadas. Estas alterações acabam por afetar os militares que carecendo desse lado espiritual e desse apoio religioso tornaram as suas ações mais violentas em campanhas de África (Ferreira, 2009).

No decorrer da IGM dadas as características do regime republicano que muito cedo se considerou anticlerical e laico, no início a presença de padres junto dos militares não era uma ação que agradasse às chefias militares, no entanto esta ideia modificou-se. O general Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, o comandante do CEP, permitiu a criação de condições para que existisse um grupo de capelães que pudesse atuar, ainda que de uma forma voluntária e não remunerada. Este grupo de capelães para além dessas duas particularidades, poderia também auxiliar os combatentes em muitas outras dimensões, deixando de ser uma atuação apenas em termos religiosos. Esse grupo de capelães voluntários apesar de ao início serem apenas propostos quinze o número acabou por subir para os quarenta capelães, partiram com o posto de alferes.

“(…) até esse dia os cadáveres dos soldados portugueses, foram cobertos com a bandeira da nossa aliada; depois desse dia os cadáveres dos soldados portugueses foram cobertos com a

bandeira portuguesa, por pedido e para não dizerem imposição dos poucos capelães militares” (Silva, 2015, p. 297).

O sistema de assistência só retornaria a ter uma maior influência com o fim da primeira república e o novo sistema político que surgiu com a revolução de 28 de maio de 1926, onde, viria a existir, novamente, a presença de uma assistência desse âmbito nos quartéis complementando-se com a Lei de Recrutamento Militar de 1937 que obrigava todos os clérigos que professassem a fé católica a cumprirem serviço militar na forma de assistência aos militares e em termos, igualmente, de assistência na saúde. Seria com o Estado Novo, que o corpo de capelães militares retornaria a ter benefícios inerentes à prestação da assistência aos militares nos quartéis e depois na guerra colonial.

A guerra colonial permitiu um aprofundamento da prática da assistência religiosa e das funções do capelão, tendo sido nesse mesmo período instituído o primeiro diploma legal que visava a estruturação do serviço de assistência religiosa nas Forças Armadas: “Prestar assistência religiosa ao pessoal, dentro do espírito de liberdade garantido pela Constituição Política do País e pela doutrina da Igreja, e bem assim às suas famílias e demais pessoas quando sujeitas à jurisdição canónica do Ordinário Castrense;” (Presidência do Conselho, 2021, p. 1464). A complementar o documento legislativo do governo viria a surgir o decreto *De Spiritualibus Militibus* de âmbito canónico que viria a nomear o Cardeal Patriarca de Lisboa como Ordinário Castrense de Portugal. Seria, um ano depois que se realizaria o primeiro curso de capelães militares e das Forças de Segurança em Portugal, no período de vinte e um de agosto a dezassete de setembro, instaurando cinquenta e oito sacerdotes numa multiplicidade de áreas com vista a uma melhor preparação na assistência dos militares portugueses, sendo assim uma formação de carácter multifacetado tocando as áreas militares, sociais, físicas, religiosas e psicológicas: “O capelão é uma figura extremamente importante, confirma a psiquiatra Luísa Gonçalves. Quando havia um morto, quando explodia uma mina e as pessoas ficavam feridas, há uma espécie de grutinha protetora que é o capelão, que protege e dá Ânimo em situações de aflição” (Marujo, 2020, p. 196).

Com a revolução de 25 de abril de 1974, o serviço de assistência permaneceu tendo contado com algumas alterações no âmbito do tempo de serviço e em termos de patentes hierárquicas militares, no entanto viria também a ser na década de 80 que viria a ser determinado que seria

concedido esse serviço a todos os militares cuja fé fosse católica, porém, os restantes não seriam obrigados a utilizarem esse serviço de assistência.

Nos dias de hoje, o Ordinariato Castrense é quem fornece o serviço de assistência religiosa e rege-se através de documento legislativo, o Decreto-Lei n.º 251, de 23 de setembro de 2009 e o documento canónico aprovado pela Sagrada Congregação de Bispos a 3 de setembro de 1988. Deste modo, este é um serviço que ainda hoje existe e no qual se encontra todo o universo de fiéis militares e todos os civis que ocupem funções ao serviço das Forças Armadas com a particularidade de ser também um serviço que é alargado às famílias dos mesmos, o que é de especial relevância. Para além deste universo acompanha e solidariza-se com todos os que frequentem os hospitais militares, as escolas militares, os idosos em lares militares e a todos os que possuem funções dentro do Ordinariato Castrense, nos quais não se integram apenas os militares das Forças Armadas, mas igualmente, os militares da Guarda Nacional Republicana e os agentes da Polícia de Segurança Pública. Sendo o serviço de assistência religiosa assegurado pelos capelães, o capelão-chefe de cada confissão, que neste caso é apenas o catolicismo, mas ressalva-se que poderão existir outras confissões, e este é quem coordena a assistência e sem esquecer a necessidade de assegurar um local e meios para as atividades de culto: “ Para efeitos de assistência devem ser disponibilizados nas unidades, nos estabelecimentos ou nos órgãos das entidades requeridas locais e meios adequados à prática das actividades religiosas, espirituais ou de culto” (Ministério da Defesa Nacional, 2009, p. 6786).

#### **4.2.2 A importância da espiritualidade e religião na gestão do stress nos militares**

Conforme já foi mencionado, a espiritualidade e a religião possui um impacto naquilo que é a qualidade de vida das pessoas e do seu bem-estar. Recuando à campanha portuguesa no decorrer da IGM, um grande exemplo que pode ser referenciado quando se trata de demonstrar a importância da espiritualidade e da religião na stress dos militares, às palavras do General Fernando Tamagnini de Abreu e Silva citado por (Silva, 2015) que evidenciou que os soldados portugueses possuíam uma relação muito íntima com a religião e, ainda antes de irem para as trincheiras, os mesmos procuravam fazer os sacramentos católicos como a reconciliação e a comunhão e assistiam igualmente à missa. Eram processos que se revelavam saudáveis para os militares dado que é referido que sempre que o capelão faltava existia um decréscimo na moral e na felicidade das tropas.

De acordo com Sterner e Jackson-Cherry (2015) as conclusões que os mesmos retiram através da sua análise a um outro estudo, os problemas em termos de *coping* na reintegração dos combatentes quando finda a missão são:

- a) Carência de confiança para contar e extrapolar os seus pensamentos, sentimentos e experiências acerca da sua vivência no conflito;
- b) Fazer novas amizades;
- c) Lidar com estranhos;
- d) Lidar e reintegrar-se na família;
- e) Encontrar um trabalho;
- f) Encontrar o seu propósito e oferecer um significado à vida;
- g) Controlo da agressividade;
- h) Ter em atenção os seus problemas de saúde;
- i) Proceder a tarefas com um tempo limitado.

Tudo isto gerará stress não apenas aos combatentes, já que as suas famílias também o sofrerão e, tal como se tem vindo a demonstrar na população civil, também no caso dos militares é demonstrado que o seu nível de religiosidade tem impacto na sua resiliência e no *coping* com estratégia positiva: “Results showed that high levels of Spirituality/Religion had a positive protective Effect for symptoms associated with depression, whereas medium levels of spirituality buffered mental health concerns to varying degrees” (Sterner & Jackson-Cherry, 2015, p. 50).

Nota-se então que os níveis de religiosidade possuem uma relação direta com a ansiedade e a depressão nos combatentes, pois no caso destes níveis serem inferiores ou médios retratarão uma ansiedade maior face a todos aqueles que têm níveis bastante superiores: “(...) positive religious coping practices were related to posttraumatic growth and decreased symptoms associated with posttraumatic stress” (Sterner & Jackson-Cherry, 2015, p. 51).

Para além disso, é importante que se fale na questão da moral, que, intrinsecamente, se encontra ligada às crenças e orações, no decorrer do deslocamento do militar poderão ocorrer um conjunto de situações que venham a perturbar a moral dos combatentes e a causarem danos morais. Esses atos potencialmente danosos para a moral poderão ser o não cessar-fogo, a visualização de cadáveres, atrocidades, a incapacidade de auxiliar, o que poderá ir contra os ditames das suas crenças e a própria incapacidade de prevenir o evento, irão ter impacto nos

combatentes, conforme já foi mencionado e causar-lhes uma ferida moral (Sterner & Jackson-Cherry, 2015). Se, após o findar do conflito, o combatente tiver uma percepção negativa das suas ações, estamos perante um dano moral que só poderá ser alterado cultivando a aceitação e o perdão, dando-se assim a reparação moral que pode ser mais facilmente realizada com o auxílio do sistema de crenças e orações do que sem ele, dado que ajudam na reparação moral do combatente.

#### **4.2.3 A percepção do poder divino e/ou superior na superação do trauma**

No decorrer da IGM as manifestações de fé e o estreitamento da relação entre o poder divino, Deus, e o militar estreitou-se, sobretudo ao longo da campanha. Um dos fatores que explica esse estreitamento é talvez a iminência da morte que poderia acontecer em qualquer altura. Apesar dessa iminência da morte, a ida à missa necessitava de uma autorização para o efeito, o que proliferava mais momentos de oração em diferentes sítios como nas camas de hospitais, nas capelas e, igualmente, de uma forma mais solitária, mas, também, mais íntima. Foi no decorrer desta que se intensificou o culto à Nossa Senhora das Trincheiras que os militares nunca faltavam com velas: “Podia o oficial provisor dizer não haver mais velas no batalhão, que, apesar disso, as Nossas Senhoras das Trincheiras estavam alumadas dia e noite (...)” (Silva, 2015, p. 299). Este exemplo citado é um entre muitos exemplos que podem ser destacados quando falamos das relações estabelecidas pelos militares com a religião, bem como dos seus familiares dado que procuravam que os mesmos no seu embarque ou no seu período destacados na Guerra Colonial faziam questão que os mesmos envergassem um símbolo religioso como um crucifixo ou uma medalha de Nossa Senhora de Fátima, geralmente oferecida pela família ou pelas madrinhas de guerra, de forma a terem a sua proteção.

“Desesperado, regressou a correr para as trincheiras – umas valas toscas escavadas quase um metro abaixo do solo onde se refugiara nas últimas semanas. E ali, no "meio do terror" e das "térmitas", lembrou-se de Deus e da Virgem Maria. "Se sair daqui com vida, a primeira coisa que vou fazer é ir a Fátima", decidiu” (André & Capelo, 2017, p. 20).

A figura do capelão destaca-se no teatro de guerra como sendo a via de comunicação com esse mundo e visivelmente de extrema importância para que a percepção do poder divino e/ou superior fosse uma percepção benéfica e amigável para os militares, certificando-se que sendo

parte integrante dos batalhões, vivenciavam com eles os momentos, conseguindo ainda assim oferecer-lhes conforto e auxílio para que eles pudessem sentir o poder divino e/ou superior junto deles, oferecendo-lhes um certo significado à sua presença na missão.

Podemos aferir, a partir da experiência documentada pelo Coronel Capelão António Francisco Gonçalves Simões acerca do seu acompanhamento aos militares em diferentes missões, que as suas atividades eram muito mais que o serviço religioso, dado que enquanto capelão do B/CAV 2830 na posição de Alferes destacado em Angola com o nome de Centauros. Este batalhão com quatro companhias e para além do seu serviço religioso, compôs o hino para o mesmo, que era cantado diariamente. Na sua primeira comissão em Angola que durou de 1968 a 1970 celebrava missa e promovia momentos de lazer como peças de teatros no Natal fazia o presépio e organizava a festa de Natal, assistia os civis da população local, dava missa aos mesmos e catequese às crianças. Para além disso, promovia atividades desportivas, palestras com temáticas de valores morais e espirituais, fazia visitas semanais a todos os militares que estivessem internados entregando-lhes revistas e o seu ordenado. Estas visitas, segundo o mesmo: “eram muito importantes para a recuperação psicológica dos doentes e desenvolvia-se neles uma situação de maior aproximação da fé” (Simões, 2017, p. 27) Para além de tudo isto, importa também referir que na sua atividade de capelão, este acompanhava em alguns momentos as operações militares na mata, com a finalidade de “dar um testemunho de aproximação e acompanhamento no meio do perigo que poderia acontecer” (Simões, 2017, p. 27). Na sua comissão em Elvas celebrava missa, auxiliava nas paróquias locais, nos cursos da cristandade, celebrava missa diária na capela do Hospital Militar para civis e militares, visitava todos os doentes, era palestrante junto dos soldados e auxiliava na parte desportiva através de jogos de futebol, ténis e mesa, voleibol. Na sua comissão em Moçambique de 1971 a 1973 passou a exercer o serviço religioso em Vila Cabral, fazia visitas a outras sedes do Batalhão, fazia reuniões com outros capelães militares perfazendo quatro por ano. Para além desse serviço mais de âmbito religioso, tal como em Angola, preparava peças de teatro, uma vez por mês, torneios de futebol de salão, voleibol e preparara uma pequena biblioteca para os militares e para as suas famílias. Para além disso, procurou fazer uma ponte entre os civis e os militares. Na comissão de serviço em Tavira, acompanhou os militares do MFA nas campanhas que os mesmos faziam para adquirir e dinamizar a adesão da população. Já na Madeira, deu-se uma mutação dado que o mesmo lutou pelo direito do capelão fazer parte do poder de decisão dos problemas do comando, celebrava missa para os militares, acompanhava

os militares da Marinha e a PSP, chegando mesmo a dar aulas de português a um grupo de agentes da PSP e promoveu a Peregrinação Militar Internacional a Lourdes. Na sua Comissão de serviço em Mafra de 1983 a 1991 para exercer função de capelão na Escola Prática de Infantaria e da Unidade de Equitação de Mafra, com as funções de acompanhar os cadetes, fazer palestras, atividades pastorais, visitas de estudo, escolha e projeção de filmes, torneios desportivos, peregrinações e assistência.

Todas estas atividades e a presença do capelão militar junto dos militares era benéfica, dado que a religião se encontrava entre eles, permitindo assim que os mesmos tivessem na mesma uma certa aceitação. A verdade é que obtendo uma validação por parte do poder divino ou de um poder superior e de aceitação permite que eles consigam produzir uma interpretação e oferece um significado positivo à sua participação nas missões ou no seu deslocamento e com impacto positivo na recuperação do trauma, diferente de quem considera esse poder divino um poder que julga ou que é punitivo, tende a aumentar a recuperação da experiência traumática.

#### **4.2.4 Importância do suporte aos militares e suas famílias na reintegração dos combatentes**

Como a própria Liga dos Combatentes tem vindo a afirmar, os combatentes são:

“(…) aqueles que estiveram na origem da nossa Instituição e se bateram na I GG, quer aqueles que foram expedicionários durante a II GG e estiveram prontos para cumprirem as missões que lhe fossem determinadas, quer os que como nós se bateram em África, quer os que hoje se batem nas Forças Nacionais Destacadas, no exterior do país, são combatentes. Une-os a condição militar. Distingue-os as circunstâncias em que tiveram de se bater” (Liga dos Combatentes, 2013, p. 73).

Tal como esta noção nos indica, a figura do combatente não se esgotou com os combatentes da IGM ou da Guerra Colonial, é uma noção que permanece no nosso ideário e que faz parte do nosso presente e que certamente fará parte do nosso futuro daí que seja de extrema importância oferecer o suporte necessário ao combatente para que ele possa viver com qualidade de vida e reintegrar-se de uma forma positiva e harmoniosa na sua família, que também necessita de suporte nas diferentes fases do deslocamento do combatente. De acordo com os dados fornecidos pelo autor (Ferreira, 2009) os militares das forças nacionais

destacadas que foram questionados indicam nas suas respostas que poderão considerar importante a inclusão dos capelães nas missões destas tipologias, mas também na sua vivência diária nos quartéis, demonstrando a constante importância na presença entre eles de um capelão.

Este suporte de crenças e orações permite que os combatentes encontrem uma espécie de consolo, dado que este sistema de crenças, tanto para os combatentes como para as suas famílias acaba por ser um bom mediador do stress e permite ao combatente na perceção do evento traumático e, depois nas estratégias de *coping* que irão utilizar: “ The majority of participants who identified as Christian and were actively involved in Spirituality/Religion practices on a daily, weekly, or monthly basis prior to deployment reported higher coping scores compared with those who did not affiliate as Christian, had no affiliation, or were agnostic/atheist” (Sternner & Jackson-Cherry, 2015, p. 62).

Em Portugal, parte da história da sua religiosidade é fortemente influenciada pela Nossa Senhora de Fátima, uma imagem que esteve muito presente no decorrer da 1ª GM e depois na Guerra Colonial, sendo ainda hoje um ponto português religioso de grande dimensão e importância. Para os militares, esta imagem, conforme é descrito por (Marujo, 2020) pelas palavras de Luísa Gonçalves que acompanha os militares no Hospital das Forças Armadas, é uma imagem de mãe, de proteção e de um amor incondicional, tal como para as famílias. Para as famílias era muitas vezes na fé que encontravam força e coragem para lidarem com a partida do militar, tentando que fosse através das suas preces abençoados com a proteção divina: “A ligação com o transcendente através da devoção mariana é uma forma de apaziguar o coração e, portanto, as pessoas querem que acabe a guerra, pedem que termine aquele conflito” (Marujo, 2020, p. 99) As mulheres, vistas como parte integrante e particular neste período, ainda que atuassem de um modo mais recatado foram de extrema importância:

“A mulher foi sempre um grande apoio dos combatentes. Eram as namoradas, algumas esposas, as mães com um papel importante. Do lado de lá, receber uma notícia, uma palavra, uma carta, um aerograma era um dos objetivos dos dias que pesavam, com os militares a pensar com frequência no correio que viria e na esperança de que houvesse carta para cada um. Um apoio, um bálsamo, psicologicamente aquilo dava-lhes força” (Marujo, 2020, p. 144).

A carta que eles recebiam era importante para os combatentes e as cartas enviadas a Nossa Senhora de Fátima e todas as promessas endereçadas ao culto mariano de forma a assegurarem a sua proteção e o seu retorno, esperando sempre um milagre. Conforme é referido no supracitado autor, esta imagem como outras, de distintos santuários, que nos dias de hoje ainda possuem os seus *ex-votos*<sup>37</sup> como o Santuário de Fátima, o Santuário de Nossa Senhora D'Aires, Santuário de Senhor Jesus da Piedade, entre outros, tornou-se à falta de apoio psicológico. Um refúgio para que conseguissem lidar com os seus traumas e os seus próprios problemas psicológicos, ainda que a assistência religiosa não substitua o apoio psicológico mostra-se com uma dimensão de particular importância, sobretudo muito focado na imagem do capelão militar, que, possuem uma forte dimensão psicológica, tendo sido uma das suas dimensões de aprendizagem, mas que ainda assim não conseguem substituir o papel ou a função de um psicólogo.

Existe um reconhecimento por parte das chefias militares das U/E/O em termos do papel do capelão nas mesmas e da própria assistência religiosa, permitindo a sua presença nos contingentes militares que partem em missão, o seu papel informativo e valorativo, não apenas para os crentes, mas igualmente para os que não o são (Ferreira, 2009).

---

<sup>37</sup> “O recurso à fotografia impôs-se por ser mais atual, mais acessível, mais barato e até porque o seu manuseamento é muito mas simples. Este começa a surgir nas igrejas, por volta dos anos 50, e acentuou se nos anos 60, com a ida dos militares para a Guerra Colonial, na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique” (Monteiro, 2014, p. 27).

## Conclusões

Numa procura de tentar compreender em como o atual modelo de proteção social para os antigos combatente consegue assegurar aquelas que são as suas necessidades e os seus direitos, bem como os das suas famílias, veio a culminar na execução deste trabalho.

No decorrer do mesmo, através de um enquadramento histórico dos conceitos conseguimos compreender que as políticas públicas e o Estado se encontram correlacionadas e as Forças Armadas, sendo inerentes ao Estado, importa que as mesmas não sejam de todo esquecidas do universo das políticas públicas. De acordo com o conceito de política pública, encontramos sempre a necessidade da resolução de um problema público e a intencionalidade, nesse sentido encontramos sempre a necessidade de se alcançar uma situação ideal, partindo de que o real não consegue satisfazer ou assegurar as principais tarefas a que o Estado se propõe para com a sua comunidade.

Quando questionada a população portuguesa no último inquérito acerca da Defesa Nacional e FA publicado em julho de 2021 conseguimos compreender que a perceção da amostra selecionada em relação à segurança no mundo, uma vasta maioria, falamos de 69, 1% acredita num mundo mais inseguro do que atualmente. Recordando que o Estado é um organismo vivo cuja primeira função é a sua própria sobrevivência, compreendemos também que a sua sobrevivência, nos dias de hoje, não depende apenas dele mesmo, mas dos organismos coletivos supra-estatais, há muito que a fronteira geográfica do país deixou de coincidir com a sua fronteira de segurança, tendo uma panóplia de fronteiras em que existe uma transferência do dever de defesa para a fronteira de segurança coletiva, tendo em conformidade a Teoria de Diversificação e Articulação de Fronteiras.

Nesse sentido, Portugal integrado nesses sistemas coletivos de segurança iniciou o apoio militar no ano de 1958 com alguma descontinuidade até ao ano de 1978, demonstrando o quão é estritamente necessária a participação militar portuguesa nas Missões de Paz e de Cooperação Técnico-militar assegurando os seus compromissos com a NATO, ONU e UE, o que tem levado a um incremento de militares destacados das FND nas operações militares de âmbito internacional, tornando-se uma dimensão bastante reconhecida pela sociedade a par da

dimensão pública, incrementada sobretudo nos últimos anos com a participação das FA na prevenção e combate aos incêndios e no próprio combate à pandemia do Covid-19.

São as guerras que acarretam as principais consequências negativas inerentes às especificidades da profissão, ainda que hoje com a profissionalização das FA seja uma escolha, em períodos anteriores com a existência do SMO não tendo sido por muitos uma escolha profissional de forma voluntária, muitos combatentes quer da IGM ou da Guerra Colonial viriam a sofrer consequências que se poderiam e podem evidenciar como marcas visíveis e/ou invisíveis no seu corpo e alma, chegando até a sentir anos de vida que se esvaíram das suas mãos.

Neste trabalho, existiu um foco particular no stress pós-traumático por ser uma consequência muitas vezes silenciosa e completamente invisível a olho nu que, muitas vezes, se manifesta muito tardiamente, sobretudo na meia-idade. O stress pós-traumático foi algo que na IGM já se falava em "fadiga de guerra" ou "neurose de guerra", porém só muito mais tarde, nos anos 80/90 a doença integraria o leque de doenças psicológicas e se começariam a fazer os primeiros esforços para auxiliar nesta doença. Uma doença que acaba por afetar e até se manifestar nas famílias das vítimas de stress pós-traumático secundário.

A figura do combatente não faz parte de um passado longínquo nem é uma definição que se esgota nos combatentes da IGM e na Guerra Colonial, tendo em conta que tem existido um incremento no aumento de operacionais destacados nas FND, que apesar de serem missões de baixo risco físico médico/sanitário e de curta duração comportam para os operacionais um elevado desgaste físico, que de acordo com os estudos já realizados nesse sentido apenas das primeiras missões nos anos 90 estimam-se 20% a 25% de queixas tardias referentes ao stress pós-traumático e, até mesmo junto da população, quando questionada acerca da sua concordância com estas missões de ajuda humanitária no exterior e em missões de paz, verificamos uma concordância positiva e até um acréscimo desde o último inquérito no ano de 2009. Em suma, esta que é a figura do combatente deve ser uma figura presente quando pensamos as políticas públicas de defesa e, aprendendo com a história, e de extrema importância que se possa oferecer o suporte necessário para que esta figura possa ser honrada pelo serviço prestado a sua pátria, como igualmente a sua reintegração do seu familiar, social e profissional, tendo em mente que o futuro é sempre algo incerto e a sua deslocação para o teatro de operações são sempre experiências com profundo impacto nos indivíduos.

No percurso histórico das políticas públicas de assistência aos combatentes e famílias não se pode descurar o papel das mulheres através da Cruzada das Mulheres Portuguesas ou do Movimento Nacional Feminino que, muitas vezes, conseguiram suprimir necessidades e carências, sobretudo para com as famílias, onde as medidas por vezes não conseguiram chegar. É de destacar o Código do Inválido como um documento importante na história da assistência social aos combatentes e famílias, porém sem descurar o seu carácter de suma importância para a história do próprio país, demonstrando-se sempre enquanto um país solidário para com os seus, ainda que pouco depois fosse descontinuado. Em muitos momentos da história, o papel e a forma como se olharam para os combatentes foram marcadas pelo esquecimento e até alguma falta de entendimento, sobretudo em relação às doenças do foro psicológico, nomeadamente o stress pós-traumático. Nos dias de hoje, com o Estatuto do Antigo Combatente aprovado demonstra-se um maior interesse por todo este universo de combatentes, comportando também uma visão para todos aqueles que são os novos combatentes, não descurando a importância que eles tiveram e têm na história do país. Apesar desta algo tardia aprovação, demonstra-se em conformidade com as reivindicações por parte de várias associações de antigos combatentes seja em relação aos aumentos nos suplementos, dado que grande parte do universo de antigos combatentes auferem de pensões mínimas, ou até mesmo nas condições de acesso aos cuidados de saúde e sobretudo no caso do acompanhamento e cuidados de saúde em relação ao stress pós-traumático, demonstra-se que ainda se necessita de se alargar conhecimentos, estudar e melhorar medidas de forma a dar uma melhor qualidade de vida a todo este público-alvo, tal como às suas famílias que têm sido bastante deslocadas de todo este processo e, olhando para várias boas práticas a nível europeu, conseguimos encontrar possibilidades de continuar a melhorar este reconhecimento para com este vasto universo.

Após a análise *benchmarking* foi possível auferir as boas práticas e conhecer o modo como o combatente, e olhado pela sociedade e, por conseguinte, a forma como se pode reintegrar na mesma. Existem várias boas práticas que merecem ser destacadas, sobretudo em termos de empregabilidade, que se mostram até passíveis de serem adotadas para a realidade de outros países. No caso do Reino Unido destaca-se sobretudo o "Veterans Bursary into Teaching" onde os veteranos partilham as suas experiências em idas às escolas, de forma a auxiliarem numa educação virada para a sensibilização da importância da paz e da defesa nacional, mas existindo a troca intergeracional de experiências e de conhecimentos. Para além disso, existe

também uma sensibilização ao combatente para a sua educação em termos de estudos profissionalizantes ou vocacionais, apostando na sua formação. Para além deste caso, apesar de todos os países estudados possuírem uma forte componente em relação às doenças do foro mental de identificação, estudo e combate. O caso dinamarquês merece um particular destaque que através de várias iniciativas, não só a uma escala nacional, mas também regional, como as redes de partilha com os veteranos no fornecimento de um apoio psicológico contínuo aos militares e suas famílias, nas diferentes fases do deslocamento do militar bem como o fornecimento gratuito de um appPTSD que permite que o militar ao descarregar possa gerir o seu stress e melhorar as estratégias de combate ao mesmo.

Uma política de destaque na Noruega e a realização de exposições permanentes acerca das guerras e seus veteranos, seminários, *workshops* e atividades que permitam a partilha de experiências entre combatentes, sendo um encontro muito conhecido como o "Knut Ostboll" para além de um *check-up* médico regular.

Como a empregabilidade sempre foi um fator de extrema importância para uma boa integração do combatente na sociedade são de destacar os programas do Reino Unido, mas também do caso dinamarquês com o "Veteran Center".

Apesar de um grande leque de direitos e garantias dos combatentes e das suas famílias no caso português, importante evidenciar a necessidade de se demonstrar ao combatente e suas famílias a importância da promoção e prossecução de estratégias positivas para diminuir a ansiedade e ajudar no combate ou melhoria de vida mesmo com stress pós-traumático. No âmbito deste trabalho foram selecionadas como estratégias positivas a atividade física e o sistema de crenças e oração.

O incentivo à prática de uma atividade física, seja através de encontros ou eventos promovidos por associações de antigos combatentes, seja por organismos ligados ao Estado, não descurando a necessidade de uma contínua aposta na própria instituição militar da atividade física, para uma gestão de stress de uma forma mais favorável, de forma a trabalhar a sua resiliência e até incentivar a todas as gerações o gosto pela prática. No caso do sistema de crenças e oração, sendo essa uma estratégia já algo utilizada no decorrer dos séculos por ser um suporte ao combatente e às suas famílias, dando muitas vezes o conforto e permitindo lhes ativar um mecanismo de defesa, seria algo positivo uma aposta no sistema de assistência religioso, com uma aposta na profissão de capelão, mantendo a formação do mesmo contínua

e transversal e, até talvez alargar a outras religiões. Na maioria dos casos e sem formação na área da psicologia jamais um capelão consegue substituir um psicólogo, porém é um importante complemento à atividade do mesmo perante os militares.

Ontem, como hoje, é importante não se descuidar a memória, porque nos ajuda a construir um futuro melhor para os combatentes, para as suas famílias e por conseguinte para a sociedade em geral, preservando o grande pilar e dever de qualquer Estado. A proteção da comunidade que em si reside e do qual depende da abnegação destes combatentes para manter as suas funções e sobreviver.

## Bibliografia

- Abreu, F. (2000). *Estratégia - O Grande Debate: Sun Tzu e Clausewitz*. Lisboa: Edições Colibri.
- Albuquerque, M. (2020). *Carta do tenente-coronel Joaquim Mouzinho de Albuquerque ao Príncipe Real D.Luís Filipe*. Obtido de A Monarquia Portuguesa: <https://monarquiaportuguesa.blogs.sapo.pt/carta-do-tenente-coronel-joaquim-397026>
- Almeida, A. S. (2012). *Intervenção contemporânea nos castelos em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra.
- Almeida, F. A. (2008). *Portel Roteiro do Concelho*. Portel: Câmara Municipal de Portel.
- Amaral, D. F. (1984). O Estado. *Polis, Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado* (Vol. II, pp. 1126-1177). Lisboa: Editorial Verbo.
- André, A. C., & Capelo, S. (2017). *Peregrinos*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Obtido de Fundação Francisco Manuel dos Santos: <https://www.ffms.pt/blog/artigo/149/50-anos-para-agradecer-o-fim-da-guerra>
- Anunciação, C. (2010). *Coping e Stress Traumático em Combatentes*. Lisboa: Liga dos Combatentes.
- Aristóteles. (2020). *Livro A Política - Aristóteles*. Obtido de Biblioteca Nous: <http://nous.life/Biblioteca/Filosofia/Arist%C3%B3teles/A%20Pol%C3%ADtica%20-%20Arist%C3%B3teles.pdf>
- Armadas, A. (2017). *Deficientes das Forças Armadas - A Geração de Rutura*. Lisboa: Edições Parsifal.
- Aron, R. (2002). *Paz e Guerra entre as Nações*. (S. Bath, Trad.) Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Assembleia Constituinte. (1976). *Constituição da República Portuguesa*. Lisboa: Parlamento. Obtido em 11 de outubro de 2018, de <https://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp1976.pdf>
- Assembleia Constituinte. (2016). *Constituição da República Portuguesa*. Coimbra: Edições

- Almedina, S.A.
- Assembleia da República. (1999). Lei n.º 174/99 - Lei do Serviço Militar. *Diário da República*, 6541- 6550.
- Assembleia da República. (2008). *Tratado de Lisboa Versão Consolidada*. Lisboa: Assembleia da República. Obtido de [https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado\\_Versao\\_Consolidada.pdf](https://www.parlamento.pt/europa/Documents/Tratado_Versao_Consolidada.pdf)
- Associação dos Deficientes das Forças Armadas. (2019). Saúde Militar preocupa deficientes das Forças Armadas. *ELO*(508), 13-14.
- Auroux, S., & Weil, Y. (1997). *Dicionário de Filosofia Temas e Autores*. Porto: Edições ASA.
- Azevedo, A. C., Pires, A. P., Salgueiro, Â., Afonso, A., Silveira, C., Pereira, J. D., . . . Queiroz, M. I. (2014). Portugal e a Grande Guerra - exposição. Em D. d. República (Ed.). Lisboa: Divisão de Edições da Assembleia da República. Obtido de [https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/guerra\\_p.pdf](https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/guerra_p.pdf)
- Baltazar, M. d. (2005). *As Forças Armadas Portuguesas Desafios numa sociedade em mudança*. Lisboa: Caleidoscópio.
- Bandeira, P. (1967). Lá Longe Onde O Sol Castiga Mais. Angola, Angola, Angola.
- Barreira, H., Inácio, S., Vinagreiro, E., Amador, G. d., Garcia, S., & Ferreira, S. (2014). O papel dos media nos conflitos armados. Estudo de caso das FND. *Revista de Ciências Militares*, II(1), pp. 339-347.
- Bobbio, N., Matteuci, N., & Pasquino, G. (1998). *Dicionário de Política* (11ª ed., Vol. I). Brasília: Universidade de Brasília.
- Boeno, R. K., & Ferrão, J. (2016). Alterações climáticas e ordenamento do território em estratégias de segurança. *Análise Social*, pp. 802 - 821.
- Bonaparte, N. (2003). *Como Fazer a Guerra*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Branco, C. M. (2015). A participação portuguesa em missões de paz da ONU. *Relações Internacionais*(47), pp. 101-126.
- Brownlie, I. (1997). *Princípios de direito internacional público* (4ª ed.). Lisboa.
- Carreiras, H. (2004). Diversidade Social nas Forças Armadas: Género e Orientação Sexual em Perspectiva Comparada. *Nação & Defesa* (107), pp. 61-88.
- Carrilho, M. (1981). Origens sociais do corpo de oficiais das Forças Armadas portuguesas ao longo do século XX. *Análise Social*, 18(72/74), pp. 1155-1164.

- Carvalho, S. M. (2008). *Dois olhares sobre uma guerra: A Costa dos Murmúrios*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Centeno, J. (2008). *O Exército Português na Guerra Peninsular* (Vol. I). Lisboa: Prefácio - Edição de livros e revistas, Lda.
- CIA. (2021). *Field Listing - Religions*. Obtido de CIA - The World Factbook: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/field/religions/>
- Clausewitz, C. V. (2019). *Almanaque Militar - Arquivos*. Obtido de Almanaque Militar : <http://almanaquemilitar.com/site/wp-content/uploads/2014/02/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf>
- Coelho, A. B. (2018). *Inquisição de Évora 1533-1668*. Alfragide: Editorial Caminho.
- Comissão Técnica Independente. (2017). *Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrogão Grande, Castanheira de Pêra, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã, entre 17 e 24 de junho de 2017*. Lisboa: Assembleia da República. Obtido de [https://www.parlamento.pt/Documents/2017/Outubro/Relat%C3%B3rioCTI\\_VF%20.pdf](https://www.parlamento.pt/Documents/2017/Outubro/Relat%C3%B3rioCTI_VF%20.pdf)
- Conselho de Ministros. (1996). Decreto-Lei nº 238/96 de 13 de dezembro. *Diário da República*, pp. 4445 - 4447.
- Conselho de Ministros. (2013). Conceito estratégico de defesa nacional. *Diário da República*, 1981-1995.
- Correia, S. (2010). *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal 1918-1937*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa.
- Costa, A. C. (2015). As Ordens Militares em combate nos finais da Idade Média: O caso da Guerra de Sucessão de Castela (1475-1479). *Revista Medievalista*, pp. 1-32.
- Couto, A. C. (1982). O ordenamento do território e a defesa nacional : alguns aspectos mais significativos. *IDN - Revista Nação e Defesa*, pp. 13-26.
- CPAE - Centro de Psicologia Aplicada do Exército. (2005). *Fatores a considerar nas seleções para oficial e sargento QP ou uma tentativa na procura de um cidadão militar necessário ao bom nome da instituição- Exército*. Lisboa: Centro de Psicologia Aplicada do Exército.
- Cruz Vermelha Brasileira . (25 de outubro de 2021). *Origens* . Obtido de Cruz Vermelha Brasileira : <http://www.cruzvermelha.org.br/pb/movimento-internacional/origens/>

- Danilova, N. (2007). Veterans' Policy in Russia: a Puzzle of Creation. *The Journal of Power Institutions in Post - Sovietic Societies*(7). Obtido de <https://journals.openedition.org/pipss/873>
- Danish Ministry of Defence. (2016). *The Veteran Policy of Denmark*. København : Danish Ministry of Defence.
- Deshaies, B. (1992). *Metodologia da investigação em Ciências Humanas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Deyra, M. (2001). *Direito Internacional Humanitário*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do 50 Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos .
- Dolenec, D. (2018). A Soldier's state veterans and the welfare regime in Croatia. *Hrvatsko politološko društvo*, pp. 55 - 77.
- Duarte, R. (2014). Velhas ou novas guerras, eis a questão (I). *Janus*, pp. 86-87.
- Dunant, H. (2016). *Lembrança de Solferino*. Genebra: Comité Internacional da Cruz Vermelha.
- Eftekhari, A., Crowley, J. J., Mackintosh, M.-A., & Rosen, C. S. (2019). Predicting Treatment Dropout Among Veterans Receiving Prolonged Exposure Therapy. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*. doi:10.1037/tra0000484
- Estado-Maior do Exército. (2017). Empenhamento no apoio do combate aos incêndios florestais - 2017. *Jornal do Exército* (672), p. 2.
- F.S.Naiden. (2019). Soldier, Priest and God: A life of Alexander the Great . *Christian Century*, pp. 41-42.
- Faustino, A. M., & Neves, R. (2020). Benefícios da prática de atividade física em pessoas idosas: revisão de literatura. *Revista Eletrónica Acervo Saúde*, pp. 2-10.
- FERRAZ, F. C. (2008). As Guerras Mundiais e seus veteranos: uma abordagem comparativa. *Revista Brasileira de História*, 28(56), pp. 463-486. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882008000200010>
- Ferreira, B. M. (2009). *O Papel da Religião nas Forças Armadas e o seu enquadramento num Estado Laico*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares .
- Ferreira, J. T. (2012). *Resiliência no Desporto: uma Análise Global*. Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana.
- Ferreira, R. (1969). *Menina dos Olhos Tristes*. Paço de Arcos, Lisboa, Portugal.

- Fischer, M. (1996). Machiavelli's Theory of Foreign Politics . Em B. Frankel, *Roots of Realism* (pp. 248-279). Frank Cass.
- Fonseca, P. P. (2016). *Contra as Ordens de Salazar*. Lisboa: Matéria-Prima edições.
- Fontes, A. L. (2020). O Bruxo desde o Paleolítico. *Revista Aquae Flaviae* , pp. 133-139.
- Freire, A. (1997). *Estratégia -Sucesso em Portugal*. Lisboa: Verbo.
- Gomes, S. A. (2004). Leituras e Espiritualidade nas Ordens Militares no Portugal Medieval. *Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, pp. 271 - 284.
- Gonçalves, L. (2021). *Resiliência - o papel do desporto*. Obtido de LinkedIn: <https://www.linkedin.com/pulse/resili%C3%A7%C3%A3o-o-papel-do-desporto-lurdes-gon%C3%A7alves-gon%C3%A7alves/?originalSubdomain=pt>
- Gonçalves, L. P., & Rezola, M. I. (2019). Sob o signo da ditadura: Estado, Igrejas e religiosidade no espaço lusófono. Em L. P. Gonçalves, & M. I. Rezola, *Igrejas e Ditaduras no Mundo Lusófono* (pp. 15-26). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Governo de Portugal. (2018). *Programa do governo*. Obtido de República Portuguesa: <https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc13/programa-do-governo/programa-do-xiii-governo-constitucional.aspx>
- Guerra, J. A., & Vieira, J. A. (2011). *Aula Viva Literatura Portuguesa 10º ano*. Porto: Porto Editora.
- Gustafsson, G. (1983). Symbolic and Pseudo Policies as Responses to Diffusion of Power. *Policy Sciences*, pp. 269-287.
- Hassner, R. E. (2016). Hypotheses on Religion in the Military. *International Studies Review*, pp. 312-332.
- HM Government. (2020). *Strategy for our Veterans*. Londres: HM Government.
- Hobbes, T. (1651). *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil (livro eletrônico)*. Várias. Obtido em Abril de 2017, de [http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh\\_thomas\\_hobbes\\_leviatan.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf)
- Instituto da Segurança Social. (2008). *Tabela Nacional de Incapacidades (TNI)*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Júnior, J. A. (2005). *Cantes Populares de Portel*. Lisboa; Portel: página: editores & Câmara Municipal de Portel.
- Kennedy, J. F. (2020). *Transcript of President John F. Kennedy's Inaugural Address (1961)*.

Obtido de Our Documents:

<https://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=false&doc=91&page=transcript>

- Khan, A. R. (2016). Policy Implementation: Some aspects and issues. *Journal of Community Positive Practices*, pp. 3-12.
- Leandro, G. (1992). A Teoria da Diversificação e Articulação das Fronteiras e os Sistemas de Forças. *Jornal do Exército*, 6-9. Obtido em 14 de setembro de 2020, de <http://arquivodigital.defesa.pt/Images/winlibimg.aspx?skey=&doc=340986&img=15372>
- Liga dos Combatentes. (2013). *Pensar o Combatente por Portugal - Séc.XXI*. Lisboa: Liga dos Combatentes.
- M.D.Sales, C., Saraiva, A., & Faísca, L. (2017). Treino da resistência psicológica na recruta militar em Portugal: o papel da coesão militar, da autoestima e da ansiedade na resiliência. *Avances en Psicología Latinoamericana*(35), pp. 317-337.
- Machado, J. M. (2006). *Crónica da Vila Velha de Chaves*. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae.
- Maia, Â. C., McIntyre, T., Pereira, G., & Fernandes, E. (2006). Por baixo das pústulas da guerra : reflexões sobre um estudo com ex-combatentes da guerra colonial. Em M. Gama, *A Guerra Colonial (1961-1974)* (pp. 11-28). Braga: Universidade do Minho : Centro de Estudos Lusíadas.
- Maltez, J. A. (2011). *Curso de Relações Internacionais*. Lisboa: Principia.
- Maquiavel, N. (2005). *O Príncipe (livro electrónico)*. (ebooksBrasil.com, Trad.) Brasil: Ridendo Castigat Mores . Obtido em Abril de 2017, de <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/principe.pdf>
- Maquiavel, N. (2008). *A Arte da Guerra*. (E. V. Moraes, Trad.) Porto Alegre: L&PM Editores.
- Marques, F. P. (1981). *Exército e Sociedade em Portugal - No declínio do antigo regime e advento do liberalismo*. Lisboa: A Regra do Jogo,Edições,Lda .
- Marujo, A. (2020). *A Caixa de Correio de Nossa Senhora*. Lisboa: Temas e Debates-Círculo de Leitores.
- Melo, C. Sampaio, I. S., Souza, D. L., & Souza, D. L. (março de 2015). Correlação entre religiosidade, espiritualidade e qualidade de vida: uma revisão de literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, pp. 447-464.

- Mendes, J. M. (1998). *Ombro, Arma!* Alfragide: Editorial Caminho.
- Ministério da Defesa Nacional. (1976). Decreto-Lei nº 43/76 de 20 de janeiro. *Diário da República*, 97 - 103.
- Ministério da Defesa Nacional. (1990). Decreto-Lei nº 314/90 *Diário da República nº 237/199, Série I de 1990-10-13*, 4274-4275.
- Ministério da Defesa Nacional. (2009). Decreto-Lei n.º 251/2009. *Diário da República*, 6786 - 6789.
- Ministério da Defesa Nacional. (2014). *Conceito Estratégico Militar - 2014* . Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Ministério da Defesa Nacional. (s.d.). *Guia Prático de Acesso a Antigos Combatentes*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Ministério de Guerra. (1929). Decreto nº 16:443. *Diário do Governo* , 314-322.
- Monteiro, L. (2014). *Ex-voto*. Porto: ESMAE Politécnico do Porto Departamento de Artes da Imagem .
- Moreira, A. (2000). Situação Internacional Portuguesa. *Análise Social*, XXXV , pp. 315-326.
- Moreira, A. (2014). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.
- Movimento das Forças Armadas. (16 de setembro de 2020). *Programa do M.F.A.* Obtido de Centro de Documentação o 25 de Abril: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/docs25a/MFA1-1.HTM>
- Muzzi, D. (2014). *Tipologia de Políticas Públicas: Uma Proposta de Extensão do Modelo de Lowi*. Lisboa: ISG - Escola de Gestão.
- Neves, J. M. (2007). *As Forças Armadas e a Defesa Nacional*. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha.
- Oliveira, S. M. (2008). *Traumas da Guerra: Traumatização Secundária das Famílias dos Ex-Combatentes da Guerra Colonial com PTSD*. Lisboa: Universidade Lisboa - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Ordinariato Castrense. (2021). *Nota Histórica*. Obtido de Ordinariato Castrense: <https://ordinariato.castrense.pt/nota-historica/>
- Organização Mundial de Saúde. (2018). *Plano de Ação Global para a atividade física 2018-2030 Mais pessoas ativas para um mundo mais saudável*. Suíça : Organização Mundial de Saúde.
- Ornellas, C. D. (1932). *Contos Amargos da Guerra* (Vol. I). Lisboa: Gazeta dos caminhos de

- Ferro.
- Osório, C., & Maia, Â. (2010). As consequências ao nível da saúde psicológica da participação na guerra do Afeganistão e Iraque. *Revista de Psicologia Militar*(19), pp. 279 - 304.
- Paixão, M., & Nascimento, A. (1966). *Na Hora da Despedida*. Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Parreira, R. A. (2020). *A influência da Condição Física em Momentos de Resiliência e Tomada de Decisão na Componente Militar*. Alfeite: Escola Naval.
- Parreiras, A. M. (2008). *Contributos para uma avaliação de impacto local que o RC3 gera no concelho de Estremoz*. Amadora: Academia Militar.
- Patalim, F. (1992). *Relação Histórica da Nobre Vila de Portel*. Portel: Junta de freguesia de Portel; Câmara Municipal de Portel.
- Paulino, J. M. (2008). *Stresse Operacional - Repercussões Psicossociais na Família*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares .
- Pedro, J. M. (2004). *Gestão da Educação Física Militar: A sua importância para o militar do Exército*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares .
- Pereira, M., & Ferreira, J. M. (2004). Variáveis Psicossociais e Traumatização Secundária em Mulheres de Ex-Combatentes da Guerra Colonial. *Stresse Pós-Traumático - Modelos, abordagens e Práticas: Atas do Congresso Internacional sobre Stress Pós-Traumático*, (pp. 37-46). Leiria.
- Pereira, J. A., & Gonçalves, M. F. (2016). O exercício do poder em Hobbes e Maquiavel: condição para a sociedade humana. *REGRAD UNIVEM*, pp. 252 - 268.
- Presidência do Conselho. (2021). Decreto-Lei n.º 47 188. *Diário do Governo*, pp. 1463-1468.
- Presidência do Conselho de Ministros. (2018). *Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva*. Obtido de A enfermagem e as leis: <http://www.aenfermagemeasleis.pt/2017/10/30/estrategia-nacional-para-uma-protecao-civil-preventiva/>
- Presidência do Ministério. (1933). Constituição Política da República Portuguesa. *Diário do Governo*, pp. 227-236.
- Prost, A. (1984). Les monuments aux morts. Culte républicain? Culte civique? Culte patriotique? Em P. Nora, *Les Lieux de mémoire* (pp. 195-225). Paris: Gallimar.
- Psiquiatria, A. A. (2014). *DSM-5 - Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*. Forte da Casa: Climepsi Editores.

- Ramos, R., Sousa, B. V., & Monteiro, N. G. (2010). *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Ratzel, F. (2011). A relação entre o solo e o Estado - Capítulo I O Estado como organismo ligado ao solo. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, pp. 51-58. Obtido em 22 de julho de 2020, de <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74186/77829>
- República Portuguesa. (2020). *Missões Internacionais*. Obtido de Defesa Nacional: <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/mi>
- Richardson, J., Gustafsson, G., & Jordan, G. (1982). The Concept of Policy Style. Em J. Richardson (Ed.), *Policy styles in Western Europe* (pp. 1-16). Londres: Routledge.
- Rosas, F., Amaral, J. B., Tengarrinha, J. M., Duarte, M. B., Oliveira, C., Gomes, A. A., . . . Brito, C. (2014). *Os Anos de Abril - O Fim do Marcelismo* (Vol. I). Aveleda: Verso da História.
- Sales, C. M., Saraiva, A., & Faísca, L. (2017). Treino da resistência psicológica na recruta militar em Portugal: o papel da coesão militar, da autoestima e da ansiedade na resiliência. *Avances en Psicología Latinoamericana*, pp. 317-337.
- Santos, B. d. (2006). Globalizations. *Theory, Culture & Society*, pp. 393-399. Obtido de [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Globalizations\\_Theory\\_Culture\\_and\\_Society\\_2006.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Globalizations_Theory_Culture_and_Society_2006.PDF)
- Santos, B. S. (1985). Os Três Tempos Simbólicos da Relação entre as Forças Armadas e a Sociedade em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, pp. 11-45.
- Santos, J. A. (2010). *História concisa de como se faz a Guerra*. Mem Martins: Publicações Europa - América, Lda.
- Santos, J. L. (2014). *Reflexões sobre Estratégia*. Diário de Bordo.
- Santos, V. M., & Ferreira, M. J. (2012). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Saraiva, P. J. (2003). *Portugal, Estado Laico – Que Serviço de Assistência Religiosa para as Forças Armadas?* Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares .
- Saramago, J. (2014). *Memorial do Convento*. Lisboa: Porto Editora.
- Savard, J.-F. w. (2012). Policy Cycles. *Encyclopedic Dictionary of Public Administration*. Obtido em 22 de julho de 2020, de [http://www.dictionnaire.enap.ca/dictionnaire/docs/definitions/definitions\\_anglais/policy\\_cycles.pdf](http://www.dictionnaire.enap.ca/dictionnaire/docs/definitions/definitions_anglais/policy_cycles.pdf)

- Secchi, L. (2012). *Políticas Públicas Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos*. São Paulo: Cengage Learning.
- SecGeoInt CISMIL. (2021). *Forças Nacionais Destacadas 2020*. Obtido de ArcGIS StoryMaps: <https://arcg.is/1z8ye01>
- Sendas, S., Maia, Â. & Fernandes, E. (2006). Guerra Colonial Portuguesa: As duas faces da moeda. Significado da experiência de participação na guerra colonial portuguesa na vida dos ex-combatentes. *Actas do 6º Congresso Nacional de Psicologia de Saúde* (pp. 831-837). Faro: Universidade do Algarve.
- Serpa, S. (2021). *Manual de Curso de Treinadores de Desporto Grau II*. Obtido de Federação de Andebol de Portugal: [https://portal.fpa.pt/wp-content/uploads/2019/06/GrauII\\_01\\_Psicologia.pdf](https://portal.fpa.pt/wp-content/uploads/2019/06/GrauII_01_Psicologia.pdf)
- Silva, A. (2015). *A Grande Guerra e a participação dos militares do RI 19 e do Alto Tâmega no conflito*. Chaves: Grupo Cultural Aquae Flaviae.
- Silva, J. A. (2005). *Fatores a considerar nas seleções para oficial e sargento QP ou uma tentativa na procura de um cidadão militar necessário ao bom nome da instituição-Exército*. Lisboa: Centro de Psicologia Aplicada do Exército.
- Silva, J. A., Brito, B., Silva, M. R., Borges, M., Romão, A., Queiroz, S. M., . . . Santos, Á. S. (2010). *Caracterização das situações de campanha ou equiparadas (SCE) no âmbito do estatuto do deficiente das forças armadas*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Silva, J. A., Brito, B., Silva, M. R., Borges, M., Romão, A., Queiroz, S. M., . . . Santos, Á. S. (2010). *Caracterização das situações de campanha ou equiparadas (SCE) no âmbito do estatuto do deficiente das Forças Armadas - O caso dos militares pertencentes ao Exército Português*. Lisboa: Instituto Superior de Tecnologias Avançadas.
- Simões, A. F. (2017). *O Capelão Militar - Subsídio para a história da Igreja em Portugal*. Prior Velho: Paulinas Editora.
- Sousa, M. A. (2013). *Arquitetura religiosa medieval no Vale do Sousa: intervenções. Do século XIX ao século XXI*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Sterner, W. R., & Jackson-Cherry, L. R. (2015). The Influence of Spirituality and Religion on Coping for Combat-Deployed Military Personnel. *Counseling and Values*, pp. 48-66.
- Strand, S. (2018). Inventing the Swedish (War) Veteran. *Critical Military Studies*, pp. 1-19.
- Teixeira, N. S., Domingues, F. C., & Monteiro, J. G. (2017). *História Militar de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros.

- Tinoco, A., Reis, C. C., Capela, M., & Silva, C. R. (2021). *Inquérito à população portuguesa sobre Defesa Nacional e Forças Armadas*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Vaz, N. M. (2003). *Civilização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Verbo Jurídico. (2021). *Concordata entre Portugal e Santa Sé*. Obtido de verbojuridico.net: <https://www.verbojuridico.net/legisl/outros/concordata.html>
- Visão. (2004). *História do Século XX Década a Década* (Vol. II). (L. Anjos, J. Costa, L. Coutinho, & Á. A. Serrão, Trads.) Paço de Arcos: Edimpresa-Editora, Lda.
- Visão. (2004). *História do Século XX Década a Década*. Paço de Arcos: Edimpresa-Editora, Lda.
- XXI Governo - República Portuguesa. (2020). "*É imperioso que o cidadão compreenda a função do Exército*". Obtido de Notícias: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=e-imperioso-que-o-cidadao-compreenda-a-funcao-do-exercito>
- XXII Governo Constitucional. (2020). *Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023*. Obtido de Programa do Governo: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=54f1146c-05ee-4f3a-be5c-b10f524d8cec>